



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

IARA DE SOUSA NASCIMENTO

IDENTIDADE FEMININA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA
MINISTRA DAMARES ALVES



FORTALEZA - CEARÁ

2020

IARA DE SOUSA NASCIMENTO

IDENTIDADE FEMININA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO
DA MINISTRA DAMARES ALVES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Estudos Críticos da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dina Maria Machado
Andréa Ferreira

FORTALEZA - CEARÁ
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Nascimento, Iara de Sousa.

Identidade feminina: uma análise crítica do discurso da ministra Damares Alves [recurso eletrônico] / Iara de Sousa Nascimento. - 2020. 241 f. : il.

Dissertação (MESTRADO ACADÊMICO) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Programa de Pós-graduação Em Linguística Aplicada - Mestrado Acadêmico, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof.^a Pós-Dra. Dina Maria Machado Andrea Martins Ferreira.

1. Identidade feminina. 2. Análise de Discurso Crítica. 3. Performatividade. I. Título.

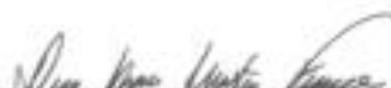
IARA DE SOUSA NASCIMENTO

IDENTIDADE FEMININA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE DAMARES ALVES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada. Área de Concentração: Linguagem e Interação.

Aprovada em: 04 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Dina Maria Machado Andrea Martins Ferreira (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profa. Dra. Joana Plaza Pinto
Universidade Federal de Goiás - UFG



Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira
Universidade Estadual do Ceará - UECE

A todas as mulheres que ousam adentrar (e permanecer) no universo acadêmico, reinventando saberes, rompendo barreiras, transcendendo limites e ocupando espaços que honram gerações de tantas outras que nem sequer tiveram acesso ao ensino básico, tornando o fazer científico mais humano e igualitário.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Conceição e ao meu pai Carlos por todo amor e carinho incondicionais, pelo incentivo à leitura e à educação, por sempre acreditarem na minha capacidade e abraçarem todos os meus sonhos.

Às minhas amadas amigas de infância Keyla e Kewlly por me acompanharem desde a mais tenra idade e permanecerem presentes em meu coração para sempre.

Ao meu amado companheiro Henrique por todo apoio, amor e compreensão nos voos desta vida.

Aos meus amigos de graduação Tályson, Fabíola, Izaac, Maria do Carmo, Pedro e Julianne, por tantos momentos compartilhados, pela genuína torcida, apoio e carinho durante toda minha jornada.

À minha sábia amiga Nathália, por tanta luta, carinho, afeto e conhecimento compartilhados.

À linda e sonhadora Ingrid, inspiração de amor, garra e fé, por todo apoio, carinho e aprendizado compartilhados.

À sempre divertida e amada Elayne, exemplo de força e gentileza, por todos os momentos vividos juntas e pelo apoio verdadeiro e incondicional

Aos colegas da turma do mestrado, que tornaram a percurso mais leve e humanizado.

Às queridas Lara, Fernanda, Suellen, Vanessa, Ana Maria e Nágila, mulheres incríveis e inspiradoras com as quais tive a honra de dividir conhecimentos e chamá-las de amigas.

Ao querido Silva Jr., amigo e vizinho com o qual compartilhei os melhores e os mais difíceis momentos deste percurso e que muito me auxiliou na construção desta pesquisa desde seu primeiro embrião.

Ao querido Íkaro, amigo fiel com o qual compartilhei alegrias e dificuldades deste processo, sempre disposto a ajudar e levantar o ânimo de todos a sua volta.

Aos companheiros e amigos da Pousada Xikixiki: Flávia, Rodrigo, Ádyla, Alejandra, Marcos, Fermín, Reinaldo, Maia e Lindomar, por tanta vida e aprendizados compartilhados diariamente.

À linda e querida amiga Débora, que me acolheu em seu lar e em coração sempre que precisei.

Ao professor Lucineudo, por seu conhecimento compartilhado, apoio, incentivo e ajuda para além dos muros da universidade.

À minha para sempre amada orientadora Dina Ferreira, professora que se tornou a realização de um sonho e abraçou não somente meu projeto com realismo e afeto, mas abraçou também minhas fragilidades, tornando-me uma mulher mais forte e segura, ensinando-me que uma pesquisa se faz também com amor e confiança.

À querida e estimada professora Ana Paula Rabelo, cujas contribuições em minha banca de qualificação extrapolaram os limites textuais, ensinando-me a não ter medo de marcar minha identidade e a não diminuir a importância de minha pesquisa.

À professora Joana Plaza Pinto – uma das principais referências que utilizo e que tem sido inspiração para a construção de uma pesquisa sob o viés feminista – por ter aceito o convite para compor minha banca de defesa e por suas valiosas contribuições.

Ao sábio professor Ruberval Ferreira, por ter aceito o convite para fazer parte da minha banca de defesa e por compartilhar seu vasto conhecimento comigo.

Às estimadas professoras Cibele Gadelha, Débora Arruda, Claudina Alencar e aos demais que compõem o quadro de professores do mestrado acadêmico por compartilharem seus conhecimentos durante as disciplinas que cursei.

Aos eficientes e queridos Jamile e Ismael, por conduzirem com maestria a secretaria do PosLA, acrescentando carinho e afeto à jornada estudantil.

Aos amigos e companheiros do Colégio Vitória, por todo apoio e incentivo em meu percurso.

Ao curso de Letras – IFCE *campus* Crateús, meu primeiro lar acadêmico e que me presenteou com professores singulares que seguem sendo exemplo para mim até os dias de hoje.

Ao grupo de pesquisa GPADC e seus membros pelas incontáveis oportunidades de aprendizado e crescimento pessoal.

Ao grupo de estudos GEDIP, em especial às professoras Maria Clara e Beatriz e aos pesquisadores Gustavo, Claudênia, Monique e Rebeca por ter me acolhido e propiciado o aprimoramento de meus conhecimentos.

Ao grupo de estudos GEIL pela oportunidade de conhecer grandes pesquisadores e discutir temas inerentes à minha pesquisa.

E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro à realização desta pesquisa.

“Escolher escrever é rejeitar o silêncio.”

(Chimamanda Ngozi Adichie)

RESUMO

A representatividade feminina tem sido alvo de discussões e pesquisas variadas que demonstram como nosso país ainda é deficiente em tal aspecto. Em 2019, uma ministra assume a chefia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, um vasto e importante ministério que passa a ser liderado por uma mulher. O que, de modo superficial, indicava ser uma conquista no quesito representatividade, passa a ser alvo de críticas e escândalos provenientes de um discurso conservador e religioso realizado pela ministra. Assim, esta pesquisa tem como objetivo central a análise da construção da identidade feminina performativa no discurso da ministra Damares Alves. Partimos de uma visão performativa de linguagem e identidade e que considera o discurso como um modo de agir sobre o mundo, seja construindo, mantendo ou transformando as relações de dominação. De modo específico, buscamos examinar os recursos textuais-discursivos que são utilizados dentro de tal discurso, além de caracterizar os possíveis perfis identitários femininos que possam emergir. De modo a construir uma análise social e linguística, recorreremos a teorias sobre Gênero e Identidade (BUTLER, 1997, 1999, 2003; CAMERON, 1999; FERREIRA, 2001, 2010; PINTO, 2001, 2007; SALIH, 2015), assim como a teoria da Performatividade (AUSTIN, 1990; OTTONI, 2001; PINTO, 2001, 2007), baseando-se também na Análise de Discurso Crítica (ADC) (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999; RESENDE; RAMALHO; RAMALHO, 2006; 2011 MAGALHÃES, 2005, 2017; HALL, 2006; WOODWARD, 2008; SILVA, 2000), da qual são derivadas as categorias analíticas. Para a sua execução, utilizamos a Análise de Discurso Textualmente Orientada (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999) como perspectiva analítica que considera o texto como evento que produz significados e que está situado em um dado contexto sócio-histórico, mediando a relação entre as estruturas sociais e os discursos. O *corpus* desta pesquisa se trata do material transcrito proveniente de um vídeo publicado em abril de 2019 no canal Câmara dos Deputados no *Youtube* referente à Comissão para os Direitos da Mulheres, ocasião na qual a ministra estava presente. Os resultados demonstram como o processo identitário não é unificado e sim múltiplo, dadas as variadas e incoerentes identidades verificadas. Além disso, constatou-se, por meio da materialidade linguística, marcas de uma ideologia fortemente atrelada ao conservadorismo e à sua doutrina enquanto pastora evangélica, fatores que exercem influência sobre sua prática política ministerial.

Palavras-chave: Identidade feminina. Análise de Discurso Crítica. Performatividade.

ABSTRACT

Female representation has been the subject of various discussions and research that demonstrates how our country is still deficient in this respect. In 2019, a minister takes over the leadership of the Ministry of Women, Family and Human Rights, a vast and important ministry that is now led by a woman. This, superficially indicated it was an achievement in terms of representativeness, is currently the target of criticism and scandals arising from a conservative and religious discourse carried out by the minister. Thus, this research has as its central objective the analysis of the construction of performative female identity in the speech of Minister Damares Alves. We start from a performative vision of language and identity and that considers speech as a way of acting on the world, either by building, maintaining or transforming domination relations. Specifically, we seek to examine the textual-discursive resources that are used within such a discourse, in addition to characterizing the possible female identity profiles that may emerge. In order to build a social and linguistic analysis, We resort to theories on Gender and Identity (BUTLER, 1997, 1999, 2003; CAMERON, 1999; FERREIRA, 2001, 2010; PINTO, 2001, 2007; SALIH, 2015), as well as the theory of Performativity (AUSTIN, 1990; OTTONI, 2001; PINTO, 2001, 2007), also based on Critical Discourse Analysis (CDA) (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999; RESENDE; RAMALHO; RAMALHO, 2006; 2011 MAGALHÃES, 2005, 2017; HALL, 2006; WOODWARD, 2008; SILVA, 2000), from which the analytical categories are derived. For its execution, We use the Textually Oriented Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999) as an analytical perspective that considers the text as an event that produces meanings and that is located in a given socio-historical context, mediating the relationship between social structures and discourses. The corpus of this research is the transcribed material from a video published in April 2019 on the Chamber of Deputies channel on Youtube regarding the Commission for the Rights of Women, when the minister was present. The results demonstrate how the identity process is not unified but multiple, given the varied and incoherent identities verified. In addition, it was found, through linguistic materiality, marks of an ideology strongly linked to conservatism and its doctrine as an evangelical pastor, factors that influence her's ministerial political practice.

Keywords: Female identity. Critical Discourse Analysis. Performativity.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Macrofunções do discurso.....	23
Quadro 2 – Adaptação do Modelo Tridimensional e suas categorias.....	23
Quadro 3 – Momentos da Prática Discursiva.....	28
Quadro 4 – Esquema conceitual-analítico.....	29
Quadro 5 – Categorias e procedimentos analíticos.....	75
Quadro 6 – Organização dos dados quanto a categoria vocabulário.....	84

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INTERFACES CRÍTICO-DISCURSIVAS	20
2.1	A Análise de Discurso Crítica (ADC)	21
2.2	Gênero.....	40
2.2	Identidade.....	45
3	A POLÍTICA BRASILEIRA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA	53
3.1	O percurso da representação política feminina	54
3.2	Quem é Damares Alves?	60
4	METODOLOGIA	64
4.1	Caracterização da pesquisa	64
4.1.1	A Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO).....	68
4.2	Constituição do corpus.....	72
4.3	Categorias e procedimentos de análise	72
5	A PERFORMANCE DISCURSIVA FEMININA DA MINISTRA	76
5.1	Análise textual: vocabulário	76
5.2	Análise da prática discursiva.....	87
5.2.1	Intertextualidade.....	88
5.2.2	Produção, distribuição e consumo.....	97
5.3	Análise da prática social: avaliação	102
5.4	Triangulação dos dados	114
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
	REFERÊNCIAS	124
	ANEXO A – TABELA INTERTEXTUALIDADE	132
	ANEXO B – TABELA AVALIAÇÃO.....	142
	ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	159

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como consequência da extensão e divulgação do movimento feminista e suas pautas, mulheres têm conquistado um espaço maior em diversos setores da sociedade, no entanto, em meio político, ainda se encontra de modo insuficiente. A prova disto é que, no Brasil, onde a política tem sido um dos alvos da luta por representatividade, contando, inclusive, com uma alteração de lei que torna obrigatória a participação de pelo menos 30% de mulheres nos partidos políticos¹, existe, em pleno 2019, apenas 16,20% ao total de representação feminina.

Apesar de este número ser o maior da história quanto à participação de mulheres na Câmara, ainda é alarmante se ponderarmos que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2018, a população brasileira é composta por 48,3% de homens e 51,7% de mulheres, isto é, temos mulheres em sua maioria. Podemos considerar que o que há de fato é uma sub-representatividade onde há o crescimento da participação de mulheres em números, porém, de forma insatisfatória, a julgar pela comparação com o percentual feminino populacional e pelo não cumprimento da cota de 30% (SOUZA, 2019) por parte dos partidos políticos.

Essa sub-representatividade também reflete a desigualdade partidária na ocupação das cadeiras na Câmara, na qual, atualmente, a maioria das eleitas pertencem à partidos de direita e/ou extrema direita, fenômeno que implica diretamente a idealização, construção e idealização de políticas públicas para mulheres.

Além deste cenário e diante da tentativa por uma representatividade significativa, muitas mulheres, independente da filiação partidária/ideológica, sobretudo as executivas e políticas, têm aderido a novas configurações identitárias que se ancoram em atributos e valores naturalizados como pertencentes ao universo masculino (FERREIRA, 2010). Assim, aquelas que detêm um certo nível de poder, tendem a possuir um perfil que abrange qualificações (competência, força, coragem...) que diferem daquelas construídas pelo patriarcado (beleza, sedução, doçura...), como veremos melhor em nosso referencial teórico.

Entretanto, o Brasil tem vivenciado um novo período que aponta para um possível fortalecimento do discurso conservador, fenômeno que, assim como Lima (2018) o fez, consideramos como um alinhamento político que é a favor da manutenção de valores tradicionais em diversas instituições, a exemplo da família, igrejas e escola. Tal pensamento,

¹ Mais informações em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>. Acesso em: 20 mar. 2020.

segundo a autora, tende a posicionar-se contra ideologias revolucionárias e progressistas e vem modificando o modo como as identidades femininas são performadas.

Um dos fatores que vem contribuindo para essa nova configuração de dominação, sobretudo na política, é a massificação de igrejas evangélicas/ neopentecostais e suas bancadas no Congresso Nacional, assim como aponta Cunha (2016). Tal fenômeno (crescimento do discurso conservador) é um instrumento de fortalecimento “das ideologias presentes nos partidos de direita e de extrema-direita” (FERREIRA, 2006, p. 169), cooperando para o crescimento desta nova onda.

A exemplo disto, há em nosso atual governo uma crescente força de políticos com esse perfil conservador – ou que pelo menos mantêm esse discurso – e que representam uma boa parcela da população que é a favor do fortalecimento de valores e práticas tradicionais e patriarcais. Dentro deste contexto também se inserem mulheres que, ao serem interpeladas pelas influências patriarcais de modo mais persuasivo, reivindicam posicionamentos que pesam de maneira contrária à luta feminista, tanto sobre elas mesmas quanto sobre as demais por elas representadas.

Esta crescente onda conservadora pode ter implicações sérias na vida de mulheres, pois está atrelada a um posicionamento “antifeminista” que vai na contramão dos direitos reivindicados. Pautas, como a descriminalização do aborto, equidade salarial e combate à cultura do estupro, são vistas com maus olhos por aquelas e aqueles que adotam tal postura.

Como efeito, mulheres “antifeministas”, motivadas por este sistema maior de dominação (o patriarcado), tendem a convencerem outras mulheres a se comportarem em conformidade com os padrões patriarcais, tal como não abrir mão da maternidade em prol da carreira profissional.

Ademais, Butler (2003) afirma que “a linguagem de apropriação, da instrumentalidade e do distanciamento que se adequa à forma epistemológica, também pertence a uma estratégia de dominação que joga o ‘eu’ contra um ‘outro’” (p. 207, 208), instaurando uma relação de concorrência e discórdia entre as mulheres consideradas feministas e as antifeministas.

Perante essa conjuntura, surge em mim algumas preocupações que se inserem desde a ordem pessoal até a social. Como pesquisadora, cultivei em minha trajetória acadêmica forte interesse pelos estudos linguísticos, sempre os relacionando com o enfrentamento à violência e desigualdades de gênero; na graduação e pós-graduação *latu-senso* realizei pesquisas relacionadas ao sexismo linguístico em livros didáticos de língua portuguesa; enquanto mulher, já nasci presa às amarras patriarcais e ao longo da vida senti na pele as restrições e valorações

marginalizadoras impostas a mim. Assim, como mulher-pesquisadora, cientista da linguagem, inspirada por diversas outras mulheres que me alavancaram até o presente momento, revesti-me de ousadia, assim como fez Ferreira (2010), utilizando a investigação e análise linguística como ferramenta para desvelar os jogos de poder que envolvem a construção de uma (ou mais) identidade (s) feminina (s).

Em âmbito social, a preocupação levantada é a respeito de termos, atualmente, na liderança do Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, uma mulher que adota, à princípio, uma postura de cunho religioso e conservador, a ministra Damares Alves legislando sobre a vida das mulheres brasileiras. Neste sentido, passo a indagar se haveriam recursos textuais-discursivos que contribuíssem para uma identidade feminina que fosse prejudicial e/ou marginalizadora, isto é, pergunto-me se o discurso da ministra, dado seu enorme poder político, poderia ter consequências ideológicas na vida de mulheres brasileiras.

Portanto, a questão que surge a partir desta problemática é acerca de como Damares performa sua identidade enquanto mulher-ministra, movimento que é construído através de seu discurso e de seu corpo, buscando refletir também se haveria alguma mudança em relação a outras mulheres em posição semelhante e se isso poderia significar novos arranjos identitários femininos, deixando claro quais marcas textuais-discursivas poderiam refletir tais indagações.

É neste momento em que a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) entra com seu aporte teórico-metodológico para nos auxiliar tanto na execução do que aqui nos propomos, quanto no embasamento de conceitos que possibilita compreender como o discurso – enquanto constituinte da sociedade e por ela constituído (FAIRCLOUGH, 2001) –, performado pela ministra em questão, na condição de mulher detentora de poder político, exerce força na constituição de sua (s) identidade (s).

Outro aspecto que aqui cabe ser valorizado, é o projeto de pesquisa da Professora Doutora Dina Maria Ferreira (UECE), no qual se insere este trabalho. Intitulado “Linguagem midiática, gênero (feminino) e processo de (des) colonialização”, tal projeto alcança problemáticas que dialogam com a tríade linguagem, gênero e território cultural, tratando de aspectos como a linguagem performativa, gênero feminino, processos de descolonização, trazendo para seu escopo teorias como a de Fairclough (2001; 2003; 2005), de Butler (1993, 2003, 2010) e de Quijano (2010), respectivamente.

Em âmbito maior, está a linha de pesquisa 3, “Estudos Críticos da Linguagem”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA), na Universidade Estadual do Ceará (UECE), na qual se vincula o projeto mencionado no parágrafo anterior e, por conseguinte, este trabalho.

Neste escopo, busca-se gerar conhecimentos em estudos críticos da linguagem, além de abraçar pesquisas que mostrem a possibilidade de se compreender e desvelar os jogos de poder que envolvem a sociedade e que revelem sua relação com o discurso. Além disso, foca-se nos processos de 1) posicionamento social, 2) atribuição de valores à relação identidade-diferença, e 3) hierarquização e construção de assimetrias. Logo, este trabalho está inserido em um arcabouço de maior abrangência que dialoga com a postura crítica sobre o comprometimento com problemas sociais, mais especificamente, com a questão do gênero.

Por fim, mas não menos importante, apresento às leitoras e leitores as minhas opções ao construir o estado da arte² em torno do meu objeto de pesquisa, fazendo buscas na ferramenta Google Scholar (Google Acadêmico); no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e no banco de dados da SCIELO (Scientific Electronic Library Online) no intervalo de tempo de 2015 a 2018, por julgar um espaço temporal suficiente para gerar um número significativo de resultados sobre o porquê desta escolha temática, mesmo diante de um largo número de resultados. Para justificar o estreitamento na seleção dos resultados, vale a informação que na primeira etapa, obtive um total de 660 pesquisas. Dado o grande número, decido por averiguar apenas os trabalhos correspondentes ao ano de 2019, restando 200 trabalhos. Dentre estes, excluo os resultados repetidos quanto às três expressões usadas³ buscando aqueles que tivessem uma relação pertinente com o meu. Tais trabalhos serão descritos resumidamente nos parágrafos a seguir:

Silva, Almeida e Dantas (2019) desenvolveram uma pesquisa sobre o discurso da ministra Damares analisando vídeos no *Youtube* no canal “Diário do centro do mundo” que, segundo os autores, é um canal declaradamente de esquerda. O trabalho analisou questões como gênero, sexualidade e ideologia. Apesar da semelhança com o meu, ele se difere ao usar como fonte dos vídeos um canal não oficial, ao contrário do nosso, que se deterá em um canal de pronunciamentos oficiais.

Em Araújo (2019) e Farias Júnior (2019), a análise também se deu, em partes, sobre o discurso da Damares, porém, em registros de falas anteriores ao seu mandato, portanto, de discursos não oficiais dela enquanto ministra; em Bitencourt (2019), que traçou um consistente

² O termo estado da arte foi inaugurado por Henry Harrison Suplee (1856-depois de 1943) em um manual de engenharia. Hoje é utilizado com frequência em meio acadêmico para designar uma pesquisa que objetiva “compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento”, produzindo uma espécie de sistematização do conhecimento e auxiliando o pesquisador em seu trabalho.

³ A pesquisa nas plataformas mencionadas se dividiu em três combinações diferentes de expressões chaves que estão em consonância com nosso trabalho, a saber: “Damares Alves”; “Damares Alves/ Identidade Feminina”; “Damares Alves/ Análise do Discurso”.

percurso histórico de questões como androcentrismo e patriarcado, o foco se deu sobre questões de gênero relacionadas à religiosidade.

Oliveira (2019), que também desenvolveu pesquisa utilizando o discurso da ministra, discorre especificamente sobre a homossexualidade e desenvolve uma análise em perspectiva dramática. Correia e Silva (s/d) realizam seu trabalho com foco na questão do aborto, fazendo uma análise do Código Penal Brasileiro, enquanto Carvalho (2019) analisou matérias jornalísticas sobre violência contra mulheres, com enfoque no conteúdo informativo educativo.

Bulegon (2019) que, ao analisar o ativismo digital em redes sociais sobre a pauta feminista, se apropria da Análise Crítica do Discurso (ADC) em seu modelo tridimensional de análise (FAIRCLOUGH, 2001), porém relata o discurso da ministra Damarens antes de seu mandato e analisa um fenômeno diferente do nosso, o abortamento no Brasil.

Pereira (2013), desenvolveu sua pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Seu trabalho discorreu sobre a identidade feminina no discurso da ex-presidenta, Dilma Rousseff, utilizando os conceitos de *ethos* discursivo e as categorias feminidade e feminilidade, aproximando-se bastante do meu objeto de estudo, assim como do referencial teórico, com autores como Austin (1990), Butler (1990, 1993, 2010), Pinto (2001, 2003, 2012a, 2012b) e Ferreira (2009). O ponto de diferença com meu projeto é a contribuição de uma análise orientada pelo aporte teórico metodológico da ADC, mesmo que se trate de um fenômeno bem próximo.

Ainda preocupada em traçar um estado da arte capaz de alcançar trabalhos que contribuam com nossa pesquisa e corroborem também para sua pertinência, decido por empreender uma busca específica sobre nosso fenômeno: a identidade feminina. Para isto, a busca se deu utilizando duas expressões-chave: “identidade feminina + mulher no poder”, objetivando gerar resultados mais direcionados ao nosso trabalho. Ressalto que, novamente, filtro os dados para o período de 2015 a 2019 e a ferramenta foi o Google acadêmico (a que obteve mais resultados significativos na etapa anterior). Os resultados apontaram para 17 pesquisas e, dentre elas, 5 se relacionavam melhor com esta.

Oliveira (2017), empreendeu uma pesquisa sobre os discursos proferidos durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. O *corpus* analítico foi composto de arquivos oficiais do site presidencial durante o período que ex-presidenta ainda estava em seu cargo e meios de comunicação para o período em que foi afastada.

Ainda sobre ela, Alves Machado *et al* (2016), desenvolveram um trabalho a representação feminina no poder na mídia brasileira, relacionando-a a questões de gênero e

sexualidade. Para isto, as autoras realizaram uma pesquisa documental e recorreram à Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2013).

Rubim e Dantas (2017), analisaram como a categoria gênero relaciona-se ao desempenho político de mulheres no poder em veículos midiáticos. O *corpus* analítico foi composto de notas da imprensa brasileira, argentina e chilena, além de matérias telejornalísticas e dados de organizações de monitoramento de mídia no período de 2006 a 2016. As autoras também utilizaram a Teoria das Representações Sociais, de Moscovici (2013), assim como teorias da Comunicação Social, da Sociologia, entre outros.

Weyh (2018) buscou verificar as possibilidades da criação de uma política de quotas para aumento do fundo partidário para mulheres que viabilizasse a representação feminina na política brasileira. A autora usou uma abordagem hipotético-dedutiva e procedimentos histórico/comparativos que levaram à uma pesquisa de caráter documental.

Já Alves (2017), objetivou analisar a participação feminina em bancas de concursos públicos para magistratura federal, trazendo questões relacionadas ao feminismo contemporâneo, construção e desconstrução de identidades e representação em plano institucional e com referencial teórico sustentado por Butler (2017) e Fraser (2007, 2017).

Como resultado, noto que inúmeras pesquisas significativas foram realizadas em torno do fenômeno que aqui se pretende estudar e que muito contribuem com a produção científica de conhecimento. Contudo, e sem tirar o mérito e importância dos trabalhos mencionados e tantos outros, avaliamos também esta pesquisa: como necessária, visto que contribuirá com o arsenal de trabalhos sobre o fenômeno em questão por meio de uma combinação de teorias, objetivos e métodos ainda não utilizados que poderão gerar resultados consistentes e devidamente justificados; oportuna, dado o atual cenário político brasileiro onde renova-se uma crescente onda conservadora, tendo à frente de um importantíssimo ministério uma mulher diretamente ligada a este fenômeno; pertinente, considerando que, pesquisas que envolvam questões como gênero e representação política, nos auxiliam na compreensão dos artifícios que regem as relações de poder em nosso país.

Diante da construção que se desenhou até aqui em torno do objeto de pesquisa, o objetivo central deste trabalho é analisar como a ministra performa sua identidade feminina através de seu discurso. De modo mais específico, pretendemos: a) examinar os recursos textuais-discursivos que são utilizados para performar tal identidade e b) caracterizar o(s) perfil(s) identitário(s) feminino(s) que emerge(m) a partir do discurso da ministra.

Assim, a estrutura retórica deste trabalho divide-se da seguinte forma: 1) capítulo introdutório, contendo a problematização em torno do objeto de estudo, bem como os objetivos

propostos; b) capítulos teóricos (2 e 3), contendo a base epistemológica que fundamenta a pesquisa, subdividindo-se em três seções conforme as diferentes teorias, além de um outro capítulo que discorre sobre a representatividade feminina na política brasileira e uma pequena biografia da ministra; c) capítulo metodológico, subdividindo-se em seções sobre a caracterização da pesquisa, a abordagem que sustenta a análise (Análise de Discurso Textualmente Orientada), a constituição do corpus e as categorias e os procedimentos analíticos; d) capítulo analítico, contendo a análise do *corpus* e subdividido conforme as categorias, além de uma última seção sobre a triangulação dos dados; e) capítulo final, contendo a retomada dos objetivos e principais aspectos da problematização, bem como uma sumarização dos resultados e possíveis conclusões.

Portanto, no capítulo a seguir, apresento a interface teórica que alicerça esta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INTERFACES CRÍTICO-DISCURSIVAS

Analisar um fenômeno como a identidade, mais especificamente, a identidade de gênero feminina, exige uma compreensão que abranja desde as perspectivas mais tradicionalistas até aquelas consideradas performativas. De modo separado, Análise Crítica do Discurso, a performatividade da linguagem, e conceituações sobre identidades e gênero possuem suas especificidades e trazem contribuições essenciais esta pesquisa. Assim, ao formarmos uma rede em que tais pontos teóricos conectem-se através dos nós interativos, talvez possamos alcançar as possibilidades analíticas pretendidas.

Na constituição desta rede, apoio-me em pressupostos basilares da Análise Crítica do Discurso, como o entendimento de que discurso e sociedade convivem em uma dialética relação de construção, na qual é possível a transformação das práticas sociais a partir da prática discursiva. A perspectiva assumida aqui é a de enxergar a identidade de gênero como um complexo processo, de um lado, performado pelos atores sociais e, de outro, constrangido pela sociedade.

Deste modo, neste capítulo apresento as escolhas teóricas que guiam esta pesquisa, divididas em seções conforme cada temática. São elas:

- a) análise de Discurso Crítica (ADC) (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999; RESENDE; RAMALHO; RAMALHO, 2006; 2011 MAGALHÃES, 2005, 2017), apresentando um panorama da relação do discurso com os processos constitutivos de significados, identidades e relações com o outro e com o mundo, que conduz a concepções acerca da sociedade;
- b) performatividade na linguagem (AUSTIN, 1990; OTTONI, 2001; PINTO, 2001, 2007), discorrendo acerca da Teoria dos Atos de Fala e levando em conta tanto uma perspectiva radical dos atos de fala, quanto sua parceria com atos de corpo e seus efeitos de sentido, com foco na força performativa da linguagem;
- d) gênero (BUTLER, 2003, 1997, 1999; CAMERON, 1999; FERREIRA, 2001, 2010; PINTO, 2001, 2007; SALIH, 2015), abordando a diferença entre sexo e gênero, este construído na prática social e aquele ligado ao biologismo, que dialoga com o ser/estar/fazer feminino na atualidade, sem deixar de lado o meio patriarcal e sexista em que nossa sociedade se consolidou;
- c) identidade (HALL, 2006; WOODWARD, 2008, SILVA, 2000), mostrando a constituição da identidade não pelo estabelecimento do essencialismo, mas sim

pela performatividade do sujeito diante da fragmentação social da pós-modernidade.

Portanto, seguindo a ordem descrita acima, parto para a explanação da base teórica sob a qual este trabalho é composto, objetivando oferecer às leitoras e leitores o cenário necessário para a apreensão da análise aqui empreendida.

2.1 A Análise de Discurso Crítica (ADC)

A Análise de Discurso Crítica (ADC), em geral, de origem multidisciplinar, resgata pressupostos de algumas áreas das ciências humanas: da História, pelo advento do materialismo histórico de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895); da Psicanálise, com a concepção de sujeito de Sigmund Freud (1856-1939); e do Estruturalismo, com a sistematização dos estudos da linguagem inaugurada por Ferdinand Saussure (1857-1913)⁴. A Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) configura-se como uma disciplina transdisciplinar, isto é, este processo transdisciplinar se dá não somente por utilizar-se de variadas outras correntes teóricas para cumprir seus objetivos, mas também por promover o rompimento de tais fronteiras, pois “operacionaliza e transforma tais teorias em favor da abordagem sociodiscursiva” (RAMALHO; RESENDE, 2006, p.14), propondo assim, um aporte teórico diversificado e fora dos padrões tradicionalistas.

Segundo Magalhães, Martins e Resende (2017), a ADC ocupa-se em realizar uma análise linguística em sua materialidade textual – daí sua herança estruturalista, com a possibilidade de se sistematizar o estudo linguístico –, considerando textos como eventos que produzem sentidos e situados em um contexto sócio histórico específico – herança do materialismo histórico. Além disto, preocupa-se prioritariamente em investigar o papel do discurso nas relações de poder e construções de sentidos.

Dentre suas diferentes orientações, a que mais nos interessa neste trabalho é a abordagem dialética-relacional, assim chamada, pois carrega o preceito fundante de que discurso e sociedade relacionam-se dialeticamente – mesmo que esta relação não seja de toda igualitária (FAIRCLOUGH 2001) –, ocupando-se em revelar como o discurso atua sobre as relações de poder e como estas são moldadas por ele. Apesar de existirem outras vertentes⁵ da ADC, além da que aqui abordamos, Fairclough ainda recebe maior foco:

⁴ Reflexão advinda das aulas de Análise do Discurso ministradas pelo professor Lucineudo Machado Irineu no curso de mestrado em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará no primeiro semestre de 2019.

⁵ Para maiores detalhes sobre outras vertentes da ADC, ver Magalhães, 2017.

A despeito de existirem diferentes abordagens de análises críticas da linguagem, o expoente da ADC é reconhecido em Norman Fairclough, a ponto de se ter convencionado chamar sua proposta teórico-metodológica, a Teoria Social do Discurso, de ADC [...] (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 21)

Neste sentido, a ADC tem como principal nome o linguista britânico Norman Fairclough (1941), localizando-se dentro das chamadas Ciências Sociais Críticas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999 *apud* MAGALHÃES 2005), pois revela “como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso tem sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença.” (FAIRCLOUGH 2001, p. 31), conferindo à esta ciência a qualidade de profícua área para o desenvolvimento dos estudos críticos.

É também importante salientar que a ADC “orienta-se linguisticamente pela Linguística Sistêmica Funcional (LSF) de Halliday” (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 56), fazendo uma espécie de releitura de alguns de seus conceitos.⁶ Desta forma, Fairclough (2001) propõe novas reconfigurações acerca das funções da linguagem quanto ao seu efeito constitutivo:

[...] o que denominarei as funções da linguagem ‘identitária’⁷, ‘relacional’ e ‘ideacional’. A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92)

Pelas funções da linguagem, este autor mostra que o discurso é capaz não só de modificar nossa maneira de enxergar o mundo, mas também de construí-la. Especificando, teríamos: a função ideacional que nos revela como os textos carregam seu papel nos processos de significação; a relacional que representa o modo como nos relacionamos uns com os outros, e a identificacional, a que mais interessa a este trabalho, pois diz respeito aos modos como nossas identidades podem ser estabelecidas através do discurso.⁸

Logo abaixo, apresento um quadro que resume os sentidos do discurso apontados por Fairclough (2001) e que embasam a compreensão do papel do discurso na sociedade:

⁶ Para mais detalhes sobre a relação entre a ADC e a LSF, ver Ramalho; Resende, 2006.

⁷ O termo “identitária” está sendo usado aqui conforme a tradução de Izabel Magalhães para a referida obra. No entanto, opto por usar “identificacional” ao decorrer do trabalho por considerar que este termo melhor se alinha com os outros dois (relacional e ideacional) e atribui sentido de processo em andamento e não um conceito estático.

Quadro 1 - Macrofunções do Discurso

	<i>IDENTIFICACIONAL</i>	<i>RELACIONAL</i>	<i>IDEACIONAL</i>
SENTIDOS	Diz respeito aos modos pelos quais as identidades e as posições de sujeito são constituídas no discurso.	Modos pelos quais as relações sociais entre os participantes do discurso são construídas e mantidas.	Refere-se ao papel do discurso na construção dos sistemas de conhecimentos e crenças de uma sociedade.

Fonte: elaborado pela autora

Em sua abordagem dialética-relacional, Fairclough (2001) se propõe a fazer uma análise de discurso linguística unida ao “pensamento social e político” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89) relevantes à prática discursiva, tornando possível para os estudos linguísticos a possibilidade de estudar o discurso por um prisma que considere a sua relação com as práticas sociais e, por conseguinte, com a sociedade. A esta perspectiva, o autor chamou de *Teoria Social do Discurso*, uma proposta de modelo teórico-metodológico que discorre sobre o tripé: texto, prática discursiva e prática social⁹.

Quadro 2 – Adaptação do Modelo Tridimensional e suas categorias¹⁰

<i>TEXTO</i>	<i>PRÁTICA DISCURSIVA</i>	<i>PRÁTICA SOCIAL</i>
<i>Vocabulário (lexicalização¹)</i>	<i>Produção</i>	<i>Ideologia</i>
Gramática	<i>Distribuição</i>	• Sentidos
Coesão	<i>Consumo</i>	• Pressuposições
Estrutura textual	Contexto	• Metáforas
	Força	• Coerência
	Coerência	Hegemonia
	<i>Intertextualidade</i>	

Fonte: elaborado pela autora

⁹Para o modelo, ver Fairclough (2001).

¹⁰Colocamos em itálico, nos dois quadros, os termos que serão descritos teoricamente e retomados, quando for pertinente, no âmbito da análise. Ademais, ambos são baseados unicamente na obra de Fairclough (2001), daí justifica-se o fato de a categoria “avaliação” estar ausente, visto que ela só foi descrita posteriormente, em Fairclough (2003).

Em apenas algumas das categorias acima nos detemos seus conceitos. Em nível da *análise textual*, nos ocupamos com o estudo da categoria *vocabulário*, visto que esse tipo de análise “recai sobre as lexicalizações alternativas e sua significância política e ideológica” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 105), buscando assim investigar o sentido de palavras utilizadas que implicam escolhas políticas e ideológicas e as lutas de poder que as mobilizam em relação as questões de gênero.

Na *dimensão da prática discursiva*, não seria possível realizar uma análise completa sem que me dedicasse aos processos de *produção*, *distribuição* e *consumo* do texto no qual materializou-se o discurso da análise. De acordo com Fairclough (2001), eles irão variar conforme os fatores sociais que o envolvem. Sobre a *produção*, por exemplo, o autor afirma que

[...] os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos: um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção - no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agendas de notícia, na transformação dessas fontes (frequentemente elas próprias já são textos) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem e na edição da reportagem [...] (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107).

Deste modo, é possível depreender a complexidade que envolve este primeiro processo e o quanto é multifacetada a questão de quem seja (ou quem sejam) o produtor de um texto.

Quanto à *distribuição*, Fairclough (2001) afirma que esta pode se realizar de modo simples, como em uma conversa casual, porém também pode vir a ser complexa, como os textos produzidos por políticos. O autor nos esclarece que o texto que chega ao público pode ser modificado e seus produtores tendem a antecipar a interpretação dos “receptores” (a quem o texto se dirige diretamente), dos “ouvintes” (a quem o texto atinge indiretamente) e também dos “destinatários” (os que não são os consumidores oficiais, mas acabam sendo os que de fato o fazem), ou seja, o jogo de manipulação de informações à serviço de interesse específicos que podem estar por detrás dos textos que consumimos diariamente.

Acerca do *consumo*, este também varia conforme o contexto social e depende do modo de como a interpretação é empregada em cada texto:

Isso tem a ver parcialmente com o tipo de trabalho interpretativo que neles se aplica (tais como exame minucioso ou atenção dividida com a realização de outras coisas) e com os modos de interpretação disponíveis - por exemplo, geralmente não se leem receitas como textos estéticos ou artigos acadêmicos como textos retóricos, embora ambos os tipos de leitura sejam possíveis. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107).

Esta acepção conduz as/os pesquisadoras/es da linguagem à refletirem acerca das possibilidades de interpretação que subjazem a um texto e como isto está diretamente ligado ao seu gênero textual e ao seu público, seja na forma de receptores, ouvintes ou destinatários.

No nível de análise da *prática discursiva*, detenho-me na categoria *intertextualidade*, recurso discursivo no qual há a “ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que resalta os elementos e as linhas diversos e frequentemente contraditórios que contribuem para compor um texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 137) e que servirá como perspectiva analítica para a interpretação dos processos de produção, distribuição e consumo.

Um aspecto importante sobre a intertextualidade que Fairclough elucida é como ela se relaciona com a questão hegemônica de uma sociedade. Segundo ele, as questões que envolvem o processo de produção, distribuição e consumo de um texto irão variar conforme as ordens do discurso, as convenções e os recursos dos membros. Neste sentido, a produção, por exemplo, não é livre, mas restringida e limitada socialmente conforme as relações de poder, o que o leva a afirmar também que a análise da intertextualidade com fim em si mesma não é capaz de abranger tais características, sendo necessário, portanto, uma teoria sobre as relações de poder. Assim, uma teoria sobre a hegemonia permite um alcance maior para a análise, pois,

Não só se pode mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de luta hegemônica, mas também conceituar processos intertextuais e processos de contestação e reestruturação de ordens de discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que tem efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135)

Desse modo, o estudo da hegemonia tem função valiosa para a análise da prática discursiva. Além disso, Fairclough (2001) faz uma distinção entre dois tipos de intertextualidade recorrendo à pressupostos da Análise de Discurso Francesa (AUTHIER-REVUZ, 2012; MAINGUENEAU, 1987, *apud* FAIRCLOUGH, 2001), ou seja: a que ocorre de modo explícito, chamada de *intertextualidade manifesta*, onde outros textos são trazidos para a trama textual de modo explícito e a intertextualidade constitutiva, a que ele preferiu chamar de *interdiscursividade*, por considerar esse tipo como aquele em que há diversas convenções discursivas incorporadas na constituição de um texto.

Sobre a intertextualidade manifesta, a que Fairclough (2001) mais se dedicou na obra de 2001, existem distinções tipológicas que variam conforme as relações intertextuais que podem existir dentro de um texto, são elas:

[...] *'intertextualidade 'sequencial'*, em que diferentes textos ou tipos de discurso se alternam em um texto [...]; *'intertextualidade encaixada'*, em que um texto ou tipo de discurso está claramente contido dentro da matriz de um outro. [...]; *'intertextualidade mista'* em que textos ou tipos de discurso estão fundidos de forma mais complexa e menos facilmente separável. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 152, grifos do autor.)

Os três tipos descritos acima servirão tanto para a identificação e a classificação dos modos pelos quais a intertextualidade pode manifestar-se, quanto para a análise de um possível padrão que possa surgir (ou não) do *corpus* desta pesquisa, relacionando-os aos indícios de representações do discurso (discursos relatados), pressuposições, negações, metadiscursos e ironias¹¹.

Quanto à *dimensão social*, a análise foca-se na *ideologia* que, para o autor diz respeito às “significações/construções da realidade [...] construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação” e que “é investida na linguagem de várias maneiras, em vários níveis” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117-118).

Para a realização da análise *ideológica*, utilizo a categoria *avaliação*. Ela está ligada ao significado *identificacional* da linguagem – o qual é nosso foco – pois diz respeito a “[...] maneiras mais ou menos explícitas ou implícitas pelas quais os autores se comprometem com valores”¹² (FAIRCLOUGH, 2003, p.171), deixando emergir sua subjetividade e opinião sobre aspectos do mundo:

Como maneira particular de se posicionar diante de aspectos do mundo, avaliações são sempre parciais, subjetivas e, por isso, ligadas a processos de identificação particulares. Caso tais processos envolvam posicionamentos ideológicos, podem atuar em favor de projetos de dominação. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 119)

Conforme a citação acima, justifico a escolha por tal categoria pois ela permite a análise de traços textuais avaliativos que revelam posicionamentos ideológicos materializados no discurso em questão. A avaliação ainda pode ser classificada quanto ao seu tipo: a) *afirmações avaliativas*: correspondem à elementos avaliativos explícitos que denotam aquilo que é desejável ou indesejável através da utilização de verbos, advérbios ou sinais de

¹¹Adianto que, quanto à ironia, não foi identificado nenhum indício no discurso da ministra Damares Alves.

¹²Tradução livre de “[...] more or less explicit or implicit ways in which authors commit themselves to values”

exclamação; b) *afirmações com modalidades deônticas*: aquelas que avaliam através de termos que inferem necessidade ou obrigatoriedade; c) *avaliações afetivas*: se referem à processos mentais afetivos, envolvendo sentimentos e reflexões e que se manifestam de modo explícito; d) *presunções valorativas*: aparecem de maneira mais implícita e conotam uma apreciação valorativa. (RAMALHO; RESENDE, 2011). Assim, estes quatro tipos de interpretações possíveis servem como auxílio para o desenvolvimento da categoria avaliação.

Por estas categorias que foram apresentadas até aqui, discurso e sociedade passam a se realizar dialeticamente, ou seja, o papel do discurso nos jogos de poder, na construção de identidades, criação e manutenção de conhecimentos em que “discurso e estrutura social seja considerada dialética [...] de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção social do discurso.” (FAIRCLOUGH, 2001, p.92). A relação entre discurso e sociedade implica também a afirmação de que o discurso “molda e restringe” a estrutura social (normas, convenções, identidades...) assim como é moldado e restringido por essas estruturas normativas e convencionais. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Para Ramalho e Resende (2006), esta visão sugere uma compreensão de discurso situado historicamente:

[...] por um lado, *estruturas* organizam a produção discursiva nas sociedades e que, por outro, cada enunciado novo é uma *ação* individual sobre tais estruturas, que pode tanto contribuir para a continuidade quanto para a transformação de formas recorrentes de ação. (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 25-26, grifo das autoras)

O discurso, então, seria um modo de ação sobre o mundo, uma espécie de “prática social”, não somente como uma maneira de comunicar-se ou de representar o nosso mundo, mas também como fenômeno socialmente constitutivo e constituinte. Ratificamos que o discurso não é apenas elemento presente na construção da sociedade, mas também é por ela edificado:

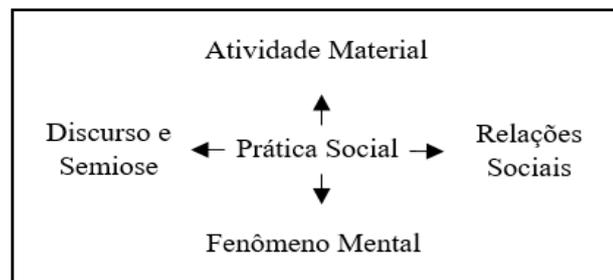
Ao usar o termo "discurso", proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...]Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Fairclough e Chouliaraki (1999), posteriormente, propõem um modelo de análise em que as fronteiras entre as três dimensões são menos rígidas, onde o foco teórico-metodológico não é mais o discurso em si, mas a prática discursiva:

Observa-se que houve, entre os modelos, um movimento do discurso para a prática social, ou seja, a centralidade do discurso como foco dominante da análise passou a ser questionada, e o discurso passou a ser visto como *um* momento das práticas sociais (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 29, grifo das autoras)

Tal mudança de foco é importante para a nova concepção de discurso. O que temos agora é a dimensão da prática social composta por “momentos”, entre eles, o discurso:

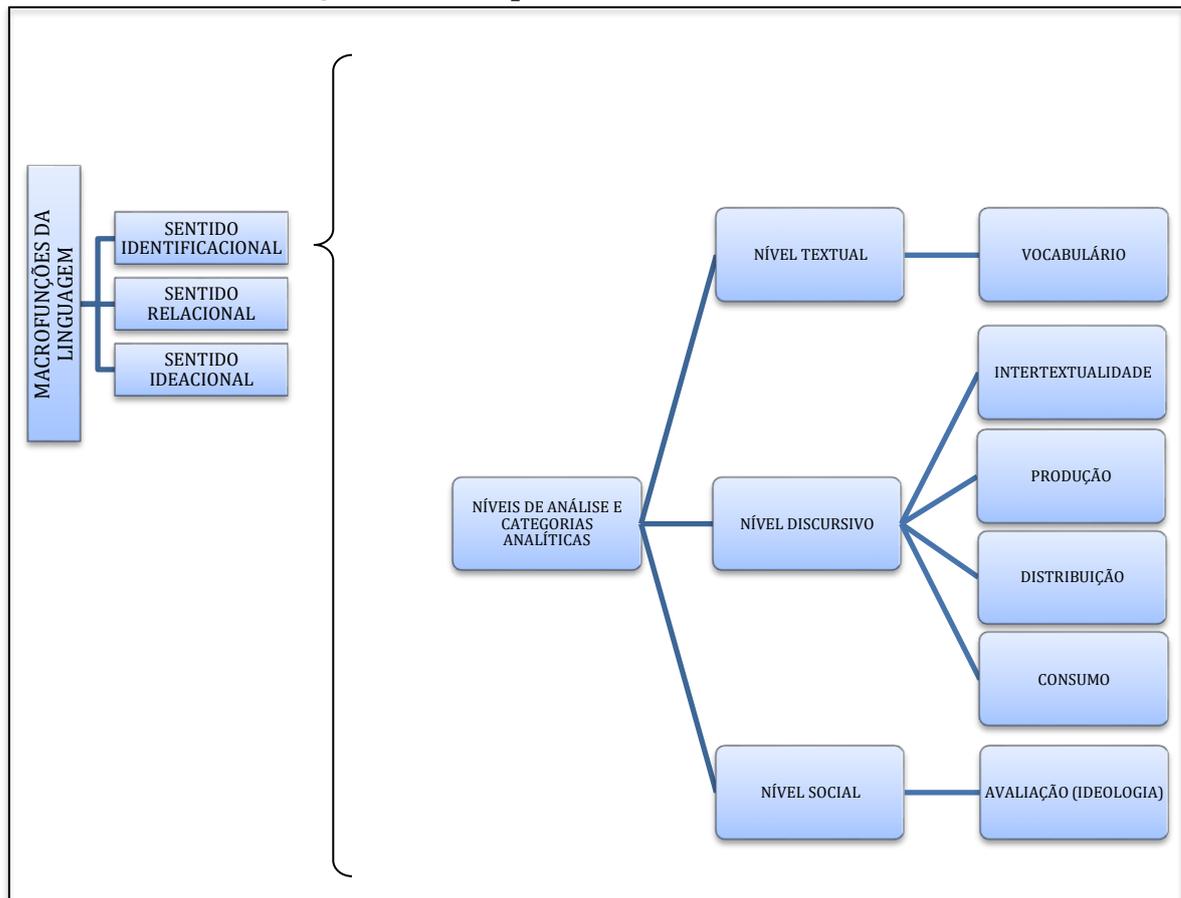
Quadro 3 - Momentos da Prática Discursiva



Fonte: Ramalho e Resende (2006, p. 39) (adaptação)

Sob esta perspectiva, o discurso tem a possibilidade de se articular com os demais momentos e de gerar novos momentos discursivos, pois “é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais como também é influenciado por eles, em uma relação dialética de articulação e internalização” (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 39). No entanto, a postura que assumimos neste trabalho condiz melhor com os pressupostos de Fairclough (2001). Esta escolha se justifica por nosso foco ser a análise textual-discursiva a partir do modelo tridimensional. Na obra posterior (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), como já foi explanado, o foco passa a ser a prática social, propondo um modelo de análise mais profundo onde o discurso é apenas um elemento desta prática. A seguir apresento um quadro elucidativo:

Quadro 4 – Esquema conceitual-analítico



Fonte: elaborado pela autora

Neste quadro é possível ter uma visão geral de todas as categorias que tornam os objetivos deste trabalho exequíveis e suas respectivas derivações e relações. À esquerda, onde estão as macrofunções da linguagem¹³, encontra-se o sentido identificacional¹⁴, que é o ponto de partida para a compreensão de como a identidade feminina é construída através do discurso da ministra. A partir deste sentido específico, traço uma relação com o modelo tridimensional de análise (à direita), de onde derivam seus três níveis de análise (textual, discursivo e social), que se relacionam entre si. Para cada nível, escolhemos uma ou mais categorias: *vocabulário* para o textual; *intertextualidade*, *produção*, *distribuição*, e *consumo* para o nível discursivo e *avaliação* para o nível social;

¹³Os demais sentidos foram alocados somente para título de ilustração mais geral.

¹⁴Esclareço que os três sentidos do discurso (identificacional, relacional e acional) ocorrem simultaneamente e não de modo separado. Contudo, o sentido identificacional ganha destaque devido sua relação direta com meu fenômeno de estudo, a identidade. Ainda assim, destaco que não excluo os demais, porquanto são inseparáveis e ocorrem em conjunto, apenas me dedico de modo especial a este sentido devido sua proximidade com os objetivos desta pesquisa.

Na subseção a seguir, procuro traçar uma breve explanação acerca da performatividade da linguagem, perspectiva intrínseca à construção e manutenção de identidades.

2.1 Performatividade

O conceito de performatividade traz para as teorias sociais e linguísticas de que é possível *fazer pelo uso de palavras*, isto é, considerar a linguagem como performativa significa afiançar a ideia de que nosso discurso é composto por *atos de fala* e que estes, por sua vez, geram consequências e produzem efeitos sobre nossos interlocutores. Tal pensamento partiu do filósofo da linguagem ordinária J. L. Austin, que voltou seu olhar não somente para as questões de veracidade/falsidade dos enunciados, como fazia a tradição de filósofos de sua época, mas, essencialmente, sobre de que maneiras o uso linguageiro implica ações.

Na Teoria dos Atos de Fala, Austin (1990), por meio de reflexões proferidas em suas conferências, Austin lança sua atenção sobre os enunciados que promovem um *agir* da linguagem, considerando os efeitos provocados pela enunciação. Excluindo sua própria constatação inicial da existência de enunciados constativos (os que somente afirmam algo, como em “o gato está deitado”), como fruto de seu constante movimento reflexivo, dedica-se ao estudo dos chamados enunciados performativos, aqueles que engendram uma *ação* do discurso – daí a escolha de seu nome por *performative*, do inglês –, e que seriam detentores de uma espécie de força enunciativa. Essa força poderia variar entre ilocucionária e perlocucionária, constituindo assim, as três dimensões do ato de fala: ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário:

[...] um ato locucionário, que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; um ato ilocucionário, que é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de promessa, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por eu prometo [...] ou por outra realização; por último, um ato perlocucionário, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor. (OTTONI, 2001, p. 128)

O ato locucionário diz respeito à dimensão da ação pura *de* dizer algo, com sua escolha lexical, implicando também sua sintaxe e semântica; o ato ilocucionário refere-se à força da ação realizada *ao* dizer algo, e o ato perlocucionário é o efeito dessa força gerado sobre o interlocutor do discurso proferido/realizado. É importante salientar (como bem fez Ottoni,

2001) que, para Austin, estes três tipos de atos de fala acontecem simultaneamente, porquanto são três dimensões de *um só ato* e não três atos diferentes.

De modo a exemplificar como funciona a tripartição do ato de fala, tomo o já conhecido enunciado como exemplo: “eu vos declaro marido e mulher”. Ao afirmá-lo, um sujeito autorizado pelas convenções sociais, neste caso, o padre, em contexto específico – um casamento –, profere: a) um ato locucionário ao passo que o faz por meio de uma combinação de léxicos, sintaxe e semântica específicos; ao mesmo tempo, uma ação realiza-se; b) um ato ilocucionário, isto é, o próprio rito do casamento acontece, como também, um efeito é produzido sobre os interlocutores – c) ato perlocucionário –, dois sujeitos passam a serem casados a partir daquele momento.

Austin busca, portanto, propor uma teoria geral para os atos de fala, explorando as possíveis consequências e possibilidades de sucesso/fracasso dos atos perlocucionários. Mesmo diante do empenho em revisitar e aperfeiçoar constantemente sua própria teoria, isto se dá de modo inconcluso, muito devido à sua morte precoce aos 48 anos. Deste modo, o filósofo abre espaço para uma série de frutíferas explorações acerca de suas conferências e suas implicações. No que concerne a este trabalho, considero importante uma das reflexões geradas por este último a respeito da questão do sujeito:

[...] tomarei como certo o fato de que nas análises de Austin o tempo todo exigem um valor de contexto, e mesmo de um contexto exaustivamente determinado, em teoria ou teleologicamente; a longa lista de "infelicidades" nas quais sua variedade pode afetar o evento performativo sempre volta como um elemento no qual Austin chama de contexto total. Um desses elementos essenciais – e não um entre outros – permanece, classicamente, conscientemente, é a presença consciente da intenção do sujeito falante na totalidade de seu ato de fala. [...] A presença consciente de oradores ou receptores participando da realização de um espetáculo performativo, presença intencional na totalidade da operação, implica teleologicamente que nenhum resíduo [reste] escape à totalização atual. (DERRIDA, 1988, p. 14)¹⁵

Derrida (1988) argumenta que o sujeito em Austin é consciente de seus atos de fala, revelando sua intencionalidade ao agir. Declara que, ao buscar sumarizar/identificar as possibilidades de sucesso/fracasso para os atos de fala, Austin estaria limitando o contexto possível da ação comunicativa, levando à dedução de que o falante agiria intencionalmente,

¹⁵Tradução livre de “[...] for granted the fact that Austin's analyses at all times require a value of context, and even of a context exhaustively determined, in theory or teleologically; the long list of "infelicities" which in their variety may affect the performative event always comes back to an element in what Austin calls the total context. One of those essential elements-and not one among others-remains, classically, consciousness, the conscious presence of the intention of the speaking subject in the totality of his speech act. [...] The conscious presence of speakers or receivers participating in the accomplishment of a performative, their conscious and intentional presence in the totality of the operation, implies teleologically that no residue [reste] escapes the present totalization.”

assim como seu receptor, implicando que nada escaparia a esta previsibilidade. Para Pinto (2001) há, de fato, razão na crítica feita por Derrida, visto que

A oposição sucesso/fracasso se sustenta pela intenção do/a falante, ou seja, pelo que o/a falante intenciona para o enunciado que ele/a produz, tratando, portanto, as convenções ritualizadas do enunciado como um contexto possível de ser saturado, de ser dado como totalmente determinável. (PINTO, 2001, p. 102)

Pinto (2001) encontra justificativa para essa acepção inicial de Austin da existência de um contexto mensurável apoiando-se na compreensão da *intencionalidade* e da *convenção ritualizada*. A autora indaga-se: “Qual componente seria capaz de ancorar toda a complexidade do ato de fala?” e em seguida conclui que “Dois elementos foram tomados, nas diversas interpretações críticas ao trabalho de Austin, como lugar dessa âncora totalizadora do ato de fala: a intencionalidade e a convenção ritualizada.” (PINTO, 2001, p. 103). Isto é, de acordo com tais interpretações feitas sob a teoria austiniana, a questão do contexto previsível está apoiada na intenção do sujeito e nas convenções que uma sociedade toma como rito. À guisa de exemplo, recorro ao clássico enunciado “eu te batizo”, no qual haveria a presença de sujeito consciente (o padre) de seu ato de fala e apoiado em uma convenção (o batismo), tornando possível pensar a ideia de um contexto total.

No entanto, ratifico que a teoria de Austin é construída através *de* e *no* movimento contínuo em que se dá sua mente reflexiva, característica que torna sua obra ainda mais peculiar e única em seu dinamismo, espelhando a própria natureza performática e ativa da linguagem. Isto resulta em várias reformulações de suas próprias conclusões ao longo das conferências, entre elas o lugar do sujeito nos atos fala. Pensar o contexto como algo possível de ser saturado e o sujeito como aquele que age intencionalmente, controlando os efeitos de seus atos de fala, é ir na contramão de uma perspectiva que visa à linguagem em sua complexidade, como algo vivo e em interrupto movimento.

É nesta conjuntura que Austin enuncia a revolucionária acepção de *uptake*¹⁶:

A menos que se obtenha determinado efeito, o ato ilocucionário não terá sido realizado de forma feliz e bem-sucedida. Isso é diferente de dizer que o ato ilocucionário consiste na realização de um determinado efeito. Não se pode dizer que preveni um auditório a menos que este escute o que eu diga e tome o que digo num determinado sentido. Um efeito sobre o auditório tem de ser conseguido para que o ato ilocucionário seja levado a cabo. De que maneira podemos expressar melhor isto? E como podemos delimitar melhor esta noção? Em geral o efeito equivale a tornar

¹⁶ Consciente da existência de traduções para o termo *uptake*, como apreensão, por exemplo, opto por manter a expressão em inglês por julgar, tal qual fez Ottoni (2001), que uma tradução possivelmente limitaria a complexidade do conceito.

compreensível o significado e a força da locução. Assim, a realização de um ato ilocucionário envolve assegurar sua *apreensão*. (AUSTIN, 1990, p. 100, grifo do autor.)

De modo a expressar a diferença entre a dimensão ilocucionária e a perlocucionária dos atos de fala, o conferencista esclarece a importância do *momento* em que ocorre a apreensão – que aqui tomaremos por *uptake* – no qual “há o reconhecimento entre os interlocutores de que algo está assegurado, de que o ‘objetivo ilocucionário’ foi realizado através de sua ‘força’.” (OTTONI, 2001, p. 134). Segundo Ottoni (2001) é pontualmente o *uptake* o responsável pelo o que há de performativo e não somente constativo no ato; o momento exato no qual ocorre a captação, isto é, a assimilação da ação linguística.

De uma reviravolta fundamental na tentativa de distinção entre o ilocucionário e o perlocucionário, ele se ergue com a noção de *uptake*. Esse termo, traduzível como *apreensão*, pode ser mais bem entendido como a relação de intersignificação, quando as forças envolvidas no ato de fala estão sendo negociadas pelos/as falantes. (PINTO, 2001, grifos da autora)

Assim, a noção de *uptake* ganha espaço nas críticas sobre a teoria austiniana na medida em que expressa a maneira como a relação sujeito-interlocutor-contexto se estabelece dentro do discurso. À mim, chama a atenção, de modo específico, como a perspectiva diante da questão do sujeito – já que o fenômeno maior deste trabalho é a identidade – se transforma diante da reviravolta provocada por este novo entendimento. Pinto (2001), em sua leitura de Derrida sobre a teoria austiniana, enfatiza que há uma descentralização do papel do sujeito, passando a ser um “integrante das forças que operam” (p. 104) o ato linguístico.

Neste mesmo sentido, Ottoni (2001) reitera que “O *uptake* é então uma condição necessária ao próprio ato (de fala), e é *ele* quem produz o ato. É através do *uptake* que há um descentramento do papel do sujeito falante.” (OTTONI, 2001, p. 135, grifo do autor). Considerá-lo como responsável pela produção do ato, segundo este autor, subverte a própria teoria austiniana, que mantinha o sujeito no cerne da questão, como ser intencional e detentor do controle da significação que, por sua vez, constitui-se no momento da enunciação, a partir da relação entre o locutor e o interlocutor. Deste modo, o sujeito não é mais um ser individual empírico, mas o que Ottoni (2001) chamou de “entidade extralinguística”:

[...] o “eu” linguístico passa a se fundir com a linguagem, a fazer parte integrante dela. O “eu”, expresso através do pronome sujeito do presente do indicativo, ao falar, realiza uma ação por intermédio do ato de fala; este “eu” é agora qualquer sujeito no mundo. [...] Austin parte de um “eu” com a linguagem e chega a um “eu” na linguagem e da linguagem. O “eu” não tem sozinho o domínio da significação: ele se constitui no momento de sua enunciação, na interlocução. Para este “controle” do

significado, Austin utiliza o conceito de *uptake*. O “eu” não deve mais ser confundido com o “sujeito” falante empírico, uma vez que é só através do *uptake* que se constitui o “sujeito”. (OTTONI, 2001, p. 134. grifos do autor)

Partilhando então da leitura crítica feita sobre a teoria austiniana, a guinada em torno da questão do sujeito dentro da visão de uma linguagem performativa, a qual também me vinculo, é decisiva no modo como reconheço o discurso da ministra. Damares agora é entendida não somente como uma mulher em sua individualidade que assume um cargo de força política, mas investigo seu discurso considerando que seus atos de fala são constituídos por meio da relação entre o *eu* e o *tu*, onde sua intenção é desmantelada e seus significados são oriundos do próprio momento enunciativo, parafraseando Ottoni (2001), revelando assim, que nenhum sujeito é capaz de agir única e exclusivamente a sós, mas sempre *dentro e através* de um eu que é edificado *na e pela* linguagem.

Deste modo, Pinto (2001) sugere que uma teoria geral para os atos de fala, como intencionou Austin, deveria ser uma teoria radical, no sentido de levar em conta o falante como parte da performatividade:

[...] Sem dúvida seria uma teoria radical dos atos de fala, uma teoria que levasse em conta o sujeito de fala como parte integrante da performatividade, e nunca somente fórmulas linguísticas ou condições de fala. Uma visão performativa da linguagem deve integrar a complexidade da condição de sujeito de linguagem, e levar às últimas consequências a identidade entre dizer e fazer, insistindo na presença do ato na linguagem, ato que transforma – opera. (PINTO, 2001, p. 103)

Assim, ao considerar a linguagem como performativa, a teoria radical dos atos de fala dá conta de alcançar a complexidade do sujeito, não como um ser consciente de todas suas escolhas linguísticas, agindo intencionalmente, mas como aquele que é parte de um processo performativo onde a previsão para as realizações linguísticas e seu contexto é insaturável.

Não obstante, inúmeras/os autoras e autores recorreram a Austin em seus trabalhos, apropriando-se de sua teoria e ampliando a potencialidade de sua obra, mesmo que em controversas interpretações, porém sempre frutíferas. Além da questão da noção de *uptake* e do lugar dado ao sujeito dentro do ato de fala, é caro a mim evocar aqui também a função do *corpo* na performance discursiva. Ainda em Pinto (2001), a autora faz a importante afirmação de que “O sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; *o ato de fala exige o corpo*. O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo.” (PINTO, 2001, p. 105, grifo da autora).

Essa relação entre corpo e linguagem fica mais clara ao seguirmos a linha de pensamento de Austin que busca problematizar os limites dos atos de fala e suas consequências.

Ao fazer isso, o destino desta reflexão chega finalmente ao corpo, revelando a linha tênue (se é que existe) entre o ato corpóreo e suas consequências, no mesmo sentido do vínculo entre o ato ilocucionário e o ato perlocucionário:

[...] Austin abriu precedentes para compreendermos suas explicações sobre os atos de fala não só como explicações sobre sons e gramática, mas também explicações sobre corpos. Nesse contexto, Austin reflete sobre a linha que separa os atos que fazemos e suas consequências. Suas reflexões nos levam ao ato físico, que torna essa linha bem mais problemática, nos levando adiante no mesmo entrelaçamento entre ato ilocucionário (o que se faz ao dizer) e ato perlocucionário (o ato que se faz por consequência e efeito do dizer). Austin usa o mesmo termo, efeito (effect) para definir as consequências de ambos os atos, assim como o ato físico se define ao mesmo tempo pelas suas consequências. (PINTO, 2009a, p. 120-121)

Isto é, ao refletir sobre os limites que separam as duas esferas do ato de fala, – ilocução (ação) e perlocução (efeito) – Austin também questiona os limites entre o ato físico e suas consequências. Problematizar tal questão, leva ao tensionamento desta fronteira, embaralhando as duas dimensões, tanto dentro do ato de fala quanto no ato físico. Assim, Austin pondera que ambas as relações (ilocução/ perlocução e ato físico/consequência) geram efeitos, ou melhor, assim como o ato de locucionário é definido pela perlocução, também o ato físico se define por suas consequências. Deste modo, fica aberto um espaço para se começar a pensar sobre a questão corpórea.

Reflexionar sobre o corpo como integrante do ato de fala é possível, segundo Pinto (2009a), devido à investigação crítica e altamente produtiva da teoria austiniana feita por Derrida em suas obras e, especialmente, por suas conseguintes traduções realizadas por estudiosas feministas estadunidenses. Judith Butler (1993) chama atenção para a necessidade da “compreensão da performatividade não como o ato pelo qual um sujeito gera o que ele/ela nomeia, mas, ao contrário, como o poder reiterativo do discurso produz os fenômenos que ele regula e constrange”¹⁷. (BUTLER, 1993, p. 03), caracterizando a performatividade não como um simples ato de gerar o que é nomeado, mas como um poder de reinteração e ressignificação no discurso, que, por consequência, regula e constrange as práticas sociais.

Em sua consagrada obra *Gender trouble: feminism and the subversion of identity* (2003 [1990]), ao falar sobre a performatividade como constitutiva do gênero¹⁸, Butler localiza o corpo dentro de sua teoria:

¹⁷Tradução livre de “understanding of performativity not as the act by which a subject brings into being what she/he names, but, rather, as the reinteractive power of the discourse produce the phenomena that it regulates and constrains.”.

¹⁸ Este aspecto será melhor explicado no capítulo seguinte.

[...] atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo [...]. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado. (BUTLER, 2003, p. 194).

Ao ponderar que o corpo é marcado por atos performativos, a autora infere que estes imprimem no corpo seus efeitos, mas também afirma que o próprio corpo os sustenta, juntamente ao discurso. Isto é, atos, gestos, desejos e atuações marcam o corpo e por ele são fabricados, levando à premissa essencial de que o corpo é integrante da performatividade.

Ademais, Butler, no prefácio de *Gender trouble* declara que a “[...] performatividade não é um ato singular, mas uma repetição e um ritual, que realiza seus efeitos através da sua naturalização no contexto no qual o corpo é compreendido” (BUTLER, 1999, p. XV.) isto é, atos produzem efeitos sobre corpos, indo mais além, *corpos são performados*.

Utilizando o exemplo do ato de fala *ameaça* como um ato de fala, Butler revela que

Enquanto a ameaça prefigura o ato, seria um erro concluirmos que, embora a ameaça ocorra apenas na linguagem, a ato ameaçado ocorre em uma instância material totalmente além da linguagem, no meio e entre corpos. Implícito na noção de ameaça é que o que é falado na linguagem pode prefigurar o que o corpo pode fazer; a ato referido na ameaça é o ato que alguém pode realmente executar. Mas essa visão deixa de levar em conta que *falar é em si um ato corporal*.¹⁹ (BUTLER, 1997, p. 09-10, grifo da autora)

Ao trazer este clássico exemplo, Butler primeiro atesta que, considerar a *ameaça* como um ato, não significa que este aconteça somente na dimensão linguística, mas também corpórea. Segundo, afirma que, junto dessa apreciação, vem a observação de que o linguístico contribui da constituição da dimensão corpórea. No entanto, seguir esse raciocínio, segundo a autora, excluiria a proposição de que o próprio ato de fala *seja* um ato corpóreo, ou seja, o proferimento “eu prometo que...” seria, indissociavelmente, um ato de fala e de corpo.

Especificamente sobre o discurso, Butler afirma que

[...] discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso. Então, não quero

¹⁹ Tradução livre de “Whereas the threat prefigures the act, it would be a mistake to conclude that whereas the threat takes place merely in language, the threatened act takes place in a material instance fully beyond language, between and among bodies. Implicit in the notion of a threat is that what is spoken in language may prefigure what the body might do; the act referred to in the threat is the act that one might actually perform. But this view fails to take into account that *speaking is itself a bodily act*.”.

afirmar que haja uma construção discursiva de um lado e um corpo vivido de outro. (BUTLER, 2003, p.162)

Isto é, considerar o corpo como integrante da performatividade não significa que prefigure um elemento dissociado do discurso. Pelo contrário, o enxerto acima revela que discurso e corpo coexistem em uma relação na qual é impossível se analisar um excluindo o outro. Mais ainda, ao ser comparado com o sangue, Butler torna evidente o quão vital é o discurso para a validação e legitimação do corpo.

Se observarmos o exemplo simples de um padre que profere o enunciado: “eu o batizo”, seu corpo deverá estar de acordo com o que se espera de um padre, não poderia, por exemplo, ser o corpo de uma mulher, porquanto este ato no corpo feminino não estaria de acordo com o *modus operandi* sociocultural do batismo, “o efeito do ato de fala é operado ao mesmo tempo pelo o que é dito, por quem diz e por como é dito – como o corpo diz, como o enunciado diz.” (PINTO, 2001, p. 106), além disto, o seu discurso é fundamental em virtude de é que por meio dele que o corpo de padre é posto em movimento. Neste sentido, o ato de fala é validado com a junção do contexto, do enunciado e do corpo do falante.

Considerando o corpo como elemento regulado pela sociedade, performado pelos atos de fala, concordamos em afirmar que a “performatividade não é a capacidade de ação efetuada pelo enunciado; a performatividade é a capacidade de ação operada pelo ato de fala na sua materialidade plena – sonora e corporal.” (PINTO, 2007, p. 12). Isto é, a performatividade é realizada pelo ato de fala desde que inclua o corpo em sua legitimação.

Nesta esteira das noções que ampliam a compreensão sobre a performatividade em sua complexidade, é também relevante pontuar a importância do conceito de *différance* e de iterabilidade. Ao problematizar como é possível a repetibilidade de um signo ocorrer mesmo longe de seu significado original e de seu referente, Derrida (1988) pontua que

Para que minha "comunicação escrita" mantenha sua função como escrita, isto é, sua legibilidade, deve permanecer legível, apesar do desaparecimento absoluto de qualquer receptor, determinado em geral. Minha comunicação deve ser repetível - iterável - na ausência absoluta do receptor ou de qualquer coletividade empiricamente determinável de receptores. Essa iterabilidade (*iter*, novamente, provavelmente vem de *itara*, *outro* em sânscrito, e tudo o que se segue pode ser lida como a elaboração da lógica que liga a repetição à alteridade) estrutura a marca própria da escrita, não importa que tipo específico de escrita esteja envolvido [...]. Uma escrita que não é estruturalmente legível-iterável-além a morte do destinatário não estaria escrevendo.²⁰ (DERRIDA, 1977, p. 07)

²⁰Tradução livre de “In order for my "written communication" to retain its function as writing, i.e., its readability, it must remain readable despite the absolute disappearance of any receiver, determined in general. My communication must be repeatable-iterable-in the absolute absence of the receiver or of any empirically determinable collectivity of receivers. Such iterability-(iter, again, probably comes from itara, other in Sanskrit,

Este autor esclarece primeiro que, para que um signo seja *repetível*, é necessário que ele seja legível e que assim permaneça mesmo diante da ausência de seu receptor, configurando o que ele chamou de “ruptura da presença, a ‘morte’ ou possibilidade da ‘morte’ inscrita na estrutura da marca.” (DERRIDA, 1977, p. 08). Para esta noção de ausência, Derrida optou por chamar de *différance*, um neologismo que usou fruto da junção entre *diferença* e *diferimento* em francês. A partir deste conceito é que Sara Salih (2012) afirma que não há nenhum referente puro já que o significado nunca estará essencialmente presente, sempre dependendo de uma cadeia maior de significantes.

Ainda dentro do âmbito sobre as discussões acerca do corpo na teoria da performatividade, Pinto (2001) acrescenta que o corpo é ritualizado. A estilização do corpo, isto é, sua repetição necessária à legitimação, é definida e redefinida socialmente, ditando o que é ou não aceitável para determinado corpo, pois “para ser legível, o corpo precisa da sua história e também da possibilidade futura de repetição” (PINTO, 2001, p. 106). Uma mulher lésbica, por exemplo, que decide assim assumir-se perante a sociedade, ao estilizar seu gênero, ela não está necessariamente criando algo novo ou diferente, mas repetindo um ritual social de estilização de corpos de outras mulheres lésbicas anteriores a ela, de modo a evitar que sua legitimação seja dificultada. Trata-se de uma ação individual condicionada e restringida socialmente.

Esta possibilidade de repetição que Pinto (2001) citou anteriormente, é o que Derrida (1977) chamou de iterabilidade, prefigurando a promessa que todo signo carrega em si ser iterável ao longo do tempo e de acordo com a historicidade na qual os atos de fala são embebidos:

[...] a iterabilidade – a propriedade que torna o rito o que ele é, um momento repetido, repetível, e submetido à alteridade – é a possibilidade estrutural do todo signo: possibilidade de ser repetido na ausência não somente de seu referente, mas também na ausência do seu significado ou intenção determinada. (PINTO, 2009a, p. 130)

Butler (1997) exemplifica o poder da iterabilidade e esclarece, com o exemplo do termo *queer*, como os usos da linguagem podem *reavaliar* os significados e embuti-los de novos valores:

and everything that follows can be read as the working out of the logic that ties repetition to alterity) structures the mark of writing itself, no matter what particular type of writing is involved (whether pictographically, hieroglyphic, ideographic, phonetic, alphabetic to cite the old categories). A writing that is not structurally readable-iterable-beyond the death of the addressee would not be writing”.

[...] isso sugere que o poder mutável de tais termos marca um tipo de performatividade discursiva que não é uma série discreta de atos orais, mas uma cadeia ritual de ressignificações cuja origem e fim permanecem não corrigidos e não corrigíveis. Nesse sentido, um "ato" é não um acontecimento momentâneo, mas um certo nexos de horizontes temporais, a condensação de uma iterabilidade que excede o momento em que ocorre. (BUTLER, 1997, p. 14)

Butler, assim como Derrida (1988), enfatiza o poder da historicidade nos atos de fala, como componente que torna a iterabilidade uma força que excede os limites temporais e amplia o modo como a performatividade de Austin é concebida. Assim, considerar que a iterabilidade é uma propriedade intrínseca à todo ato de fala, faz-nos pensar a performatividade em outro nível de compreensão, na qual a comunicação não seria somente uma transferência entre locutor e interlocutor de um signo linguístico para um material:

Ao contrário da afirmação clássica, do enunciado constativo, o performativo não tem seu referente [...] fora de si ou, de qualquer forma, antes e à sua frente. Não descreve algo que existe fora do idioma e antes dele. Produz ou transforma uma situação, efeitos; e mesmo que se possa dizer que um enunciado constativo também efetua algo e sempre transforma uma situação, não se pode sustentar que ele constitui sua estrutura interna, sua função manifesta ou destino, como no caso de o performativo.²¹ (DERRIDA, 1977, p. 13).

Neste sentido, a visão de uma linguagem performativa avança com a *desconstrução* feita por Derrida, superando a perspectiva a partir da qual era possível reiterar que o referente, antes necessário à concepção clássica dos atos de fala, e perdendo lugar para a formulação de que *o próprio ato produz/transforma* o que quer que ele pretenda comunicar.

Logo, incluir em meu referencial o horizonte teórico percorrido até aqui, permite enxergar o discurso da ministra Damares, assim como qualquer outro, como detentor de um poder de produção e transformação da realidade, tendo em vista que ele reitera significados sobre o ser mulher sem deixar de atribuir novos valores. Tal poder é ampliado quando se considera que ela detém força política e, portanto, o alcance e os efeitos de seus atos têm um alcance significativamente grande.

Além disso, o corpo²², como parte integrante e essencial da performatividade que a ministra exerce, não poderia ser renegado aqui, visto que é, também por meio dele, que Damares

²¹Tradução livre de "As opposed to the classical assertion, to the constative utterance, the performative does not have its referent (but here that word is certainly no longer appropriate, and this precisely is the interest of the discovery) outside of itself or, in any event, before and in front of itself. It does not describe something that exists outside of language and prior to it. It produces or transforms a situation, it effects; and even if it can be said that a constative utterance also effectuates something and always transforms a situation, it cannot be maintained that that constitutes its internal structure, its manifest function or destination, as in the case of the performative."

²²Considerando o único momento do qual deriva o *corpus* desta pesquisa e que a ocasião mantém Damares de modo estático, sem mudanças significativas em sua performance corpórea, a análise do corpo da ministra, de

legítima e válida o seu discurso, porquanto é estilizado repetidamente e constrangido pela estrutura social.

A seguir, apresento uma explanação feita em torno do conceito de gênero e seus aspectos pertinentes a este trabalho, além da discussão dos demais pressupostos que se relacionam a ele, mantendo a perspectiva da performatividade e explorando algumas conceituações acerca de perfis identitários femininos.

2.2 Gênero

Para Butler (2003), nossa principal expoente neste assunto, gênero é uma significação construída culturalmente, rompendo a relação com o sexo biológico. Contudo, a filósofa amplia esta perspectiva e acrescenta que

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é um meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura*. (BUTLER, 2003, p. 27, grifos da autora)

Assim, Butler (2003) esclarece que gênero e sexo não funcionam de modo a serem simplesmente determinados um pela cultura e outro pela biologia, respectivamente, mas sugere que ambos carregam em sua constituição as inscrições discursivas/culturais de uma sociedade, isto é, uma espécie de território imparcial sobre o qual tais marcas são impressas.

Salih (2015), ao explorar a teoria *queer* em Butler (2003), argumenta que a filósofa busca fazer uma distinção entre sexo e gênero para enfim afirmar que o primeiro não tem existência sem o segundo. Isto é, o sexo, mesmo sendo considerado a unidade natural, biológica de um sujeito, é também “generificado”²³, ou seja, “Todos os corpos são “generificados” desde o começo de sua existência social (e não há existência que não seja social), o que significa que não há ‘corpo natural’ que preexista à sua inscrição cultural” (SALIH, 2015, p. 89)

Além disso, ao problematizar o uso do termo “construção” em relação ao gênero em sua própria teoria e também na de Beauvoir, Butler (2003) sugere que o termo implicaria

modo específico, não será enfocada, contudo, não descarto o fato de que se trata de um elemento presente e componente de seus atos de fala.

²³Aqui, *generificados* diz respeito aos atores sociais que contenham marcas de gênero, e não no sentido de *generalização*.

uma concepção determinista, na qual o sujeito deteria livremente de seu poder de escolha para designar seu gênero. Contudo, segundo a exemplificação de Salih (2015), mesmo havendo uma variedade de escolhas dentro do guarda-roupas dos gêneros, no qual o sujeito poderia escolher o traje que melhor lhe vestisse, este guarda-roupa é limitado por uma espécie de *script* que faz parte de um quadro regulatório maior que é construído e mantido pela cultura de uma sociedade.

Sob esta ótica, o corpo poderia ser visto “como um meio passivo sob o qual se inscrevem significados culturais, ou então como instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma.” (BUTLER, 2003, p. 27). Entretanto, Butler (2003) também afirma que o corpo, por si só, *é uma construção*, uma profusão de demais corpos que integram o campo de atores sociais “generificados” e afirma que estes não teriam existência anterior ao discurso, colocando o sexo biológico na posição pré discursiva. Logo, o discurso é anterior ao corpo e, mesmo havendo marcações biológicas de sexo, é o discurso que constrói o gênero. No simples enunciado “É uma menina!”, não se está meramente constatando características físicas, mas performatizando o gênero, já que “a nomeação do sexo é um ato de dominação que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual.” (BUTLER, 2003, p. 200), criando uma falsa relação lógica entre sexo biológico e gênero, quando na verdade é o discurso que tem o poder de gerar e modificar o que é socialmente real.

Se apurarmos mais um pouco nosso olhar para o enunciado “É uma menina” verificam-se consequências diferentes e mais reducionistas para o sujeito do que na afirmação “É um menino”. Ao serem nomeados como meninas, dentro de um contexto estável e extratificante do patriarcalismo cultural, elas são levadas a viverem uma vida repleta de naturalizações que ditam suas escolhas e comportamentos: “nasceu para ser mãe”, “deverá ser dócil e carinhosa”, “cuidará do lar e dos filhos”, “não poderá ocupar espaços tido como masculinos” e assim por diante. Neste sentido, podemos afirmar que o gênero é construído social e culturalmente e que os atos de fala desempenham uma enorme força em sua edificação.

Ademais, Butler (2003) indica que é por meio da análise discursiva que se é possível conhecer e explorar os limites e possibilidades culturais de inscrições de gênero sob os corpos:

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. (BUTLER, 2003, p. 28)

Sobre esta afirmação, Butler (2003) elucida que este tipo de análise discursiva é possível graças às estruturas binárias que compõem nossa sociedade e do discurso cultural hegemônico que delas emergem, revelando, assim, que a existência dos diversos gêneros somente existe e é aceitável dentro dos limites do que é plausível de imaginar, remetendo ao exemplo já mencionado de Salih (2015) do guarda-roupa de gêneros que segue um *script* limitado.

Assim, ao aprofundar sua afirmação sobre o gênero Salih (2015) sugere que este, conforme perspectivas linguísticas e/ou culturais, é um significado que corpos já diferenciados sexualmente são capazes de assumir, ressaltando que este só é possível de existir se construído em relação a corpos opostos. Uma mulher *trans*, por exemplo, edificou seu gênero graças ao reconhecimento de seu oposto, neste caso, um homem *cis* ou um homem *trans*. Nas palavras de Salih (2015) “As identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem, o que significa que não há identidade de gênero que preceda à linguagem. [...] Não é que uma identidade ‘faça’ o discurso ou a linguagem, mas é precisamente o contrário – a linguagem e o discurso é ‘fazem’ o gênero.” (SALIH, 2015, p. 91) e é neste sentido em que a teoria de Butler sugere que a identidade de gênero é performativa.

Salih (2015) esclarece como a performatividade relaciona-se ao processo da identidade de gênero. Em sua interpretação para a conhecida afirmação da filósofa Simone de Beauvoir “ninguém nasce mulher; torna-se uma mulher”, Butler (2003) evidencia que, ser mulher não é algo que nascemos sendo, mas, na verdade, é algo que fazemos, que performamos. Contudo, Salih chama atenção para o fato de Butler não considerar o gênero como uma performance simplesmente, pois esta exigiria um *performer* anterior a ação, um sujeito que por si só agiria. Para além disto, o que Butler (2003) pretende é elucidar que a performance preexiste ao *performer*, excluindo a visão essencialista de sujeito e abrindo espaço para se pensar em identidades que são construídas e reconstruídas ao longa da história.

Segundo Butler (2003 *apud* Cameron 1995), o gênero nada mais é do que uma estilização do corpo, ou melhor, um conjunto de ações linguístico-corpóreas que se repetem ao longo do tempo a fim de produzir um significado. Enfim, gênero é socialmente constituído, performado pelo sujeito:

O que Butler está dizendo é que tais identidades sociais não existem simplesmente (elas só têm "a aparência da substância"); ao contrário, elas são criadas quando os atores sociais as realizam repetidamente. A razão pela qual nos percebemos, e somos percebidos pelos outros, como tipos particulares de pessoas, é que repetimos as ações

que definem esses tipos de pessoas até que, no tempo, elas parecem ser uma parte fixa e integral de nossa natureza. (CAMERON, 1995, p. 16)²⁴

Assim, acrescentando à noção de que gênero são significados inscritos conforme a cultura e por meio do discurso em corpos já diferenciados sexualmente, Butler (2003) afirma também que o gênero não é um estado estável e permanente do sujeito, uma identidade que se escolhe e assim permaneça invariável. Em verdade, esta autora esclarece que, considerando a performatividade em seu interior, o corpo é estilizado ao longo do tempo por meio de atos repetidos incansavelmente a fim de que se atribua uma falsa consistência:

O gênero não deve ser entendido como uma unidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma unidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada* de atos. [...] Se os atributos e atos de gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural são *performativos*, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais e distorcido e a postulação de uma identidade verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. (BUTLER, 2003, p. 200-201, grifos da autora)

Deste modo, Butler revela que, considerar o gênero como performativo, como resultado de um conjunto de atos repetidos ao longo do tempo, significa também que não é possível, segundo esta perspectiva, enxergar as identidades como algo que seja passível de medição, muito menos que haveriam atos falsos ou verdadeiros pois, a própria repetibilidade de tais atos é responsável pela constante renovação e resignificação dos significados, que, sem apagar completamente as marcas anteriores, busca sempre a legitimação do gênero que o produz.

No caso deste trabalho, no qual o fenômeno em questão é a identidade feminina, é importante salientar a afirmação a qual me filio de que “a sociedade muitas vezes condiciona representações identitárias que se impõe ao sujeito” (FERREIRA, 2010, p. 02), chamando a atenção para a imposição de estereótipos de gênero que a cultura de uma sociedade imprime sob os atores sociais e, em especial, sob aqueles do gênero feminino, visto que é o perfil que mais sofre consequências negativas desta determinação em relação ao perfil masculino.

Explorando as ferramentas que cumpre papel na estereotipização do gênero feminino, Ferreira (2001) destaca o papel do poder nesta conjuntura. Segundo ela, a categoria

²⁴ Tradução livre. Texto original “what Butler is saying is that such social identities do not simply exist (they only have ‘the appearance of substance’); rather they are brought into being when social actors repeatedly perform them. The reason we perceive ourselves, and are perceived by others, as particular kinds of people is that we repeat the actions that define those kinds of people until in time they come to seem like a fixed and integral part of our nature.”

poder, – que aqui também é do interesse desta pesquisa – quando investida pela figura feminina, pode assumir duas funções: o poder político e o poder de sedução, perspectiva que revela o quão limitada pode ser sua manifestação no campo feminino. Seguindo tal perspectiva, a autora aponta para duas possíveis configurações da identidade feminina: *feminilidade* e *feminilidade*²⁵ (MOI, 1985; FERREIRA, 2001), a saber,

A feminilidade responderia pelo perfil de uma mulher tradicional que encarnaria os protótipos das valorações instauradas no/pelo sistema patriarcal – submissão, beleza, emoção. A “feminilidade” abarcaria os valores de uma mulher moderna, gerenciadora de seu tempo e espaço, uma mulher que, muitas vezes, no exercício do poder abre mão da feminilidade, já que poder pressuporia, no parâmetro patriarcal, trânsito no masculino. (FERREIRA, 2010, p. 05)

Portanto, feminilidade corresponderia à um perfil mais tradicional de identidade feminina, atributos e características comumente associados ao ser mulher, pelo viés patriarcal, enquanto isso, feminilidade seria o perfil identitário no qual o sujeito feminino apropria-se de características valoradas como masculinas em seio patriarcal para desempenhar funções de poder, independência e autoridade perante a sociedade.

A mulher-feminilidade, pode ser associada à identidade de uma mulher executiva, como nos mostrou a pesquisa de Ferreira (2001), ou a de uma mulher ocupante de cargo político, por exemplo. Neste perfil, a mulher, por estar em uma sociedade onde os atributos masculinos são constantemente associados ao poder e à autoridade, ela se vê obrigada a trazer para si características naturalizadas como masculinas para obter eficácia e credibilidade em seu exercício de poder. Tal fato se dá, pois, naturalizou-se o mito de que mulheres nasceram para os cuidados domésticos e familiares, sem faculdades mentais suficientes para governar, por exemplo. Dado isto, a mulher no poder somente tem validada sua capacidade diante de seu revestimento como mulher-feminilidade, geralmente, abrindo mão de ser mulher-feminilidade.

A autora ainda nos aponta para a possibilidade de uma agência na linguagem que, para nós, é assumida mais marcadamente pela mulher-feminilidade na resistência pelas relações de poder:

[...]Tendemos por optar pelo lado de uma agência na linguagem pela agência-resistência, pois é nela que a linguagem demonstra as relações de poder que são combatidas por tais sujeitos-agente, que adquirem determinada posição de ator, senão de protagonista. Um exemplo seria a agência feminista contra a dominação do patriarcado, em luta e com criatividade, para desconstruir estereótipo que continuam a habitar a estrutura social. (FERREIRA, 2017, p. 631)

²⁵Neologismo criado pela autora com base na leitura e tradução da obra de Moi (1985) em inglês.

Assim, no papel de agência-resistência, o sujeito-feminilidade opera a linguagem como instrumento de criatividade e de luta contra o patriarcado, combatendo estereótipos e assumindo um protagonismo que foge aos padrões já sedimentados pela sociedade sobre o ser mulher.

Sobre o discurso, no que tange à função identificacional, esta autora, em consonância com as demais estudiosas aqui mencionadas, afirma que o feminino tem o papel de “representar/construir” (FERREIRA, 2010, p. 13), ora edificando uma mulher agente, que vive em trânsito no meio masculino e que valida sua capacidade de ir além do tradicional, ora corroborando ainda a mulher tradicional que mantém estereótipos já naturalizados e que colocam a mulher em posição de submissão e fragilidade.

No entanto, não é possível polarizar essas duas configurações de identidades femininas. Se observarmos o exemplo da mulher-feminilidade, dona de uma empresa, por exemplo, ela não consegue tão facilmente (se é que consegue) se desvincular dos atributos impostos pela feminilidade. Há a pressão pela maternidade que, muitas vezes, é adiada em função de sua profissão, pois, quando se é mãe, não se pode negar que há ainda o acúmulo de funções que a sobrecarregam, fora exigência pela beleza (ainda que contida) e assim por diante.

É importante salientar que feminilidade e feminilidade não se tratam de uma dicotomia onde uma elimina a outra, isto é, o sujeito mulher não assume uma dada postura excluindo totalmente a outra. Inclusive, quando a mulher-feminilidade opta pela agência na linguagem, ela não se desvincula completamente de seu eu-feminilidade. É nesta mescla de características e atributos que se perfila o sujeito feminino.

Dessa forma, sigo na próxima subseção para uma discussão que leva a teoria da performatividade a um patamar no qual é possível enxergar o funcionamento da sua relação com as questões entorno na noção de gênero e identidade.

2.2 Identidade

Considerando que a performatividade dos atos de fala e do gênero é regulada socialmente e reverbera sobre os atores sociais em sua materialidade, julgo necessário dialogar também com o conceito de identidade. Entretanto, partindo de uma visão performativa sobre linguagem e sujeito, não posso aqui manter noções essencialistas e tradicionalistas sobre identidade, porquanto, seguindo esse paradigma, a identidade é avaliada como “uma unidade representativa do conjunto de certo tipo de vida psíquica e social” (PINTO, 2007, p. 13). Tal perspectiva entra em contradição com a proposta performativa, pois “quer controlar e prever

elementos imprevisíveis nas condições insaturáveis de produção dos atos de fala que postulam identidades” (PINTO, 2001, p. 108).

Uma visão essencialista sobre a identidade far-nos-ia caminhar por uma estrada estreita e excludente sobre identidade, colocando a linguagem como um simples reflexo ou representação do sujeito. Sobre esta visão, Woodward (2008) argumenta que há duas versões possíveis de como o essencialismo pode operar sobre as identidades:

A primeira [versão] fundamenta a identidade na “verdade” da tradição e nas raízes da história, fazendo um apelo à “realidade” de um passado possivelmente reprimido e obscurecido, no qual a identidade proclamada no presente é revelada como um produto da história. A segunda está relacionada a uma categoria “natural”, fixa, na qual a “verdade” está enraizada na biologia. Cada uma dessas versões envolve uma crença na existência e na busca de uma identidade verdadeira. O essencialismo pode, assim, ser biológico e natural, ou histórico e cultural. De qualquer modo, o que eles têm em comum é uma concepção unificada de identidade. (WOODWARD, 2008, p.37)

Esta concepção unificada de identidade baseia-se nas pressuposições de que a identidade pode ser concebida como produto da história, referenciando a cultura e a tradição de uma sociedade ou que é produzida em detrimento das condições biológicas que idealizam uma verdade possível, uma essência. A maternidade, por exemplo, encaixa-se nesta visão naturalista, biológica, enquanto que existem práticas religiosas que se amparam na história e na tradição para respaldar a identidade (WOODWARD, 2008).

Em consonância com esse pensamento, Hall (2006) aponta a existência de três tipos de sujeitos que estariam relacionados a identidades distintas e em diferentes momentos da história. São eles: a) sujeito do Iluminismo; b) sujeito sociológico; c) sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação [...] A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele" [...]. [Enquanto isso, na pós-modernidade] O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. (HALL, 2006, p.10-12)

Indo de uma noção de sujeito centrado e unificado, passando para a daquele que se constitui em diálogo com o outro, até chegar a um sujeito com identidade fragmentada, a conceitualização acerca do sujeito e suas modificações permite direcionar nossa observação de como as identidades são construídas. Aliás, até mesmo, o sujeito pós-moderno, que se mantinha alinhado às necessidades culturais, passa a entrar em colapso. De acordo com Hall (2006), isto

se dá como resultado das transformações estruturais e constitucionais das comunidades. Deste modo, “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12), desestabilizando o próprio processo que edifica as identidades.

Assim, para este autor, a identidade é constituída historicamente e passível de mudanças a depender das interpelações que a atinja. Ademais,

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2006, p. 13)

Se observarmos, à guisa de exemplo, uma mulher que milita a favor de reivindicações feministas, mas que, em seu cotidiano doméstico sofre abusos e submissão em relação a seu companheiro, ou um(a) militante que luta pelos direitos dos animais mas que mantém em sua dieta a carne e laticínios, torna-se simples compreender o fato de que nós não dispomos de um “eu” completamente coerente e, por consequência, nossas identidades (identidade compreendida no plural daqui em diante) podem ser contraditórias e estão, de forma constante, movendo-se na velocidade das transformações e nos confrontando através de “uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (HALL, 2006, p. 13), ou melhor, como um guarda roupa diverso e gigante que está sempre em troca de peças, nos instigando a trocar de roupa e a misturá-las incessantemente, buscando aquela que melhor nos vista de acordo com infinitos contextos.

Consoante a Hall (2006), Woodward (2008) afirma que

A complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. Podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de outra. (WOODWARD, 2008, p. 32)

Como exemplo, a autora ilustra a situação de uma mãe ou pai que é uma trabalhadora assalariada. Neste caso, facilmente haverão conflitos, já que a posição de uma boa mãe e bom pai inclui a participação ativa e presente na vida das filha e filhos, sobretudo quando em idade escolar e, considerando a jornada de trabalho de pelo menos 8 horas por dia, os pais terão boa parte de seu tempo comprometido, falhando, portanto, em oferecer assistência integral às crianças.

Outro aspecto importante para compreendermos o fenômeno das identidades na atualidade, parte da compreensão do que ficou conhecido como “modernidade tardia” ou “globalização”. Para Giddens (1990), o que há de peculiar na modernidade é um constante movimento reflexivo que revisita frequentemente as convenções tradicionais:

Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. Mas somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica no mundo material. (GIDDENS, 1990, p. 39)

Giddens esclarece que, nas sociedades modernas, essa reflexividade é estendida em todas as direções da prática social. Segundo o autor, é característico deste tipo de sociedade não somente a adesão ao novo, mas o que ele chamou de “reflexibilidade indiscriminada”, onde a própria natureza da dinâmica das mudanças é a reflexibilidade.

Contudo, considerar a reflexividade como intrínseca à atualidade exige um pensamento mais radical. Para Giddens, a constante reflexibilidade fez com que a razão substituísse a tradição, levando à crença de que a primeira desqualificaria a última. No entanto, ele argumenta que essa consideração não levaria em conta a ideia de que a “própria modernidade subverte a razão” (1990, p. 40). Se observarmos o que o movimento do feminismo provocou em nossa sociedade atual, por exemplo, é possível concluir que ele não invalidou ou simplesmente apagou costumes e valores da tradição patriarcal, mas, em um patamar mais elevado, o feminismo *subverteu a própria razão*, a exemplo da conquista do direito ao voto, revolucionando através da premissa de que mulheres também têm o direito à participação política.

Deste modo, Hall (2006) argumenta que as sociedades modernas

[...] são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes "posições de sujeito" - isto é, identidades - para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. (HALL, 2006, p. 17)

Assim, Hall (2006) elucida o modo pelo qual as identidades são atravessadas pelo fenômeno da modernidade tardia. Partindo da ideia de que tais sociedades são caracterizadas não somente pela filiação ao novo mas, sobretudo, pela natureza reflexiva que subverte o próprio senso da razão, gerando novas “posições de sujeito” que emergem como resultado das

constantes rearticulações. As identidades não são dissolvidas devido à possibilidade de se relacionarem em conjunto.

Por conseguinte, Woodward (2008) afirma que as sociedades modernas colocam as identidades em estado de crise. Um dos fatores que oportunizam isto seriam as frequentes mudanças: “A globalização envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas.” (WOODWARD, 2008, p. 20), provocando uma instabilidade naquilo que antes era considerado unificado.

Além disso, esta autora também menciona o distanciamento da comunidade e cultura local, como resultado e efeito de uma tentativa de homogeneização global. A migração também repercute neste cenário de globalização, transformando as identidades em plurais e miscigenadas: “Essa dispersão das pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares e por diferentes lugares. Essas novas identidades [não só] podem ser desestabilizadas, mas também desestabilizadoras.” (WOODWARD, 2008, p. 22), tornando-as desligadas de um único pertencimento pátrio – se é que ele haverá – e modificando a própria cultura local, além de dificultar qualquer projeto político que vise fortalecer e unificar a identidade de uma nação.

Ademais, Silva (2000) reflete sobre um outro e igualmente aspecto a ser considerado sobre o fenômeno das identidades: a sua relação com a diferença. Segundo ele, é possível examinar a identidade por uma perspectiva que a avalie como existente por si só, ou seja, a identidade simplesmente *é*. Conforme o exemplo “eu sou brasileira” ou “eu sou mulher”, a identidade configura-se como uma afirmativa acerca de um fato imanente, ou seja, ela é “autocontida e autossuficiente.” (SILVA, 2000, p. 74). De modo análogo, a diferença também é considerada como independente: “Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como auto referenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe.” (SILVA, 2000, p. 74)

Contudo, como salienta este autor, é simples perceber a relação entre estas duas. Ao afirmar “eu sou brasileira”, não estou simplesmente o fazendo em referência a uma identidade que se esgota por si só mas, em verdade, essa identidade existe somente em relação ao o que eu não sou, à diferença. Isto é, “eu sou brasileira” somente é possível pois o diferente existe: “eu não sou mexicana” etc.

A afirmação "sou brasileiro", na verdade, é parte de uma extensa cadeia de "negações", de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação "sou brasileiro" deve-se ler: "não sou argentino", "não sou chinês", "não

sou japonês" e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável. [...]As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis. (SILVA, 2000, p. 75)

Apesar de apresentar tais pressuposições que esclarecem a relação intrínseca entre a identidade e diferença e que levam à crença de que a identidade produz a diferença – daí a tendência que temos a medir e identificar o mundo pelo o que somos –, Silva pretende uma visão que considere ambas como mutuamente produzidas, e não somente relacionadas:

Por sua vez, na perspectiva que venho tentando desenvolver, identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. Numa visão mais radical, entretanto, seria possível dizer que [...] é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação. É precisamente essa noção que está no centro da conceituação lingüística de diferença [...]. (SILVA, 2000, p. 76, grifos do autor)

Deste modo, este autor sugere que a diferença seria tanto o resultado de um processo que a produz, como a responsável por este processo. Esta interpretação mais radical que considera a diferença como ponto gerador da identidade e a localiza dentro do processo lingüístico, leva Silva a referenciar Saussure, em sua afirmação de que os signos não existem isoladamente dentro do sistema de linguagem, mas sempre têm seu valor atribuído em relação a uma cadeia maior de outros signos que o diferem. (SILVA, 2000)

É nesta conjuntura que se insere o papel da linguagem dentro do processo da produção da diferença e da identidade:

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2000, p. 76)

Assim, compreender que ambas são produzidas ativamente e que este processo é realizado através de atos de fala, significa afirmar que somos responsáveis efetivamente por este processo, sem desconsiderar, obviamente, que também ele é constrangido e regulado pelas práticas sociais. A identidade presente na afirmação “sou mulher”, por exemplo, é instituída por atores sociais que assim se identificam em relação ao que não são, o diferente, e é produzida por atos de fala que foram legitimados por práticas sociais e tornaram-se parte dos rituais culturais de uma sociedade.

Entretanto, em uma análise que leve até às últimas consequências a afirmação de que as identidades são produzidas pela linguagem, deve também ponderar para os vácuos que esta não é capaz de ocupar, porquanto a própria linguagem é instável, indeterminável. Silva (2000) desenvolve que

Essa indeterminação fatal da linguagem decorre de uma característica fundamental do signo. O signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto (o objeto "gato"), um conceito ligado a um objeto concreto (o conceito de "gato") ou um conceito abstrato ("amor"). O signo não coincide com a coisa ou o conceito. (SILVA, 2000, p. 76)

Deste modo, este autor esclarece que, por ser composta de signos que, por sua vez, são traços que representam algo concreto ou abstrato do mundo real, a linguagem nunca alcançaria a essência do que representa. Em outras palavras, o signo “mulher”, por exemplo, está no lugar daquilo que identifica, mas a presença do seu referente é uma ilusão.

Assim, nas palavras de Silva (2000), a linguagem “vacila” e esta ilusão é necessária para o próprio funcionamento do signo. Ele acrescenta que a impossibilidade da presença do referente é também o que faz com que este dependa da diferença:

[...] nenhum signo pode ser simplesmente reduzido a si mesmo, ou seja, à identidade. Se quisermos retomar o exemplo da identidade e da diferença cultural, a declaração de identidade "sou brasileiro", ou seja, a identidade brasileira, carrega, contém em si mesma, o traço do outro, da diferença - "não sou italiano", "não sou chinês" etc. (SILVA, 2000, p. 77)

Consoante Derrida (1988), tal pensamento corresponde à ideia de que o traço do signo carrega não somente o que é, mas também marcas do que que não é, isto é, a diferença. Depreende-se então, de acordo com essa perspectiva, que os signos são constituídos pela identidade, e, sobretudo pela diferença. No exemplo dado por Silva (2000), “sou brasileiro”, há a presença, a marca de um conjunto de negativas que demarcam o diferente: não sou francês, não sou africano, não sou asiático etc, demonstrando a extensão do diferente na edificação e manutenção das identidades.

Ratificando o papel da linguagem dentro do processo identitário, Pinto (2007) salienta que ela

[...] não reflete o lugar social de quem fala, mas faz parte deste lugar. Assim, identidade não preexiste à linguagem, falantes tem que marcar suas identidades assídua e repetidamente, sustentando o “eu” e o “nós”. *A repetição é necessária para sustentar a identidade precisamente porque esta não existe fora dos atos de fala que a sustentam.* (PINTO, 2007, p. 16, grifo nosso)

Assim, considerando que a linguagem faz parte do contexto social do falante e tendo em vista que este é anterior a sua existência, é possível compreender seu valor dentro do processo identitário. Como esclarece Pinto (2007), os usuários de uma língua têm que, de maneira contínua e repetida, marcar e sustentar sua identidade, pois, mais do que tudo, ela só existe dentro dos atos de fala que são performados.

Se observarmos um homem transgênero, por exemplo, ou uma mulher cisgênero heterossexual, ambos, em seu cotidiano, travam lutas repetidas e inesgotáveis para serem aceitos como são, do modo como se identificam, visto que suas identidades são colocadas à prova incansavelmente. O homem trans luta no sentido de apagar traços e marcas concebidas como femininas para ser identificado como sujeito masculino; enquanto que a mulher cis, em sua performance, é considerada menos mulher quando assume características mais masculinas. Logo, a linguagem utilizada pelos falantes não age apenas como espelho de quem é o sujeito, mas *o faz ser quem é*, através de processos de demarcação e repetição de suas identidades.

Assim, retomo a premissa inicial desta seção de considerar a linguagem como performativa e, portanto, a identidade como performada. E, acordante com Pinto (2007), assumir que os usuários de uma língua não podem estabelecer-se no mundo sem que o seja através da performance linguística, o que significa, inclusive, que “a identidade do falante é também performativa, ou seja, não existe senão da prática e na história de sua própria exibição – e é por isso mesmo sempre múltipla, fragmentada e repetível.” (PINTO, 2007, p. 16).

Ademais, esta autora acrescenta a indispensável consideração acerca desta proposição, a qual também me filio, ou seja, afirmar que as identidades são performadas, visto que este processo passa pelo campo linguístico e denota que não é possível excluir o lado corporal da performance na edificação e manutenção de identidades. As identidades são, portanto, arquitetadas pela composição performática completa (corpo e linguagem) que preexiste ao sujeito e a qual ele deve ser incorporado para identificar-se e ser identificado em sociedade.

Dito isso e diante do exposto nestas duas últimas seções, juntamente ao aparato teórico-metodológico proposto pela ADC e à noção de gênero e identidade em uma perspectiva performativa, juntamente das conceituações em torno dos perfis identitários feminilidade e feminilidade, finalizo as proposições basilares que sustentam esta pesquisa e auxiliam a estabelecer diálogos profícuos com as categorias analíticas e com nosso *corpus*.

3 A POLÍTICA BRASILEIRA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA

Damares Alves está inserida em um contexto maior sociocultural que compõe o cenário político brasileiro. Enquanto mulher, o mandato da ministra, que teve início em 2019 e está em vigor até o presente ano (2020), poderia representar uma grande vitória em termos de conquistas por equidade de gênero na instância da representatividade política. Entretanto, com o olhar um pouco menos superficial, é possível concluir que a figura de Damares no poder faz ecoar vozes que divergem da luta do movimento feminista, que é o responsável pelos avanços quando se trata de direitos femininos.

Mais do que uma mulher no poder, a ministra enquadra-se como uma peça chave de uma estratégia política muito maior e que visa o fortalecimento de valores morais e padrões que, de modo geral, estejam alinhados com a doutrina religiosa cristã. Um exemplo disso é o enaltecimento da família “nuclear” como sendo a ideal e almejada, família esta que seria a que contém pai e mãe cisgênero e heterossexuais, seguidos pelos filhos no mesmo modelo, sendo o pai o responsável pelo provimento financeiro familiar e a mulher incumbida das tarefas domésticas e maternais, quando, na verdade, a realidade das famílias brasileiras é diferente.

Outro exemplo de como tal plano político vem se efetivando com o auxílio do ministério de Damares, é a mudança no nome ministerial. Com a eleição em 2018 de Jair Messias Bolsonaro para Presidente da República, o que antes era o “Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos” no mandato da ex Presidenta Dilma Rousseff passa a ser chamado de “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”. O que parece ser uma simples “repaginada” em uma nomenclatura, trata-se, na verdade, do reflexo de uma ideologia que está à serviço da manutenção de valores conservadores e cristãos, como no exemplo do parágrafo anterior.

O então novo ministério retira de sua cartilha a menção a comunidade LGBTQ+, cartilha que esclarece a distribuição de políticas públicas para as populações minoritárias. Além disso, o novo ministério exclui a clara menção que havia à luta pela igualdade racial e, o que antes era “Ministério das mulheres...”, no plural, passa a ser o “Ministério da mulher...”, no singular.

Oliveira (2018), após apontar inúmeras mudanças legislativas e em políticas públicas que atingem negativamente grupos minoritários, como o da mulher, que vem desde o governo do ex Presidente Michel Temer, destaca que tais ações são resultado da ascensão de uma bancada conservadora que tem alcançado êxito em nosso país:

Tutelando nossos corpos e solapando nossos direitos, a bancada conservadora e fundamentalista ganha espaço e poder na Câmara dos Deputados, resvalando em uma ascensão do conservadorismo político. Representa interesses burgueses, patriarcais e heterossexistas, pondo em risco com assombrosa velocidade as conquistas de mulheres e LGBTs deste país, distanciando-se cada vez mais do caráter laico e democrático do Estado, em uma guerra antidireitos... (OLIVEIRA, 2018, p. 855)

Deste modo, é possível compreender como a figura de Damares vai muito além de uma mulher em um cargo político de prestígio. A ministra faz parte desta conjuntura política e estratégica que indica ter interesses que vão na contramão das lutas que travam os grupos minoritários de nossa sociedade, incluindo as que são em prol da equidade de gênero, pauta tocante a esta pesquisa. Assim, é fundamental uma análise que vá desde a materialidade textual, passe pela prática discursiva e alcance a instância social para que se possa compreender melhor e refletir sobre o atual panorama político brasileiro.

3.1 O percurso da representação política feminina

A conquista pelo direito ao voto feminino no Brasil, em 1932, pode ser considerada um dos mais importantes marcos quando se trata da luta por representação feminina. Como resultado do movimento sufragista que já atuava muitos anos antes em prol da inclusão das mulheres na vida política pública, tal vitória representou um significativo passo rumo ao progresso por direitos igualitários. Segundo a historiadora Mônica Karawejczyk²⁶, o alcance deste direito não mantinha um fim em si mesmo, mas era concebido como um meio para que demais avanços fosse atingido e que garantiriam à mulher seu reconhecimento enquanto cidadãs capazes de agirem politicamente e atuarem ativamente no rumo do país.

Outra conquista valiosa quando se trata de representação política feminina no Brasil, é a redação que veio com a Lei nº 12.034, de 2009, incluindo na chamada Lei das Eleições a obrigatoriedade para cada partido político ou coligação preencherem no mínimo 30% das vagas para candidaturas de cada sexo e no máximo 70%. Em 2017, com a emenda constitucional nº 97, fica vedado, a partir de 2020, a celebração de coligações nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais. Tal mudança implica que, cada partido, excluídas as coligações, deverá indicar os 30% de candidaturas femininas individualmente, buscando garantir um acesso mais igualitário à representação política.

²⁶Informação disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

De acordo com os sistemas partidários são mais amplos do que as eleições em si. Estas constituem-se como “um dos vários canais de organização coletiva e de veiculação de ideias em relação, à vida social e política. ” (Araújo, 2005, p.194). Além disso, a autora esclarece que os sistemas partidários influenciam e são influenciados pelos sistemas eleitorais e que os partidos, por sua vez, são influenciados pelo sistema político cultural e pelas características dos sistemas eleitorais.

Araújo (2005) afirma que “os partidos não são instituições fixas e imutáveis, o contrário, estão em constante fluxo, adequando-se aos imperativos do contexto político a que se vinculam. Nesse sentido, também refletem as características mais amplas de cada sociedade. ” (p. 194). Portanto, é possível compreender a partir de tal perspectiva como a questão da representação feminina partidária relaciona-se com a cultura de cada sociedade, revelando que se somente há pouquíssimos anos é que essa pauta foi regulamentada por lei em nosso país, isso significa que ela não fazia parte dos interesses políticos mais amplos da nossa sociedade ou/e que a luta por ela ainda não havia alcançado seu objetivo maior. Observando por um ângulo mais profundo, é também possível constatar o fato de que vivemos em um país onde foi *necessário* a obrigatoriedade de participação feminina na política partidária para que ela se efetivasse.

Respondendo à pergunta “cotas para que? ”, em referência à obrigatoriedade do percentual mínimo de 30% de participação feminina, Miguel (2000) apresenta algumas possíveis justificativas. A primeira e mais imediata é o fato de que mais da metade da população brasileira que é composta por mulheres é representada por apenas 5% no congresso. Outra resposta ancora-se na crença de que as mulheres serviriam bem ao cenário político, visto que estão familiarizadas com o ato de cuidar, seja da família, marido ou crianças e estariam mais propensas a qualidades como responsabilidade, solidariedade e amorosidade, manifestando a chamada “política do desvelo” (*care politics*).

Responsáveis pela proteção e pelo crescimento dos mais frágeis (as crianças), as mulheres veriam nesta tarefa um imperativo moral que transportariam para outras áreas de suas atividades. O resultado seria uma atividade política mais ética e generosa, voltada para o bem comum, em vez da crua disputa pelo poder. (MIGUEL, 2000, p. 93)

Contudo, essas premissas revelam uma não tão positiva concepção que acompanha a atuação feminina na política. Vista de maneira natural e automática, a política do desvelo é, na verdade, um reflexo da cultura patriarcal na qual nossa sociedade insere-se, na qual existem papéis de gênero estereotipados. Isto significa afirmar que, consoante Miguel (2000), se as

mulheres estão mais comumente familiarizadas com o trabalho doméstico e maternal, por exemplo, é porque tem sido estes os espaços que lhe foram concedidos e estimulados ao longo da história do nosso país. Não se trata de habilidades naturais e qualidades natas, mas de fundamentos que foram construídos e vem sendo mantidos em nossa estrutura de base machista.

O discurso da “política maternal” insula as mulheres neste nicho e, desta forma, mantém a divisão do trabalho político, uma divisão que, mais uma vez, destina aos homens as tarefas socialmente mais valorizadas. Ao mesmo tempo, torna impossível que se cobre dos homens a sua parcela de responsabilidade na educação das crianças ou, em termos mais gerais, para com as futuras gerações. Trata-se de uma perspectiva essencialista, que apresenta um “eterno feminino” (associado às tarefas de cuidar dos outros) e, assim, naturaliza a atribuição dos papéis sexuais. (MIGUEL, 2000, p. 93)

Assim, pode-se compreender como a chamada política do desvelo está, na verdade à serviço da manutenção dos estereótipos de gênero e não pretende que a mulher ou mesmo o homem, alcancem diferentes espaços que não os que estejam solidificados nos papéis patriarcais ainda em vigor.

Uma outra justificativa para a questão das cotas centra-se na afirmação, de acordo com Miguel (2000), de que é necessária a participação política feminina pois o público feminino em si requer atenção especial já que lida com questões que lhe são específicas e, portanto, exigem uma representação que de fato compreenda a complexidade de tais questões, como por exemplo, a violência de gênero, a desigualdade salarial, entre outras. Nas palavras do autor, “[...] as mulheres serão as melhores advogadas de seus próprios interesses” (p. 93), isto é, a representação é indispensável quando se trata de coletivos com interesses específicos.

Ainda segundo Miguel (2000), a política de cotas partidárias para as mulheres abriria possibilidades para que fosse revelado a elas que, ao contrário do que se naturalizou, a posição de participação passiva na política não deve ser, necessariamente, o único espaço que estas podem ocupar, mas que podem atuar de forma mais ativa. Além disso, o autor afirma que essa política pode significar também uma redistribuição do poder político efetivo, passando, inclusive, pelas mãos das minorias (mulheres, no caso) e, por fim, mas não menos importante, as cotas estimulariam os partidos políticos a aumentarem o seu capital político feminino.

Entretanto, o autor ainda ressalta que não se trata apenas de preencher cadeiras com nomes de mulheres no congresso ou de quantas serão eleitas. A médio e longo prazo, um bom resultado seria o aumento progressivo da proporção dos votos em mulheres dentro da contagem geral dos diferentes partidos e coligações.

Em torno de toda essa discussão acerca da luta por representatividade feminina na política brasileira, é importante também ressaltar o que de fato significa essa representação. Segundo Miguel e Biroli (2009):

Em síntese, a função de representação política significa tanto tomar decisões em lugar de outros quanto participar da produção da agenda pública e do debate público em nome de outros. Da mesma forma como a primeira dimensão, que é imprescindível em sociedades populosas, extensas e complexas como as contemporâneas, a segunda se impõe na medida em que a participação direta de todos no debate público é inviável. (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 62)

Deste modo, fica mais claro ainda o quão fundamental é a questão da representação política feminina em nosso país. Como já dito, a população de mulheres brasileiras está de frente a problemas e necessidades específicas, sejam os que envolvem o mercado de trabalho e a maternidade ou mesmo os que dizem respeito à violência de gênero e diversos meios pelos quais são marginalizadas e privadas de condições mínimas para exercerem sua cidadania com dignidade. Se representação diz respeito a presença de pessoas capacitadas no cenário político que irão tomar decisões no lugar de outras e participar ativamente da agenda política, é primordial então que estas sejam capazes de alcançar e compreender cada demanda, e nada melhor para representar as mulheres do que elas mesmas, assim como os demais grupos minoritários necessitam de sua parcela de representação.

As lacunas que existem na política brasileira quanto à essa questão e a própria necessidade de que leis sejam criadas/modificadas para sua efetivação, revelam o quão falho é o projeto de democracia do nosso país. Consoante Miguel e Biroli (2009), é fundamental que todas as vozes que compõe o pluralismo político e social sejam ouvidas e levadas a debate para que a democracia se consolide.

Quando se trata de representação política feminina em específico, é importante aguçar ainda mais o olhar e compreender que uma simples política de cotas, ainda que traga benefícios a médio e longo prazo, ainda é insuficiente para a implementação de um sistema político igualitário. Isso significa afirmar que existe, dentro e fora deste sistema, uma forte coluna patriarcal na qual nossa sociedade se edificou e que não se trata apenas de números iguais no congresso.

Ainda que, por exemplo, todos os deputados e deputadas federais sejam formalmente iguais, a prática demonstra que alguns possuem mais prestígio, mais espaço, mais influência do que outros, o que é próprio de um campo, no sentido que Bourdieu empresta ao termo. Assim, da mesma forma que há uma diferença entre concorrer e se eleger, há outra, entre se eleger e alcançar as posições centrais no campo político, isto é, as posições de elevado capital político. (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 67)

Isto é, representação política sem qualidades como força, prestígio e influência, ainda não é o suficiente para o alcance de um elevado capital político e estas questões são determinadas justamente pelo modo como uma sociedade foi arquitetada, sua cultura e tradução. O que acontece dentro de um sistema político é, na verdade, um reflexo do que há fora dele. Se mulheres, ainda que eleitas, possuem menor força de atuação, decisão e influência, isto se dá pois é este o papel que lhes foi reservado e não o contrário.

Por outro lado, e para além da política de cotas partidárias para mulheres, é importante esclarecer que muitas mulheres vêm galgando sua luta por espaço na política já há alguns anos em nosso país e que isso tem enorme valor pois, graças a elas – e tantas outras que ficaram em plano fundo – é que foi possível alguns avanços na legislação brasileira quanto aos direitos femininos, ainda que poucos, o que não se deve a sua incapacidade, mas sim devido à enorme força de todo um sistema patriarcal sobre elas.

Noremborg e Antonello (2016) constroem um quadro baseado nos trabalhos de Coimbra (2011), Santos (2012) e da SINTECT-SP (Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de São Paulo, 2013), contendo dados referentes ao avanço da participação feminina na política e mudanças legislativas que trouxeram benefícios para a população feminina, além de destacarem a importância do movimento feminista em tais conquistas.

Essa manifestação feminista veio contribuir para o fortalecimento das mulheres no mundo atual, pois foi através dessa busca incessante que surgiram as políticas em defesa e sustentação da mulher. O tempo contribuiu para que expectativas fossem criadas e exploradas, a mulher conseguiu abrir caminhos que estavam abalados, principalmente pela cultura machista. (NOREMBERG; ANTONELLO, 2016, s/p.)

De acordo com as autoras, o primeiro marco seria com a figura de Deolinda Dalho, em 1910 e sua participação na fundação do Partido Feminino Republicano. Sete anos depois, Deolinda promove uma passeata com quase 100 mil mulheres reivindicando o direito ao voto. Em 1936, Bertha Lutz é eleita como parlamentar e organiza a chamada Liga para Emancipação Intelectual da Mulher. Um ano depois, juntamente a Olga de Paiva Meira, Berta realiza a Primeira Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e em 1922, é responsável por organizar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em 1929, Alzira Soriano de Souza torna-se a primeira mulher eleita como prefeita em nosso país na cidade de Lages, no Rio Grande do Sul e em 1932, o Presidente Getúlio Vargas instaura um decreto que normatizou as eleições, incluindo o direito ao voto e regulamentando o alistamento militar feminino.

Carlota de Queirós é eleita, em 1933, como a primeira deputada federal do Brasil e, um ano depois, Antonieta de Barros é eleita como a primeira mulher parlamentar negra na história do país. Mais de 40 anos depois, em 1975, ocorre a I Conferência Mundial da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde comemora-se o Ano Internacional da Mulher e é inaugurado no Brasil a fundação Centro da Mulher Brasileira.

Euníce Michilis é eleita em 1979 como a primeira senadora no país e em 1982, Esther de Figueiredo Ferraz ocupa lugar como primeira ministra, chefiando a pasta da Educação e Cultura. Três anos depois, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e em 1989, ocorre a primeira candidatura feminina para a Presidência da República, inaugurada por Maria Pio de Abreu. Em 1994, Roseana Sarney torna-se a primeira mulher a assumir a governança de estado Brasileiro, o Maranhão e um ano depois, a Lei 9.100/95 prevê uma cota mínima de 20% para as candidaturas femininas.

Somente em 2001 é criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e, um ano depois, é transformada da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). Em 2011, ano em que, certamente foi o mais marcante da história da política feminina em nosso país, é eleita a primeira mulher Presidenta da República do país, Dilma Rousseff, juntamente das vice-presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Rose de Freitas e Marta Suplicy, respectivamente.

Como foi descrita nos últimos parágrafos, a participação das mulheres na política brasileira vem crescendo, ainda que a passos lentos. Deste modo, é primordial valorizar as conquistas neste campo, desde a criação do Partido Feminino Republicano em 1910 até a eleição de Dilma em 2010, pois tais avanços revelam que é possível sim um sistema político em que mulheres tenham seu devido espaço, mesmo em uma sociedade patriarcal como a nossa.

Hoje, embora tendo um governo conservador em vigor e pouquíssimas mulheres assumindo cargos de chefia, temos a ministra Damares Alves à frente de um enorme e decisivo ministério para a vida de tantas mulheres e crianças em nosso país. É a partir dessas considerações que julgamos importante uma análise sobre o discurso da ministra para que se possa refletir sobre as novas configurações identitárias femininas que assumem liderança política.

Assim, esclareço que não assumo aqui um olhar personalista sobre a ministra. Damares Alves não se trata simplesmente de uma ministra com importantes pastas sob sua liderança. Sua figura é mais do que tudo a de uma mulher com forte força política e decisiva no atual governo, uma das poucas que alcançaram tal *status* e que exerce um indiscutível papel representativo para uma nova era milhares de mulheres em nosso país. Damares não é uma simples governante, é o produto – em construção – da ascensão de um plano maior de

governabilidade que visa, entre outras coisas, a renovação e manutenção de valores conservadores que vem se alicerçando já há muitos anos no seio de nossa sociedade.

3.2 Quem é Damares Alves?

Damares Regina Alves, a atual liderança no então chamado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pasta que contempla 22 temas, entre eles “Criança e adolescente”, “Pessoa com deficiência”, “LGBT”, “Liberdade de religião ou crença” e “Políticas para mulheres”²⁷, tem sido alvo de polêmicas que repercutem na mídia nacional desde o início de seu mandato, em 2019.

De acordo com o site do Governo Federal, Damares é dotada de vários títulos: mãe, advogada, educadora e pastora evangélica. Ainda segundo o site, ela nasceu em 1964, no Paraná e mudou-se para o Nordeste aos 6 anos de idade graças à profissão do pai, que também era pastor evangélico, passando a morar nos estados de Alagoas e Bahia.

Damares também morou em Aracaju, Sergipe, onde formou-se em Pedagogia pela Faculdade Pio Décimo. Em 1998, segundo reportagem produzida pelo programa televisivo “Fantástico”²⁸, muda-se para São Carlos, no interior paulista, onde graduou-se em Direito pela extinta FADISC (Faculdades Integradas de São Paulo), faculdade descredenciada em 2011 pelo MEC (Ministério da Educação).

Ainda em São Carlos, Damares começa a seguir os passos de seu pai e torna-se pastora evangélica na Igreja do Evangelho Quadrangular de Boa Vista, onde conciliava sua atividade na advocacia com seu ministério religioso. Conforme a reportagem do “Fantástico”, no ano de 1999 ela muda-se para Brasília e assume o cargo de auxiliar parlamentar júnior no gabinete de um tio que era então deputado federal, dando início a sua atuação direta na política brasileira, sem deixar de lado sua função como pastora na Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Decorridos mais de 20 anos trabalhando como assessora parlamentar no Congresso Nacional, Damares Alves ficou conhecida por atuar pela proteção de mulheres, crianças e moradores de rua, além do combate à pedofilia e ao infanticídio indígena²⁹. Em 2019, com o início do mandato do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, é convidada a assumir a chefia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, um ministério diverso e complexo

²⁷Informação disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/areas-de-atuacao>. Acesso em: 21 jul. 2020.

²⁸Vídeo disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/01/13/damares-alves-conheca-a-historia-da-ministra-que-se-envolveu-em-polemicas.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2020.

²⁹Informação disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/damares-alves>. Acesso em: 21 jul. 2020.

composto por 8 secretarias: a) Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres; b) Secretaria Nacional da Família; c) Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; d) Secretaria Nacional da Juventude; e) Secretaria Nacional de Proteção Global; f) Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; g) Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; h) Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa³⁰.

Desde de que assumiu seu posto, Damares tem sua imagem associada a polêmicas e posicionamentos contraditórios. Em entrevista para o site UOL³¹, quando indagada sobre seu posicionamento sobre o aborto, uma das principais pautas quando se trata de direitos das mulheres, a ministra afirma que não irá se posicionar enquanto ministra e que este assunto é pertence ao Congresso Nacional. Contudo, ela reconhece que, no âmbito pessoal, sua posição é ser contra o aborto e que a atual legislação que o assegura em casos de risco para a vida da mulher ou para o feto, anencefalia e diante de casos de estupro, já é suficiente e não deve ser alterada e que, fora tais circunstâncias, considera a prática como crime.

Em outra entrevista concedida para o site *BBC News*³², a ministra esclarece que sua função é cuidar de mulheres e que já tem muito para proteger no Brasil, revelando também que é contra ao ativismo radical da corrente feminista. Em vídeo divulgado pelo programa “Fantástico”, há um trecho em que é possível ver Damares palestrando na ocasião de um culto evangélico em Brasília realizado em 2018 a seguinte indagação: “Sabem por que elas (feministas) não gostam de homem? Porque são feias e nós somos lindas”³³, sendo ovacionada por seu público.

Além desta afirmação polêmica, a ministra também se popularizou graças a uma declaração feita após a divulgação da vitória presidencial de Jair Bolsonaro em que dizia iniciar “uma nova era no Brasil, menino veste azul e menina veste rosa!”³⁴. A frase teve enorme repercussão nacional e reacendeu discussões em torno das diferenças de gênero, levando à criação do movimento “cor não tem gênero”, altamente disseminado pela mídia e pelas redes sociais.

³⁰Informação disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.136-de-26-de-dezembro-de-2019-237663194>. Acesso em: 20 jul. 2020.

³¹Informação disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/12/06/damares-alves-ministra-mulher-familia-e-direitos-humanos.htm>. Acesso em 21 jul. 2020.

³²Informação disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800983>. Acesso em 21 jul. 2020.

³³Informação disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/01/13/damares-alves-conheca-a-historia-da-ministra-que-se-envolveu-em-polemicas.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2020.

³⁴Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6X3-nXjmv4>. Acesso em: 21 jul. 2020.

Dameres também polemiza durante sua participação em uma palestra religiosa no Mato Grosso do Sul em 2013 ao afirmar que possui títulos de Mestre em Educação, Mestre em Direito Constitucional e Mestre em Direito de Família, informações que não foram confirmadas pela MEC. Segundo ela, tais títulos são "autorreconhecidos", tendo como base passagens bíblicas. Em outro momento, também de cunho religioso, a ministra queixa-se do fato de que, segundo ela, a religião vem perdendo espaço para a ciência: “[...] Nós perdemos o espaço na ciência quando nós deixamos a Teoria da Evolução entrar nas escolas, quando nós não questionamos, quando nós não fomos ocupar a ciência. A Igreja Evangélica deixou a ciência para lá e vamos deixar a ciência sozinha, caminhando sozinha”³⁵. Tal afirmação ganhou grande destaque e levou cientistas a se pronunciarem alertando para o risco de se misturar ciência com religião.

Contudo, Dameres tenta esclarecer na entrevista concedida para o site UOL que “quem está assumindo o ministério não é a pastora, é a ministra. A prioridade é a vida, que ultrapassa qualquer segmento religioso.”³⁶. Entretanto, demonstra, contraditoriamente, em suas declarações o seu forte e claro atrelamento religioso, como na ocasião do discurso de sua posse em que afirmou enfaticamente que "O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã"³⁷.

Outro fato relevante que envolve a vida da ministra Dameres diz respeito à adoção de sua filha, a jovem indígena Kajutiti Lulu Kamayurá, de 20 anos de idade. Conforme a revista Época³⁸, que foi ao Xingú entrevistar os índios kamayurás, eles afirmam que a garota, levada da aldeia aos 6 anos, deixou o seu lugar de origem para poder fazer um tratamento dentário e que nunca mais retornou. Em resposta, a ministra informou à revista que não violou nenhuma lei e que a garota tem contato regular com a família, no entanto, não esclareceu a adoção irregular de Lulu.

Atualmente, durante uma reunião ministerial com o presidente que ocorreu em abril deste ano (2020), onde uma das pautas era a pandemia provocada pela COVID-19 e o fato de muitos governantes serem contrários ao presidente ao manterem condições para o isolamento social, como o fechamento de comércios, a ministra declara que “A pandemia vai passar, mas governadores e prefeitos responderão processos e nós vamos pedir inclusive a prisão de

³⁵Informação disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/09/ministra-dameres-se-envolve-em-nova-polemica-a-teoria-da-evolucao.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2020.

³⁶Informação disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/12/06/dameres-alves-ministra-mulher-familia-e-direitos-humanos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 21 jul. 2020.

³⁷Informação disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-dameres-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2020.

³⁸Informação disponível em: <https://epoca.globo.com/a-historia-de-lulu-kamayura-india-criada-como-filha-pela-ministra-dameres-alves-23416132>. Acesso em: 21 jul. 2020.

governadores e prefeitos. E nós ‘tamo’ subindo o tom e discursos tão chegando. Nosso ministério vai começar a pegar pesado com governadores e prefeitos”³⁹. O posicionamento sustentado pelo presidente e por Damares tem sido alvo de críticas quanto à situação pandêmica vivida pelo Brasil, visto que não estão alinhados com as recomendações dadas pela ONU (Organização Mundial de Saúde) para o refreamento do contágio pela COVID-19.

Assim, a ministra tem sido alvo de muitas críticas e piadas na mídia e internet devido à sua figura contraditória e conservadora, claramente atrelada à seu papel como pastora, gerando dúvidas quanto à sua capacidade de governar um ministério que trata de uma parcela da população brasileira que já reivindica por seus direitos há muito tempo, como é o caso das pautas e LGBTQ+ e que necessita de uma liderança que esteja disposta a abraçar suas pautas sem que haja influências religiosas quaisquer.

³⁹Informação disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/em-reuniao-damares-diz-que-vai-pegar-pesado-e-pede-prisao-de-prefeitos.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 21 jul. 2020.

4 METODOLOGIA

Nesta seção, procuro detalhar os modos de fazer e métodos que escolhemos para o cumprimento de nossos objetivos. Divido em subtópicos que irão discorrer sobre o enquadramento da pesquisa, a construção e escolha do corpus e os procedimentos e categorias de análise.

4.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa situa-se dentro da Linguística Aplicada (doravante LA), área que, assim como Moita Lopes (1996) caracterizou, abrange pesquisas: “ [...] a) de natureza aplicada em Ciências Sociais; b) que focaliza a linguagem do ponto de vista processual; c) de natureza interdisciplinar e mediadora; d) que envolve formulação teórica...” (p. 19). Ainda segundo o autor, a LA iniciou focando no ensino/aprendizagem de línguas e acabou, durante algum tempo, limitando-se a simples aplicação e descrição de teorias linguísticas. Posteriormente, houve sua separação como área autônoma da Linguística e chegou enfim a extrapolar os contextos educacionais, isso graças ao seu então diálogo com outras teorias e transformações em sua própria definição.

Ao compreender a linguagem como constitutiva da vida institucional, a LA passa a ser formulada como uma área centrada na resolução de problemas da prática de uso da linguagem dentro e fora da sala de aula, ou seja, "a preocupação [é] com problemas de uso da linguagem situados na práxis humana" (MOITA LOPES, 1996, p. 3), para além da sala de aula de línguas. O que se toma capital é a natureza da situada da ação e o estudo dos atores sociais nesta perspectiva agindo por meio da linguagem: uma preocupação que passou a ser crucial em outras áreas do conhecimento. (MOITA LOPES, 2011, p. 18)

Assim, partindo de uma visão que encara linguagem enquanto elemento constitutivo da sociedade e enxergando a possibilidade da resolução de problemas sociais que perpassam pelos usos languageiros, a LA passa a assumir uma perspectiva situada que pretende estudar e compreender a prática social, estendendo-se, assim, até diversas áreas e enriquecendo mais ainda suas teorias.

Portanto, fazer pesquisa em LA na contemporaneidade pode (e deve) ser um enorme desafio. Moita Lopes (2011) foi além ao propor uma LA que supere qualquer limite de ser uma ciência multidisciplinar e interdisciplinar, sugerindo que seja indisciplinar, isto é, uma ciência que não cabe nos moldes disciplinares e cerceadores das ciências tradicionais, que rompe

barreiras ao estabelecer um diálogo com demais áreas, permanecendo em constante movimento e aperfeiçoamento.

Ela é indisciplinar no sentido de que reconhece a necessidade de não se constituir como disciplina, mas como uma área mestiça e nômade, e principalmente porque deseja ousar pensar de forma diferente, para além de paradigmas consagrados, que se mostram inúteis e que precisam ser desaprendidos. (FABRÍCIO, 2006, *apud* MOITA LOPES, 2011, p. 19)

Em Fabrício (2017) também há uma ênfase à necessidade da LA assumir seu papel enquanto área trans/indisciplinar, no sentido de que vivemos em uma época de rápidas transformações, na qual o “‘trans’, como indicador de movimento, seria sua marca, enfatizando as potências transdisciplinares ou INdisciplinares.” (FABRÍCIO, 2017, p. 611, grifo da autora), esclarecendo assim, como a LA contemporânea é impassível de encaixar-se em paradigmas disciplinadores e positivistas.

Este trabalho, porquanto embasado, em parte, na ADC, que por si só já é um campo de estudos inter/transdisciplinar, assume, por consequência este caráter, dada a mestiçagem de teorias diversas fundantes em sua base e o diálogo que aqui pretende-se.

Chouliaraki; Fairclough (1999: 2) referem-se a esse "diálogo (ou 'conversa') entre teorias" como pesquisa transdisciplinar "na qual a lógica de uma teoria é posta a operar dentro de uma outra sem que a última seja resumida à primeira. Isso é o que eu chamo de pesquisa interdisciplinar (Moita Lopes, 1998). (MOITA LOPES, 2006)

Ademais, assim como postulou Moita Lopes (1996; 2011) no início deste capítulo sobre as características das pesquisas em LA, esta parte de um olhar para a linguagem como elemento constitutivo das práticas sociais e vê a possibilidade de desestabilização dos padrões marginalizadores que edificam nossa sociedade através da compressão profunda do fenômeno em estudo, assim como do papel do discurso em sua manutenção, gerando, no mínimo, um estado de reflexão sobre tais práticas.

Desse modo, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, pois conforme Flick (2013), trata-se um tipo de pesquisa que desenvolve ou põe em teste teorias em seus aspectos práticos. Mais do que isso, uma pesquisa em LA almeja ir além de uma simples aplicação de teorias, como já foi explicitado. Esta, a exemplo, aspira *transpor* os limites disciplinares, revelando como uma variedade de teorias podem ser úteis para a análise da prática social em conjunto.

Logo, este trabalho estruturara-se não como uma pesquisa que traça apenas um único caminho teórico-metodológico, mas como aquela que recorre à várias áreas diferentes –

ADC, Pragmática, Filosofia, Estudos sobre Gênero – entrelaçando e expandindo seus limites, promovendo um frutífero diálogo para dar conta dos objetivos traçados.

O desafio consiste, segundo Moita Lopes, por tal paradigma requerer um elevado nível de conhecimento inter/multidisciplinar (MOITA LOPES, 2011), isto é, desenvolver pesquisa em LA significa um alto investimento em uma teorização diversa, além do envolvimento do pesquisador com outras áreas do conhecimento, se desprendendo das amarras tradicionalistas das disciplinas convencionais.

Quanto a abordagem deste trabalho, pode ser definida como qualitativa e de cunho interpretativista. É qualitativa pois busca compreender e investigar de que maneira (s) a identidade feminina se configura dentro do discurso da ministra Damares Alves. Segundo Magalhães, Martins e Resende (2017):

[...] na pesquisa qualitativa é possível examinar uma grande variedade de aspectos do processo social, como o tecido social da vida diária, o significado das experiências e o imaginário dos participantes da pesquisa; a forma como articulam os processos sociais, as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem. (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, p. 30)

Portanto, um trabalho que tenha enfoque qualitativo como este abre possibilidades para que as questões de pesquisa sejam desenvolvidas a partir de um viés subjetivo sobre as práticas sociais e discursivas, por exemplo, sem que dados de natureza numérica precisem ser levados em consideração.

Ainda sobre as pesquisas qualitativas, Flick (2013) destaca que elas não têm o intuito de usar as teorias já finalizadas como ponto de partida para uma simples testagem, mas as veem como “um ponto final a ser desenvolvido”. (p. 24). Isto é, ao invés de fecharem-se em pressupostos teóricos acabados sem a devida flexibilidade sobre estes, as pesquisas qualitativas ensinam utilizar o próprio ponto final para o início e/ou continuação de novas conjecturas e hipóteses, inclusive novas teorias.

Ademais, o autor aponta três abordagens com as quais, segundo ele, a pesquisa qualitativa se depara:

Ela visa a) a captação do significado subjetivo das questões a partir das perspectivas dos participantes [...]. Com frequência, b) os significados latentes de uma situação estão em foco [...]. Em muitos casos, c) as práticas sociais e os modos de vida e o ambiente em que vivem os participantes são descritos. O objetivo é menos testar o que é conhecido do que descobrir novos aspectos na situação que está sendo estudada e desenvolver hipóteses ou uma teoria a partir dessas novas descobertas. (FLICK, 2013, p. 23-24)

Assim, mesmo que esta pesquisa não seja realizada sobre um corpus constituído a partir de discursos diretos de participantes, com é o caso do resultado de entrevistas, por exemplo, o material que servirá para análise provém de um discurso proferido pela ministra Damares e que foi publicizado, fazendo com que seu caráter de pesquisa social qualitativa não seja invalidado. Além disso, também é possível analisar os significados da situação em questão – o discurso de Damares na comissão parlamentar – e verificar também que práticas sociais e o ambiente específico em que o referido discurso é proferido, assim como descreveu o autor acima em sua abordagem.

É importante também esclarecer o porquê de esta ser uma pesquisa interpretativa e isso ocorre, pois, a análise dos resultados se dá sem considerar dados numéricos nem se utiliza de métodos positivistas para obtê-los. Segundo Moita Lopes (1994), a pesquisa positivista não leva em consideração as várias nuances e significações das ações sociais, ignorando questões como o subjetivismo, historicidade e ideologia, enquanto isso, a pesquisa interpretativa traz para o cerne da investigação “os múltiplos significados que constituem as realidades” (MOITA LOPES, 1994, p. 332) sem colocar em segundo plano a visão de mundo dos participantes e dos próprios investigadores que, por sua vez, são isentos de uma neutralidade que se pretendia em estudos positivistas.

Portanto, os objetivos deste trabalho nos conduzem também a uma pesquisa exploratória-descritiva. Segundo Gil (2008), “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.” (GIL, 2008, p. 27). Esta se trata de uma pois objetivamos apresentar uma interface teórica que nos permita analisar questões como identidades femininas dentro da teoria atos de fala e análise do discurso, a fim de nos aproximarmos de nosso objeto de estudo e levantarmos algumas hipóteses acerca do discurso da ministra Damares Alves. É também descritiva pois pretende descrever como se configura a identidade feminina, mais especificamente de uma mulher no poder, a partir do discurso referido.

Gil destaca que “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc.” (GIL, 2008, p. 28). Em conjunto, estes dois tipos de pesquisas se encaixam com os propósitos deste trabalho e a perspectiva que pela qual desenvolvo a análise do *corpus*.

Quanto à coleta de dados, esta pesquisa delinea-se como documental. Segundo Gil (2008) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento

analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” (p. 51). Assim como na pesquisa bibliográfica, este tipo parte de materiais já elaborados e, embora fosse necessário realizar a transcrição do vídeo que foi analisado, trata-se de um vídeo contendo um pronunciamento oficial da ministra em um canal do *Youtube* também oficial. Este material, portanto, pode ser interpretado como uma espécie de documento público cuja a transcrição foi necessária para os fins analíticos.

Ressalto também o caráter crítico que aqui é assumido. Para Van Dijk (1986) *apud* Wodak, 2004 uma perspectiva crítica de fazer ciência vai além de uma simples aplicação teórica ou descrição:

Ao invés de focalizar em problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica tem como pontos de partida problemas sociais vigentes e, assim, adota o ponto de vista dos que sofrem mais e analisa de forma crítica os que não estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas (VAN DIJK, 1986, p. 04, *apud* WODAK, 2004, p. 223)

Adotamos tal viés pois acreditamos⁴⁰ que fazer pesquisa em qualquer área que seja, porquanto que assuma um viés crítico, sobretudo uma pesquisa que revele a intrínseca relação linguagem-sociedade, é também um fazer político e que contribui com a reflexão e mudança social. Ademais, esta pesquisa é crítica pois também objetiva, com o cumprimento de seus intentos, desvelar, ainda que minimamente os mecanismos que encobrem as relações assimétricas de poder, mais especificamente dentro das questões de gênero, revelando as reais pretensões ideológicas que sustentam a prática discursiva e social.

4.1.1 A Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO)

Desenvolver um trabalho em Ciências Sociais, de modo geral, requer a construção de um aporte teórico-metodológico que seja suficiente para a operacionalização de conceitos e categorias que, por muitas vezes, acabam tornando-se um tanto abstratos e de difícil projeção em termos metodológicos e práticos. Além disso, há um paradigma a ser enfrentado, pois, ao mesmo tempo em que a LA busca distanciar-se dos pressupostos científicos positivistas e estruturalistas que não mais oferecem espaço para a concepção de linguagem aqui assumida e para a compreensão dos problemas sociais e sua desestabilização, existe uma espécie de exigência para que os/as pesquisadores/as elaborem uma metodologia que atribua às suas

⁴⁰Adoto o plural aqui pois trata-se de um princípio compartilhado com a professora que orienta este trabalho.

pesquisas um *status* de ciência, isso tudo sem que caíam novamente nas armadilhas de buscar “emoldurar” em demasia seus fenômenos de estudo e assim limitá-los.

Baseando-se na Linguística Crítica (FOWLER; KRESS, 1979) e na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1976, 1994; HALLIDAY; HASAN, 1989), a ADTO prefigura-se como uma abordagem que permite uma análise que parta da concepção de texto enquanto unidade mínima do discurso pela qual as lutas sociais são mediadas e se alcance o estudo das práticas sociais. Essa perspectiva que atribui ao texto papel essencial aponta diretamente para a viabilidade de uma análise que considere a materialidade linguística na prática analítica e torne o fazer científico das/os analistas do discurso como algo validado e possível de comprovação.

Magalhães (2004) afirma que a ADTO tem como foco uma detalhada análise textual que abre possibilidades para uma investigação capaz de alcançar as práticas sociais. Esta característica advém, especificamente, da Linguística Sistêmico-Funcional, que defende a ideia de que a linguagem é um sistema aberto às influências sociais e que é passível de ser estudado em sua materialidade através da análise de textos.

Neste sentido, texto é compreendido como um evento que produz sentido e que é situado em um contexto sócio-histórico específico. Além disso, Fairclough (2003) afirma que os textos são habitados por ideologias que neles se materializam como resultado de práticas sociais que os produzem, tornando-os representações ideológicas:

Representações ideológicas podem ser identificadas em textos (Thompson 1984 classifica ideologia como “significado a serviço do poder”), mas, ao dizer que ideologias são representações que podem se mostrar para contribuir com as relações sociais de poder e dominação, estou sugerindo que a análise textual precisa ser enquadrada nesse aspecto na análise social que possa considerar corpos de textos em termos de seus efeitos nas relações de poder. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 09)⁴¹

Portanto, a realização de uma análise textualmente orientada requer a pressuposição de que os textos são investidos por ideologias e que exercem força no sentido de produzir, reproduzir ou transformar as relações de poder, segundo a perspectiva dialético-relacional de Fairclough (2001).

Quanto à Linguística Crítica, a contribuição para a ADTO se refere à relação entre texto, poder e ideologia (MAGALHÃES, 2004)

⁴¹Tradução livre de “Ideological representations can be identified in texts (Thompson 1984 glosses ideology as ‘meaning in the service of power’), but in saying that ideologies are representations which can be shown to contribute to social relations of power and domination, I am suggesting that textual analysis needs to be framed in this respect in social analysis which can consider bodies of texts in terms of their effects on power relations.”.

Fowler e Kress apresentam três pressupostos da lingüística crítica: primeiro, a linguagem tem funções específicas e as formas e os processos linguísticos expressam essas funções; segundo, as seleções feitas pelos falantes no inventário total de formas e processos linguísticos são sistemáticas, seguindo determinados princípios; terceiro, contrariamente à visão de arbitrariedade na relação entre forma e conteúdo, “a forma significa o conteúdo”. (MAGALHÃES, 2014, p. 118)

Para Fowler e Kress (1979), portanto, as escolhas linguísticas feitas pelos usuários de uma língua ocorrem conforme a forma e a função específicas que a linguagem pode assumir em determinado contexto e isto não se realiza de modo aleatório, ou seja, a escolha por “invasão” ao invés de “ocupação”, apenas para exemplificar, é uma ação sistemática e que carrega um conteúdo que significa o modo como o discurso representa os atores sociais em questão. Deste modo, a relação texto-poder-ideologia é construída, pois, as escolhas linguísticas que fazemos são inseparáveis da ideologia que carregamos em nosso discurso e estão em concordância com estruturas sociais que funcionam de acordo com as relações de poder que vigoram em nossa sociedade.

Especificamente em ADC, a pesquisa se torna mais tangível graças à construção teórica-metodológica de Fairclough (2001). Entretanto, uma pesquisa realizada por Salles e Dellagnelo (2019) sobre trabalhos em Administração que utilizassem a ADC revelou que esses não esclarecem em termos metodológicos como de fato serão realizados, instigando as autoras a detalharem como tais pesquisas podem ser operacionalizadas, levando-as a destacarem a importância da Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO):

A Análise Crítica do Discurso (ACD⁴²) desenvolvida por Norman Fairclough é uma abordagem de Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) que recorre à gramática funcionalista para compreender as estruturas linguísticas usadas como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas. Isto significa que a análise textual é um momento imprescindível na ACD. (SALLES; DELLAGNELO, 2019, p. 419)

Portanto, a ADTO prefigura-se como uma abordagem dentro da ADC que permite uma análise que parta da concepção de texto enquanto unidade mínima do discurso pela qual as lutas sociais são mediadas. Essa perspectiva que atribui ao texto papel essencial aponta diretamente para a viabilidade de uma análise que alcance a materialidade linguística em sua

⁴²Segundo Batista (2018) não há consenso entre os linguístas sobre o uso das siglas ADC e ACD. Para o autor, o uso de ADC está associado com pesquisas desenvolvidas a partir de grupos de pesquisa na Universidade de Brasília, enquanto que o uso de ACD tem sido utilizado em demais trabalhos pelo país e que buscam dar ênfase ao viés crítico. No caso desta pesquisa, apesar do claro viés crítico, opto pelo uso de ADC considerando que os trabalhos de Izabel Magalhães, percussora da sigla ADC, compõem parte fundamental das referências.

prática e torne o fazer científico dos/as analistas do discurso algo validado e possível de comprovação.

Peixoto e Ferreira (2018) também discorrem sobre seu valor para a realização das pesquisas em ADC. Especificamente sobre o texto e sua relevância dentro das análises, os autores esclarecem que:

Situados, então, no nível do texto, definido amplamente como “qualquer exemplo de linguagem em uso”, a análise textual permite realizarmos dois movimentos simultâneos. De um lado, conectando o evento social concreto à conjuntura mais ampla, examinam-se os gêneros, os discursos e os estilos articulados no texto. De outro lado, interligando o evento social aos traços e às estratégias linguísticas mobilizadas, investigam-se os processos de ação, representação e identificação em textos diversos. (PEIXOTO; FERREIRA, 2018, p. 2878)

Conforme os autores, uma análise que parta do texto permite que o evento social maior que o circunda seja contemplado, a exemplo dos gêneros e estilos que são articulados, assim como é possível alcançar também a própria materialidade linguística, através dos recursos e estratégias que são mobilizadas. Para além disso, “Sendo a vida social textualmente mediada, a ADTO reivindica um tipo de análise de discurso que está preocupada com a relação constitutiva entre textos e mudanças sociais...” (PEIXOTO; FERREIRA, 2018, p. 2878), destacando assim, como a ADTO interessa-se por uma análise coerente com os pressupostos de emancipação social que a ADC tanto dedica-se.

Outro aspecto valioso sobre a ADTO e que se relaciona diretamente com esta pesquisa é a sua visão sobre o aspecto ideológico dos textos. Ainda segundo Peixoto e Ferreira (2018), a ADTO apropria-se das concepções de ideologia em sua perspectiva negativa pois compreende como os discursos são investidos por ela e exercem, assim, força nos processos de luta e mudança social: “Na ADTO, o conceito de ideologia é fundamentalmente negativo, isto é, relaciona-se aos modos como os sentidos servem para produzir ou manter relações desiguais de poder e controle, à maneira como Thompson (1995) tem refletido.” (PEIXOTO; FERREIRA, 2018, p. 2884).

Por conseguinte, a abordagem da ADTO alinha-se com os objetivos deste trabalho, bem como com sua ontologia e epistemologia, já que abre espaço para uma investigação linguística que considere como os textos estão à serviço das ideologias e também como é possível a desestabilização de práticas desiguais de poder por meio destes. É nesse sentido em que a ADTO é essencial para a execução do que aqui é proposto.

4.2 Constituição do corpus

O corpus desta pesquisa é constituído pela transcrição da fala da ministra dos Direitos Humanos, da Mulher e da Família, Damares Alves, em um vídeo publicado no Youtube pelo canal oficial Câmara dos Deputados⁴³. A escolha deste canal específico se deu por tratar-se de um canal que transmite ao vivo e disponibiliza gravações sobre audiências públicas e votações no plenário sem cortes ou edições.

A opção por transcrever apenas um vídeo, ainda que seja um de longa duração, justifica-se pelo fato de que ele é coerente com as demais falas da ministra, mantendo o seu “padrão” de discurso, sem diferir de maneira drástica demais⁴⁴. A exemplo disto, existem inúmeros vídeos de discursos oficiais, entrevistas e depoimentos (conferir nota de rodapé 35) que comprovam que aquele que foi escolhido em específico para este trabalho serve de amostra para o discurso de Damares em linhas gerais.

O vídeo se trata de uma gravação da Comissão dos Direitos da Mulheres, realizada em dezesseis de abril de 2019, ocasião na qual a ministra foi convidada para apresentar seu ministério e responder a questionamentos vindos de deputadas e deputados presentes. O vídeo tem duração de 4h44min33seg e sua escolha justifica-se por tratar-se de uma comissão requerida justamente para tratar de questões referentes aos direitos femininos, oportunidade na qual se supõe que haveriam falas pertinentes aos nossos objetivos.

A transcrição foi feita com o auxílio do software *InqScribe* (Inquirium, s/d), que gera, simultaneamente, uma janela com o vídeo e outra com um espaço disponível para o texto transcrito, permitindo, com atalhos no teclado do computador, pausar, acelerar ou retroceder o vídeo para que a/o pesquisadora/o possa agilizar o processo. Finalizada esta fase, todo o material foi editado em um documento do *Word*, a fim de que se possa revisar a pontuação e marcações de transcrição que serão detalhados na próxima sessão.

4.3 Categorias e procedimentos de análise

Para realizar a análise do *corpus* desta pesquisa, sigo alguns passos procedimentais e utilizo de categorias que foram traçadas em conformidade com os objetivos:

⁴³Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cmZGR0iWjgE>. Acesso em: 15 jun. 2020.

⁴⁴Mais informações em: <https://www.youtube.com/watch?v=PXYUsxeT2VQ>; <https://www.youtube.com/watch?v=cpQPPlmNMUM>; <https://www.youtube.com/watch?v=vJg2juj7kKQ>; https://www.youtube.com/watch?v=fwBbLyp_e78; https://www.youtube.com/watch?v=cJ5JFwAca_s; <https://www.youtube.com/watch?v=PXYUsxeT2VQ>. Acesso em: 25 ago. 2020.

- a) o primeiro passo foi uma pesquisa no *Youtube* em busca de canais que oferecessem um conteúdo confiável sobre pronunciamentos oficiais de ministros, objetivando, também familiarizar-me com o gênero discursivo pronunciamento;
- b) após a detecção do canal oficial da Câmara dos Deputados, filtro a pesquisa para detectar vídeos que tivessem a presença da ministra Damares Alves;
- c) assisto a alguns vídeos e escolho um em específico que correspondia à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, ocasião propícia para falas pertinentes a este trabalho;
- d) assisto ao vídeo completo para assegurar-me que continha conteúdo relevante;
- e) finalizado este momento de seleção, dou início a transcrição de todas as falas presentes no vídeo com o auxílio do software *InqScribe* conforme o parâmetro descrito a seguir.
- f) a transcrição foi realizada com base na proposta de Ferreira (2001) que, por sua vez, fez uma adaptação do modelo de transcrição elaborado por Marcuschi (2003). Assim, faço uma readaptação dos critérios de transcrição que melhor se a esta pesquisa baseando-me nos autores supracitados:
 - manteve-se a representação gráfica “padrão” das palavras;
 - a pontuação revela a interpretação de leitura da analista;
 - o sinal entre parênteses – (+) ou (++) – é usado quando ocorrem pausas mais leves ou mais longas, respectivamente;
 - o uso duplo do parênteses (()) deve-se a comentário necessário ao entendimento do texto;
 - a reduplicação de fonemas, sílabas ou palavras representa as respectivas repetições;
 - as reproduções de sons, tais como *éh*, *hã*, indicam pausas ou hesitações preenchidas sonoramente;
 - os elementos coesivos (*né?*, *sabe?*, *entende?* ...) são alocados entre vírgulas;
 - o [r] e [s] no final de nomes e verbos não foi suprimidos, mesmo quando não pronunciado, por se tratar de uma marca irrelevante à análise;
 - no termo *você* foi mantida a primeira sílaba *vo-*, mesmo quando não pronunciada, fato de menos importância ao trabalho;

- manteve-se o corte silábico em *tô*, *tá*, *tamos*, por já ser uma economia morfofonológica incorporada ao padrão da oralidade;
 - a monotongação em *vô*, *tô* também circunscreve-se nos motivos anotados anteriormente;
 - o uso de travessão indica falas entrecortadas;
 - as eventuais gírias e termos chulos ocorrem entre aspas;
 - o uso de reticência no início e fim de texto indica transcrição parcial;
 - as marcas não-verbais e verbais, como sinais de entonação, alongamento de vogal, ênfase, silabação de palavras, não foram anotadas na transcrição pela sua não-pertinência à análise.
- g) finalizada a transcrição, transfiro o documento inicial gerado para um documento de texto (*Word*) e inicio um minucioso processo de revisão;
- h) após a transcrição completa do discurso da ministra e dos/as demais presentes na ocasião do vídeo e concluída sua revisão, dedico-me a três novas leituras centradas nas falas de Damares e recorrendo à demais falas quando necessária a contextualização:
- na primeira, o foco é análise em nível textual em sua categoria *vocabulário*;
 - na segunda detenho-me na análise em nível da prática discursiva em suas categorias: *intertextualidade*, *produção*, *distribuição e consumo*;
 - por fim, na terceira fase, nível da prática social, a investigação é empreendida quanto à ideologia em sua categoria *avaliação*.
- i) após essa fase, segmento as ocorrências detectadas nas etapas anteriores em três quadros-resumo:
- o primeiro, analisando escolhas lexicais que atribuam algum significado à uma identidade feminina dentro de seus cotextos específicos – categoria *vocabulário*;
 - o segundo, identificando os indícios textuais acerca da *intertextualidade*, *produção*, *distribuição e consumo* e seus possíveis significados;
 - o terceiro, examinando orações em que sejam possíveis identificar indícios da ideologia subjacente às avaliações enunciadas, categoria *avaliação*.
- j) em seguida, realizo uma revisão de todas ocorrências localizadas a fim de relacioná-las, de maneira geral, à função identificacional da linguagem (FAIRCLOUGH, 2003);

k) por fim, analiso os resultados completos a fim de caracterizar qual(is) perfil(s) identitário(s) feminino(s) que é(são) mais recorrente(s) e busco traçar uma reflexão em relação ao perfil identitário que comumente mulheres em cargos políticos assumem.

No quadro abaixo, segue uma síntese de como a análise é feita em relação à cada categoria, seguindo também a estrutura do capítulo analítico:

Quadro 5 – Categorias e procedimentos analíticos

NÍVEL DE ANÁLISE	CATEGORIAS	PROCEDIMENTOS
Textual	Vocabulário	Leitura, identificação e análise de vocábulos (léxicos) que se relacionam com a identidade feminina.
Discursivo	Intertextualidade, produção, distribuição e consumo.	Leitura, identificação e análise de traços textuais e sócio discursivos.
Social	Avaliação (para análise ideológica)	Leitura, identificação e análise de orações que impliquem avaliações realizadas sobre e com relação à identidade feminina.

Fonte: elaborado pela autora.

Destaco que a visão aqui adotada, conforme Fairclough (2001), compreende que os três planos da análise tridimensional são, na verdade, três dimensões que funcionam simultaneamente e de modo articulado. A divisão adotada justifica-se pelo fato de que o corpus contém um grande número de páginas (66 páginas), o que tornaria a análise das três dimensões em um texto corrido cansativa e possivelmente confusa, perdendo sua didaticidade.

Deste modo, tendo traçado uma metodologia que guiará a execução dos objetivos deste trabalho, dedico-me a seguir, à construção do capítulo de análise, conforme o aparato epistemológico que foi edificado até aqui.

5 A PERFORMANCE DISCURSIVA FEMININA DA MINISTRA

Dameres Alves, como qualquer outro ator social, constrói sua identidade por meio de repetidos atos de fala que, em conjunto, compõem sua performance, assim como foi explanado no capítulo teórico desta pesquisa. Seu discurso, portanto, é elemento constituinte deste processo e oferece pistas para que seja possível investiga-lo, revelando a relação dialética entre discurso e sociedade na quais ambos contribuem na construção, manutenção e transformação um do outro, demonstrando também como as relações de poder operam sobre tais estruturas.

Dito isso, este capítulo discorrerá sobre a performance discursiva feminina da ministra e está dividido conforme os níveis e categorias de análise, contendo também uma última seção que se propõe a triangular os resultados obtidos nas análises.

5.1 Análise textual: vocabulário

A análise que proponho, uma que seja capaz de abranger os aspectos discursivos e sociais que envolvem a construção da identidade feminina no discurso da ministra Dameres Alves, deve partir de um plano micro para o macro. Ou seja, é necessário que se inicie pela investigação do vocábulo utilizado para, enfim, alcançar a análise no plano social. Contudo, ressalto novamente que os três aspectos focalizados – prática textual, prática discursiva e prática social – coexistem dentro dos discursos de modo que são interligados em sua constituição. A divisão feita contém fins didáticos e organizacionais.

Nas linhas 34, 113, 192, 1323, 1502, 1547 e 2630 do *corpus* são usados vocábulos no masculino como *todos*, *senhores*, *parlamentares* e *membros*, enquanto a maioria dos presentes na comissão eram do sexo feminino, com uma única exceção na linha 2415, com o uso de *filho* e *filha*. O que parece uma simples convenção de uso linguístico é, na verdade, um reflexo de práticas sociais que se cristalizaram em nossa cultura. Uma linguagem sexista, que não nomeia a mulheres presentes, exclui as possibilidades de integração que devem haver na política de modo geral, a começar pela própria linguagem.

Em casos como os identificados acima, o substantivo masculino é utilizado como um termo genérico, considerado capaz de incluir o binarismo de gênero. Entretanto, nosso sistema linguístico é composto, em sua maioria, por termos que podem variar conforme o binarismo linguístico e até mesmo que extrapolam essa composição – como no caso do uso do @ ou do *e* no lugar de *o/a* – isto é, existem vocábulos que são eficientes para nomear grupos

mistos, sem que um ou outro seja apagado e, se isso ocorre em nossa sociedade é devido à uma cultura que nos habituou a naturalizar a não nomeação de mulheres e demais indivíduos que fujam da heteronormatividade.

Para além disso, ainda existem inúmeros casos em que o equivalente feminino possui significado pejorativo ou inferior, como no caso de *governante*, que, segundo o dicionário online Michaelis⁴⁵ significa: “1 Que ou aquele que governa. 2 Que ou aquele que é oficialmente instituído do poder de dirigir política e administrativamente um estado.”, enquanto que *governanta* é “1 Mulher que administra a casa de outrem. 2 Mulher que se emprega como preceptora em uma casa de família.”⁴⁶, demonstrando como os conceitos dicionarizados estão em conformidade com os padrões de gênero hegemônicos.

Graddoll e Swann (1989), *apud* Fairclough (2001) reconhece a existência de práticas discriminatórias presentes na linguagem:

Aspectos discriminatórios (e, portanto, antidemocráticos) da língua e do uso linguístico tem sido largamente documentados, como o uso de 'ele' como se fosse um pronome genérico para se referir tanto a mulheres quanto a homens, ou o uso de 'homem' e termos semelhantes, a exemplo de 'coordenador'. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 253)

Outro aspecto destacado pelo autor acima acerca da questão do sexismo linguístico é que, segundo ele, existem hoje, possibilidades para a intervenção ativa no sentido de enfraquecer práticas discriminatórias, incluindo a parte que cabe discussões em torno da esfera discursiva. Um exemplo disso seria o incentivo e a ampla divulgação de usos linguísticos que não excluíssem ou inferiorizassem um ou outro grupo quanto ao seu gênero e etnia, ainda que hajam tentativas para conter tais atitudes objetivando a preservação de um *status* hegemônico.

Assim, tais escolhas vocabulares feitas por Damares, porquanto sendo uma mulher que teve acesso ao ensino superior, diversos tipos de conhecimentos e que lidam já há alguns anos na luta contra a violência de gênero, revelam que, no mínimo, não há uma preocupação em disseminar as práticas linguísticas que perpassam a linguagem ou que, na pior das hipóteses, demonstra sua descrença de que tais usos carregam as marcas de uma ideologia machista e que não são simplesmente dados ao acaso.

Outro aspecto peculiar no discurso da ministra é o seu constante enaltecimento de características como a beleza física e juventude. Nas linhas 38, 48, 49, 674, 1209, 1219, 1222,

⁴⁵Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=qR4z>. Acesso em: 2 mai. 2020.

⁴⁶Informação disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0;f=0;t=0;palavra=governanta>. Acesso em: 13 set. 2020.

1310, 1522, 1523, 2445 e 2468, Damares usa os vocábulos *linda/as*, *lindo*, *jovem/jovens* repetidas vezes sempre que vai dirigir-se às parlamentares mulheres, em sua maioria, a exemplo de “[...] *a mais linda secretária do Brasil...*” (l. 38) e “[...] *que deputada linda...*” (l. 1522), enquanto que a inteligência pelo uso do adjetivo “inteligente” é ressaltada apenas três vezes, nas linhas 674, 1222 e 2984.

Neste caso, a inclinação que ela demonstra em seu discurso para valorizar atributos físicos como tentativa de aproximação para com os/as presentes na comissão, ou até mesmo para conquistar os afetos destes/as, demonstra sua necessidade em ser aprovada pelo público e que admira tais aspectos de modo geral. Fairclough (2001) esclarece que

Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos. (FAIRCLOUGH, 2001 p. 230).

Diante dessa assertiva, é possível refletir que as escolhas lexicais presentes no discurso de Damares, como os usos de *linda*, não partem exclusivamente de um julgamento exclusivamente individual, subjetivo. O que Fairclough procura explicitar é que tais processos fazem parte de um cenário cultural e social bem mais amplo que ultrapassam a linha do que seria uma simples escolha de um indivíduo em específico. O uso exemplificado aqui, faz parte, portanto, de uma grande cadeia de elementos textuais/discursivos/sociais que estão a serviço da manutenção de padrões e valores patriarcais quanto aos papéis de gênero, onde, comumente, a beleza física, sobretudo a feminina, é almejada e prezada.

Seguindo esta perspectiva que localiza os usos linguísticos da ministra dentro de um complexo jogo de estruturas sociais em embates, Butler (2003) destaca como o caráter da repetibilidade funciona quanto às questões de gênero:

Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em forma do gênero, essa “ação” é uma ação pública. (BUTLER, 2003, p. 200)

Assim, embora a ação de Damares não deixe de ser individual, sua performance é encenada em um palco político público, onde os significados não são somente repetidos ato após ato, mas, ao mesmo tempo, novos elementos são adicionados a cada nova repetição,

mantendo, em seu caso, os padrões de gênero já existentes por meio da tentativa de se estabelecer uma mescla (incoerente) entre valores conservadores e luta por direitos femininos.

Outro uso lexical que corrobora com as afirmações acima está nas linhas 48, 49, 146 e 2830, onde a ministra utiliza o adjetivo *extraordinário* para referir-se ao Presidente Bolsonaro e seu governo, demonstrando que tais escolhas não partem unicamente de sua própria figura enquanto ministra, mas refletem um aspecto da atual conjuntura política brasileira no qual o governo Bolsonaro é supervalorizado e idolatrado por grande parte da população que o elegeu, revelando um processo cultural e social conservador bastante intenso.

Na linha 331, a ministra utiliza o adjetivo *invisíveis* para referir-se a certos grupos de mulheres que ela considera como vivendo à margem da sociedade: as *indígenas*, as *ciganas*, as *ribeirinhas* e as *escalpeladas* (l. 343, 344, 348, 349 e 1301). Considerando a história de vida de Damares e, sobretudo, sua atuação como pastora evangélica, além de seus outros discursos, é possível inferir que ela põe em segundo plano as mulheres que fazem parte da comunidade LGBTQI+ quanto ao seu rol de mulheres para quais as políticas públicas de seu ministério deverão ser destinadas.

O uso específico do adjetivo *invisíveis* somente para *indígenas*, *ciganas*, *ribeirinhas* e *escalpeladas* demonstra que a priorização e valorização de públicos minoritários, cujo discurso parte de concepções e valorações que foram construídas de acordo com sua experiência e sua vivência, portanto, o público LGBTQI+ parece ser o mais invisível de todos, já que a própria ministra não o menciona, exceto nas linhas 72 e 73 – *ali nós temos comunidade LGBT e a comissão de mortos e desaparecidos, mecanismo de tortura e ali a gente tem a comunidade LGBTI* –, nas quais ela apresenta seu ministério e explica a composição da Secretaria de Proteção Global, na qual tal público seria incluído. Contudo, de modo geral, a ênfase é dada às demais comunidades se considerarmos seu discurso completo.

Além disso, a ministra ainda faz o uso desatualizado da sigla LGBTQI+⁴⁷, utilizando *LGBT* e *LGBTI*, demonstrando falta de familiaridade com a pauta, apesar de afirmar na linha 1903 que as mulheres *trans/lésbicas/bissexuais* seriam prioridade em seu governo, buscando atribuir ênfase através dos verbos *existem* e *sofrem* (l. 1904) na ocasião em que foi indagada sobre tal comunidade.

De modo contraditório com seu discurso de modo geral, Damares utiliza os vocábulos *ativista* (l. 732), *revolução* (l. 762) e *militante* (l. 1256) para referir-se a si mesma. A partir de tais escolhas, é possível depreender que ela busca uma associação ou aproximação

⁴⁷Segundo Santana e Alves (2019).

com movimentos sociais que atuam ativamente em prol dos direitos de grupos minoritários, como é o caso do movimento feminista. Sobre os significados dos vocábulos, Fairclough (2001) explica que os dicionários estabelecem os sentidos diferentes:

(i) o significado potencial é estável; (ii) o significado potencial é universal, no sentido de ser comum a todos os membros de uma comunidade de fala; (iii) os significados no interior do significado potencial de uma palavra são descontínuos, isto é, claramente demarcados entre si; e (iv) os significados no interior do significado potencial de uma palavra estão numa relação de complementaridade (ou, ou um com o outro), e são mutuamente exclusivos.

No caso do uso dos vocábulos *ativista*, *revolução* e *militante*, os significados potenciais pertencem a um campo diferente do da atuação de Damares, especialmente se nos voltarmos para sua atividade enquanto pastora. Entretanto, Fairclough (2001) esclarece que os significados em (i) e (iv) são, em muitos casos, ilusórios, já que há uma constante mudança da relação entre o vocábulo e significado, revelando uma instabilidade interna de sentidos. Deste modo, ao utilizar os vocábulos em questão em um domínio diferente, o discurso de Damares contribui para que os sentidos sejam desestabilizados, o que levaria, em última instância, a uma mudança de significação.

Algo semelhante ocorre na linha 1314, com o uso de *empoderada* para falar de si. Neste caso, é importante que se reflita sobre o significado em potencial deste adjetivo conforme sua definição dicionarizada: “Conceder ou conseguir poder; obter mais poder; tornar-se ainda mais poderoso”⁴⁸. A primeira questão é mais evidente diz respeito ao fato de que não há definição para o adjetivo no feminino, apenas para o masculino, o que revela como as relações de poder quanto aos gêneros funcionam em nossa sociedade. A segunda, tal descrição difere daquela a qual Damares demonstra querer aproximar-se, e a que diz respeito aos domínios do movimento feminista. Isto é, o significado que ela pretende alcançar é a de um empoderamento no sentido de lutas e conquistas coletivas, como produto de um processo de tomada de consciência quanto aos direitos femininos e a busca pela autovalorização, significado presente dentro do contexto feminista. Entretanto, de modo contraditório, ao descrever seu “empoderamento”, a ministra destaca sua ascensão política pessoal sem que seja evidenciado o aspecto coletivo, além de afirmar que tal sucesso seria possível para *todas*, desconsiderando a gritante desigualdade que existe quando se considera o acesso à educação e às políticas públicas que incentivem participação política feminina.

⁴⁸Disponível em: <https://www.dicio.com.br/empoderar/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

Na linha 726, identifico os vocábulos *apoio* e *acolher*, na ocasião em que a ministra explica que seu *segmento* religioso deverá cumprir seu papel no combate à violência contra a mulher. Em conformidade com uma postura que indica limitar-se às medidas paliativas quanto a esta questão, nas linhas 747 e 748, quando indagada sobre seu posicionamento quanto a violência sofrida por uma deputada pelas mãos de um ministro, Damares procura não adentrar o assunto e apenas afirma que ela será *cuidada* e *protegida*. Indo adiante, na linha 848, ela declara que deseja que *mulheres* sejam *salvas*.

Tais escolhas, assim como na linha 1205 com o uso de *cuidar* em referência as *mulheres*, revelam que o discurso em análise está em consonância com uma perspectiva patriarcal, embora intentando o combate à violência contra a mulher. Isto ocorre, pois, partilha de uma identidade feminina de fragilidade, que merece ser cuidada, acolhida e salva. Ao fazer estas escolhas, Damares está repetindo atos de fala que funcionam como ferramentas para a manutenção de tal identidade e não para uma nova e emancipada figura feminina.

Seguindo a mesma perspectiva, nas linhas 774 e 775, a ministra utiliza os verbos *respeitar* e *proteger* na voz ativa para o sujeito masculino, atribuindo ao homem esse papel. Nas linhas 777 e 778, Damares faz repetidas afirmações onde, novamente, o sujeito masculino tem o poder de ação: *ele abra* (3x) para referir-se às portas da fábrica, do escritório, dos partidos..., retirando do sujeito feminino o poder de escolha e, sobretudo, de ação sobre sua atuação na vida em sociedade.

Ainda dentro deste cenário, nas linhas 811 e 815, Damares opta por atribuir ao *homem* o adjetivo *líder* e para a *mulher* o adjetivo *submissa*, na ocasião em que esclarece a concepção que há em sua doutrina religiosa cristã, revelando escolhas lexicais que estão em concordância com os padrões patriarcais quanto aos papéis de gênero e que muito são influenciados por valores religiosos.

Mais um aspecto que merece ser observado quanto ao discurso da ministra é seu claro posicionamento sobre o aborto, por meio das escolhas de *contra* para *aborto* (l. 1200). Tais usos não deixam dúvida sobre sua postura quanto ao tema e, apesar de ela afirmar nas linhas seguintes que seu ministério enquanto pastora evangélica não exercerá influência sobre seu ministério na política, falta coerência para que este discurso seja creditado, já que a doutrina cristã, em sua maioria, é conhecida por seu movimento a favor da vida que, segundo sua lógica interna, significaria ser contra o aborto.

Sobre esse tema em específico, é importante relembrar o caso da menina de 10 anos de idade no Espírito Santo que foi estuprada pelo tio durante 4 anos e teve um aborto garantido por lei para pôr fim a uma gravidez fruto de tal crime. Na ocasião, um grupo de religiosos

lançaram uma campanha nas redes sociais contra o aborto e chegaram a dirigir-se ao hospital para impedir o procedimento. O mais alarmante é que a militante de extrema direita, Sara Fernandes Giromini, uma das responsáveis pela divulgação do nome da criança e endereço do hospital, tem ligação com a ministra Damares, chegando a ser convidada para assumir a coordenação nacional de políticas públicas para a maternidade. Contudo, o mistério emitiu nota negando a divulgação de tais informações.

Outra questão peculiar que identifico no discurso da ministra é o que chamarei de pessoalismo. Nas linhas 746, 765, 499, 2138, 2196, 2421, com os usos de *amo*, *querida*, *amiga* e *carinho*, por exemplo, Damares demonstra uma tentativa de conquista de afeto e aproximação, conforme já observado aqui anteriormente. Assim, há uma espécie de valorização de aspectos pessoais e sentimentais que envolvem seu relacionamento com os/as presentes. Ou seja, também como parte dessa busca por alcançar a simpatia para com o público da comissão, ela faz escolhas linguísticas que trazem à tona elementos pessoais e relacionais que destoam do enfoque da ocasião.

Na linha 1865 e 1894 há os vocábulos *abandonou* e *tadinha*. Na ocasião, onde a ministra relata fatos da sua vida pessoal, é possível inferir um *ethos* de submissão e fragilidade feminina que entra em contradição com o empoderamento e militância auto proclamados por ela. Esse aspecto de incoerência identitária é abordado por Hall (2016), que o explora explicando que os atores sociais, conforme o contexto ou a situação, assumem diferentes identidade e que estas podem estar em confronto e até mesmo serem contraditórias entre si, como é o caso de Damares, conforme o presente discurso.

Em seguida, na linha 1894, a ministra ressalta a necessidade de a escola estar *valorizando* a *masculinidade* e a *feminilidade*. Considerando seus diversos discursos em outras ocasiões, como o polêmico e amplamente divulgado momento em que ela comemora um início de uma nova era onde menino veste azul e menina veste rosa, além de sua clara filiação com os valores e crenças cristãs, é possível inferir que tal masculinidade e feminilidade que ela deseja enaltecer correspondem aos perfis identitários padronizados de gênero, consoante os que são mantidos pela nossa cultura patriarcal.

Nesse sentido, a apreciação de tais aspectos, colocaria, por consequência, a mulher em posição de inferioridade, assim como na linha 2438, com o uso de *sentadinha* e *quietinha* no contexto em que ressalta de modo positivo tais características de uma parlamentar presente na comissão, além da escolha pelo verbo *obedecer* na linha 2634 para referir-se a um dever correspondente ao papel feminino.

Voltando algumas linhas no *corpus*, na 1910, a ministra busca demonstrar, novamente, que suas concepções enquanto pastora não interferem em seu ministério político e que este aspecto faz parte somente de sua ideologia pessoal – como se fosse possível fazer alguma separação –, por meio das escolhas dos vocábulos *minha*, *pessoal* e *ideológica*. Contudo, se retornarmos o olhar para o modo como ela se posicionou sobre a questão do aborto, onde ela afirma claramente ser *contra* e também para o momento em que ela atribui o adjetivo *submissa* para a *mulher* e *líder* para *homem*, vemos que tais posicionamentos que emergem dessas escolhas lexicais estão em acordo com sua doutrina religiosa cristã, fato que refuta sua tentativa em separar seu lado pessoal do político, assim como nas linhas 2417, 2418 e 2983, onde utiliza *Deus* e *abençoe*.

Na linha 1923 há o uso de *meninas* para referir-se a mulheres adultas que estão iniciando suas carreiras políticas. Tal escolha lexical, por mais comum e inocente que possa parecer, carrega marcas de uma cultura que reduz e inferioriza mulheres de modo geral. O incomum seria se o contrário acontecesse, isto é, homens adultos em cargos e liderança serem chamados de meninos. Isso demonstra que os vocábulos *homem* e *mulher* possuem diferentes cargas semânticas e que para *mulher* existem significados mais desqualificados e subjugados, tanto é que, em determinados contextos, é substituído por *menina* de modo a amenizar e/ou abrandar seus significados.

Em 2840 e 2841, a ministra utiliza *resgate* e *restauração* para *família*, que também é chamada de *célula*. Neste ponto, ao enfatizar a importância da família e fazer uso desses dois verbos, é possível inferir que já houve um modelo, um padrão familiar, uma célula na qual edifica-se nossa sociedade e que está em desordem, necessitando ser restaurada. Neste sentido, considerando as demais escolhas lexicais de carga ideológica religiosa e conservadora que Damares fez até aqui, seu modelo familiar provavelmente está em desacordo com casais homoafetivos e seus filhos, por exemplo, a julgar pela doutrina cristã tradicional. Tal aspecto do discurso em questão de modo geral, é muito caro para uma análise de sua conduta ministerial, já que sua pasta pretende alcançar a comunidade LGBTQI+ e afirma em outro momento que tal público também é sua prioridade, ao mesmo tempo que parece não abrir mão de valores religiosos que comumente o marginaliza.

Por fim, na linha 2924, ao descrever brevemente o discurso da ex-presidenta Dilma Rousseff, utiliza *golpe* e *impeachment* como se carregassem o mesmo significado. Enquanto que *golpe* tem uma carga negativa e ofensiva, para *impeachment* há o significado de um processo político-criminal regulamentado que visa a destituição de um cargo político. De tal uso, é possível inferir que a ministra opta por não se posicionar claramente sobre o assunto,

muito provavelmente devido ao seu constante envolvimento em polêmicas que decorrem de seu discurso.

A seguir, apresento um quadro que contém todas as ocorrências identificadas até aqui, com suas correspondentes linhas para identificação no *corpus* e um pequeno resumo de seus significados:

Quadro 6 – Organização dos dados quanto a categoria vocabulário

(Continua)

LINHAS	VOCÁBULOS	SIGNIFICADOS
34	<i>Todos</i>	Uso do substantivo masculino.
38	<i>Linda</i>	Exaltação de característica física.
48-49	<i>Extraordinário, espetacular e lindo ministério</i>	Exaltação do governo Bolsonaro.
72-73	<i>LGBT e LGBTI</i>	Falta de consenso quanto à sigla correta/ desconhecimento de causa.
113	<i>Os senhores</i>	Uso do substantivo masculino.
146	<i>Extraordinário</i>	Exaltação do governo Bolsonaro.
192	<i>Deputados</i>	Uso do substantivo masculino.
203-204	<i>Desafiadas/desafiados, deputados</i>	Falta de consenso sobre o uso do masculino e feminino. Masculino se repete.
331	<i>Invisíveis</i>	Substantivo que faz referência à grupos específicos de mulheres (indígenas, ciganas...).
343-344	<i>Indígena/ cigana</i>	Mulheres marginalizadas são citadas, exceto as que fogem ao padrão heteronormativas.
448-449	<i>Escalpeladas/ ribeirinhas</i>	
674	<i>Jovem/ inteligente/ extraordinária</i>	Exaltação da juventude.
726	<i>Apoio/ acolher</i>	Verbos que inferem medidas paliativas.
732	<i>Ativista</i>	Adjetivo que pertence ao domínio das lutas
746	<i>Amo/ querida</i>	Pessoalismo.
747-748	<i>Cuidada/ protegida</i>	Substantivos que inferem passividade, fragilidade.
762	<i>Revolução</i>	Substantivo que enfatiza sua auto identificação como militante/ ativista
765	<i>Querida/ corajosa</i>	Pessoalismo.
774-775	<i>Respeitar/ proteger</i>	Verbos que estão na voz ativa para o sujeito masculino.
777-778	<i>Ele abra (3x)</i>	Substantivo masculino detentor do poder de ação.
811	<i>Homem/ líder</i>	Adjetivo que infere liderança para o homem.
815	<i>Ela/ submissa</i>	Adjetivo que infere submissão para a mulher.
848	<i>Mulheres/ salvas</i>	Substantivo e adjetivo que inferem passividade, fragilidade.

Quadro 6 – Organização dos dados quanto a categoria vocabulário

(Continuação)

1200	<i>Contra/ aborto</i>	Claro posicionamento contra o aborto, sem fazer distinções quanto às particularidades do assunto.
1205	<i>Cuidar/ mulheres</i>	Adjetivo e substantivo que inferem passividade, fragilidade.
1209	<i>Lindos</i>	Exaltação de característica física
1219	<i>Linda</i>	Exaltação de característica física
1222	<i>Jovens/ lindas/ espetaculares/ inteligentes</i>	Exaltação de característica física
1239	<i>Extraordinários/ extraordinárias</i>	Uso do masculino e feminino
1256	<i>Militante</i>	Substantivo mais comum em discursos em prol de minorias.
1301	<i>Indígenas/ Ribeirinhas</i>	Mulheres marginalizadas são citadas, exceto as que fogem ao padrão heteronormativas.
1310	<i>Jovens/ eleitas</i>	Exaltação da juventude.
1314	<i>Empoderada</i>	Substantivo que é mais comumente usado em discursos feministas.
1323	<i>Prefeitos/ vice-prefeitos</i>	Uso do substantivo masculino
1499	<i>Amiga</i>	Pessoalismo
1502	<i>Pelos/ parlamentares/ membros</i>	Uso do substantivo masculino
1522	<i>Linda</i>	Exaltação de característica física.
1522	<i>Linda</i>	Exaltação de característica física.
1523	<i>Jovens</i>	Exaltação da juventude.
1547	<i>Todos</i>	Uso do substantivo masculino
1865	<i>Abandonou/ tadinha</i>	Verbo e adjetivo que inferem passividade, fragilidade.
1894	<i>Valorizando/ masculinidade/ feminilidade</i>	Verbo e substantivos que ensejam valorização de papéis de gênero.
1903	<i>Trans/ lésbicas/ bissexuais</i>	Primeira menção a comunidade LGBTQI+
1904	<i>Existem/ sofrem</i>	Ênfase dada através dos verbos, contudo, de modo isolado no discurso, ao contrário de outras comunidades que foram citadas mais de uma vez.
1910	<i>Minha, pessoal/ ideológica</i>	Admite ter uma ideologia cristã que marginaliza a comunidade LGBTQI+.
1923	<i>Meninas</i>	Substantivo infantil para mulheres adultas, o mesmo não ocorre com os homens.
2138	<i>Carinho/ amor</i>	Pessoalismo.
2159	<i>Linda</i>	Exaltação de característica física.

Quadro 6 – Organização dos dados quanto a categoria vocabulário

(Conclusão)

2196	<i>Amo</i>	Pessoalismo.
2415	<i>Filho/filha</i>	Uso do masculino e feminino.
2416- 2417	<i>Deus/ abençoe</i>	Substantivo e verbo com referências cristãs.
2421	<i>Amiga</i>	Pessoalismo.
2438	<i>Sentadinha/ quietinha</i>	Adjetivos no grau diminutivo que denotam inferiorização e fragilidade feminina.
2445	<i>Linda</i>	Exaltação de característica física
2468	<i>Lindo/ quietinha</i>	Exaltação de característica física.
2630	<i>Senhores</i>	Uso do substantivo masculino.
2634	<i>Obedecer</i>	Verbo que denota uma obrigatoriedade de haver a submissão feminina.
2830	<i>Extraordinário/ homem</i>	Exaltação do governo Bolsonaro e de sua figura.
2840- 2841	<i>Resgate/ Restauração/ família/ célula</i>	Verbo e substantivos que inferem que já houve um tipo de família íntegra e com unidade, mas que agora não há mais.
2924	<i>Golpe/ impeachment</i>	Verbo e substantivos que não deixam claros a posição da ministra quanto ao assunto.
2983	<i>Deus/ abençoe</i>	Substantivo e verbo que inferem posicionamento religioso.

Fonte: elaborado pela autora.

Finalmente, julgo necessário fazer algumas ponderações acerca da própria análise textual, assim como fez Fairclough (2001). O autor destaca que não é possível excluir o aspecto interpretativista e seu funcionamento articulado com a própria descrição linguística:

A descrição não é tão separada da interpretação, como se supõe frequentemente. Como um (a) analista (e como um (a) simples interprete de texto), sempre se está interpretando inevitavelmente e não há fase da análise que seja pura descrição. Consequentemente, nossa análise textual é formada e ganha cor pela interpretação de seu relacionamento com processos discursivos e com processos sociais mais amplos. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 246)

Neste sentido, o autor elucida que o aspecto interpretativista da análise é um elemento inerente a ela, ainda que se imagine que é possível apenas de descrever. Ele elucida que até mesmo no momento da transcrição, a interpretação está presente. Ademais, ao identificar padrões lexicais, por exemplo, também se trata de um modo de interpretação, pois os padrões “não estão objetivamente no texto”, mas “ ‘são postos’ lá pela maneira como se interpreta um texto” (p.246), revelando a intrínseca relação da descrição e interpretação.

Além disso, é importante frisar que, fazer uma análise em LA, de modo que seja livre dos enquadramentos positivistas que minguam a investigação social, e tendo em vista que ela não se limita em tais parâmetros, é também importante considerar que nós, enquanto também analistas do discurso, não estamos isentos da subjetividade inerente a qualquer prática e muito menos acima da dimensão social que analisamos. Fairclough (2001) explica que fazer a análise resulta em textos que também serão consumidos e distribuídos em sociedade e relaciona-se dialeticamente com as estruturas sociais. O que é possível almejar é que

[...] fossem tão conscientes quanto possível quanto aos recursos a que recorrem ao interpretar o discurso e a natureza da prática social de análise em si mesma - as estruturas que a condicionam, sua orientação para posições em luta, os resultados disso e os seus efeitos sobre lutas e estruturas. (p. 246)

Ressalta-se assim, a possibilidade de se criar uma consciência crítica quanto as estruturas sociais e discursivas que envolvem as relações hegemônicas de poder, o que, por si só, já é uma estratégia para, no mínimo, desestabilizar estas organizações.

Na seção adiante, apresento a primeira parte da análise em nível discursivo, feita, inicialmente, através da investigação crítica acerca das condições de produção do discurso da ministra Damares Alves.

5.2 Análise da prática discursiva

Ao iniciar uma análise dentro da dimensão da prática discursiva, é importante retomar a valiosa premissa que ela é constituinte da nossa sociedade. Fairclough (2001) afirma que “A prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la.” (p. 92). Em outras palavras, a prática discursiva funciona como ferramenta de reprodução das estruturas sociais, mas também resguarda em si a possibilidade da transformação social por meio do tensionamento de tais bases.

Por conseguinte, Fairclough (2001) traz sua também significativa premissa de que discurso e sociedade convivem de maneira dialética. Ele aponta que, de um lado, há uma determinação social do discurso e, de outro, o discurso determina o social. No primeiro caso, pode haver o erro de se considerar o discurso como um simples reflexo da sociedade e, no segundo, o erro seria o de julgar o discurso como fonte do social. Desse modo, o autor enfatiza

que “Uma perspectiva dialética também é um corretivo necessário a uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas, estruturas discursivas (códigos, convenções e normas), como também por estruturas não-discursivas. ” (p. 93). Neste sentido, Fairclough pretende uma perspectiva analítica em haja uma verdadeira compreensão acerca dessa relação entre prática discursiva e sociedade para que não haja o desvio de atribuir maior peso a um ou outro nível.

Assim, para a análise da prática discursiva, como já foi desenvolvida no capítulo teórico, existem três importantes dimensões que aqui tomarei por categorias analíticas: produção, distribuição e consumo. Sobre eles, Fairclough (2001) afirma que: “[...] esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. (p. 99), que é, precisamente o que iniciarei a seguir. Além disso, também me deterei na análise da intertextualidade como elemento constituinte da dimensão da prática discursiva, pelo qual os processos acima podem ser descritos, configurando-se como a capacidade que os textos têm de terem fragmentos de outros textos. (FAIRCLOUGH, 2001).

5.2.1 Intertextualidade

Em Fairclough (2001), principal obra que norteia a prática teórica e metodológica deste trabalho, um dos focos centrais atribuídos se dá sobre a noção de intertextualidade. Baseado nas acepções de Bakhtin (1981, 1986) e Kristeva (1986a) para a construção de seus pressupostos sobre a intertextualidade, o autor alega que ela exerce fundamental papel dentro dos processos de mudança discursiva e de mudança social. Isso justifica-se devido à historicidade inerente a este âmbito pois, “O conceito de intertextualidade toma os textos historicamente, transformando o passado – convenções existentes e textos prévios – no presente. ” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 115). Isto é, mesmo que os discursos tenham tendência de recorrer a convenções sociais e a textos de modo a se estabilizarem e se legitimarem, pode haver mudanças decorrentes de novas configurações de ordem discursiva deixando traços da intertextualidade manifesta, gerando assim as referidas mudanças.

É necessário também que a análise discorra sobre aspectos micros e macros. Fairclough (2001) esclarece que uma microanálise deve empreender uma investigação sobre o modo como os participantes do discurso o produzem e quais recursos os membros tem disponíveis, aspecto este que é constrangido e regulado pela prática social. A macroanálise,

então, funciona de modo complementar quanto ao conhecimento da “natureza dos recursos dos membros (como também das ordens de discurso) a que se recorre para produzir e interpretar os textos e se isso precede de maneira normativa eu criativa.” (p. 115). Assim, os dois tipos de análises, de maneira combinada, demonstram como a prática discursiva tem seu nascedouro na prática social pois, é por meio de sua compreensão que é possível uma análise sobre os elementos que compõem a dimensão discursiva.

Para compreendermos os diferentes modos pelos quais a intertextualidade manifesta pode apresentar-se, Fairclough (2001) a relaciona com os tipos de representações do discurso (direta ou indireta), as pressuposições, as negações, os metadiscursos e as ironias e é sobre tais aspectos que procurarei exemplificar como estrutura-se o discurso da ministra sob tal perspectiva⁴⁹.

Dameres recorre ao recurso da intertextualidade inúmeras vezes em sua fala. Na linha 46, por exemplo, com a oração *O que é o ministério da mulher, da família e dos direitos humanos?*, ela faz para si uma pergunta sobre seu ministério como se fosse outra pessoa, com outro texto, assim como em *temos grandes desafios? Temos. Temos pouco dinheiro? Temos. Pouquíssimo.* (l. 415-416), em que ela novamente indaga-se, e logo em seguida responde seus próprios questionamentos. Esses exemplos demonstram que, segundo tal discurso, a ministra busca sempre antecipar-se em relação aos possíveis questionamentos que coloquem em jogo sua atuação governamental, demarcando uma estratégia defensiva contra a sua oposição.

Fairclough (2001) afirma que o metadiscorso se trata de um movimento de distanciamento que o/a produtor/a do texto estabelece de modo que se assemelha a um outro texto, como se um novo “eu” fosse projetado, diferente daquele que enuncia o discurso. Em *Está voltando para o agressor porque ele é o teu provedor?* (l. 696), onde simula uma pergunta feita às mulheres vítimas de violência doméstica como se estivesse a fazendo diretamente para a vítima, distanciando-se novamente de seu discurso. Além disso, Dameres também faz, simultaneamente, uma reprodução discursiva indireta de uma fala que seria feita às vítimas neste contexto específico.

A intertextualidade manifesta também é utilizada por meio do metadiscorso nas seguintes orações: *eu até usei de uma forma simbólica, ensinar o menino a abrir porta do carro* (l. 755-756), onde Dameres se distancia de sua fala e retoma uma fala sua anterior, externa ao

⁴⁹Dado o grande tamanho do corpus desta pesquisa (66 páginas), a tabulação dos dados e sua classificação gerou um quadro que se estendeu por 10 páginas, opto por discorrer somente sobre alguns exemplos e adiciono aos anexos a tabulação completa para consulta posterior.

texto em questão; *em Ficou difícil para essa ministra? Ficou, deputada.* (l. 790-791), a ministra novamente lança a si mesmo um pergunta e em seguida responde;. Já em *a última palavra é da ministra* (l. 802), ela pronuncia como se estivesse fora de seu próprio discurso, ressaltando seu poder enquanto ministra de modo autoritário.

Vejamos mais um trecho:

e por último deputada, se mulher deve ser submissa (+) éh, essa é uma fala (+) que eu fiz dentro da minha igreja (+) dentro da doutrina cristã, sim, lá, nós entendemos que dentro do casamento homem e mulher, o homem é o líder do casamento (+) então essa é uma percepção lá, dentro da minha igreja, da minha fé, eu quero dizer que todas as mulheres vão ter que ser submissas, baixar a cabeça para o patrão, para o agressor, para os homens que estão aí? Não, mas dentro da minha concepção cristã, a mulher sim, no casamento, ela é submissa ao homem (l. 808-815)

No trecho acima, diversas relações intertextuais são usadas, demonstrando como esse aspecto pode manifestar-se de diferentes modos. Há a representação de discurso quando ela retoma uma questão levantada por uma deputada: *e por último, deputada, se mulher deve ser submissa.* Neste caso, ela reproduz a pergunta de uma deputada de modo indireto, o que gera ambivalência quanto a integridade da questão. Além disso, nesse tipo de ocorrência, Fairclough (2001) esclarece, segundo Voloshinov (1979), que não é possível que ocorra sem que haja referência ao discurso que se representa, o que é feito por meio do vocativo *deputada*, que direciona sua representação especificamente para o discurso da última deputada que falou. Ainda é possível identificar uma relação com o metadiscurso e a representação de discurso indireta, quando ela se indaga: *eu quero dizer que todas as mulheres vão ter que ser submissas, baixar a cabeça para o patrão, para o agressor, para os homens que estão aí?* Neste período, ela se distancia de sua fala atual para representar um outro momento de seu discurso, representando-o de modo direto, recorrendo a outro texto. Para responder à pergunta, aproximando-se de eu discurso, a ministra faz uso de uma afirmação parcialmente negativa – *Não, mas dentro da minha concepção cristã, a mulher sim, no casamento, ela é submissa ao homem* – que, segundo Fairclough (2001), é utilizada “frequentemente com finalidades polêmicas.”. (p. 156)

A representação de discurso de modo indireto também é bastante recorrente no discurso de Damares, contando com 41 ocorrências ao total. Apenas para exemplificar, vejamos os seguintes trechos: 1) *pediu pra pegar o número muito grande de maquiadores para estarem dando curso para mulheres vítimas de violência* (l. 698-700), no qual a ministra representa a fala do maquiador Augustinho Fernandes, atribuindo ênfase a ação dele por meio de *muito*; 2) *olha ministra, estamos aqui disponibilizando um número enorme de psicólogos para ajudar*

nessa campanha (l. 706-707), representando uma fala que não tem sua origem claramente explicitada, mas, conforme o contexto, diz respeito a um desejo da ministra; ainda assim, há uma relação com fatos reais, já que menciona a ajuda psicológica, discurso que pode ter referência em um contexto de violência de gênero; 3) *aí a deputada perguntou sobre o caso de uma deputada que está aí na mídia* (l. 745-746), neste caso, a representação se dá de modo indireto e simplificado. Considerando que o contexto de origem, que é a fala da deputada em referência a outra que sofreu violência, há a menção do nome da vítima, dado que foi ocultado na representação produzida pela ministra. Tal opção revela que Damares busca distanciar-se de um possível envolvimento mais direto e pessoal com o caso, postura que é habitual em todo o seu discurso, onde ela procura manter-se afastada de assuntos que gerem polêmicas.

Já intertextualidade manifesta como representação de discurso em modo direto não é tão comum quanto o indireto, ocorrendo 13 vezes ao total. Fairclough (2001) demonstra que, nesse tipo de intertextualidade, a intenção é a reprodução exata das palavras usadas, mas isso nem sempre acontece. A marcação do limite entre as vozes é normalmente demarcada com o uso de aspas. Contudo, no caso desta pesquisa, em que o material de análise parte de uma transcrição realizada por mim, a inclusão delas⁵⁰ implicaria um julgamento meu sobre o que eu suponho ser uma representação de direta que poderia estar inadequado, interferindo diretamente na integridade do material.

Neste sentido, fazer essa diferenciação é mais complicado ainda, pois, como no caso *O nosso presidente tem dito o seguinte para nós, especialmente para o nosso ministério: nenhuma mulher ficará pra trás* (l. 451-453), não há como inferir que Damares reproduziu fielmente a outra fala trazida para seu discurso. O mesmo ocorre em *tem governador que já disse pra mim: eu não quero a casa, já teve prefeito de capital que já disse: eu não quero, eu não tenho condições de fazer o custeio.* (l. 868-867), contudo, neste caso, o uso de *mim* e *disse* ajuda na delimitação do que ela pretendeu demonstrar ser a sua voz e do que seria a voz do prefeito.

A intertextualidade manifesta via representação de discurso direto também está presente nos seguintes trechos: 1) *nós fomos muito criticadas, ah, a secretaria agora vai pensar no agressor* (l. 1889-1890); 2) *A senhora perguntou sobre as mulheres trans, lésbicas, bissexuais* (l. 1903) e 3) *agora o TCU está dizendo: gastamos dez milhões nessa conferência e o que isso trouxe de política pública? o que se trouxe de medidas efetivas para as mulheres no Brasil* (l. 2926-2928). Em 1, a ministra defende-se de uma acusação representando-a de modo

⁵⁰Esclareço que as aspas somente foram usadas quando houve clara menção a títulos de programas e de campanhas governamentais, circunstância que não implicaria uma alteração no modo como a análise é realizada.

direto. Nesse caso, como não há meios para a verificação do discurso de origem, o uso de *agora*, *pensar* e *agressor* pode ter sido usado com o objetivo manipulativo para inflamar a suposta acusação. No exemplo seguinte, tomando como referência a pergunta de uma ministra com o uso de *a senhora perguntou*, Damares utiliza os vocábulos *trans*, *lésbicas* e *bissexuais*, marcando uma das raras menções a tal comunidade e que somente ocorre por meio da representação do discurso de outra pessoa. Em 3, ao relatar o discurso do TCU que, apesar de não ser uma pessoa física, possui falas de seus representantes que são associadas à sua entidade, a ministra utiliza-se de sua voz para dar credibilidade às suas queixas quanto à questão orçamentária da referida conferência.

Por esses exemplos e pelas demais ocorrências referentes à intertextualidade, é possível inferir que Damares busca, em outras vozes, respaldo para as afirmações acerca da conduta política de seu governo, sobretudo na voz do então Presidente Jair Messias Bolsonaro, assim como para apontar as dificuldades que enfrenta na execução de suas políticas públicas. Fairclough (2001) elucida que “os elementos do texto podem ser planejados para ser interpretados de diferentes modos, por diferentes leitores ou ouvintes, o que é uma outra fonte de ambivalência antecipatória, intertextual.” (p. 138), demonstrando que a ministra pode ter feito uso de tal recurso para persuadir o público quanto à sua atuação, principalmente para esquivar-se do envolvimento com temas polêmicos.

Outro aspecto valioso para a análise da prática discursiva reside na análise da interdiscursividade, também chamada de intertextualidade constitutiva. O princípio que Fairclough (2001) utiliza para o estabelecimento da interdiscursividade leva em consideração as ordens do discurso – herança foucaultina – e sua composição por meio de inúmeros elementos que tanto são particulares quanto estão abertos a novas articulações. Ao afirmar a diversidade desses elementos, o autor opta por descrever alguns: gênero, tipo de atividade, estilo e discurso. Dentre eles, os que emergiram do *corpus* desta pesquisa foram o gênero, o estilo e o discurso.

De modo geral, a interdiscursividade foi um recurso frequentemente identificado, com um total de 57 ocorrências que poderão ser complementemente verificadas no anexo A. Quanto ao gênero, Fairclough (2001) esclarece que

[Vai] usar o termo 'gênero' para um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado, como a conversa informal, comprar produtos em uma loja, uma entrevista de emprego, documentário de televisão, um poema ou um artigo científico. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 161)

Sobre o gênero em questão, debate parlamentar⁵¹, é possível afirmar que ele faz parte da prática social “comissão”, onde existem convenções que lhe são particulares, como a troca de turnos fala gerida pela presidente da comissão, um tempo máximo para cada fala a depender de cada atribuição, recorrência da fala da ministra por se tratar da convidada que lida diretamente com a pauta do evento, além da predominância de um estilo formal de linguagem. Assim, infere-se que “Um gênero tende a ser associado a um estilo particular, embora os gêneros frequentemente possam ser compatíveis com estilos alternativos – por exemplo, as entrevistas podem ser 'formais' 'informais'.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 163)

Portanto, os gêneros tendem a abrigar estilos específicos a depender da estrutura social que os compõem. No caso do discurso de Damares, fica evidente, contudo, o constante uso de um estilo íntimo em sua linguagem, especialmente quando inicia seu turno de fala dirigindo-se a alguma deputada ou deputado.

Nas linhas 32 e 32, por exemplo, há o trecho *uma honra lhe conhecer, já tinha visto a sua foto, mas eu vou dizer que eu gosto muito do senhor*, assim como em *uma deputada que sabe o quanto quero ela bem* (l. 747) e em *Felipe esse deputado lindo, posso chamar de lindo?* (l. 1188), além de inúmeros outros casos ao longo de seu texto. A reincidência de tal característica revela que a ministra opta por diversas vezes trazer à tona questões de sua vida pessoal ou afirmações positivas que se refiram diretamente aos membros da comissão, como que em uma tentativa de demonstrar uma proximidade além dos domínios políticos e conquistar a empatia do público, afastando-se das convenções discursivas que são mais regulares na prática da comissão.

Outro aspecto que chama atenção no discurso da ministra quanto à interdiscursividade é o que chamei de “discurso publicitário”, momento em que ela chama a atenção para campanhas, projetos e lemas de seu governo, como na linha 236: *campanha que é objeto do requerimento, éh, "salve uma mulher"*; em 394: *programa "Qualifica mulher"* e em 848 e 849: *o que nos une aqui é que mulheres nessa nação sejam salvas, que crianças dessa nação sejam protegidas*. No primeiro caso, ela faz referência à sua campanha por meio de seu título – *salve uma mulher* –, recurso também utilizado no segundo exemplo com o título da campanha *qualifica mulher*. Na segunda ocorrência, todo o trecho em destaque assemelha-se ao discurso comumente usado no meio publicitário, recrutando a união partidária em prol de um bem coletivo. A recorrência deste recurso – de modo geral e não somente nestes exemplos

⁵¹O gênero foi assim classificado dado o constante movimento de troca nos turnos de falas, assemelhando-se ao debate político e diferindo-se por ser especificamente produzido por parlamentares, além de possuir marcas que são recorrentes e mais ou menos estabilizadas dentro da prática social comissão.

– demonstra que a ministra está alinhada e satisfeita com as propostas presidenciais e que faz questão de evidenciá-las e fazer sua propaganda sempre que possível.

Além disso, Damares também chama atenção quanto a interdiscursividade ao recorrer diversas vezes ao que chamo de “discurso oficializado”, tipo de discurso no qual há evidências qualitativas e quantitativas oficiais resultantes de pesquisas, como no exemplo: *Os números apontam, deputada, que nós temos um milhão e duzentas mil ciganas no Brasil* (l. 443-444). Em casos como esse, nota-se que a ministra fortalece seus argumentos e opiniões através da combinação de sua voz com dados oficiais, que, apesar de não terem a fonte mencionada, funcionam como recurso para a legitimação de sua fala. As fontes oficiais de pesquisas funcionam, portanto, como um recurso que está disponível para a ministra enquanto produtora do discurso.

É importante evidenciar que os tipos de discursos identificados no *corpus* não dizem respeito somente ao significado macro de discurso como “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Quando me refiro aos tipos sobre os quais relaciono com as marcas discursivas que constituem a interdiscursividade no discurso da ministra, utilizo a conceituação de discurso em seu aspecto particular: “[...] um discurso é um modo particular de construir um assunto, [...] É útil, nesse sentido, escolher termos para discursos particulares que designam não só a área relevante de conhecimento, mas lambem o modo particular como ela é constituída – por exemplo, o 'discurso medico técnico-científico'...” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 169).

Apesar de não ser recorrente, identifico também marcas de um “discurso religioso” dentro do discurso de Damares, como no exemplo: *que Deus te abençoe e a sua gravidez*. (l. 2416-2417). Tal evidência traz para a discursão a questão que envolve o princípio da laicidade do Estado. Mesmo diante de tal projeção, tais traços enquadram a ministra dentro de um grupo político específico que está a favor de valores e condutas conservadoras e que se ancoram, sobretudo, em cima da doutrina cristã evangélica, cujo movimento tem sido de ascensão gradual em nosso cenário político, violando, assim, o preceito laico.

Como já discutido, enfatizo novamente que tal postura, de modo geral, pode ser prejudicial no tocante à conquista por igualdade de gênero, visto que, conforme certa perspectiva cristã evangélica, a mulher deve viver em subordinação ao homem, assim como é perigosa para a inclusão social e garantia de direitos para a comunidade LGBTQI+. Apesar de a ministra afirmar algumas vezes que sua *ideologia pessoal* não irá interferir em seu ministério, o que se nota em seu discurso são posicionamentos políticos em função, muito possivelmente

de princípios cristãos, que respaldam diretamente sobre as pautas de seu governo, como ocorre no caso do aborto em que ela claramente manifestou-se ser contra.

Dito isso, ressalto também como tal exemplo e os demais ilustram o dialogismo requerido por Fairclough (2001). Por meio deles, é possível certificar como sociedade e discurso são mutualmente constituídos, visto que o discurso de Damares é moldado e constrangido pelas práticas sociais em que ela se insere, assim como tais práticas são edificadas e mantidas também por meio de seu discurso.

Outro modo pelo qual a intertextualidade pode manifestar-se em um discurso é por meio do que Fairclough (2001) chamou de pressuposição. Segundo ele, “Pressuposições são proposições que são tomadas pelo (a) produtor (a) do texto como já estabelecidas ou 'dadas' (embora haja a questão sobre para quem elas são dadas, como argumentarei a seguir) e há várias pistas formais na organização de superfície do texto para mostrar isso.” (p. 155)

As pistas formais mencionadas acima podem ser identificadas nos exemplos que se seguem: *esse programa que todos conhecem, que é a casa da mulher brasileira* (l. 148-150) e em *A Avon nos procurou, o próximo catálogo da Avon já vai vir com o ligue 180, eles já fizeram isso uma vez* (l. 345-346). No primeiro caso, ao afirmar que *todos conhecem*, a ministra recorre a uma pressuposição tida como pertencente ao conhecimento coletivo para referir-se à Casa da Mulher Brasileira. Tal informação está diretamente ligada ao público que consome⁵² seu discurso, já que, apesar de aparentemente ser tomada como concernente ao senso comum, diz respeito ao conhecimento coletivo de um grupo específico, neste caso, os/as parlamentares.

No segundo exemplo evidenciado no parágrafo anterior, ao afirmar *eles já fizeram isso uma vez*, em referência à adesão do catálogo Avon para uma campanha sobre o disque 180, Damares recorre mais uma vez a uma pressuposição de que a ação referida já era de conhecimento popular. Neste caso, por se tratar de uma revista de ampla circulação nacional, o público que ela alcança com tal proposição é bem mais amplo do que no exemplo anterior. Além disso, em seu sentido intertextual, o recurso da pressuposição também pode ser interpretado como um modo pelo qual outros textos podem ser incorporados pela ministra ao seu discurso, como o da Avon, conforme este exemplo.

Ademais, Fairclough (2001) chama a atenção também para o poder de manipulação que reside na construção de pressuposições partindo de uma perspectiva intertextual. Em *Lembrando que a quinta conferência ela é chamada por decreto e a gente tem que obedecer ao decreto* (l. 413-414), ao usar um tom de “lembrete”, Damares recruta o público da comissão ao

⁵²Discorrei mais detalhadamente sobre o processo de consumo na seção “Produção, distribuição e consumo”.

mesmo tempo que parte do pressuposto que tal informação já era de conhecimento coletivo. Além disso, ao usar o vocábulo *decreto*, ela recorre ao recurso da interdiscursividade por meio de um discurso jurídico que, popularmente, tem tanto respaldo quanto um discurso oficializado. Ainda nesse mesmo trecho, ao utilizar o verbo *obedecer*, que representa um ato de fala, a ministra está exercendo sua força ilocucionária e gerando efeitos perlocucionários em seus/suas receptores/as, isto é, obedecer ou não ao decreto.

Nas linhas 693 a 696 há o trecho *ele acha assim, como todos nós achamos que muitas mulheres voltam para o agressor por causa do sustento, ele é o provedor, nós temos que atender essa mulher vítima de violência, mas nós temos que dar algumas opções*. Neste caso, novamente é possível identificar as características descritas no parágrafo anterior. Em *como todas nós achamos* existe uma pressuposição de que as demais parlamentares presentes compartilham da mesma opinião que a ministra, assim como com a afirmação *ele é o provedor*. No período seguinte, com *nós temos que atender* e em *nós temos que dar algumas opções*, há também uma pressuposição de um certo dever que Damares compartilha com as demais, além de verbos acionais – *atender* e *dar* – que são responsáveis pela força ilocucionária que é exercida, bem como a perlocução.

O último tipo de intertextualidade manifesta que identifico no texto é a negação, recurso não tão recorrente no discurso de Damares. Como já dito, a negação sob a perspectiva intertextual frequentemente é usada com finalidades polêmicas, assim como elucidou Fairclough (2001). Na linha 1882 a ministra faz a seguinte declaração: *nós temos pessoas que não estão sabendo (+) que não estão fazendo uma boa gestão*. Em *não estão sabendo* e *não estão fazendo uma boa gestão*, há duas negações polêmicas e categóricas acerca da atuação governamental de alguns atores sociais que não são especificados dentro do texto de Damares. Fairclough (2002 [1991]) explica que “[...] as frases negativas carregam tipos especiais de pressuposição que também funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los.” (p. 157). A intertextualidade, portanto, é marcada nos dois casos por meio da incorporação de outros textos externos ao da ministra sobre o assunto, de modo que servem de referência para as acusações realizadas. Além disso, é importante ressaltar que o próprio ato de fala é entendido aqui como uma ação e que, por conseguinte, acarreta efeitos sobre seus interlocutores.

No trecho *é a fé cristã! eu vou mudar a fé cristã? eu vou rasgar a bíblia? não vou! eu só disse o que me perguntaram* (l. 2642-2643) há diversos recursos intertextuais em ação, a começar pelo metadiscorso, já que a ministra distancia-se de si e passa a se fazer perguntas como se fossem destinadas a uma outra pessoa. Como também um elemento da

intertextualidade manifesta, identifico a negação por meio de *não vou*, meio pelo qual ela abstém-se de posicionar-se de modo opositivo em relação à doutrina em questão, o que, por um outro lado, significa que ela irá manter-se aliada a seus princípios religiosos. Além disso, é possível verificar a presença da interdiscursividade através da incorporação de um discurso religioso, especialmente porque cita a *bíblia*, bem como o uso de um estilo casual em sua fala, o que provoca mudanças no gênero discursivo debate.

Os exemplos ilustrados aqui permitem a compreensão de como a intertextualidade permite a modificação dos gêneros textuais, o que, em sentido dialético, também provoca mudanças no nível da prática social. Fairclough (2001), que atribui forte ênfase em sua obra na transformação social, explica como a intertextualidade tem seu importante papel neste processo:

As cadeias intertextuais podem constituir relações transformacionais relativamente estabelecidas entre tipos de texto (como na relação entre consulta médica e registros médicos, ou as rotinas para transformar reportagens em artigos de jornal). Mas elas frequentemente se tornam linhas de tensão e mudança, os canais pelos quais os tipos de textos são colonizados e investidos, e ao longo dos quais as relações entre tipos de texto são contestadas. (FARICLOUGH, 2001, p. 169)

Assim, quando a ministra torna seu texto heterogêneo, apresentando uma intertextualidade mista, dada a sua complexidade, por meio de uma mescla de estilos, discursos particulares, negações, representações de discursos de modo direto e indireto, pressuposições e metadiscursos, ela está, no mínimo, tencionando as estruturas que compõe o gênero pelo qual ela age. Além disso, ela também evidencia como a identidade feminina se constitui segundo suas crenças e declarações, compondo os atos de fala que, inevitavelmente, geram efeitos sob seu público.

A seguir, dedico-me especificamente à investigação discursiva acerca dos processos de produção, distribuição e consumo acerca do discurso de Damares.

5.2.2 Produção, distribuição e consumo

Uma análise de discurso sobre o nível da prática discursiva requer uma compreensão quanto aos processos de produção, distribuição e consumo dos textos. Isto ocorre, pois, a atividade discursiva perpassa, inevitavelmente, por tais etapas e varia conforme a natureza de cada uma delas. Fairclough (2001) explica que textos particulares são produzidos em contextos específicos e acrescento que eles são consumidos por um público também

específico. Um boletim de ocorrência, por exemplo, é produzido por um/uma escrivão/ã em contexto policial particular e é consumido por atores sociais específicos.

Desse modo, para que se construa uma análise discursiva, é preciso também recorrer a prática social – porquanto tais dimensões são simultâneas –, de modo que é preciso voltar-se para o texto e em seguida para o que está fora dele, isto é, os elementos sociais que constroem e limitam a prática discursiva.

Os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, a distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109)

Conforme a citação acima, os processos que enfocamos neste momento são condicionados primeiro pelos recursos que os membros têm disponíveis, recursos estes que se dividem em estruturas sociais, normas e convenções e também pelas ordens do discurso, aspecto pelo qual a intertextualidade também se faz necessária para a análise e, segundo, pela própria natureza da prática social na qual inserem-se. Assim, já tendo discorrido sobre a intertextualidade, retomarei algumas questões da seção anterior para articulá-las com os demais elementos mencionados.

Sobre o aspecto da produção no discurso da ministra Damares, é importante ressaltar que, assim, como destacou Fairclough (2001), trata-se de um processo que é, parcialmente sociocognitivo. Isso significa afirmar que, segundo o autor, a produção dos discursos envolve esta faceta, pois baseia-se em estruturas e convenções sociais que já foram interiorizadas em nosso cognitivo, assim como também foram socializadas.

A Comissão para os Direitos das Mulheres trata-se de uma prática social que funciona por intermédio de um gênero discursivo, o debate parlamentar. Tal gênero é marcado por uma constante interação entre os presentes, uma espécie de jogo de perguntas e respostas direcionadas para a ministra, que é a convidada da comissão, compondo as ordens do discurso que o estruturam. Contudo, essa parte do processo é limitada pelo controle de tempo feito pela presidente que conduz o momento, apresentando e passando a palavra a cada parlamentar que se inscreveu para participar, além de conter as palmas que venham a atrapalhar as falas.

As normas e convenções do gênero em questão já são assimiladas pelos membros que o produzem, neste caso, as deputadas e deputados, além da própria Damares, assim como

as convenções e normas que cada um deve seguir: falas controladas pelo tempo e somente via inscrição prévia, a não interrupção na fala dos demais presentes – a não ser no caso da presidente da comissão, que pode interromper qualquer um a qualquer momento –, o estilo formal, claro e objetivo, assim como um direcionamento para questões que tratem especificamente dos direitos femininos ou da composição ministerial. Tais elementos compõem a ordem do discurso do gênero debate parlamentar.

Entretanto, pela perspectiva intertextual detalhada na seção anterior, é possível concluir que há uma heterogeneidade que aparece de modo mais enevoado por meio da interdiscursividade. Fairclough (2001), ao explicar a questão da relação entre a intertextualidade e a hegemonia, dirige-se especificamente para o processo de produção:

O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. Mas essa produtividade na prática não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para a inovação textual e para os jogos verbais: ela é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135)

Tratando estritamente do discurso da ministra, identifiquei, por exemplo, uma mescla de estilos, a reestruturação que o autor acima menciona. Isto acontece pois há a presença do estilo íntimo e do estilo casual em permuta com o estilo formal, aquele que é o convencionalizado pelo gênero. Além disso, Damares recorre a diversos outros discursos, como o discurso publicitário, o discurso jurídico, o discurso oficializado e o discurso religioso⁵³, criando, portanto, novas articulações na ordem do discurso que estrutura o gênero debate parlamentar.

Não obstante, é importante ressaltar que tal processo de mudança discursiva não ocorre de modo livre ou aleatório. Damares, muito provavelmente, não poderia, por exemplo, recorrer ao discurso de consulta médica dentro do momento da comissão, dado o seu domínio discursivo que aponta para certos discursos em particular, como os mencionados acima. Se considerarmos o domínio disponível para uma mulher que não teve acesso à escolaridade ou que nunca teve contato com o universo político, por exemplo, haveriam outros tipos de discursos aos quais ela poderia recorrer na construção de sua fala diferentes do da ministra. Isto demonstra de que modo as relações de poder operam sobre tal prática, no sentido de que existe uma estrutura social que atua exercendo força sobre nossas práticas discursivas, limitando-as e restringindo-as.

⁵³Tais afirmações podem comprovadas através da verificação do quadro sobre a intertextualidade que está alocada no anexo A

A distribuição, por sua vez, diz respeito ao alcance em potencial que o texto pode ter. Tal aspecto irá variar conforme a natureza do texto e conforme seus objetivos. Segundo Fairclough (2001), há textos que possuem uma distribuição simples, como o caso de conversas casuais e há também aqueles cuja distribuição funciona de modo complexo, como ocorre em textos produzidos por líderes políticos.

Textos produzidos por líderes políticos ou textos relativos a negociação internacional de armas são distribuídos em uma variedade de diferentes domínios institucionais, cada um dos quais possui padrões próprios de consumo e rotinas próprias para a reprodução e transformação de textos. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 108)

Portanto, no caso do discurso da ministra Damares, podemos inferir que ele evoca uma distribuição complexa. Como já explicitado no capítulo metodológico, a comissão que é a natureza de tal discurso foi transmitida integralmente, sem cortes ou edições, pelo canal Câmara do Deputados, no *Youtube*, conforme a própria descrição do canal. Neste sentido, é possível afirmar, primeiramente, que se trata de uma distribuição em massa, considerando que qualquer sujeito que tenha acesso à *internet* pode se tornar um consumidor deste texto. Contudo, por ser um texto que faz parte de uma prática discursiva específica no tocante aos debates políticos, pode-se conjecturar que a distribuição se dirige a um público específico, dividido entre os próprios agentes políticos envolvidos em tal prática discursiva e entre uma parcela da população que possua interesse em debates parlamentares.

Além disso, Fairclough (2001), acrescenta que os produtores de textos de organizações mais sofisticadas como o governo, tendem a produzir seus textos buscando prever a sua distribuição, transformação e consumo:

Podem antecipar não apenas os 'receptores' (aqueles a quem o texto se dirige diretamente), mas também os 'ouvintes' (aqueles a quem o texto não se dirige diretamente, mas são incluídos entre os leitores) e 'destinatários' (aqueles que não constituem parte dos leitores 'oficiais', mas são conhecidos como consumidores de fato. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 108)

No caso do discurso da ministra, os receptores seriam os próprios parlamentares que compõem o público para o qual ele é produzido, enquanto que os ouvintes seriam o público dos partidos de oposição e a imprensa jornalística midiática, podendo também serem classificados como os destinatários, visto que o texto os alcança mesmo sem haver a intensão conforme o foco de sua produção e consumem com frequência textos que envolvam atores sociais polêmicos como Damares.

Nas linhas 2641 e 2642, com a afirmação *o resultado dessa reunião vai ser: Damares falou que na fé cristã, mulher é submissa ao homem* em referência a um possível texto que possa ser produzido após seu discurso, além de haver recursos intertextuais como o metadiscurso, visto que ela distancia-se de sua fala para fazer tal projeção, utilizando também um discurso antimachismo e um discurso antiintolerância religiosa, a ministra demonstra que prevê como seu texto poderá ser distribuído por meio de sua transformação em um outro texto (a reportagem, por exemplo), além de também prever qual poderá ser o público que o consome, neste caso, os jornalistas.

O consumo, portanto, como desdobramento da distribuição, diz respeito particularmente ao modo como os textos serão interpretados por seu público. Segundo Fairclough (2001), este sistema também é parcialmente sociocognitivo, já que requer processos cognitivos e interpretativos que se baseiam em estruturas e convenções sociais. Deste modo, considerando as ordens do discurso como meio para a compreensão de tal ação, isto é, tendo assimilado que a ministra recorre a um estilo íntimo e casual, em mescla como o estilo formal requerido pelo gênero debate político, infiro que, quanto à esta característica, seu discurso poderia facilmente ser consumido pelo público em geral, apesar de o foco específico ser os/as parlamentares a quem ela se dirige.

Ainda considerando as ordens do discurso presentes no discurso de Damares e diante, portanto, de sua recorrência ao discurso jurídico e ao discurso oficializado, por exemplo, conclui-se que ela antecipa novamente sua distribuição e prevê que seu público de consumo questionaria suas crenças e opiniões, já que apresenta tais discursos particulares como medidas preventivas que o legitima e coloca acima de questionamentos indevidos. Tal aspecto também se relaciona com os recursos dos membros disponíveis para sua interpretação. No caso dos discursos de Damares de modo geral, pode-se verificar que ela costuma ter falas polêmicas e controversas que são fortemente alvo de críticas por parte da mídia e de sua oposição

Portanto, para a compreensão de como o texto de Damares é consumido

Não se pode nem reconstruir o processo de produção nem explicar o processo de interpretação simplesmente por referência aos textos: eles são respectivamente traços e pistas desses processos e não podem ser produzidos nem interpelados sem os recursos dos membros. Uma forma de ligar a ênfase na prática discursiva e nos processos de produção, distribuição e consumo textual ao próprio texto e focalizar a intertextualidade do último... (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100)

Neste sentido, o processo de consumo que ela realiza (assim como a produção e distribuição) está conectado com os aspectos sociais que o envolvem. Não é possível

compreendê-lo apenas observando o texto em sua materialidade; ele é, na verdade, um conjunto de pistas para que se possa fazer interpretações baseadas nas ordens discursivas e nos recursos dos membros, alcançando, portanto, a dimensão social por meio da análise da intertextualidade. É, precisamente neste sentido, que a análise tridimensional abraça nossos objetivos, visto que considera o papel constitutivo de cada dimensão de modo particular e integrado.

Assim, prossigo na seção a seguir para uma investigação que tratará especificamente da prática social analisando a ideologia presente por meio da categoria avaliação sem, contudo, deixar de relacioná-las com os demais níveis.

5.3 Análise da prática social: avaliação

Segundo Resende e Ramalho (2011) – conforme Fairclough (2003), – a avaliação configura-se como uma categoria analítica que se associa a estilos particulares, uma vez que a maneira como os/as produtores/as do discurso avaliam aspectos do mundo e demais indivíduos relaciona-se com os modos de ser, porquanto as avaliações parte de visões particulares. Neste sentido, tal categoria está ligada ao sentido identificacional do discurso, função na qual dedico maior atenção neste trabalho, já está ligada diretamente ao fenômeno que envolve este trabalho, a identidade.

Ademais, é importante destacar como essa categoria se relaciona à análise ideológica, em virtude de que esta é um aspecto da prática social, dimensão que é o foco desta seção. A avaliação, uma vez que se realiza de acordo com valores pessoais dos/das produtores/as do discurso, carrega, portanto, pistas da ideologia presente. Ainda que a ideologia se manifeste nas práticas discursivas, relaciona-se de modo mais amplo com o nível das práticas sociais, visto que ela perpassa todo o quadro tridimensional, isto é, é marcada desde o vocabulário, por exemplo, até os tipos de avaliações que são realizadas, ressaltando assim, como as três dimensões de análise são indissociáveis.

As afirmações avaliativas, um dos quatro modos em que a categoria avaliação se desdobra, dizem respeito a “[...] declarações sobre desejabilidade e indesejabilidade, o que é bom e o que é ruim (por exemplo, 'este é um bom livro', 'este é um livro ruim ', 'este livro é maravilhoso ', 'este livro é horrível ').”⁵⁴ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 172). Devido ao grande número de ocorrências que geraram 15 páginas de tabulação de dados, opto, novamente, por

⁵⁴Tradução livre de “[...] statements about desirability and undesirability, what is good and what is bad (e.g. ‘this is a good book’, ‘this is a bad book’, ‘this book is wonderful’, ‘this book is awful’).” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 172)

alocar tal documento nos anexos deste trabalho (anexo B). Deste modo, no material de análise foram identificadas 100 afirmações avaliativas ao total no discurso da ministra Damares e para esta seção trago apenas alguns exemplos⁵⁵ para ilustrar como ela atribui valor ao que é trazido para sua fala, as ocorrências em sua totalidade poderão ser verificadas no referido anexo.

Uma característica que se destaca dentro do discurso da ministra é a sua constante opção por realizar afirmações valorativas positivas, sobretudo as que se relacionam à beleza física, sempre vai dirigir sua palavra para alguma deputada ou deputado, além de fazer isso de modo mais acentuado ao referir-se ao Presidente Bolsonaro. Na linha 38, ela faz a afirmação *a mais linda secretária*, em que há uma valoração tida como positiva no que se refere à beleza da secretária. Tal aspecto se realiza por meio da escolha do adjetivo *linda* que, neste caso, diz respeito ao atributo físico e é ressaltado através do advérbio de intensidade *mais*, que modifica o adjetivo no sentido de reforçar tal aspecto.

Fazendo um salto no *corpus* da pesquisa, na linha 1188, há a afirmação avaliativa *Felipe, esse deputado lindo*. Neste momento, Damares se dirige ao deputado Felipe, destacando, novamente, a beleza física. Com uso do adjetivo *lindo* e a retomada feita por meio de seu nome – *Felipe* –, além do pronome demonstrativo *esse*, não restam dúvidas de a ministra faz uma avaliação positiva sobre o deputado.

Nas linhas 1222 e 1523, a ministra profere uma de suas falas mais polêmicas que ocorreram na comissão e que mais geraram repercussão na mídia brasileira: *A deputada Táбата, que deputada linda, só o fato de você estar no parlamento, deputada, não precisava nem abrir a boca, só o fato de você estar aqui*. Nesta ocasião, ao dirigir a fala especificamente para a deputada Táбата, direcionamento que é realizado por meio da retomada de seu nome, Damares usa novamente o adjetivo *linda* para se referir a ela mais o advérbio de intensidade *que*, exaltando o adjetivo. Além disso, a ministra afirma que ela *não precisava nem abrir a boca*, que *só o fato de ela estar no parlamento* seria suficiente. Tal declaração traz à tona a concepção de que a beleza física seria o maior atributo pelo qual as mulheres travariam suas conquistas, como em uma eleição, por exemplo, e de que valores como a inteligência, a capacitação e outros não seriam tão importantes quanto ser *linda* e que apenas isto bastaria para se obter sucesso, *não precisaria nem abrir a boca*. Neste sentido, através desta afirmação avaliativa concebida de modo positivo, a ministra reforça tal concepção de uma ideologia machista onde há a supervalorização no meio patriarcal e reduz as qualidades da deputada, negligenciando sua capacidade de atuação política para além da beleza, atingindo também a

⁵⁵Os exemplos aqui trazidos terão sua quantidade limitada conforme o grau de proximidade com a questões que envolvam concepções ideológicas da ministra sobre as mulheres e sobre a luta por direitos femininos.

população feminina como um todo que vem lutando há anos para conquistar seu espaço e seus direitos de acordo com potencialidades que não se limitam a atributos físicos.

Na linha 2425, Damares faz a seguinte declaração: *A minha linda primeira dama*. Neste momento, ela opta novamente por um adjetivo que ressalta uma característica física – *linda* –, além de utilizar um certo tom intimista em sua afirmação por meio do pronome possessivo *minha* para se referir à primeira dama em questão. A questão de seu tom intimista ao proferir suas avaliações também se repete em *essa parceira, amiga* (l. 43-44), no qual ela destaca seu grau de proximidade com a deputada por meio do adjetivo *parceira* e, sobretudo pelo uso de *amiga*, revelando que a ministra avalia de modo positivo essa aproximação que estabelece com algumas parlamentares.

No intervalo entre as linhas 44 a 100 (vide anexo C), a ministra profere várias afirmações avaliativas que demonstram como ela avalia de modo positivo a composição de seu ministério e também do governo Bolsonaro, de modo mais geral. Em *esse grupo também estava muito inspirado*, ao se referir ao público da comissão, Damares utiliza o adjetivo *inspirado* para destacar esta característica positiva dos/as parlamentares presentes. Com a afirmação *é o mais extraordinário, espetacular e lindo ministério do governo Bolsonaro e o presidente Bolsonaro ousa*, a ministra exalta de modo exacerbado a conduta do então presidente pelos usos dos adjetivos *extraordinários, espetacular e lindo* que, por sua vez, são engrandecidos através do advérbio de intensidade *mais*.

Ainda dentro do intervalo de linhas mencionado no parágrafo anterior, e sobre ministério de Damares, em específico, ela afirma que se trata de *uma secretaria antiga, grande, muito atuante*, destacando positivamente o fato de ser *antiga e grande*, além de enaltecê-la por meio do advérbio de intensidade *muito* e do adjetivo *grande*. Em suma, demais afirmações como: *uma secretaria também extraordinária; com excelentes trabalhos; mulheres incríveis; o ministério ficou muito grande, muito eclético, um ministério extraordinário; coordenações muito importantes; é um ministério novo, é um ministério que nasce*, corroboram para a compreensão de que a ministra está satisfeita com a composição ministerial, assim como com o governo, fazendo questão de destacar inúmeras vezes sua valoração positiva sobre tais organizações por meio do uso de adjetivos e advérbios de intensidade, demonstrando como ela está alinhada com a ideologia governamental do governo Bolsonaro.

Reforçando a avaliação positiva que a ministra realiza sobre seu ministério e sobre o presidente Bolsonaro, destaco ainda, de modo a exemplificar, as seguintes declarações: *aqui vem a graça e o extraordinário desse governo* (l.146-147); *um programa extraordinário de atendimento à mulher de uma forma integrada* (l.150); *essa casa funciona de uma forma*

extraordinária (l.169); *nós temos um extraordinário Ministro da Justiça, muito sensível à violência contra a mulher* (l.187-188); *inclusive aqui uma novidade extraordinária* (l. 354-355); *Nós temos no Brasil uma lei extraordinária* (l. 420); *é uma iniciativa extraordinária* (l.867). Nestes casos e demais outros que podem ser verificados no anexo B, o constante uso do adjetivo *extraordinário/a* revela que Damares opta por afirmações avaliativas positivas que são realizadas de modo exagerado, levando à compreensão de que ela carrega também traços de uma ideologia que exalta de modo exacerbado o governo Bolsonaro.

Um segundo tipo de avaliação é chamado por Fairclough (2003) de avaliações afetivas⁵⁶, um modo também explícito de realizar julgamentos de valor. Neste caso, o diferencial reside em haver “[...] processos mentais especificamente afetivos...”⁵⁷ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 173). O autor ainda explica que as avaliações afetivas:

Geralmente são avaliações marcadas subjetivamente, ou seja, marcam explicitamente a avaliação como sendo do autor, e elas são, portanto, comparáveis a modalidades subjetivamente marcadas (por exemplo, "Eu acho que ela já chegou "). Mas elas também podem aparecer como processos relacionais onde o atributo é afetivo. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 173)

Assim, elas marcam a subjetividade do/a produtor/a do discurso de modo que revelam processo mentais afetivos. No material de análise, identifiquei 81 ocorrências quanto as avaliações afetivas, portanto, as ocorrências que trarei para esta seção servirão apenas de ilustração sobre este aspecto do discurso de Damares, dado o grande número de casos.

Assim, fazendo contraponto à supervalorização que Damares realiza sobre seu ministério e sobre o governo Bolsonaro, verifico a presença de algumas avaliações afetivas que denotam negatividade e insatisfação com ações de mandatos anteriores, a exemplo de isso nos deixou muito preocupados (l. 116); para nossa tristeza ele ficou 51 minutos no disque 100 e não foi atendido (l. 118); nos incomodou muito (l. 119); ela está paralisada, ela está desativada e isso nos entristece por demais (l. 153-154) e porque houve graves problemas na execução da obra, inclusive com perigo de desabamento, a casa está interdita e isso nos entristece muito porque foram milhões aplicados nessa casa (l. 155-157). O uso do adjetivo preocupados, do substantivo tristeza, e do verbo entristece (2x), denota processos mentais que revelam avaliações negativas e pesarasas sobre a situação em que a ministra recebeu o governo, levando

⁵⁶A ordem pela qual apresento os tipos de avaliações segue a recorrência com que aparecem no material de análise e não a que Fairclough (2003) usou em sua obra.

⁵⁷Tradução livre de “[...] specifically affective mental processes...”(FAIRCLOUGH, 2003, p. 173)”

à inferência de que o que há de ruim no tocante às políticas públicas para as mulheres teve origem em outros governos que não o seu.

Entre as linhas 746 e 749, respondendo a questionamentos sobre uma agressão que uma deputada sofreu tendo como agressor um ministro de seu governo, Damares utiliza avaliações afetivas que com as seguintes declarações: *uma deputada que eu amo, uma deputada querida, uma deputada que sabe o quanto quero ela bem; mas eu gostaria também de não falar sobre este assunto, gostaria também de não falar; ela sabe o quanto tenho respeito, carinho e admiração por ela*. No primeiro caso, por meio dos adjetivos *amo*, *querida* e *quero*, a ministra evoca processos mentais que dizem respeito a seus próprios sentimento quanto a deputada em questão, objetivando destacar seu afeto e empatia sobre ela. Na segunda afirmação, com o uso de *gostaria* (2x), Damares revela seu desejo de não se manifestar sobre o assunto, ainda que toque diretamente na questão sobre os direitos femininos. De modo a amenizar sua escusa em falar sobre o assunto, ela busca, novamente, destacar seus sentimentos sobre a deputada, trazendo o foco de sua fala para suas valorações pessoais sobre ela e não sobre seu posicionamento enquanto ministra sobre o assunto da agressão. Isto também se confirma através dos seguintes trechos que compreendem ao intervalo entre as linhas 2190 e 2193: *Eu me preocupo com recurso, me preocupo mesmo com o pouco recurso que nós temos e com relação à deputada Alê; eu só quero me privar de fazer uma manifestação pública com relação ao ministro*, assim como em *amo muito a deputada Alê e deixei claro desde o início a minha solidariedade à deputada* (l. 2196-2197) e em *eu queria dizer que ela é incrível, incrível* (l. 2405-2406), ocasiões nas quais ela esquivava-se do assunto e ressalta seus sentimentos em relação à deputada.

Nas linhas 776 a 779, Damares realiza uma avaliação que também chamou atenção por tratar especificamente do papel feminino na política brasileira: *mas eu não quero que ele apenas abra a porta do carro, deputada, eu quero que ele abra a porta da fábrica, do seu escritório, a porta da sua indústria, eu quero que ele abra a porta dos partidos, quero que ele abra a porta desse parlamento*. Neste caso, a ministra opta por enfatizar seu desejo por meio da repetição do verbo *quero* (4x), revelando um processo mental afetivo. As ações são adicionadas pelo verbo *abra* (4x) e são executadas por um sujeito masculino, retirando de um possível sujeito feminino a agência sobre aspectos que dizem respeito à sua participação política. Isto é, mesmo intencionando mostrar que seu desejo é que mais mulheres atuem em diversas áreas da nossa sociedade, Damares, conforme uma ainda latente ideologia patriarcal que reside em seu discurso, atribui o papel de ação para os homens, mesmo quando se trata de

representação feminina, ou seja, ela deseja que a mulher tenha sim seu espaço, mas quem atuará para que isso aconteça serão os homens.

Neste sentido, Fairclough (2001) explica que

As ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos. Mesmo quando nossa prática pode ser interpretada como de resistência, contribuindo para a mudança ideológica, não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação ideológica. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 120)

Assim, mesmo que a ministra busque demonstrar um discurso de resistência sobre nosso sistema patriarcal por meio de sua avaliação afetiva, ela o faz, muito provavelmente sem perceber, dentro de uma convenção social que determina que o papel de ação está sobre a figura masculina e não sobre a feminina, encobrindo e mascarando a real ideologia machista sob o disfarce de uma mudança social.

Mais uma característica que chama a atenção no discurso da ministra é seu constante sentimento de preocupação em relação à situação de alguns grupos de mulheres e programas governamentais. Isto se verifica nas seguintes declarações: *isso nos deixou muito preocupados* (l. 116); *nós estamos muito preocupados com a mulher jovem hoje no Brasil* (l. 1525-1526); *nós estamos preocupadas sim* (l. 1554); *eu fico preocupada* (l. 2634); *nós estamos preocupados com essa mãe* (l. 2853-2854) e em *eu fico muito preocupada* (l. 2908-2909). Através dos usos dos adjetivos *preocupada* (2x) / *preocupados* (3x) / *preocupadas*. Damares realiza avaliações afetivas que inferem sua intenção em mostrar ao público que consome seu discurso o quanto ela se sente mal pelo o que não vai bem quanto às políticas públicas para as mulheres, demonstrando seu interesse em ajudar. Destaco, contudo, que apesar de os processos ideológicos não ocorrerem sempre de modo explícito, este pode ser um caso em que haja um propósito manipulativo, isto é, ao afirmar diversas vezes que se *preocupa*, a ministra pode estar querendo demonstrar tal interesse também para a conquista e ganho da empatia de seu público, o que pode ou não condizer com seus reais sentimentos.

Novamente exaltando o governo Bolsonaro, o que aponta para uma ideologia que enaltece de modo exagerado sua governança, a ministra faz as seguintes afirmações: *o governo Bolsonaro vem com uma inovação que me agrada muito e que era um grande sonho meu quando estava aqui nos bastidores* (l. 1528-1530); *um programa extraordinário, como eu gostaria que esse programa tivesse se multiplicado* (l. 1543-1544); *foi a maior campanha de prevenção à gravidez precoce* (l. 1555). Na primeira afirmação, por meio do verbo *agrada* e do

adjetivo *grande* para o substantivo *sonho*, há um processo mental afetivo positivo acerca da ação do governo, assim como na segunda afirmação, por meio do adjetivo *extraordinário*. Enquanto isso, um programa específico do mandato de Bolsonaro é exaltado por meio do advérbio *maior* para o substantivo *campanha*.

Sobre a questão da educação sexual nas escolas, mesmo havendo predominância de uma ideologia conservadora e aliada à doutrina religiosa cristã, a ministra a avalia de modo benéfico. Isto pode ser verificado na seguinte declaração: *eu acredito na força da educação sexual* (l. 1558), na qual o uso do verbo *acredito* infere uma avaliação afetiva positiva e esperançosa sobre a questão. Ainda sobre o tema, Damares faz alusão a acontecimentos de sua vida pessoal com as afirmações que se localizam da linha 1563 a 1572: *eu acredito que eu teria me defendido daquele abuso*, ocasião na qual ela revela, novamente pelo verbo *acreditar* que tem uma valoração positiva sobre a educação sexual. Em *eu estou lá sendo machucada* e em *eu não sabia o que fazer*, por meio do verbo *machucada* e da oração *eu não sabia*, a ministra realiza uma avaliação afetiva que se refere a sentimentos de dor e inocência, evocando, assim, a sensibilização de seu público sobre tal acontecimento. O mesmo efeito pode ser obtido através da seguinte declaração: *ele foi embora, me abandonou, tadinha de mim, foi embora* (l. 1865), onde os verbos *embora* (2x) e *abandonou* mais o adjetivo *tadinha* dizem respeito a avaliações afetivas negativas que geram efeitos perlocucionários sobre o público que consome seu discurso.

O terceiro tipo avaliação que a ministra faz classifica-se como presunção valorativa. Este tipo de declaração não ocorre de modo explícito quanto à avaliação que é feita, como no caso dos outros dois tipos de avaliações, isto é, não há marcadores transparentes que permitam sua simples identificação, visto que incorporam as valorações de modo mais profundo. (FAIRCLOUGH, 2003). Ainda assim, foram identificadas 81 ocorrências que podem ser verificadas por completo acessando o anexo B.

Para ilustrar o modo como a ministra realiza suas presunções valorativas, trago aqui alguns exemplos. Nas linhas 206 a 208, há as seguintes declarações: *Isso pode estar suando muito ruim no ouvido de algumas pessoas e nós entendemos que se a gente não trabalhar o agressor nós talvez não tenhamos êxito no combate à violência contra mulher*. No primeiro caso, ao avaliar como *muito ruim*, Damares avalia negativamente sua ação conforme a perspectiva de *algumas pessoas* sobre sua atuação. Isto demonstra que ela já possui conhecimento sobre tal reação e opta por ainda assim levar seu projeto adiante. Na segunda afirmação ao condicionar o *êxito no combate à violência contra a mulher* ao trabalho que pode ser feito com o agressor, ela, de modo menos explícito, avalia esta ação de modo positivo para

o que ela pretende, revelando que ela busca (ou demonstra buscar) tratar do problema da violência de gênero de modo global, independente de demais interpretações.

Nas linhas 737 e 739, novamente tocando no assunto da violência de gênero e quando indagada sobre os prejuízos que a liberação que o porte de arma – que é uma proposta do governo Bolsonaro a qual ela está alinhada – poderia trazer para a luta, Damares declara que *o homem mata com dentes, com a mão, com pau. A violência contra a mulher ela se ela se configura de diversas formas*. Esta avaliação carrega uma presunção valorativa sobre tal tipo de violência que revela uma concepção diferente do que já é convencionado. Por meio dela, a ministra indica que *a violência de gênero se configura de diversas formas*, avaliando, portanto, como uma violência que se manifesta de modo variada. Tal presunção, contudo, também pode indicar que a ministra considera o porte de armas indiferente quando se trata deste tipo de violência, mantendo-se assim, em consonância com as ações do então presidente. Isto também pode ser verificado na afirmação contida na linha 721: *Alice, não vou falar sobre armas*, onde Damares se recusa a falar sobre o tema, revelando de modo implícito que possui uma avaliação positiva sobre a questão, mas teme ser alvo de novas polêmicas caso se posicione abertamente a favor.

Com a afirmação *então a irresponsabilidade da imprensa em querer mostrar para o Brasil e aqui não vou dizer toda a imprensa, que esta ministra é maluca, pode com certeza ter colocado vidas em risco*, nas linhas 831 e 832, Damares avalia, por meio de uma presunção valorativa, de modo negativo a referida ação da imprensa ao atribuir o adjetivo *irresponsabilidade* para ela e através de *colocado vidas em risco*, infligindo que esteja sendo acusada de *maluca* injustamente e que esta ação traz prejuízos para a população.

Na linha 1200, ao declarar *sou contra o aborto*, a ministra profere uma avaliação negativa sobre a ação – o aborto – ao manifestar-se *contra* ele. Esta avaliação está em conformidade com a ideologia conservadora e de cunho religioso para a qual indica estar se norteando sua conduta, assim como a do governo Bolsonaro como um todo, o que pode trazer prejuízo para a lutas por direitos femininos, assim como já foi discutido no capítulo introdutório deste trabalho.

Ademais, ao declarar que *nós temos a primeira secretária de mulheres negra e uma secretária adjunta com deficiência*, nas linhas 1533 e 1534, Damares faz, novamente uma avaliação de modo implícito. Informando a presença da *primeira mulher negra* e uma mulher com deficiência em seu ministério, a ministra realiza uma presunção valorativa positiva sobre seu próprio mandato, ressaltando sua diversidade no quesito representatividade, induzindo, também seu público a fazer este tipo de valoração.

Nas linhas 1581 e 1582, a ministra resignifica uma avaliação negativa que é feita em geral sobre a conduta feminina quanto ao manejo financeiro: *a mulher sabe muito bem com economia e dinheiro na mão de mulher rende que é uma beleza*. Ao fazer isso, Damares constrói, implicitamente, uma valoração positiva sobre a atuação feminina em tal setor, buscando demonstrar com sua presunção valorativa que não corrobora com concepções machistas no que se refere ao controle financeiro.

Nas linhas 1602 e 1603, Damares faz a seguinte declaração: *nesse governo elas serão vistas, serão acolhidas, esse é o compromisso dessa (+) ministra*. Ao fazer isso, ela realiza uma avaliação do tipo de presunção valorativa pois, o uso de *nesse* para especificar o governo, infere que há o *aquele*, portanto, um outro governo que não praticou a ação de ver e acolher as mulheres, assim como em *Não é culpa desta ministra e nem deste governo* (l. 2187). Deste modo, a ministra avalia seu governo de maneira positiva ao passo que avalia um suposto outro governo de modo negativo.

Buscando demonstrar que não está alinhada com padrões patriarcais, Damares afirma que *eu mesmo sou um exemplo de uma família diferente, eu sou mulher (+) sem marido* (l. 1864-1865). Neste exemplo, ao afirmar que faz parte de uma família diferente, que é uma mulher sem marido, ela realiza uma presunção valorativa positiva sobre si mesma, demonstrando como identifica-se perante o mundo e ensejando uma ideologia não conservadora. Entretanto, levando em consideração as demais declarações feitas por ela, como sobre a questão do aborto e da submissão feminina, é possível inferir que tal presunção limita-se a uma tentativa de parecer contrária aos preceitos patriarcais, uma vez que a maioria de seu discurso mostra o contrário, verificando assim, uma tentativa de manipulação sobre a interpretação de seu público.

Por último, no tocante às presunções valorativas⁵⁸ e à questão da submissão feminina, em específico, Damares declara que *o resultado dessa reunião vai ser: Damares falou que na fé cristã, mulher é submissa ao homem, e é, é a fé cristã! Eu vou mudar a fé cristã? Eu vou rasgar a bíblia? Não vou! Eu só disse o que me perguntaram* (l. 2641-2643). Ao fazer isto, a ministra realiza uma avaliação negativa sobre a atuação da imprensa ao reportar seu discurso por meio da presunção valorativa de que seria mal interpretada. Além disso, ela avalia negativamente a possibilidade de ser desejado que ela tenha outra imagem sobre a mulher, visto que sua concepção não poderia ser diferente considerando que está alinhada com o que é determinado pela Bíblia e que, portanto, não mudará.

⁵⁸Retifico que existem demais ocorrências quanto a esse tipo de avaliação e que podem ser verificadas no anexo B.

Contando com 57 ocorrências, menos do que os demais tipos de avaliações, destaco agora o quarto tipo, chamado por Fairclough (2003) de modalidade deôntica. Caracterizando-se por ser uma avaliação explícita e por “avaliar aspectos do mundo em termos de obrigatoriedade ou necessidade.” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 173). Partindo dessa conceituação, trago alguns exemplos relacionados às identidades femininas.

Da linha 198 a 202, a ministra Damares faz a seguinte afirmação: *nós estamos fortalecendo o que já existe e eu digo sempre que nós não precisamos inventar nada no Brasil para proteger mulheres não, nós temos que fortalecer o que já existe que já está dando certo, e nós já temos muitas essas experiências exitosas no Brasil, vamos fortalecer essas experiências que já existem.* Ao utilizar o verbo *precisamos* e *temos* (2x), ela infere como obrigatória e necessária a questão do fortalecimento de políticas públicas para as mulheres, entendendo também como suficientes as que já existem.

Em *nós vamos ter que pensar o que fazer como homem agressor* (l. 212-213) e em *nós vamos trabalhar com e nós vamos estar articulando com pessoas que trabalham diretamente com as mulheres* (l. 238-239), também há avaliações por meio de modalidades deônticas. Isto ocorre devido à afirmação *nós vamos ter que, nós vamos trabalhar e nós vamos estar articulando*, orações nas quais os verbos inferem certa obrigatoriedade, o que ressalta a importância de tal trabalho para Damares.

O mesmo sentido pode ser encontrado em *nós precisamos fazer a quinta conferência* (l. 404-405), *e a gente tem que obedecer ao decreto* (l. 414), *em descobrimos o que nós vamos ter que fazer: fortalecer a rede de proteção da mulher* (l. 424-425) e *em então a gente precisa ter essa rede de proteção* (l. 428). Nas duas primeiras orações, a ministra destaca a obrigatoriedade e a necessidade da realização da referida conferência, ocasião na qual ela destaca a obediência proveniente de um decreto, realizando assim, uma espécie de convocação para os/as parlamentares presentes na comissão. Nas últimas orações, a modalidade deôntica é realizada por meio de *nós vamos ter que fazer* seguindo da ação acionada pelo verbo *fortalecer*. Esta presunção, além de inferir o sentido obrigatoriedade, também carrega a pressuposição de a referida *rede de proteção da mulher* se encontra enfraquecida, visto que necessita ser fortalecida. Tal desejo é reforçado por meio da oração seguinte, onde *a gente precisa ter* evidencia o senso de necessidade da dita *rede de proteção*, que é retomada por meio do pronome demonstrativo *essa*.

Em diversos momentos do discurso de Damares ela menciona diferentes tipos de mulheres, como pode ser retomado nas seções anteriores. Um dos que ela destaca é o grupo de mulheres jovens por meio da modalidade deôntica em *nós temos que alcançar as mulheres*

jovens nesse país (l. 676-677) e em *então nós vamos precisar focar na juventude* (l. 685). Na primeira oração, ela utiliza novamente a combinação *nós vamos ter que*, realizando o sentido de obrigatoriedade para a ação de *alcançar as mulheres jovens*. Neste caso, a escolha pelo verbo *alcançar* denota que tais mulheres se mantiveram ou foram afastadas das políticas públicas em governos anteriores. Na oração seguinte, por meio de *nós vamos precisar* é proferida uma avaliação por meio da modalidade deôntica que avalia como necessário o foco na juventude, também indicando que tal ação não estava sendo feita anteriormente.

Sobre o polêmico assunto da educação sexual nas escolas, que é alvo de diversas críticas, sobretudo por grupos conservadores, Damares esclarece que se posiciona a favor de tal política pública. Tal postura tem sido incomum em seu discurso, uma vez que ela tem se esquivado de dar declarações que possam a envolver em polêmicas. Assim, com a avaliação *a gente vai ter que falar de violência contra a mulher de os quatro anos de idade até o último ano da faculdade* e com *a violência contra a mulher vai ter que ser abordada de uma forma transversal na escola* (l. 767-771), a ministra utiliza a modalidade deôntica para enfatizar a importância que o tema terá em seu mandato. Por meio de *a gente vai ter que falar* e *vai ter que ser abordada* o sentido de necessidade/ obrigatoriedade é posto em evidência, deixando bem claro a opinião dela sobre a questão.

Ademais, como já foi destacado aqui, Fairclough (2003) expõe que as ideologias que residem em convenções sociais específicas que já são naturalizadas pela sociedade podem aparentar serem de resistência sem que, contudo, os/as produtores/as de fato tenham consciência de que continuam reproduzindo formas hegemônicas ainda em vigor. Mais um exemplo disso pode ser verificado por meio da avaliação que a ministra faz em *acredito sim, que o menino que tá na escola vai ter que aprender a respeitar menina, o menino lá na escola vai ter que aprender, inclusive, a proteger menina* (l. 774-775). Neste caso peculiar, Damares avalia de modo positivo a ação que pretende dando destaque à obrigatoriedade que ela atribui através da modalidade deôntica feita em *o menino vai ter* (2x) em relação a ações que, supostamente, fazem parte do combate à violência de gênero que ela intenciona. Entretanto, ainda que busque tal enfrentamento como modo de resistir a práticas machistas, ao atribuir ao *menino* as ações de *respeitar* e *proteger*, resta à menina o papel já tão cristalizado de frágil. Ou seja, mesmo que aparente uma intenção de progredir quanto a luta contra a violência de gênero, a ministra, na verdade, parte de concepções patriarcais que dificultam um combate eficaz que atinja a raiz de tal ideologia.

Ademais, no que tange especificamente a sua doutrina cristã evangélica, Damares faz a seguinte avaliação: *dentro da minha concepção cristã, a mulher sim, no casamento, ela é*

submissa ao homem (l. 814-815). Tal avaliação se constrói por meio da modalidade deôntica, visto que as afirmações *a mulher sim* e *ela é submissa ao homem* denotam sentido de obrigatoriedade, isto é, conforme este princípio, à mulher compete o papel de submissão, inferioridade em relação à figura masculina. Neste sentido, apensar de a ministra esclarecer que tal avaliação pertence ao domínio religioso – *dentro da minha concepção cristã* –, é possível concluir, com base na análise empreendida até aqui que, na prática de seu discurso, sua doutrina religiosa tem influenciado suas concepções acerca do papel e dos direitos femininos, influenciando, portanto, na condução de seu ministério.

Conforme um dos focos do governo Bolsonaro, Damares ainda destaca sua preocupação com a estruturação das famílias, o que é um fator preocupante, pois, ainda que ela afirme que não pertence a uma tradicional, é evidente que sua característica conservadora de encarar a família como *célula* da sociedade – aspecto destacado na seção sobre a análise do vocabulário – pode tornar-se excludente para certos tipos de configurações familiares, como a que é composta por casais gays e filhos adotivos e/ou biológicos. No trecho a seguir *ainda acreditamos que a família é a célula da sociedade, ainda acreditamos no potencial da família* (l. 2841-2842), onde há uma presunção valorativa que avalia de modo positivo tal concepção familiar, é possível compreender de que modo a ministra idealiza seu modelo familiar. Além disso, ela demonstra sua preocupação através dos seguintes usos de modalidades deônticas: *precisamos pensar nisso, nós precisamos pensar nas novas famílias que estão de constituindo, deputada, nós temos jovens sendo pais muito cedo, nós precisamos pensar com esses pais* (l. 1871-1873). Assim, com os usos de *precisamos pensar nisso, precisamos pensar nas novas famílias, precisamos pensar com esses pais*, ela evidencia sua necessidade (a que ela expressa como coletiva com o pronome pessoal *nós*) de trabalhar as novas configurações familiares.

Por fim, mesmo não sendo um dos focos desta análise, é inevitável que se realize uma relação dos aspectos destacados até aqui com o conceito de hegemonia dentro do modelo tridimensional de Fairclough (2001). Sobre a luta hegemônica, o autor destaca que se trata de “processos por meio dos quais os complexos ideológicos são estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados.” (p. 123). Assim, dentro do discurso de Damares, é possível identificar embates ideológicos em que as marcas de uma ideologia particular machista, patriarcal, cristã e conservadora prevalece e tem mais força sobre o que seria uma ideologia de resistência, antimachista, por exemplo. Isto ocorre, pois, este primeiro tipo de ideologia está articulado às relações de poder que ainda vigoram em nossa sociedade. Entretanto, ressalto que, mesmo que nesta luta hegemônica tal tipo de ideologia tenha mais domínio sobre as práticas discursivas e sociais do que aquelas que ensejam resistência, o processo articulação e

rearticulação evidenciado pelo autor acima é capaz de tencionar e modificar tais relações, o que abre espaço para a transformação social.

5.4 Triangulação dos dados

O processo de identificação das ocorrências que foram relatadas na seção anterior demandou que fossem feitas divisões em termos de níveis de análise para que o processo se realizasse de maneira detalhada. Esta escolha também foi feita em decorrência do grande número de páginas do *corpus* que, muito provavelmente, geraria uma grande quantidade de ocorrências que fossem úteis para a escrita da análise. Tendo em visto isto, opto por tal divisão didática, sem, contudo, deixar de elucidar que, partindo da teoria principal em se baseia este trabalho (FAIRCLOUGH, 2001, os três níveis de análise ocorrem no discurso de modo simultâneo e indissociável, característica que se fez presente durante a escrita de cada etapa e que pretendo discorrer nesta seção por meio de alguns exemplos.

Ao longo de todo o discurso da ministra Damares, ela faz declarações como a que se segue: *a mais linda secretária* (l. 38). Neste exemplo, é possível verificar que a escolha lexical (nível textual) por *linda*, um adjetivo que chama atenção para um atributo físico bastante evidenciado dentro do sistema patriarcal. Além disso, ela constrói um processo de interdiscursividade (nível discursivo), pois torna seu discurso heterogêneo ao introduzir um estilo íntimo dentro de uma prática – a comissão – em que foi convencionado o estilo formal. Deste modo, Damares também realiza, ao mesmo tempo, um tipo de avaliação (nível social) por meio de sua afirmação avaliativa que infere sentido positivo em ser *a mais linda secretária*.

Nas linhas 48 a 50, destaco o seguinte trecho: *é o mais extraordinário, espetacular e lindo ministério do governo Bolsonaro e o presidente Bolsonaro ousa trazer para o Brasil o ministério que também tem o foco na família*. As escolhas lexicais (nível textual) por *extraordinário, espetacular e lindo* demonstram como Damares avalia (nível social) de modo exacerbado seu próprio ministério por meio de uma afirmação avaliativa – *é o mais extraordinário, espetacular e lindo ministério do governo Bolsonaro* – e também faz uso de uma presunção valorativa ao declarar que *presidente Bolsonaro ousa trazer para o Brasil*, momento em que ela atribui um valor positivo por meio do verbo *ousa*. Ademais, a ministra também recorre ao recurso da intertextualidade manifesta (nível discursivo) no sentido em que, afirmar que o *presidente Bolsonaro ousa*, ela também está reproduzindo de modo indireto uma fala do próprio presidente.

No intervalo das linhas 1310 a 1313, Damares faz a seguinte declaração: *nós temos jovens que foram eleitas deputadas aqui que no passado jamais conseguiriam ser eleitas, nós temos mulheres sentadas aqui que foram eleitas nessa, nesse legislatura que jamais poderiam ser no passado serem eleitas, a gente pode mostrar que dá certo, a gente pode desenvolver.* Neste trecho, as escolhas pelos vocábulos (nível textual) *jovens* e *mulheres* como termos cambiáveis, sobretudo considerando a repetição com que a ministra utiliza *jovens*, demonstra como ela valoriza positivamente tal aspecto, fazendo isto por meio da presunção valorativa (nível social) por meio de *a gente pode mostrar que dá certo*. Além disso, este trecho aponta para o uso da intertextualidade manifesta (nível discursivo) através de *que no passado jamais conseguiriam ser eleitas*, onde há a presença de uma pressuposição de que se trata de um conhecimento compartilhado.

Mais um exemplo que demonstra como é possível verificar as marcas das três dimensões no discurso de Damares pode ser ilustrado em: *o resultado dessa reunião vai ser: Damares falou que na fé cristã, mulher é submissa ao homem, e é, é a fé cristã! eu vou mudar a fé cristã? eu vou rasgar a bíblia? não vou! eu só disse o que me perguntaram* (l. 2641-2643). Neste trecho, identifico pistas de uma intertextualidade manifesta (nível discursivo) por meio do uso do recurso da representação de discurso de modo direto que, neste caso, funciona para relatar o que seria a fala dos jornalistas. Ademais, ainda há o recurso da interdiscursividade, uma vez que recorre, novamente, a um estilo íntimo e também a discursos particulares como o discurso antimachismo e discurso da tolerância religiosa. Estes aspectos podem ser verificados pela presença dos vocábulos *fé*, *cristã*, *submissa* e *bíblia* (nível textual), que se referem, especificamente, aos discursos a que ela recorre. De modo simultâneo, a ministra também faz uma avaliação (nível social) por meio de uma modalização deôntica ao afirmar que esta *é a fé cristã*, inferindo sentido de obrigatoriedade de ela ser do modo como a descreve.

Além das ocorrências descritas até aqui, é importante retomar o que foi identificado quanto aos processos de produção, distribuição e consumo. Ressalto que foram produzidos dentro de um gênero discursivo específico, o debate parlamentar. Dentro dele, há certas convenções, discursos particulares e estilos que lhe são comuns, isto é, elementos que pertencem a uma ordem discursiva que o faz ser o que é, como o estilo formal, apenas para exemplificar. No caso do discurso realizado por Damares, verifico que ele modifica e rearticula tais estruturas ao recorrer a um estilo íntimo e a um discurso religioso, por exemplo. Estas novas configurações tencionam um suposto padrão que possa haver dentro de tal gênero. Ao recorrer ao discurso religioso, em específico, a ministra contribui para a manutenção de relações de

poder nas quais o que está em posição hegemônica é o sistema patriarcal e conservador, ajudando, portanto, a manter tal arranjo.

Algo semelhante acontece quando Damares afirma que quer que o menino *abra a porta da fábrica, do seu escritório, a porta da sua indústria, eu quero que ele abra a porta dos partidos, quero que ele abra a porta desse parlamento para* (l. 776-779), ocasião na qual ela intenciona aparentar um sentimento de resistência aos modelos patriarcais quando, na verdade, não se desvencilha deles, já que ainda atribui a figura masculina o poder de ação. Isto se relaciona com a produção, distribuição e consumo de seu texto, visto que ela o produz com base nos recursos que ela tem disponíveis, ou seja, um pseudo discurso antimachista a que ela recorre, fazendo assim uma espécie de previsão quanto ao alcance de seu texto, a sua distribuição em meio midiático e seu consumo por parte de jornalistas e parlamentares da oposição.

Pela perspectiva de uma linguagem performativa, destaco como a noção de *uptake* é fundamental para a compreensão de como a identidade feminina é construída dentro do discurso da ministra. Como já elucidado no capítulo teórico deste trabalho, o conceito a que me refiro acima diz respeito a propriedade que torna o ato de fala o que é. Ou seja, o momento em que o ato é realizado e gera seu efeito perlocucionário, acionando, portanto, o âmbito do sujeito, do contexto e do interlocutor de modo conjunto. Neste sentido, a construção de uma identidade feminina não é um ato que se performa isoladamente como uma ação individual de Damares.

Assim, a partir do *uptake*, que não é apenas uma condição para o ato, mas o próprio ato (OTTONI, 2001), concluo que sua ação individual é apenas um integrante de tal processo e que não prevalece uma concepção de um “eu” que domina e controla sua performatividade. Diante disso, aponto para uma “entidade extralinguística” (OTTONI, 2001) que arquiteta a identidade feminina no discurso da ministra. Não se trata somente do sujeito empírico Damares Alves performando uma identidade, mas de uma entidade gerada pelas relações entre ela e a exterioridade. Isto significa afirmar que, quando realiza um ato de fala ao declarar que dentro do casamento a mulher é sim submissa ao marido, ela não parte de uma concepção puramente individual, mas está criando uma identidade feminina que somente existe em articulação com convenções sociais que mantêm e regulam tal acepção dentro da doutrina cristã, gerando o “eu extralinguístico”. Assim, afirmo que as concepções que Damares acrescenta à sua noção de identidade feminina fazem parte de um sistema patriarcal que regula e constringe sua prática discursiva, evidenciando que a apreensão de seus atos de fala, isto é, o *uptake*, se realiza devido a sua inserção em contexto específico no qual há consumidores específicos e sobre os quais efeitos perlocucionários serão gerados.

Juntamente à noção de *uptake*, retomo também o modo como a identidade feminina no discurso de Damares é realizada pela propriedade da iterabilidade. Tomando novamente o exemplo em que afirma acreditar que a mulher deve ser submissa no casamento, momento que ilustra, de modo geral, suas crenças, destaco que tal ato carrega a característica de ser passível de repetido e retido ao longo do tempo, isto é, ele é um ato já legitimado pela sociedade, especialmente em determinados contextos, como o do domínio cristão evangélico no qual ela também se insere. O que a ministra faz é repeti-lo, mas isso não ocorre sem que nada seja modificado. Ao fazer isso dentro de contexto político e dentro de um discurso onde ela mesma enseja a conquista por direitos femininos, ela expande o alcance possível para a realização de tal ato de fala para outros contextos que não o religioso, acrescentando a ele uma legitimação que é embutida pelo respaldo advindo do poder político, criando um novo contexto para sua realização e modificando as ordens do discurso que operam sobre a estruturação do gênero debate parlamentar.

Assim, em todo o discurso de Damares, considerando que seus atos de fala não são puramente individuais, há uma repetição de discursos já legitimados pela sociedade e que estão em conformidade, em sua maioria, com padrões estabilizados pelo sistema patriarcal vigente. Deste modo, a identidade que ela constrói também engloba diferentes posições de sujeito (HALL, 2006) que, por algumas vezes se contradizem, demonstrando o embate ideológico que existe neste processo.

Além disso, conforme Woodward (2008), é possível identificar em seu discurso o que a autora afirma ser uma crise nas identidades que decorre da dificuldade em se construir unidades coerentes nas quais os atores sociais possam se encaixar, fenômeno que integra a chamada modernidade tardia. Assim, há dentro do discurso de Damares há uma ausência de unidade que não permite o fechamento de um “diagnóstico”. O que é possível, é verificar quais elementos são mais recorrentes e relacioná-los com uma identidade mais ou menos estabilizada, sem desconsiderar, contudo, que o próprio fenômeno identitário é estruturado pelos embates ideológicos.

Ainda acrescento que a identidade dentro do discurso da ministra é também construído por meio do que ela não é, isto é, de sua diferença. Ao afirmar que é *militante* e que é *empoderada*, por exemplo, Damares aciona de modo automático uma conexão com o que ela não se identifica. Assim, ela pretende marcar sua identidade como uma mulher que alcançou o poder – sentido que ela indica atribuir para *empoderada* – e que é uma mulher que se posiciona firmemente em prol de causas sociais. Entretanto, pelo que se verificou na categoria avaliação, recurso que utilizo para operacionalizar a análise ideológica, a ideologia de Damares varia entre

religiosa, conservadora e patriarcal. Isto significa que o modo como ela identifica a ela mesma, o seu *ethos*, difere daquilo que seus atos de fala realizam na sua prática. Este fenômeno pode ser explicado pela hipótese de ela busca aceitação quanto ao seu discurso e sua conduta ministerial aproximando-se de uma ideologia de resistência sem, no entanto, se desvencilhar de marcas discursivas que apontam na direção contrária. Isto mostra também como seu “eu” não é arquitetado somente por suas ações individuais, mas a partir de sua relação com o mundo e do efeito que gera sobre os consumidores de seu discurso, conforme a noção de *uptake*.

Assim, listo abaixo algumas conclusões podem ser feitas a partir do discurso de Damares conforme nossos objetivos:

- a) o vocabulário que ela utiliza para se referir às deputadas ou a alguma outra figura feminina tem significados que estão conectados com uma ideologia patriarcal;
- b) o vocabulário utilizado para fazer referência ao presidente Bolsonaro e seu governo infere uma ideologia que enaltece de modo exagerado sua governança;
- c) boa parte de seu discurso é produzido tendo em vista o consumo por parte da oposição e da mídia jornalística;
- d) a identidade que ela atribui a si mesma corresponde a de uma mulher feminilidade;
- e) a identidade que emerge a partir de seus atos de se relaciona com aquela que é produzida dentro do sistema patriarcal, a mulher feminilidade;
- f) não é possível delimitar apenas uma identidade para Damares. Pelo menos duas existem em seu discurso e de modo contraditório;
- g) a construção de sua identidade é atravessada e construída também pelo *uptake*, isto é, a sua relação com o outro e com o mundo;
- h) os discursos particulares a que ela recorre servem de auxílio para respaldar suas opiniões;
- i) as ordens discursivas que estruturam o gênero debate parlamentar são alteradas pois ela recorre a elementos não convencionais como o uso de um estilo íntimo;
- j) ao alterar as ordens discursivas, ela modifica o gênero, tornando-o mais pessoal e menos formal;
- k) ela avalia por muitas vezes as ações governamentais por meio de modalidades deônticas.
- l) ao descrever e se referir ao público da comissão, ela realiza muitas avaliações afirmativas positivas;

- m) suas presunções valorativas costumam ser positivas quanto ao seu governo e negativas quanto à governos anteriores;
- n) utiliza intertextualidade manifesta como modo de representação discursiva direta para relatar falas que criticam sua atuação;
- o) muitas avaliações afetivas positivas são feitas nos momentos em se dirige aos membros da comissão, quanto que as negativas são feitas sobre ações de governos anteriores que não tem funcionado bem;
- p) Damares performa atos de fala já convencionados e legitimados pela ideologia patriarcal até mesmo quando enseja combatê-los, ainda que isto ocorra de modo inconsciente;
- q) há uma grande ênfase na restauração da família enquanto célula da sociedade, pressuposição que pode estar alinhada a modelos familiares hegemônicos e patriarcais;
- r) ela se isenta de se declarar quanto a questões polêmicas, mesmo que envolvam os direitos femininos.
- s) a performance corpórea de Damares, apesar de não ser um dos focos desta pesquisa, ajuda a construir sua identidade de mulher conservadora e feminina – conforme sua vestimenta – e também a de uma mulher preocupada com a pauta da comissão e disposta a promover mudanças – conforme suas expressões e gestos.

Assim, é possível depreender do discurso da ministra uma série de fatores que estão relacionados às estruturas hegemônicas com as quais ela contribui para sua reprodução e manutenção. O tensionamento que ela projeta no sentido de gerar alguma mudança diz respeito ao domínio do gênero debate parlamentar, visto que ela altera as ordens discursivas ao inserir elementos que estão fora do convencional. Ademais, a identidade que performatiza, ainda que não seja coerente, tende a aproximar-se mais com a da mulher feminilidade, ainda que haja tentativas para que se aparente o contrário.

Portanto, depreende-se que a ministra, apesar de exercer enorme força política e de representatividade, prefigura-se como uma peça valiosa dentro de um jogo bem maior e mais profundo que está em vigor e a serviço da manutenção e do fortalecimento de uma ideologia conservadora que ainda a mulher em posição de subalternidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno social mais amplo que esta pesquisa buscou estudar se trata da identidade, elemento que é intrínseco à vida humana em sociedade e sobre o qual existem incontáveis pesquisas e postulações teóricas que intentam englobar todas ou grande parte das nuances e aspectos que envolvem sua construção e conceituação. De modo específico, delimito-o por meio da variável feminina, que conduz a explanação teórica para um nicho no qual se inserem, sobretudo, teorias sobre gênero social e sobre a própria identidade. Assim, na base epistemológica deste trabalho, localiza-se um recorte de tais teorias para que objeto de estudo – identidade feminina – possa ser investigado de modo satisfatório.

A teoria da performatividade também ofereceu proveitosas contribuições, visto que possui aplicabilidade sobre o objeto de estudo em questão e demonstra o modo pelo qual as atrizes sociais constroem repetidas vezes suas identidades por meio de atos de fala e em relação dialética com as estruturas sociais.

A ADC, enquadrando-se como aparato teórico e também metodológico, possibilitou a este trabalho partir de uma perspectiva que, além de enxergar a linguagem e as identidades como performativas, considera que o discurso contribui para a construção, manutenção e transformação das relações de poder e dominação, atribuindo a ele a possibilidade de agir sobre mundo através de seu uso.

Deste modo, baseando-me nas conceituações sobre as teorias de gênero, identidade, performatividade e ADC, edifiquei esta pesquisa, que teve como objetivo principal analisar como a ministra Damares Alves performa sua identidade feminina através de seu discurso. Para que este objetivo maior seja alcançado, propus-me a examinar os recursos textuais-discursivos que ela mobiliza em tal construção, caracterizando também os perfis identitários que pudessem surgir a partir de sua performance discursiva.

A escolha pelo discurso de Damares se deu devido à três fatores centrais: o primeiro, diz respeito ao fato de ela identificar-se socialmente como uma mulher, portanto, sua construção identificacional está em conformidade com o objeto de estudo desta pesquisa; o segundo fator refere-se ao cargo de Damares, ministra de um grande e valoroso ministério, que é decisivo para a vida de boa parte da população brasileira marginalizada, como as mulheres, as crianças e a comunidade LGBTQ+; o terceiro fator deve-se à própria conduta da ministra até o presente momento, alvo de muitas críticas e especulações, marcada por afirmações sexistas e atreladas à sua atuação religiosa. Assim, considerando seu poder político, seu discurso possui grande força perlocucionária sobre o público que o consome e oferece pistas que revelam as

relações hegemônicas que estão em vigor em nosso país na atualidade, à exemplo do discurso conservador e machista.

Para a execução da pesquisa, recorro a categorias analíticas advindas da ADC em sua vertente dialético-relacional que funcionam em relação com cada nível de análise sobre o qual procedi: para o nível textual, a categoria *vocabulário*; para o nível discursivo, *produção, distribuição, consumo e intertextualidade*; para o nível social, a análise ideológica por meio da categoria *avaliação*. Ademais, tal análise tridimensional foi alinhada, especificamente, com o sentido identificacional do discurso, modo pelo qual os atores sociais constroem diferentes posições de seu “eu” por meio da linguagem.

É importante esclarecer, novamente, que os três níveis sobre os quais a análise foi realizada, operam simultaneamente no discurso. A divisão foi feita com fins didáticos. Além disso, apesar do foco ter sido o sentido identificacional do discurso, uma vez que ele está em direta relação com o fenômeno em questão, não foram descartados os demais sentidos – representacional e acional – visto que eles também funcional de modo integrado.

Em suma, as categorias escolhidas permitiram verificar: a) como o vocabulário da ministra, de modo geral, está alinhado com sua prática religiosa e machista; b) estratégias que envolvem os processos de produção, distribuição e consumo com o intuito de agregar-se ao movimento feminista e, de modo contraditório, sem distanciar-se de suas doutrinas conservadoras e limitantes; c) recorrência de marcas intertextuais que alteram a estrutura sócio retórica do gênero discursivo debate parlamentar; d) avaliações, de modo geral, positivas sobre valorizações femininas pertencentes ao universo patriarcal.

Assim, constatou-se uma aproximação com o perfil identitário feminilidade, ainda que haja tentativas de aparentar corresponder ao perfil identitário feminilidade. Este resultado também indica que a ministra performa atos de fala de uma mulher que é ativista em prol dos direitos femininos, mas também deixa transparecer em sua performance sua ligação com o domínio religioso.

A articulação teórica que esta pesquisa pretendeu alcançar foi necessária para a concepção primordial de que as identidades são construídas socialmente em um processo contínuo de repetição de atos de fala que são performados pelos atores sociais, processo este que não é resultado de ações unicamente individuais, mas de construtos advindos da relação entre o “eu” e o “outro” e que são regulados e constrangidos pelas estruturas sociais.

Este trabalho também permitiu enxergar como as identidades e suas respectivas ideologias são construídas, mantidas e modificadas por meio de nosso discurso, através de

pistas e marcas textuais que se relacionam com aspectos sociais do mundo e que revelam como a dimensão social pode ser analisada a partir da investigação da materialidade linguística.

Igualmente, ressalto que a análise do discurso da ministra Damares evidenciou uma característica peculiar das identidades: a incoerência. Recebendo influências de diversos e polarizados domínios discursivos, a ministra apresentou, segundo o *corpus* desta pesquisa, um discurso que contém mais de uma identidade e que, nem sempre, funcionavam com coerência, com unidade, a exemplo da identidade de mulher feminilidade e a identidade de religiosa conservadora. Isto demonstra como podemos assumir diferentes identidades que irão variar conforme o contexto, ainda que entrem em contradição, e que o processo de construção identitário é interrupto, sempre à mercê das novas articulações sociais e do processo da constante flexibilidade contemporânea.

Destaco também que este trabalho, assim como todos os demais, possui limitações a serem superadas e aperfeiçoadas futuramente. Devido ao grande tamanho do nosso *corpus* e do tempo curto e limitado que dispus dentro do mestrado acadêmico, não foi possível uma análise aprofundada sobre cada um dos três níveis de análise e nem todos os três sentidos do discurso. Assim, foram necessárias muitas categorias para que se cumprisse os objetivos, mas que não puderam ser explanadas de modo mais detalhado.

Contudo, ressalto que esta pesquisa possui grande valor e pertinência, considerando a articulação teórica singular que foi construída, a exploração de um fenômeno social por meio de recursos linguísticos e a investigação crítica sobre uma problemática atual e de grande repercussão em território brasileiro, que é a representação política feminina, oferecendo pistas para uma análise social mais ampla. Portanto, os resultados obtidos contribuem com o desvelamento de como as relações de poder e desigualdade sobre as quais se mantém nossa sociedade atuam e reverberam sobre os discursos, enfatizando o seu papel na transformação social.

O *corpus* deste trabalho também permite ampliações e novas combinações analíticas que poderão incidir sobre os discursos das deputadas presentes na comissão que o originou, oferecendo material suficiente para uma análise do mesmo fenômeno com um diferente objeto de estudo. Outra possibilidade de ampliação reside no aprofundamento das categorias, níveis de análise ou sentidos do discurso, que podem se rearticularem ou dividirem-se para a construção de novas pesquisas.

Por fim, enfatizo como esta pesquisa possibilitou a expansão da compreensão sobre o fenômeno identidade e sobre os modos como o objeto identidade feminina é interpelado por forças hegemônicas que são favoráveis a manutenção de valores e padrões patriarcais, ainda

que atuem sobre o discurso de uma ministra, revelando uma rearticulação política conservadora que ganha espaço e representatividade em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ALVES MACHADO, Karine Oliveira *et al.* Extra! Extra! O poder está nas mãos de uma mulher! (re) cortes da mídia sobre a posse da primeira mulher presidente do Brasil. **Veredas**, Vale do Ipojuca, Pernambuco, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/viewFile/2291/1566>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- ALVES, Clara da Mota Santos Pimenta. Gênero, espaço público e poder: uma análise sobre a composição das comissões examinadoras de concurso da magistratura. **Publicum**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 352-370, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum/article/download/29652/23676> . Acesso em: 21 ago. 2019.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Sociologia Política**, Curitiba, n. 24, jun. p. 193-215, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782005000100013&script=sci_arttext. Acesso em: 12 jun. 2010.
- ARAÚJO, Denise Castilhos de. MUCB (Mulheres unidas contra Bolsonaro): gênero e ativismo feminino e político em coletivo do Facebook. *In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MEDIATIZAÇÃO E PROCESSOS SOCIAIS*, 3., ago. 2019, São Leopoldo, RS. **Anais [...]** São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2019. Disponível em: <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminariointernacional/article/view/252/246>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136 p.
- AUTHIER- REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, SP, v. 19, p. 25-42, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000072&pid=S2176457320130001000600002&lng=en. Acesso em: 15 set. 2020.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. (orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. 244 p.
- BITENCOURT, Nirvana Krisna Soares. **Submissão e feminilidade: o ser feminino na perspectiva neopentecostal do programa The Love School**. 2019. Monografia (Graduação Interdisciplinar em Humanidades) - Setor de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, BA, 2019.

Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/21>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: on the Discursive Limits of "Sex"**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.

BUTLER, Judith. Como corpos se tornam matéria. **Estudos feministas**, Florianópolis, vol. 7, n. 1-2, p. 155-167, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100009>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BULEGON, Bruna Martins. **Estratégias discursivas na construção do ativismo digital: redes de mobilização feminista**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/17393>. Acesso em: 14 jan. 2019.

CAMERON, Deborah. **Verbal Hygiene**. London: Routledge, 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/32920654/Deborah_Cameron_Verbal_Hygiene_Politics_of_Language_1995_. Acesso em: 11 jul. 2019.

CARVALHO, Íris de. **Violência contra as mulheres: o educativo - formativo das matérias jornalísticas do website G1**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8693?mode=full>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

COIMBRA, Patrícia. **Direito das mulheres pós-constituição: um estudo descritivo**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Processo Legislativo da Câmara dos Deputados) – Programa de Pós-Graduação, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, 2011. Disponível, em: <http://biblioteca.versila.com/9506612/direito-das-mulheres-pos-constituicao-um-estudo-descritivo>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CORREIA, Tatiana Hipólito; SILVA, Thomas Bacellar da. **(In)eficácia da norma que criminaliza o aborto e impactos na saúde pública**. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Católica de

Salvador, Salvador, Bahia, 2019. Disponível em:
<http://ri.ucs.br:8080/jspui/handle/prefix/614>. Acesso em: 21 de ago. 2019.

CUNHA, Magali do Nascimento. Entre Ausências e Emergências: a Epistemologia do Sul, de Boaventura de Souza Santos e a pesquisa em Mídia, Religião e Política. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 39., 2016, São Paulo, SP. **Anais [...]** São Paulo, SP: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX, 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1901-1.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Evanston, Illinois: Northwestern: University Press, 1988.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. *In: MOITA LOPES, Luiz. Paulo. (org.). Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma Indisciplinaridade radical. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 599-617, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbla/v17n4/1984-6398-rbla-201711426.pdf>. Acesso 20 mar. 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coordenação de tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. Peripheral vision: discourse analysis in organization studies - the case for critical realism. **Organization Studies**, England, v.26, n. 6, p. 915-939, 2005a. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840605054610>. Acesso em: 25 out. 2019.

FARIAS, Manoel Moacir Rocha Junior. **Reinventando gêneros: uma cartografia da cena performativa-política de Fortaleza**. 2019. Tese (Doutorado em Teoria e Prática do Teatro) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27156/tde-12062019-100119/pt-br.php> Acesso em: 14 ago. 2019.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 20, n.36, p.166-178, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/31855>. Acesso em: 05 out. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbla/v17n4/1984-6398-rbla-201711426.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

FOWLER, Roger; KRESS, Gunther. Critical linguistics. *In: FOWLER, R et al. Language and control*. London; Boston; Henley: Routledge & Kegan Paul, 1979. p. 185-213.

GERHARDT, Tatiane Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **System and function in language**. In: KRESS, Gunther. (org.). Oxford: Oxford University Press, 1976. p.52-72.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.

KRISTEVA, Julia. **Word, Dialog and Novel**. New York: Columbia University Press, 1986, p. 34-61.

LIMA, Raissa Ribeiro. Conservadorismo e pós-modernidade: as implicações para o serviço social na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. **Anais [...]** Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/ABEPSS/article/download/22139/14654>. Acesso em: 03 out. 2020.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, ed. 21, p. 01-09, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010244502005000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 09 out. 2019.

MAGALHÃES, Izabel. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em discurso**, Santa Catarina, v. 4, 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/293. Acesso em: 25 abr. 2020

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

FERREIRA, Dina Maria Martins. **Discurso feminino e identidade social**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

FERREIRA, Dina Maria Martins. Do semelhante ao mesmo, do diferente ao semelhante: sujeito, ator, agente e protagonismo na linguagem. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 17, n. 04, p. 619-640, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982017000400619> Acesso em: 23 jul. 2019

FERREIRA, Dina Maria Martins. Feminilidade e feminilidade: identidades femininas. **Intercâmbio**, São Paulo, v.21, p. 1-16, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/4447>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.15, n.44, p.91-102, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092000000300005&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 13 mar. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, p. 653-679, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a03.pdf>. Acesso em 13 mar. 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes; ROCA; Maria dei Pilar. (orgs.). **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2011 p. 11-24. Disponível em: <https://ufscdeutsch2010.files.wordpress.com/2010/10/nps156.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. **Mercado de Letras**, Campinas, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000200011 Acesso em: 03 ago. 2019.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Pesquisa Interpretativista Em LA. **D.E.L.T.A**, São Paulo, v. 10, n. 2 p. 329-338, 1994. Disponível em: <https://www.scribd.com/doc/315214851/MOITA-LOPES-Pesquisa-Interpretativista-Em-LA-1994>. Acesso em: 03 ago. 2019.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista. **Estudos Feministas**, São Paulo, n. 15, p. 291-308, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S15196089201800030056300012&lng=en. Acesso em: 25 mar. 2019.

FRASER, Nancy. From progressive neoliberalism to Trump - and beyond. **American affairs**, Canada, n. 4, p. 46-64, 2017. Disponível em:

<https://americanaffairsjournal.org/2017/11/progressive-neoliberalism-trump-beyond/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

NOREMBERG, Alessandra; ANTONELLO, Isabelle Pinto. A trajetória feminina na política brasileira. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA*, 12., 2016, Santa cruz do Sul, RS. **Anais [...]** Santa Cruz do Sul, RS: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14579>. Acesso em: 14 mar. 2010.

OLIVEIRA, Givaldo Moises. **Comecei a sonhar com homens**: a “saída do armário” vivenciada por homossexuais masculinos em suas interações familiares. 2019. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8693?mode=full>. Acesso em: 15 ago. 2019.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de. Patriarcado, conservadorismo contemporâneo e os desafios para as mulheres no Brasil. **Políticas Públicas**, Maranhão, v. 22, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3211/321158845012/html/index.html>. Acesso em: 12 jul. 2020.

OLIVEIRA, Silaine Bohry de. **A democracia e a mulher**: uma análise da abordagem da questão de gênero durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. 2017. Dissertação (Mestrado em Democracia e Governança) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, 2017. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/85576/1/Dissertação%20Silaine%20Bohry%20de%20Oliveira.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2019.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, ed.18, p. 117-143, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502002000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 jul. 2019.

PEIXOTO, Maria Eduarda Gonçalves; FERREIRA, Ruberval. Texto e ideologia: a análise de discurso textualmente orientada. **Fórum Linguístico**, v. 15, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2018v15n1p2875>. Acesso em: 30 abr. 2020.

PEREIRA, Dulce Valente. **A construção do feminino no discurso de Dilma Rousseff**: identidade, performatividade e ethos. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, 2013. Disponível em: http://www.uece.br/posla/dmdocuments/TESE_DULCE%20VALENTE%20PEREIRA.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

PINTO, Joana. Plaza. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, ed. 23, p.1-26, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502007000100001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 jul. 2019.

PINTO, Joana. Plaza. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo? **Gênero**, Niterói, v. 3, n. 1, p. 101-110, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/1456438/performatividade_radical_ato_de_fala_ou_ato_de_corpo. Acesso em: 03 jul. 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas, São Paulo: Pontes, 2011.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Gabriela Castelo Branco. Tradução técnica, terminologia e lingüística de corpus: a ferramenta Wordsmith Tools. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 2, n. 14, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6479>. Acesso em: 05 out. 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *In: Diálogo Educacional*. Curitiba, v.6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RUBIM, Linda Soares. Presidentas em declínio: a mídia e os estereótipos sobre a incapacidade das mulheres na política. **Comunicação Midiática**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 70-85, 2017. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/43>. Acesso em: 21 ago. 2019.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2015.

SALLES, Helena Kuerten de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. **Organizações e Sociedade**, Bahia, vol. 26, n. 90, p. 414-434, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302019000300414&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso 25 abr. 2020.

SANTANA, Sérgio de Rodrigues; ALVES, Ewerton. Acesso e uso da informação étnico-racial por LGBTQI+ negros/as: refletindo sobre a identidade eclipsada no contexto universitário. *In: Congresso de Pesquisadores/ negros/as do Nordeste, 2., João Pessoa, PB. Anais [...]* João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2019. Disponível em: <https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/resources/anais/13/copenenordeste2019/156082183798d0ef1bedeb07aff0e5adf0b3f1ecb.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

SANTOS, Eduardo Rodrigues dos. Participação política feminina: uma análise à luz do direito fundamental à igualdade. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/31864/participacao-politica-feminina-uma-analise-a-luz-do-direito-fundamental-a-igualdade>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SARDINHA, Tony Berber. A influência do tamanho do corpus de referência na obtenção de palavras-chave usando o programa computacional WordSmith tools. **The Specialist**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 183-204, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/esp/article/view/9290>. Acesso em: 05 out. 2019.

SILVA, Amanda Veríssimo da; ALMEIDA, Luiza Gurgel Queiroz de; DANTAS, Daiany Ferreira. Elas são feias e nós somos lindas: a performance da ideologia de gênero da ministra Damares nos vídeos do canal diário do centro do mundo *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE*, 21., 2019, São Luís, MA, 2019. **Anais** [...] São Luís, MA: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-1382-2.pdf>. Acesso em: 15 ago.2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUZA, José Gileá. Desigualdade de gênero: a participação feminina na política brasileira. **Direito UNIFACS**, Salvador, n. 228, 2019. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/issue/view/305>. Acesso em: 12 mar. 2020.

VAN DIJK, Teun. **Racism in the press**. London: Arnold, 1986.

VOLOSHINOV, Valentin Nikoláievitch. **Marxism and the philosophy of language**. Nova York: Seminar Press, 1973.

WEYH, Carolina da Silva Ruppenthal. **A importância de quotas para mulheres na democracia representativa no sistema proporcional afim de assegurar a igualdade de gênero na esfera política**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2432/1/Carolina%20da%20Silva%20Ruppenthal%20Weyh.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

WODAK. Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo. *In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ANEXO A – TABELA INTERTEXTUALIDADE

(Continua)

LINHA	TRECHO	CLASSIFICAÇÃO
32-33	<i>uma honra lhe conhecer, já tinha visto a sua foto, mas eu vou dizer que eu gosto muito do senhor</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo
34-35	<i>algumas que eu já conheço pessoalmente, outras que a gente tá conhecendo</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo
37	<i>naquilo que essa ministra não conseguir responder</i>	Metadiscurso.
38-39	<i>a mais linda secretária do Brasil, a Tieron, e a Tieron é dessa casa, ela veio dessa casa</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo
43-44	<i>Rosinha essa parceira, amiga e também foi uma indicação de um grupo aqui da casa</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo/ casual
46	<i>O que é o ministério da mulher, da família e dos direitos humanos?</i>	Metadiscurso.
47	<i>tá todo mundo perguntando que ministério é esse</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
49-50	<i>o presidente Bolsonaro ousa trazer para o Brasil o ministério que também tem o foco na família</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
50-51	<i>muita gente achava que ia nascer pequenininho</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
122-123	<i>as respostas eram: ok, recebemos o e-mail de vocês, ok, recebemos o ofício, ok, vamos tentar fazer alguma coisa</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta.
116-118	<i>inclusive o nosso ouvidor esteve na central, inclusive acho que ninguém sabia que ele era ouvidor nacional, ligou e para nossa tristeza ele ficou 51 minutos no disque 100 e não foi atendido</i>	Interdiscursividade/ gênero relato de experiência
148-150	<i>esse programa que todos conhecem, que é a Casa da Mulher Brasileira</i>	Intertextualidade manifesta/ pressuposição
161-162	<i>mas a mulher lá da periferia com duas crianças correndo no meio da rua com um homem com facão na mão, ela nunca vai conseguir chegar porque é de difícil acesso</i>	Interdiscursividade. Estilo informal
170	<i>o prefeito ter abraçado, inclusive, um concurso público para casa.</i>	Intertextualidade manifesta/ pressuposição.
678-680	<i>nós nunca tivemos tantos jovens no Brasil como hoje, nós chegamos ao ápice e nós nunca na história do Brasil teremos tantos jovens, a tendência é diminuir</i>	Interdiscursividade/ Discurso oficializado.
686-687	<i>a senhora perguntou se o Augustinho vai dar curso</i>	Intertextualidade manifesta/ representação

(Continuação)

		de discurso indireta/ metadiscursos.
693-696	<i>ele acha assim, como todos nós achamos que muitas mulheres voltam para o agressor por causa do sustento, ele é o provedor, nós temos que atender essa mulher vítima de violência, mas nós temos que dar algumas opções</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta/ pressuposição
696	<i>Está voltando para o agressor porque ele é o teu provedor?</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscursos
698-700	<i>pediu pra pegar o número muito grande de maquiadores para estarem dando curso para mulheres vítimas de violência</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta
706-707	<i>olha ministra, estamos aqui disponibilizando um número enorme de psicólogos para ajudar nessa campanha</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta
720-721	<i>todo mundo sabe que eu também sou pastora</i>	Interdiscursividade. Estilo íntimo
731-732	<i>Fui acusada muito tempo que uma pastora assumiu o ministério ia fazer de lá uma grande igreja</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta/ pressuposição.
745-746	<i>aí a deputada perguntou sobre o caso de uma deputada que está aí na mídia</i>	Interdiscursividade/ representação de discurso indireta
747	<i>uma deputada que sabe o quanto quero ela bem</i>	Interdiscursividade/ Estilo íntimo
758-759	<i>ela sabe o quanto tenho respeito, carinho e admiração por ela</i>	Interdiscursividade/ Estilo íntimo
761-762	<i>Quando a senhora fala não deveria começar pela escola, deputada, isso que nós estamos defendendo desde o início</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta/
755-756	<i>eu até usei de uma forma simbólica, ensinar o menino a abrir porta do carro</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscursos.
765-766	<i>eu te quero bem, essa baiana querida, corajosa,</i>	Interdiscursividade/ Estilo íntimo
780-781	<i>a senhora também falou sobre a questão da mulher indígena, a Funai,</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta/
790-791	<i>Ficou difícil para essa ministra? Ficou, deputada</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscursos.
802	<i>a última palavra é da ministra</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscursos.
808-815	<i>e por último deputada, se mulher deve ser submissa (+) éh, essa é uma fala (+) que eu fiz dentro da minha igreja (+) dentro da doutrina cristã, sim, lá, nós entendemos que dentro do</i>	Interdiscursividade/ Discurso religioso/ Intertextualidade manifesta/ representação

(Continuação)

817-818	<i>o senhor falou da ridicularização que eu tenho vivido</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
823	<i>Damares, a pastora</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscurso.
825-828	<i>eu chamei os grandes órgãos de empresa para falar comigo pelo seguinte: eu tenho um ministério, gente, mais de oitocentas pessoas protegidas pelo programa de proteção à testemunha, já pensou esse protegido por mim ouvir lá na base que a ministra é louca, maluca?</i>	Interdiscursividade/ metadiscurso.
831	<i>não, não vou ligar porque essa ministra é maluca</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscurso.
833	<i>que esta ministra é maluca</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscurso.
834-835	<i>pare, por favor! vidas poderão ser alcançadas com essa campanha desenfreada de dizer que eu sou louca e vou dizer pra você, eu sou louca pelas crianças do meu país</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
843-845	<i>Enquanto a gente briga ou gasta tempo por querer desclassificar a imagem da ministra, tem mulheres morrendo, tem criança sendo abusada</i>	Interdiscursividade/ Discurso oficializado.
848-849	<i>o que nos une aqui é que mulheres nessa nação sejam salvas, que crianças dessa nação sejam protegidas</i>	Interdiscursividade/ Discurso publicitário
868-870	<i>tem governador que já disse pra mim: eu não quero a casa, já teve prefeito de capital que já disse: eu não quero, eu não tenho condições de fazer o custeio</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta.
1188	<i>Felipe esse deputado lindo, posso chamar de lindo?</i>	Interdiscursividade/ Estilo íntimo
1191-1192	<i>eu fico muito feliz com tudo que o senhor diz com relação à questão do aborto</i>	Interdiscursividade/ Estilo íntimo
1194-1195	<i>o Brasil sem aborto que eu quero que vocês entendam é que nenhuma mulher precise usar o aborto nessa nação</i>	Interdiscursividade/ Discurso publicitário/ pressuposição
1198-1199	<i>me preocupo com (+) com o que está acontecendo nessa nação, éh, com relação a questão aborto</i>	Interdiscursividade/ intertextualidade manifesta/pressuposição.
1200-1201	<i>todo mundo sabe</i>	Interdiscursividade/ intertextualidade manifesta/ pressuposição.

(Continuação)

1228-1229	<i>eu sei que o quadro, o quadro parlamentar ele requer uma capacitação mais técnica</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
817-818	<i>o senhor falou da ridicularização que eu tenho vivido</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
823	<i>Damares, a pastora</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscurso.
825-828	<i>eu chamei os grandes órgãos de empresa para falar comigo pelo seguinte: eu tenho um ministério, gente, mais de oitocentas pessoas protegidas pelo programa de proteção à testemunha, já pensou esse protegido por mim ouvir lá na base que a ministra é louca, maluca?</i>	Interdiscursividade/ metadiscurso.
831	<i>não, não vou ligar porque essa ministra é maluca</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscurso.
833	<i>que esta ministra é maluca</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscurso.
834-835	<i>pare, por favor! vidas poderão ser alcançadas com essa campanha desenfreada de dizer que eu sou louca e vou dizer pra você, eu sou louca pelas crianças do meu país</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
843-845	<i>Enquanto a gente briga ou gasta tempo por querer desclassificar a imagem da ministra, tem mulheres morrendo, tem criança sendo abusada</i>	Interdiscursividade/ Discurso oficializado.
848-849	<i>o que nos une aqui é que mulheres nessa nação sejam salvas, que crianças dessa nação sejam protegidas</i>	Interdiscursividade/ Discurso publicitário
868-870	<i>tem governador que já disse pra mim: eu não quero a casa, já teve prefeito de capital que já disse: eu não quero, eu não tenho condições de fazer o custeio</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta.
1188	<i>Felipe esse deputado lindo, posso chamar de lindo?</i>	Interdiscursividade/ Estilo íntimo
1191-1192	<i>eu fico muito feliz com tudo que o senhor diz com relação à questão do aborto</i>	Interdiscursividade/ Estilo íntimo
1194-1195	<i>o Brasil sem aborto que eu quero que vocês entendam é que nenhuma mulher precise usar o aborto nessa nação</i>	Interdiscursividade/ Discurso publicitário/ pressuposição
1198-1199	<i>me preocupo com (+) com o que está acontecendo nessa nação, éh, com relação a questão aborto</i>	Interdiscursividade/ intertextualidade manifesta/pressuposição.
1200-1201	<i>todo mundo sabe</i>	Interdiscursividade/ intertextualidade.

(Continuação)

1228-1229	<i>eu sei que o quadro, o quadro parlamentar ele requer uma capacitação mais técnica</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
1267-1268	<i>Quando a senhora fala da adoção de um protocolo, isso é extraordinário</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
1272-1274	<i>tem gente falando que não tem feminicídio, que mulheres não morrem por serem mulheres, a gente tem esse discurso hipócrita nessa nação</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
1292-1294	<i>eu já ouvi homem dizer no carnaval, a gente chegou a ouvir homem dizer: eu tenho mais medo dessa viatura do que da outra, porque a Ronda Maria da Penha</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta.
1310-1313	<i>nós temos jovens que foram eleitas deputadas aqui que no passado jamais conseguiriam ser eleita, nós temos mulheres sentadas aqui que foram eleitas nessa nesse legislatura que jamais poderiam ser no passado serem eleita</i>	Intertextualidade manifesta/ pressuposições.
1313-1316	<i>nós temos uma ministra, que é uma mulher empoderada, quem poderia imaginar no passado que uma simples assessora do corretor estaria hoje falando aqui, conduzindo as políticas públicas para mulheres</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscurso.
1505-1508	<i>Eu anunciei que eu tinha um sonho que todos os IMLs do Brasil, a gente estava conversando com os governadores, Secretário de Segurança que todos os IMLs no Brasil tivesse uma sala para mulher e criança.</i>	Intertextualidade manifesta/ pressuposição.
1512-1517	<i>aí uma parlamentar, depois da reunião semana passada me chamou e disse não, ministra, não é esse nosso sonho, o sonho seria que lá, na hora que ela chegar no hospital lá, como ocorrência, já seja feita a perícia lá, porque que ela tem que sair do hospital e ir para delegacia, para delegacia depois ir pro IML? por que não pode ser feito tudo junto? e tem mulheres, ministra, que não conseguem fazer a perícia porque não tem dinheiro do ônibus para ir ao IML</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta.
1522-1523	<i>que deputada linda, só o fato de você estar no Parlamento, deputada, não precisava nem abrir a boca</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo.
1558	<i>algumas pessoas falaram da educação sexual</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.

(Continuação)

1560-1561	<i>nós somos contra o que aconteceu em alguns momentos, o uso indevido de alguns materiais</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
1564-1565	<i>todos sabem a história de minha vida</i>	Interdiscursividade/ intertextualidade manifesta/ pressuposição./ estilo íntimo.
1570-1571	<i>se eu tivesse sendo orientada com seis anos: aqui é íntimo, ninguém toca, aqui é íntimo ninguém toca, grita se alguém tocar, eu teria gritado</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta/ metadiscurso.
1573	<i>Esse governo não é contra, mas vai ser feito da maneira certa</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta
1854-1855	<i>viajamos juntas e quero aproveitar e pedir que leve um abraço pra sua filha, Teca, ela foi parte da nossa comitiva</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo.
1857	<i>a senhora falou da valorização da família</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
1863-1864	<i>eu não estou falando da família papai e mamãe não</i>	Interdiscursividade/ intertextualidade manifesta/ pressuposição.
1865-1866	<i>ele foi embora, me abandonou, tadinha de mim, foi embora/ e sou mãe de uma menina indígena, sou mãe sócio afetiva de uma menina indígena, mas nós somos família</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo.
1880	<i>Eh (+) quando a senhora falou da falta de recurso</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta
1882	<i>nós temos pessoas que não estão sabendo (+) que não estão fazendo uma boa gestão</i>	Intertextualidade manifesta/ negação.
1883-1885	<i>Essa é uma nação que a corrupção existe, deputada, a corrupção existe, essa é uma nação também que as vezes, os gestores públicos não são escolhidos por capacidade técnica, mas por indicação</i>	Interdiscursividade/ intertextualidade manifesta/pressuposição/ negação.
1889-1890	<i>nós fomos muito criticadas, ah, a secretaria agora vai pensar no agressor</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta.
1894-1896	<i>a senhora falou também da questão emancipatória, sem colocar a mulher numa posição fragilizada</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.

(Continuação)

1903	<i>A senhora perguntou sobre as mulheres trans, lésbicas, bissexuais</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta.
1908-1911	<i>mas a senhora deu umas palestras no passado/é bem diferente, eu estava falando lá do passado, inclusive falo sobre uma ideologia e é uma posição minha, pessoal, ideológica, mas a violência contra lésbica, travestis, as trans, ela é inadmissível e quem me conhece sabe o quanto eu já fiz na luta pela proteção às travestis</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta/ metadiscurso/ interdiscursividade.
1913	<i>Aí a senhora falou de orçamento</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
1930-1931	<i>nos últimos quatro anos o feminicídio cresceu muito a violência cresceu muito</i>	Interdiscursividade/ discurso oficializado.
1949-1951	<i>E quando a senhora fala também da obrigatoriedade de não, da proibição do contingenciamento de recursos para as políticas públicas para as mulheres, é um sonho, deputada</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2137-2149	<i>essa deputada que nos inspira e eu não canso de dizer isso, do carinho, amor e respeito que tenho por tua história, de como você tem inspirado essa nação, chega agora como parlamentar e inspira na tua história</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo.
2142-2146	<i>A gente já recebeu mulheres no ministério que foram francas em dizer, eu não procuro, eu não procuro, éh, socorro, eu não denuncio porque eu vou chegar na delegacia com meus cinco filhos, eu vou pra um abrigo e meus cinco filhos vão para outro, eu não quero me separar dos meus filhos, então nós vamos precisar rever isso</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2169	<i>A deputada falou sobre o como salvar.</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2175	<i>Algumas coisas não estavam dando certo no passado</i>	Interdiscursividade/ intertextualidade manifesta/ pressuposição.
2176-2177	<i>mas absorver aquilo que estava dando certo, fortalecer aquilo que estava dando certo</i>	Interdiscursividade/ intertextualidade manifesta/ pressuposição.

(Continuação)

2180-2181	<i>Eh, a senhora de uma, como salvar a mulher encarcerada, a mulher que está no cárcere</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2183-2184	<i>Nenhuma ficará para trás, esse é o lema do ministério</i>	Interdiscursividade/ discurso publicitário.
2185-2187	<i>Deputada, a senhora diz que lamenta (+) talvez o pouco que eu mostrei em 70 dias (++) né? lamenta o valor também</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2189-2190	<i>não deixar isso acontecer de novo</i>	Intertextualidade manifesta/ negação.
2406	<i>Nós estávamos/ deixa eu contar um episódio</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo.
2416-2417	<i>que Deus te abençoe e a sua gravidez.</i>	Interdiscursividade/ discurso religioso/ estilo íntimo.
2421	<i>eu sou muito feliz em te chamar de amiga.</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo.
2426	<i>eu não sei se você sabe, se todo mundo sabe, ela era deputada estadual e aí ela sai deputada federal e apoia a irmã à deputada estadual, chamaram as duas de loucas, malucas e ela conseguiu</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo/ intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2427-2428	<i>eleições quase que impossíveis e improváveis</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2470	<i>A questão da igualdade, eu não vou responder a tua pergunta não</i>	Intertextualidade manifesta/ negação.
2627-2628	<i>Deputada Carla, obrigada por tudo que você tem sido, você tem sido parceira no ministério</i>	Interdiscursividade/ estilo íntimo.
2633-2634	<i>Damares fala que na fé cristã, mulher tem de obedecer marido</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta.
2635-2637	<i>é preconceito por eu ser mulher? eu fico me perguntando, será que não está aí também no Brasil uma imprensa preconceituosa? (++) é preconceito por eu ser cristã?</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta/ interdiscursividade/ discurso antimachismo/ discurso tolerância religiosa/ estilo íntimo.
2641-2642	<i>o resultado dessa reunião vai ser: Damares falou que na fé cristã, mulher é submissa ao homem</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta / interdiscursividade/ discurso antimachismo/ discurso tolerância religiosa/ estilo íntimo.

(Continuação)

2642-2643	<i>é a fé cristã! eu vou mudar a fé cristã? eu vou rasgar a bíblia? não vou! eu só disse o que me perguntaram</i>	Intertextualidade manifesta/ metadiscorso/ negação/ interdiscursividade/ discurso antimachismo/ discurso tolerância religiosa/ discurso religioso/ estilo casual.
2644-2646	<i>Eu valho 20, como o presidente Bolsonaro fala, é porque eu acho que tem que ter a paciência de 20 homens para aguentar tudo isso e eu também estou valendo por 20 porque eu dou um trabalho para aquele presidente</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2834-2836	<i>em torno de 90% dos abusos que ocorre no Brasil, a criança conhece, é alguém próximo da criança, a criança conhece o agressor e 65% é um parente</i>	Interdiscursividade.
2856-2859	<i>Uma mãe deu um depoimento para nós em uma conversa lá no ministério, num simpósio que nós fizemos, a filhinha dela tem uma doença rara ela tem convulsões, ela chega a ter de 80 a 120 convulsões por dia</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2859-2860	<i>ela tinha medo de ir para debaixo do chuveiro e sua filhinha ter uma convulsão</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2868-2870	<i>toda honra e toda a gratidão por tudo que a senhora já foi nessa nação e como a senhora nos inspira e expira essa geração jovem que está chegando aí</i>	Interdiscursividade.
2882	<i>a senhora perguntou sobre educação domiciliar</i>	Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.
2895-2897	<i>Deputada Selena, éh, obrigada pelo carinho, estamos juntos há muitos anos muito antes de você ser deputada distrital, a gente já estava na rua brigando por direitos, essas ativistas estão todas chegando ao poder</i>	Interdiscursividade.
2899	<i>eu não posso me omitir</i>	Intertextualidade manifesta/ negação.
2901-2902	<i>a quarta conferência aconteceu e eu mostrei para vocês o valor, foram gastos 10 milhões de reais na quarta conferência</i>	Interdiscursividade.
2903-2904	<i>quando eu assumo eu tenho lá uma, uma determinação do TCU e a determinação já vem para cima de mim</i>	Interdiscursividade.
2908	<i>o relatório não é bom</i>	Intertextualidade manifesta/ negação.

(Conclusão)

2913-2921	<p><i>moção número um: nós, delegadas viemos repudiar a atitude de vários governos estaduais que não dispuseram transporte para suas delegações, o que isso muda a vida da mulher no Brasil? éh, outra moção: dificuldades encontradas para a realização da conferência estadual, a não garantia de transporte, o que isso muda a vida de uma mulher?. Essa, essa, essa moção aqui: nosso repúdio à organização do evento pelo falta de acessibilidade física, aí vem lá a outra, moção aprovada 30 horas para os enfermeiros e técnicos, ok, é um assunto importante, aí vem lá, nós, delegadas, apresentamos a moção que foi aprovada como parte final do relatório, repudiamos a agência e o hotel Bem Park e exigimos que o mesmo não seja mais contratado.</i></p>	<p>Intertextualidade manifesta/ representação de discurso direta.</p>
2923-2924	<p><i>o discurso da presidente Dilma, que ela esteve presente e o final termina, praticamente, com o repúdio ao golpe, ao impeachment</i></p>	<p>Intertextualidade manifesta/ representação de discurso indireta.</p>

ANEXO B – TABELA AVALIAÇÃO

(Continua)

LINHAS	TRECHO	CLASSIFICAÇÃO
30	<i>é uma honra estar nessa mesa</i>	Afirmação avaliativa
31-32	<i>não dá para o nosso ministério caminhar sem a parceria dessa comissão tão especial</i>	Afirmação avaliativa/ modalidade deôntica.
33	<i>eu gosto muito do senhor</i>	Avaliação afetiva.
38	<i>a mais linda secretária</i>	Afirmação avaliativa.
43-44	<i>essa parceira, amiga</i>	Afirmação avaliativa.
44-45	<i>esse grupo também estava muito inspirado</i>	Afirmação avaliativa.
48-49	<i>é o mais extraordinário, espetacular e lindo ministério do governo Bolsonaro e o presidente Bolsonaro ousa</i>	Afirmação avaliativa/ presunção valorativa
65-66	<i>uma secretaria antiga, grande, muito atuante</i>	Afirmação avaliativa.
66-67	<i>uma secretaria também extraordinária</i>	Afirmação avaliativa.
68	<i>com excelentes trabalhos</i>	Afirmação avaliativa.
82	<i>mulheres incríveis</i>	Afirmação avaliativa.
85-86	<i>o ministério ficou muito grande, muito eclético, um ministério extraordinário</i>	Afirmação avaliativa.
88	<i>coordenações muito importantes</i>	Afirmação avaliativa.
91-92	<i>gostaríamos muito de convidar as parlamentares para estarem na secretaria com a gente</i>	Avaliação afetiva.
100	<i>é um ministério novo, é um ministério que nasce</i>	Afirmação avaliativa.
107	<i>é um canal muito procurado</i>	Afirmação avaliativa.
108	<i>ele estava precisando de uma grande reformulação</i>	Presunção valorativa/ modalidade deôntica.
116	<i>isso nos deixou muito preocupados</i>	Avaliação afetiva.
118	<i>para nossa tristeza ele ficou 51 minutos no disque 100 e não foi atendido</i>	Avaliação afetiva/ presunção valorativa.
119	<i>nos incomodou muito</i>	Avaliação afetiva.

(Continuação)

119-120	<i>o retorno tem sido muito pequeno, o atendimento é pequeno, retorno menor ainda</i>	Presunção valorativa.
124-126	<i>nós entendemos que isso precisa mudar, nós precisamos modernizar o ligue 180, nós precisamos melhorar esse canal que é com certeza o mais importante canal de denúncia de violação de direitos contra mulher no Brasil e no mundo</i>	Presunção valorativa.
132	<i>entendo que o ligue 180 ele é mais que necessário inclusive para o parlamento</i>	Modalidade deôntica.
144-145	<i>o fluxo já melhorou muito, mas nós ainda vamos avançar</i>	Afirmação avaliativa/ presunção valorativa.
146-147	<i>aqui vem a graça e o extraordinário desse governo</i>	Afirmação avaliativa.
147-148	<i>programas de governos anteriores que estão dando certo vão continuar</i>	Afirmação avaliativa/ modalidade deôntica.
150	<i>um programa extraordinário de atendimento à mulher de uma forma integrada</i>	Afirmação avaliativa.
153-154	<i>ela está paralisada, ela está desativada e isso nos entristece por demais</i>	Afirmação avaliativa/ avaliação afetiva.
155-157	<i>porque houve graves problemas na execução da obra, inclusive com perigo de desabamento, a casa está interditada e isso nos entristece muito porque foram milhões aplicados nessa casa</i>	Afirmação avaliativa/ avaliação afetiva.
159	<i>na verdade vai ter que ser só o terreno por dois outros espaços.</i>	Modalidade deôntica.
162	<i>ela nunca vai conseguir chegar porque é de difícil acesso</i>	Presunção valorativa.
169	<i>essa casa funciona de uma forma extraordinária</i>	Afirmação avaliativa.
174-175	<i>vamos precisar de orçamento para construir mais Casa da Mulher Brasileira em todo país</i>	Modalidade deôntica.
180	<i>e esse terreno ele é tão extraordinário</i>	Afirmação avaliativa.
187-188	<i>nós temos um extraordinário Ministro da Justiça, muito sensível à violência contra a mulher</i>	Afirmação avaliativa/ avaliação afetiva.

(Continuação)

	<i>dando certo, e nós já temos muitas essas experiências exitosas no Brasil, vamos fortalecer essas experiências que já existem</i>	
206-207	<i>Isso pode estar suando muito ruim no ouvido de algumas pessoas</i>	Presunção valorativa.
207-208	<i>Nós entendemos que se a gente não trabalhar o agressor nós talvez não tenhamos êxito no combate à violência contra mulher</i>	Presunção valorativa.
212-213	<i>nós vamos ter que pensar o que fazer como homem agressor</i>	Modalidade deôntica.
212-213	<i>nós vamos ter que pensar o que fazer como homem agressor</i>	Modalidade deôntica.
212-222	<i>encontramos excelentes aplicativos, já nos foram apresentados excelentes aplicativos</i>	Afirmação avaliativa.
238-239	<i>nós vamos trabalhar com e nós vamos estar articulando com pessoas que trabalham diretamente com as mulheres</i>	Modalidade deôntica.
354-355	<i>inclusive aqui uma novidade extraordinária</i>	Afirmação avaliativa.
377	<i>essa reunião, ela foi muito boa</i>	Afirmação avaliativa.
378	<i>tivemos a alegria</i>	Avaliação afetiva.
391	<i>Foi um momento muito bom para todas nós</i>	Afirmação avaliativa.
392	<i>foi um momento importante</i>	Afirmação avaliativa.
394-396	<i>esse programa vai trabalhar especificamente com a mulher em região ribeirinha, da mulher de povos tradicionais</i>	Modalidade deôntica.
404-405	<i>nós precisamos fazer a quinta conferência</i>	Modalidade deôntica.
414	<i>e a gente tem que obedecer ao decreto</i>	Modalidade deôntica.
418	<i>a violência contra a mulher nos assusta muito</i>	Avaliação afetiva.
420	<i>Nós temos no Brasil uma lei extraordinária</i>	Afirmação avaliativa.
424-425	<i>descobrimos o que nós vamos ter que fazer: fortalecer a rede de proteção da mulher</i>	Modalidade deôntica.
428	<i>Então a gente precisa ter essa rede de proteção</i>	Modalidade deôntica.
436	<i>nós temos inclusive nos emocionado</i>	Avaliação afetiva.
442-443	<i>Nós precisamos alcançar as mulheres ciganas.</i>	Modalidade deôntica.
453-454	<i>São grandes os nossos desafios, mas estamos aqui, a equipe muito motivada de fazer o melhor por todas</i>	Afirmação avaliativa.

(Continuação)

674	<i>essa jovem tão inteligente e tão extraordinária</i>	Afirmação avaliativa.
675-676	<i>nós gostaríamos muito que você e seu movimento nos ajudasse</i>	Avaliação afetiva.
676-677	<i>nós temos que alcançar as mulheres jovens nesse país</i>	Modalidade deôntica.
680-681	<i>nós precisamos ter uma atenção especial daqui a comissão de mulheres</i>	Modalidade deôntica.
684	<i>É uma geração que nos preocupa</i>	Avaliação afetiva.
685	<i>Então nós vamos precisar focar na juventude</i>	Modalidade deôntica.
687	<i>eu acho que houve uma interpretação errada de alguma coisa que eu falei</i>	Afirmação avaliativa.
697	<i>Nós precisamos encontrar alternativa para essa mulher</i>	Modalidade deôntica.
706	<i>Como eu gostaria muito que o conselho de Psicologia agora ligasse</i>	Avaliação afetiva.
708	<i>como eu gostaria que o ginecologista ligasse</i>	Avaliação afetiva.
716	<i>Nós queremos alcançar todos eles</i>	Afirmação avaliativa.
721	<i>eu cansei de ver dentro da minha igreja</i>	Avaliação afetiva.
725-726	<i>A igreja vai ter que fazer o seu papel social também</i>	Modalidade deôntica.
728-731	<i>eu gostaria de focar o máximo possível no objeto do requerimento, as minhas impressões pessoais eu acho que elas não vão resolver muito problema da violência contra mulher. Eu tenho sido o mais imparcial possível naquele ministério.</i>	Afirmação avaliativa.
733-735	<i>Então as minhas impressões pessoais sobre desarmamento eu gostaria de deixar elas para o segundo momento</i>	Avaliação afetiva.
737-739	<i>o homem mata com dentes, com a mão, com pau. A violência contra a mulher ela se ela se configura de diversas formas</i>	Presunção valorativa.
643-745	<i>eu acredito que essa secretaria, que essas secretárias e sua equipe já fizeram muito, estão avançando muito, muito e a gente vai continuar avançando</i>	Presunção valorativa.
746-747	<i>uma deputada que eu amo, uma deputada querida, uma deputada que sabe o quanto quero ela bem</i>	Avaliação afetiva.
748-749	<i>mas eu gostaria também de não falar sobre este assunto, gostaria também de não falar</i>	Avaliação afetiva.

(Continuação)

749-750	<i>nós vamos precisar entender o que está acontecendo até o final desta investigação</i>	Modalidade deôntica.
758-759	<i>ela sabe o quanto tenho respeito, carinho e admiração por ela</i>	Avaliação afetiva.
761	<i>Alice, não vou falar sobre armas</i>	Presunção valorativa.
762-763	<i>eu creio que nós vamos ter que fazer uma revolução nessa nação na educação no quesito violência contra a mulher</i>	Modalidade deôntica.
765-766	<i>deixa registrar o quanto eu te quero bem, essa baiana querida, corajosa, como eu te admiro, você sabe disso</i>	Avaliação afetiva.
767-769	<i>escola e creio que a gente vai ter que falar de violência contra a mulher de os quatro anos de idade até o último ano da faculdade</i>	Modalidade deôntica.
770-771	<i>a violência contra a mulher vai ter que ser abordada de uma forma transversal na escola</i>	Modalidade deôntica.
774-775	<i>Acredito sim, que o menino que tá na escola vai ter que aprender a respeitar menina, o menino lá na escola vai ter que aprender, inclusive, a proteger menina</i>	Modalidade deôntica.
776-779	<i>mas eu não quero que ele apenas abra a porta do carro, deputada, eu quero que ele abra a porta da fábrica, do seu escritório, a porta da sua indústria, eu quero que ele abra a porta dos partidos, quero que ele abra a porta desse parlamento para</i>	Avaliação afetiva.
789	<i>o único lugar que a Funai caberia e foi recebida com muita alegria</i>	Avaliação afetiva.
790-792	<i>Ficou difícil para essa ministra? Ficou, deputada, porque mesmo que a senhora disse, olha, é realmente um mistério muito grande, é um ministério eclético e os desafios são muito grandes</i>	Afirmação avaliativa.
805-806	<i>Eu não cometerei injustiça naquela comissão</i>	Presunção valorativa.
814-815	<i>dentro da minha concepção cristã, a mulher sim, no casamento, ela é submissa ao homem</i>	Modalidade deôntica.
818-819	<i>não foi fácil, deputado, não foi nada fácil, não tem sido fácil</i>	Afirmação avaliativa.
823	<i>isso não estava me preocupando</i>	Avaliação afetiva.
831-833	<i>Então a irresponsabilidade da imprensa em querer mostrar para o Brasil e aqui não vou dizer toda a imprensa, que esta ministra é maluca pode com certeza ter colocado vidas em risco</i>	Presunção valorativa.
834	<i>foi um desafio para mim conversar com amigos</i>	Avaliação afetiva.

(Continuação)

836-837	<i>eu sou louca pelas crianças do meu país, (+) eu sou louca pelos povos tradicionais da minha nação</i>	Avaliação afetiva.
745-746	<i>a gente tá muito motivada fazer alguma coisa</i>	Avaliação afetiva.
852-853	<i>é de chorar, deputada, é de chorar</i>	Avaliação afetiva.
858	<i>Nosso orçamento é pequeno, muito pequeno</i>	Afirmação avaliativa.
867	<i>é uma iniciativa extraordinária</i>	Afirmação avaliativa.
870-871	<i>Então nós vamos ter que encontrar uma alternativa aí, mas o ministério não tem como custear, agora a gente quer continuar esse programa</i>	Modalidade deôntica.
876-877	<i>eu acho que eu respondi todos vocês e eu fico à disposição dos demais.</i>	Afirmação avaliativa.
1188	<i>Felipe, esse deputado lindo</i>	Afirmação avaliativa.
1188-1189	<i>ai que medo!</i>	Avaliação afetiva.
1190	<i>eu não vou ser intolerante com vossa excelência igual a outros deputados</i>	Presunção valorativa.
1191-1192	<i>Deputado, éh, eu fico muito feliz com tudo que o senhor diz com relação à questão do aborto</i>	Avaliação afetiva.
1198	<i>me preocupo</i>	Avaliação afetiva.
1200	<i>sou contra o aborto</i>	Presunção valorativa.
1209-1210	<i>nós precisamos de um profissional da área da beleza que estivesse em, em ascensão</i>	Modalidade deôntica.
1216-1217	<i> você é uma parlamentar que chegou chegando nessa casa eu desejo sucesso o seu mandato</i>	Presunção valorativa/ avaliação afetiva.
1217-1218	<i>é uma honra passar um tempo contigo</i>	Afirmação avaliativa.
1218-1220	<i>eu tenho passado um tempo muito agradável com as parlamentares desta legislatura e tenho percebido como esta legislatura está linda, em todos os aspectos e como está a eclética</i>	Afirmação avaliativa.
1220-1223	<i>Mulheres incríveis foram eleitas, gente vocês têm um grande, uma grande bancada, acho que é o maior número da história, né? nós temos parlamentares jovens, lindas, espetaculares, inteligentes, mulheres de todas as cores, mulheres de todas as raças</i>	Afirmação avaliativa/ presunção valorativa.
1223-1224	<i>nós precisamos aproveitar esse momento no parlamento, nós precisamos muito aproveita</i>	Modalidade deôntica.
1231-1232	<i>Sonho também que o parlamento</i>	Avaliação afetiva.

(Continuação)

1236-1237	<i>Parabéns, parlamentares, pelo o que vocês estão fazendo, tão pouco, tão início de mandato de legislatura e a gente já vi atuação dessa bancada, parabéns</i>	Presunção valorativa.
1238-1239	<i>amo seu estado, tenho uns amigos extraordinários, mulheres extraordinárias eu conheci</i>	Avaliação afetiva/ afirmação avaliativa
1240-1242	<i>faz um trabalho extraordinário com as mulheres advogadas e tenho a honra de conhecer a sua primeira dama, como é incrível a sua primeira dama, né</i>	Afirmação avaliativa.
1243	<i>amo demais sua primeira dama</i>	Avaliação afetiva.
1247-1248	<i>a questão da unificação do cadastro, isso é um problema no Brasil, deputados, é um problema muito sério</i>	Presunção valorativa.
1255-1256	<i>eu sonhei em ter acesso a esse cadastro</i>	Avaliação afetiva.
1256	<i>sou militante em defesa da infância</i>	Presunção valorativa.
1258-1259	<i>confesso pra senhora que eu me preparei, inclusive emocionalmente</i>	Avaliação afetiva.
1263	<i>quando eu abri o cadastro, deputados, para minha tristeza</i>	Avaliação afetiva.
1268	<i>isso é extraordinário</i>	Afirmação avaliativa.
1273-1274	<i>a gente tem esse discurso hipócrita nessa nação</i>	Afirmação avaliativa.
1274	<i>o que que nós precisamos: que o protocolo seja revisto</i>	Modalidade deontica.
1276-1277	<i>E eu acho que seria interessante, deputada, a gente trazer a Secretaria de Segurança Pública</i>	Presunção valorativa.
1283	<i>eu acredito que nós vamos ter que mudar no Brasil o protocolo</i>	Modalidade deontica.
1286-1287	<i>nós precisamos chegar a esses números exatos e precisos</i>	Modalidade deontica.
1294	<i>ela tá funcionando e de uma forma extraordinária em alguns estados</i>	Afirmação avaliativa.
1285	<i>nós acreditamos que ele precisa existir</i>	Avaliação afetiva.
1297	<i>mas a gente precisa ter números exatos</i>	Modalidade deontica.
1303-1304	<i>nós vamos ter que entender, que é hora de colocar um basta nessa nação: ou a gente avança ou a gente avança na proteção da mulher, não tem outra opção</i>	Modalidade deontica.
1306	<i>o ministério tem um desafio muito grande que é mulher na política</i>	Afirmação avaliativa.

(Continuação)

1310-1313	<i>nós temos jovens que foram eleitas deputadas aqui que no passado jamais conseguiriam ser eleita, nós temos mulheres sentadas aqui que foram eleitas nessa nesse legislatura que jamais poderiam ser no passado serem eleitas, a gente pode mostrar que dá certo, a gente pode desenvolver</i>	Presunção valorativa.
1319-1320	<i>a gente tá acreditando nele</i>	Avaliação afetiva.
1321-1322	<i>temos muitas câmaras que não tem, são inúmeras cidades que não tem uma mulher no Legislativo</i>	Afirmação avaliativa.
1498-1499	<i>deputada, uma alegria te chamar de amiga também, uma parlamentar que eu conheci a pouco tempo e que eu posso chamar ela de amiga</i>	Avaliação afetiva.
1500	<i>podemos fazer muito juntas, muito, né</i>	Afirmação avaliativa.
1504-1505	<i>Nós vamos cometer erros, nós vamos cometer equívoco, acompanhe o nosso trabalho.</i>	Presunção valorativa.
1505-1506	<i>Eu anunciei que eu tinha um sonho que todos os IMLs do Brasil</i>	Avaliação afetiva.
1522-1523	<i>A deputada Táбата, que deputada linda, só o fato de você estar no Parlamento, deputada, não precisava nem abrir a boca, só o fato de você estar aqui.</i>	Afirmação avaliativa.
1525-1526	<i>Nós estamos muito preocupados com a mulher jovem hoje no Brasil</i>	Avaliação afetiva.
1528-1530	<i>O governo Bolsonaro vem com uma inovação que me agrada muito e que era um grande sonho meu quando estava aqui nos bastidores</i>	Avaliação afetiva.
1533-1534	<i>nós temos a primeira secretária de mulheres negra e uma secretária adjunta com deficiência</i>	Presunção valorativa.
1543-1544	<i>Um programa extraordinário, como eu gostaria que esse programa tivesse se multiplicado</i>	Afirmação avaliativa/ avaliação afetiva.
1552	<i>nossa preocupação não é só com essa menina, é com o bebê gerado</i>	Avaliação afetiva.
1554	<i>Nós estamos preocupadas sim</i>	Avaliação afetiva.
1555	<i>foi a maior campanha de prevenção à gravidez precoce</i>	Afirmação avaliativa.
1558	<i>eu acredito na força da educação sexual</i>	Avaliação afetiva.
1560-1561	<i>nós somos contra o que aconteceu em alguns momentos, o uso indevido de alguns materiais</i>	Afirmação avaliativa.
1566-1567	<i>eu acredito que eu teria me defendido daquele abuso</i>	Avaliação afetiva.
1569	<i>e eu estou lá sendo machucada</i>	Presunção valorativa.

(Continuação)

1571-1572	<i>eu não sabia o que fazer</i>	Presunção valorativa.
1581-1582	<i>a mulher sabe muito bem com economia e dinheiro na mão de mulher rende que é uma beleza</i>	Presunção valorativa.
1587-1588	<i>eu acredito e estou junto nessa luta</i>	Avaliação afetiva.
1588-1590	<i>não acho essas bandeiras impopulares não, deputada, não acho, não acho essas bandeiras também bandeiras difíceis de serem hasteadas</i>	Afirmação avaliativa.
1591-1593	<i>a gente precisa entender que nós temos um Ministério Público do Trabalho forte, mas nós temos que estar provocando mais esse ministério</i>	Modalidade deontica.
1594-1595	<i>porque eu queria tanto pegar uma denúncia dessas pra eu ir pra porta da fábrica</i>	Avaliação afetiva.
1602-1603	<i>nesse governo elas serão vistas, serão acolhidas, esse é o compromisso dessa (+) ministra</i>	Presunção valorativa.
1603-1604	<i>A Marcha da Margarida, um dos eventos mais lindos de mulheres no Brasil</i>	Afirmação avaliativa.
1606	<i>não foi dada a indenização pra família de Margarida</i>	Presunção valorativa.
1853-1854	<i>mais uma parlamentar que tá chegando na casa e que eu já tive a alegria de estar junto</i>	Avaliação afetiva.
1856	<i>ela foi extraordinária</i>	Afirmação avaliativa.
1858-1860	<i>não dá mais pra gente construir políticas públicas no Brasil sem a perspectiva da família sem a perspectiva da família, então a gente precisa pensar nisso</i>	Modalidade deontica.
1862-1863	<i>a gente precisa pensar na família</i>	Modalidade deontica.
1863-1864	<i>eu não estou falando da família papai e mamãe não</i>	Presunção valorativa.
1864-1865	<i>eu mesmo sou um exemplo de uma família diferente, eu sou mulher (+) sem marido</i>	Presunção valorativa.
1865-1866	<i>ele foi embora, me abandonou, tadinha de mim, foi embora</i>	Avaliação afetiva.
1867-1868	<i>esta família, éh, precisa ser fortalecida e todas as configurações familiares precisam ser fortalecidas</i>	Modalidade deontica.
1871-1873	<i>precisamos pensar nisso, nós precisamos pensar nas novas famílias que estão de constituindo, deputada, nós temos jovens sendo pais muito cedo, nós precisamos pensar com esses pais</i>	Modalidade deontica.
1876	<i>a primeira infância é tudo</i>	Presunção valorativa.

(Continuação)

1876-1877	<i>nós temos pais jovens que não sabem disso, nós temos pais jovens que não sabem que afeto</i>	Presunção valorativa.
1879	<i>Porque não temos políticas públicas pra esses pais jovens, pra essas mães jovens</i>	Afirmação avaliativa.
1882	<i>nós temos pessoas que não estão sabendo (+) que não estão fazendo uma boa gestão</i>	Afirmação avaliativa.
1883	<i>isso me preocupa muito</i>	Avaliação afetiva.
1883	<i>Essa é uma nação que a corrupção existe</i>	Presunção valorativa.
1885	<i>então nós temos um grande problema no país</i>	Presunção valorativa.
1886-1887	<i>nós vamos precisar entender isso e vamos precisar vencer esse problema. A gestão precisa ser levada à sério no Brasil</i>	Modalidade deôntica.
1888	<i>que bom que a senhora pensa igual a gente</i>	Presunção valorativa.
1890	<i>Precisamos reabilitar o agressor</i>	Modalidade deôntica.
1898-1899	<i>a escola é um ambiente incrível, eu aposto na escola</i>	Afirmação avaliativa.
1900-1901	<i>eu quero muito o fortalecimento da escola no Brasil e da escola pública e quero muito que a escola seja, éh, esse agente de transformação no combate à violência contra a mulher</i>	Avaliação afetiva.
1903-1904	<i>é um desafio, deputada</i>	Presunção valorativa.
1904-1905	<i>elas estão aí, elas existem, elas sofrem, elas sofrem preconceito, elas sofrem violência</i>	Presunção valorativa.
1905-1906	<i>o nosso ministério está se debruçando sobre esse tema, o nosso departamento está lá trabalhando</i>	Presunção valorativa.
1906	<i>temos uma grande gestora nessa área</i>	Afirmação avaliativa.
1907	<i>temos uma preocupação</i>	Avaliação afetiva.
1910-1911	<i>mas a violência contra lésbica, travestis, as trans, ela é inadmissível</i>	Afirmação avaliativa.
1915-1916	<i>nós estamos com uma bancada, éh, feminina aqui, composta por muitas mulheres novas</i>	Presunção valorativa.
1921-1922	<i>isso não é só agora, sempre foi assim, as deputadas novas</i>	Afirmação avaliativa.
1922-1923	<i>eu sempre senti a falta da mulher na comissão de orçamento</i>	Avaliação afetiva.
1923-1925	<i>a gente precisa, essa novo bancada que está chegando, essas meninas que estão chegando, elas comecem a lutar também por esse espaço na comissão de orçamento</i>	Modalidade deôntica.

(Continuação)

1927-1928	<i>nós precisamos estar atentas ao PPA</i>	Modalidade deôntica.
1930	<i>isso vai ter que ser levado muito à sério</i>	Presunção valorativa.
1931	<i>a violência cresceu muito</i>	Afirmação avaliativa.
1931-1933	<i>nós vamos ter que considerar isso, nós vamos ter que ir pra comissão de orçamento e brigar pelo nosso PPA</i>	Modalidade deôntica.
1935-1936	<i>eu não vou fazer uma crítica, mas eu vou fazer uma avaliação</i>	Afirmação avaliativa.
1945	<i>eu estou pedindo tanta coisa à presidente</i>	Afirmação avaliativa.
1948	<i>fica aqui este apelo</i>	Presunção valorativa.
1949	<i>que desafio, deputada, que desafio</i>	Presunção valorativa.
1951	<i>é um sonho, deputada</i>	Avaliação afetiva.
1951-1952	<i>deputada, Érica, mas não vejo um sonho impossível</i>	Avaliação afetiva.
1952-1953	<i>dá pra a gente, com essa nova formatação que está abancada, ajudar muito nisso, mas fica aqui meu apelo, especialmente às novas parlamentares</i>	Presunção valorativa/ avaliação afetiva.
2136	<i>A presidente já disse pra mim ser breve, vou ser rapidinha</i>	Presunção valorativa.
2137-2138	<i>Flor de Lis, essa deputada que nos inspira e eu não canso de dizer isso, do carinho, amor e respeito que tenho por tua história</i>	Avaliação afetiva.
2139-2140	<i>Você trouxe uma coisa muito séria, deputada</i>	Afirmação avaliativa.
2142	<i>isso me preocupa</i>	Avaliação afetiva.
2146	<i>vamos precisar sentar e revisar isso</i>	Modalidade deôntica.
2147	<i>aqui eu falo dessa brilhante política pública</i>	Afirmação avaliativa.
2150-2151	<i>eu realmente me preocupo para onde as essas crianças estão indo</i>	Avaliação afetiva.
2153-2154	<i>Só temos 80 dias, eu acho que dá menos de 80 dias, eu tenho 30 dias a menos que os outros ministros, né?</i>	Presunção valorativa.
2154-2155	<i>eu ganhei essa nação desse jeito</i>	Presunção valorativa.
2155-2156	<i>não foi o nosso governo que criou e que provocou esses números todos</i>	Presunção valorativa.

(Continuação)

2156-2157	<i>a gente pode encontrar solução pra todos eles juntas</i>	Presunção valorativa.
2157-2158	<i>eu conto muito com essa comissão, com seu trabalho, com seu mandato nesse sentido.</i>	Presunção valorativa.
2161	<i>até o final do ano eu estou limitada a esse PPA</i>	Presunção valorativa.
2163-2164	<i>então eu preciso atender ao PPA que eu herdei e mesmo herdando esse PPA, e preciso ser muito criativa</i>	Modalidade deôntica.
2173-2175	<i>existe o compromisso deste governo, existe o compromisso dessa ministra e de toda a sua equipe de se empenhar o máximo e de fazer o máximo e o melhor</i>	Presunção valorativa.
2175	<i>Algumas coisas não estavam dando certo no passado</i>	Afirmação avaliativa.
2178-2179	<i>isso se garante, não é um discurso vazio, não é, é um discurso de comprometimento</i>	Presunção valorativa.
2180-2182	<i>como salvar a mulher encarcerada, a mulher que está no cárcere, essa também é uma prioridade do nosso ministério</i>	Presunção valorativa.
2187	<i>Não é culpa desta ministra e nem deste governo</i>	Presunção valorativa.
2189	<i>eu quero ter uma boa relação com o parlamento</i>	Avaliação afetiva.
2190-2191	<i>Eu me preocupo com recurso, me preocupo mesmo com o pouco recurso que nós temos e com relação à deputada Alê</i>	Avaliação afetiva.
2192-2193	<i>eu só quero me privar de fazer uma manifestação pública com relação ao ministro</i>	Avaliação afetiva.
2193-2195	<i>eu preciso fazer isso e não queiram me colocar em uma saia justa, eu só preciso, quero pedir, vocês permitam eu não me manifestar com relação à ele</i>	Modalidade deôntica.
2196-2197	<i>amo muito a deputada Alê e deixei claro desde o início a minha solidariedade à deputada,</i>	Avaliação afetiva.
2405-2406	<i>eu queria dizer que ela é incrível, incrível</i>	Avaliação afetiva.
2410	<i>uma experiência incrível para todos nós</i>	Afirmação avaliativa.
2411-2412	<i>foi uma celebração para toda a comitiva</i>	Presunção valorativa.
2413	<i>foi um momento especial</i>	Avaliação afetiva.
2156-2157	<i>a gente pode encontrar solução pra todos eles juntas</i>	Presunção valorativa.
2157-2158	<i>eu conto muito com essa comissão, com seu trabalho, com seu mandato nesse sentido.</i>	Presunção valorativa.

(Continuação)

2161	<i>até o final do ano eu estou limitada a esse PPA</i>	Presunção valorativa.
2163-2164	<i>então eu preciso atender ao PPA que eu herdei e mesmo herdando esse PPA, e preciso ser muito criativa</i>	Modalidade deôntica.
2173-2175	<i>existe o compromisso deste governo, existe o compromisso dessa ministra e de toda a sua equipe de se empenhar o máximo e de fazer o máximo e o melhor</i>	Presunção valorativa.
2175	<i>Algumas coisas não estavam dando certo no passado</i>	Afirmação avaliativa.
2178-2179	<i>isso se garante, não é um discurso vazio, não é, é um discurso de comprometimento</i>	Presunção valorativa.
2180-2182	<i>como salvar a mulher encarcerada, a mulher que está no cárcere, essa também é uma prioridade do nosso ministério</i>	Presunção valorativa.
2187	<i>Não é culpa desta ministra e nem deste governo</i>	Presunção valorativa.
2189	<i>eu quero ter uma boa relação com o parlamento</i>	Avaliação afetiva.
2190-2191	<i>Eu me preocupo com recurso, me preocupo mesmo com o pouco recurso que nós temos e com relação à deputada Alê</i>	Avaliação afetiva.
2192-2193	<i>eu só quero me privar de fazer uma manifestação pública com relação ao ministro</i>	Avaliação afetiva.
2193-2195	<i>eu preciso fazer isso e não queiram me colocar em uma saia justa, eu só preciso, quero pedir, vocês permitam eu não me manifestar com relação à ele</i>	Modalidade deôntica.
2196-2197	<i>amo muito a deputada Alê e deixei claro desde o início a minha solidariedade à deputada,</i>	Avaliação afetiva.
2405-2406	<i>eu queria dizer que ela é incrível, incrível</i>	Avaliação afetiva.
2410	<i>uma experiência incrível para todos nós</i>	Afirmação avaliativa.
2411-2412	<i>foi uma celebração para toda a comitiva</i>	Presunção valorativa.
2413	<i>foi um momento especial</i>	Avaliação afetiva.
2417-2419	<i>eu conto muito com essa comissão, eu conto muito com essa bancada e desejo a vocês mulheres que estão chegando agora, que vocês venham pra fazer a diferença</i>	Presunção valorativa/ avaliação afetiva.
2420-2421	<i>quero esse plenário cheio de mulheres representando seu estados, suas cidades e eu sou muito feliz em te chamar de amiga.</i>	Avaliação afetiva.
2422	<i>com esse sotaque lindo</i>	Afirmação avaliativa.

(Continuação)

2427-2428	<i>eleições quase que impossíveis e improváveis</i>	Afirmação avaliativa.
2436-2437	<i>eu tenho uma preocupação muito grande com as mulheres dos assentamentos, as mulheres de ocupações</i>	Avaliação afetiva.
2440	<i>eu me preocupo muito com essas mulheres</i>	Avaliação afetiva.
2440-2441	<i>há violência lá nos assentamentos contra ela e recebo sua preocupação como eu recebo de todos</i>	Afirmação avaliativa.
2442-2443	<i>eu acredito, deputada, que vocês não deixarão injustiças serem cometidas</i>	Presunção valorativa.
2443-2444	<i>a nova previdência que veio não veio de uma forma injusta</i>	Presunção valorativa.
2444-2445	<i>esse congresso pode melhorar muito a proposta, eu acredito nisso</i>	Presunção valorativa.
2445	<i>A minha linda primeira dama</i>	Afirmação avaliativa.
22446-2447	<i>ela vem já assim do Piauí com tanta alegria, com tanta, com tanto louvor</i>	Presunção valorativa.
2448-2449	<i>é uma honra ter a senhora também como parceira</i>	Afirmação avaliativa.
2449-2450	<i>eu acredito que o governador vai fazer a Casa da Mulher Brasileira</i>	Presunção valorativa.
2452	<i>eu tenho muita admiração</i>	Afirmação avaliativa.
2454	<i>a gente tem essa preocupação, éh, a preocupação com o abuso sexual</i>	Avaliação afetiva.
2457-2458	<i>e nós temos que mudar essa realidade, temos que ser o melhor país do mundo para ser menina</i>	Modalidade deontica
2459-2460	<i>eu acredito que é possível sim a gente trabalhar a base curricular</i>	Presunção valorativa.
2463	<i>eu creio que é possível sim</i>	Presunção valorativa.
2467-2470	<i>essa ex deputada que fez um trabalho lindo nos seus mandatos, tá aqui, quietinha lá atrás acompanhando tudo, nós ainda queremos um país com a cultura de paz que a senhora pregou todos os anos que esteve aqui.</i>	Avaliação afetiva.
2627-2628	<i> você tem sido parceira no ministério</i>	Presunção valorativa.
2629-2630	<i>tem que ter muita paciência, gostaria que vocês sentissem, senhores, como que tem que ter muita paciência</i>	Avaliação afetiva.
2631-2632	<i>quanta coisa interessante foi dita, não por mim, mas pelas parlamentares que fizeram a intervenção, falas extraordinárias aqui</i>	Afirmação avaliativa.
2634	<i>Eu fico preocupada</i>	Avaliação afetiva.

(Continuação)

2637-2639	<i>Tanta coisa linda, olha gente, se a gente pudesse pegar a ata dessa seção aqui, teve propostas interessantíssimas, teve parlamentares que me deu, assim, luz</i>	Afirmação avaliativa.
2641-2643	<i>o resultado dessa reunião vai ser: Damares falou que na fé cristã, mulher é submissa ao homem, e é, é a fé cristã! eu vou mudar a fé cristã? eu vou rasgar a bíblia? não vou! eu só disse o que me perguntaram</i>	Modalização deôntica
2643-2644	<i>é muito complicado, tem que ter muita resiliência</i>	Afirmação avaliativa/ avaliação afetiva.
2644-2643	<i>Eu valho 20, como o presidente Bolsonaro fala, é porque eu acho que tem que ter a paciência de 20 homens para aguentar tudo isso e eu também estou valendo por 20 porque eu dou um trabalho para aquele presidente.</i>	Presunção valorativa.
2647-2648	<i>eu realmente acho que eu estou trabalhando por 20</i>	Presunção valorativa.
2649	<i>muito interessante uma parlamentar que me acompanha, que eu conheço pouco</i>	Afirmação avaliativa.
2651-2652	<i>que abordagem muito inteligente, muito interessante.</i>	Afirmação avaliativa.
2652-2655	<i>Nós vamos ter que nos unir, deputada. A gente vai ter que esquecer palanque. Acabou comissão, acabou as diferenças partidárias, tem que ficar de lado, religiosa e vamos ter que nos unir, porque ou a gente se uni, ou a gente se uni, ou a gente faz ou a gente faz</i>	Modalidade deôntica.
2655-2656	<i>o que foi feito até agora não deu muito certo, deu certo em algumas áreas, mas a gente vai ter que mudar.</i>	Afirmação avaliativa.
2657-2658	<i>eu acho que posso ser avaliada, em 70 dias é impossível esse ministério ser avaliado</i>	Presunção valorativa.
2658-2659	<i>essa equipe aqui, ó, está muito motivada a fazer muita coisa e a gente vai fazer</i>	Afirmação avaliativa.
2827	<i>Eu vou procurar ser breve, está todo mundo cansado também</i>	Presunção valorativa.
2828-2829	<i>é uma reflexão profunda, é uma reflexão que a gente precisa fazer</i>	Afirmação avaliativa/ modalidade deôntica.
2829-2830	<i>é por isso que o governo Bolsonaro, esse extraordinário homem, o presidente traz a ideia do ministério da família</i>	Afirmação avaliativa.
2832	<i>nós vamos ter que trabalhar a família</i>	Modalidade deôntica.

(Continuação)

2836-2837	<i>o lar virou um lugar perigoso, deputado, e infelizmente isso me incomoda muito</i>	Afirmação avaliativa/ avaliação afetiva.
2837-2838	<i>o lar que deveria ser um lugar de abrigo é um lugar de perigo</i>	Afirmação avaliativa.
2838	<i>mas a gente precisa mudar isso</i>	Modalidade deôntica.
2841-2842	<i>ainda acreditamos que a família é a célula da sociedade, ainda acreditamos no potencial da família</i>	Presunção valorativa.
2842	<i>precisamos deputado, investir em famílias</i>	Modalidade deôntica.
2843-2844	<i>faltou nesse país muito investimento aos jovens casais, as novas família que estão sendo organizadas</i>	Afirmação avaliativa.
2847-2848	<i>you vai ter seu casamento garantido se you passar por uma palestra, um cursinho, por que não</i>	Modalidade deôntica.
2848-2851	<i>o estado está impondo/ mas o Estado vai ter que assumir seu papel e entender que precisa fazer alguma coisa (+) as vezes de forma impositiva, nós precisamos estar voltando para as famílias que estão sendo constituídas</i>	Modalidade deôntica.
2853-2854	<i>nós estamos preocupados com essa mãe</i>	Avaliação afetiva.
2855-2856	<i>mas nós não queremos acolher só a criança que está com doenças raras, essa mãe precisa ser acolhida</i>	Presunção valorativa.
2860-2864	<i>Nós precisamos criar uma política pública pra essa mãe (+) essa mãe precisa ter um dia de folga (+) precisamos pensar (+) um cuidador pra ficar com essa criança e dizer pra mãe, mãe vai ter seu dia, vai fazer sua unha, vai passear, vai no shopping, vai pro cinema, nós precisamos pensar nessa mãe, pensar nessa família</i>	Modalidade deôntica.
2864-2865	<i>a gente não vê esse pensar, a gente vê muita gente lutando pelo remédio para a criança com doenças raras, a gente não pensa nessa mãe</i>	Presunção valorativa.
2868-2869	<i>toda honra e toda a gratidão por tudo que a senhora já foi nessa nação e como a senhora nos inspira</i>	Afirmação avaliativa.
2870-2871	<i>não estou lhe chamando de velha, mas como a senhora nos inspira</i>	Presunção valorativa.
2872-2873	<i>um instrumento poderoso que é a Casa da Mulher</i>	Afirmação avaliativa.
2877	<i>então nós achamos a ideia assim, extraordinária</i>	Afirmação avaliativa.

(Conclusão)

2878-2879	<i>a distância é muito grande</i>	Afirmação avaliativa.
2888-2889	<i>o que nós estamos querendo dar para os pais é uma, uma liberdade de gerenciar a educação dos filhos</i>	Presunção valorativa.
2893-2894	<i>o brilho dessa proposta é oferecer à família a forma de administrar o conteúdo para os seus filhos e não vai ser dessa forma, sem responsabilidade, não</i>	Presunção valorativa.
2898-2899	<i>eu estava torcendo para ninguém perguntar sobre a quarta conferência</i>	Presunção valorativa.
2899	<i>eu não posso me omitir</i>	Modalidade deontica.
2899-2900	<i>a quarta conferência, ela tem nos trazido para essa atual administração um problema muito sério</i>	Afirmação avaliativa.
2907	<i>a gente lamenta realmente</i>	Afirmação avaliativa.
2908	<i>o relatório não é bom</i>	Afirmação avaliativa.
2908-2909	<i>eu fico muito preocupada</i>	Avaliação afetiva.
2626	<i>ele é muito pobre</i>	Afirmação avaliativa.
2631-2632	<i>quando eu chamei atenção sobre a gente ser gestora com responsabilidade</i>	Presunção valorativa.
2633-2634	<i>eu não estou, gente, por favor, criticando a participação popular</i>	Presunção valorativa.
2981	<i>essa mulher extraordinária</i>	Afirmação avaliativa.
2983	<i>hoje estamos aqui cuidando de políticas públicas, cuidando da nação</i>	Presunção valorativa.
2983-2984	<i>Bia você nos inspira, você é inteligente, estamos apostando muito no seu mandato</i>	Afirmação avaliativa.

ANEXO C – TRANSCRIÇÃO DO CORPUS⁵⁹

1 PRESIDENTE DA COMISSÃO:
 2 ((inteligível)) credenciadas da ministra responsáveis pela secretaria nacional de políticas
 3 públicas para mulheres, a senhora Tieron, secretária nacional de políticas para mulheres, e
 4 também a doutora Rosinha Estrela, secretária adjunta de políticas para mulheres (+) audiência
 5 pública com a presença de ministro de estado tem como base o artigo 255 do regimento interno
 6 desta casa (+) antes de conceder a palavra a nossa ministra, esclareço os procedimentos a serem
 7 adotados na condução dos trabalhos e peço por gentileza, silêncio (++) nessa reunião. A
 8 ministra disporá de até 20 minutos para a sua apresentação, podendo o prazo ser prorrogado por
 9 mais 20 minutos, não sendo permitido apartes. As deputadas e os deputados interessados em
 10 questionar a senhora ministra deverão inscrever-se previamente junto à mesa de apoio.
 11 Encerrado a exposição, será concedida a palavra às deputadas e deputados, respeitada ordem
 12 das inscrições, no prazo de 3 minutos cada um. Para formular suas considerações ou pedidos
 13 de esclarecimento, dispondo a palestrante do mesmo tempo para resposta, facultadas a réplica
 14 e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes. A cada bloco
 15 de três oradores, consideremos a palavra à ministra para as respostas, podendo um ser líder. Os
 16 líderes quando inscritos poderão somar o tempo de liderança ao serem chamados para usar da
 17 palavra na ordem de inscrição. O vice-líder que desejar utilizar o tempo de comunicação de
 18 liderança deverá apresentar delegação escrita e assinada pelo líder os membros inscritos que
 19 forem autores precedência na chamada da lista de inscrição. Será possível a permuta entre os
 20 escritos desde que ambos estejam de acordo. O parlamentar que não estiver presente no
 21 momento em que seu nome foi chamado, perderá definitivamente a inscrição. Feitos esses
 22 esclarecimentos, passo a palavra nossa ministra, ministra da mulher, da família e dos Direitos
 23 Humanos a senhora Damares Alves, a fim de apresentar à comissão as perspectivas de atuação
 24 futura do Ministério da mulher, da família e dos Direitos Humanos. As medidas anunciadas
 25 pelo Ministério em relação à campanha "salve uma mulher" e o acordo de cooperação técnica
 26 de enfrentamento à violência doméstica. Obrigada pela gentileza, ministra, a palavra é sua.
 27 **MINISTRA DAMARES:**

⁵⁹ Opto por marcações coloridas no corpus que facilitam a leitura e a identificação das categorias. São elas: **cinza** para as falas da ministra Damares; **rosa** para a categoria vocabulário; **amarelo** para a categoria intertextualidade; **azul** para a categorial avaliação. Nos casos de sobreposição de cores, onde mais de uma categoria foi identificada em um mesmo trecho ou vocábulo, prevalece aquela que verificada por último.

28 Eu quero agradecer a deputada o convite, é uma honra estar nessa mesa, a primeira vez, eu
29 quero que essa seja a primeira de muitas vezes, não dá para o nosso ministério caminhar sem a
30 parceria dessa comissão tão especial. Deputado, uma honra lhe conhecer, já tinha visto a sua
31 foto, mas eu vou dizer que eu gosto muito do senhor, tão somente, eu quero cumprimentar todos
32 os presentes, as deputadas que estão no plenário, algumas que eu já conheço pessoalmente,
33 outras que a gente tá conhecendo, público, éh, eu agradeço, é uma honra estar aqui. Tá comigo
34 também o técnico e disponível a responder as perguntas naquilo que essa ministra não conseguir
35 responder e me acompanha na mesa a secretária de políticas públicas para mulheres, a mais
36 linda secretária do Brasil, a Tieron, e a Tieron é dessa casa, ela veio dessa casa, né, é ex
37 deputada, foi deputada até a 31 de janeiro, éh, eh, deixa eu dizer uma coisa, deputada, foi longa
38 com bancada feminina e a bancada feminina estava inspirada quando foi conversar comigo
39 sobre Tieron e prontamente nós acolhemos a indicação da Tieron e está comigo também a
40 secretaria adjunta que também é dessa casa, é ex deputada federal, a Rosinha, Rosinha essa
41 parceira, amiga e também foi uma indicação de um grupo aqui da casa e a gente acredita que
42 esse grupo também estava muito inspirado quando indicar o nome da Rosinha para estar no
43 nosso ministério. O que é o ministério da mulher, da família e dos direitos humanos? eu gostaria
44 de começar a projeção dos slides, éh, tá todo mundo perguntando que ministério é esse, eu
45 começo dizendo em todos os lugares que é o mais extraordinário, espetacular e lindo ministério
46 do governo Bolsonaro e o presidente Bolsonaro ousa trazer para o Brasil o ministério que
47 também tem o foco na família e este ministério que muita gente achava que ia nascer
48 pequenininho, ele nasceu grande, gigante, eu quero só mostrar rapidamente pra vocês, nós
49 temos objetivos/pode passar/ eu só tenho 20 minutos/ próximo slide/ aqui está um organograma
50 do ministério, nós temos oito secretarias nacionais, oito, eh, se der uma olhadinha começa com
51 a criança e adolescente, depois a secretaria da juventude e eu quero pedir permissão para
52 apresentar às deputadas a nossa secretária nacional da juventude, ela tá ali, dá uma olhadinha,
53 levanta a mão aí, essa é a nossa secretária e com o desafio de estar trabalhando a mulher jovem
54 na sua secretaria e já tem propostas excelentes e eu sugiro que a comissão traga a secretaria
55 nacional da juventude para conversar sobre as propostas daquela secretaria para a jovem
56 mulher. (+) depois a gente vem para secretaria nacional de políticas públicas para mulheres e
57 vem/que já existia essas três secretarias já existiam, a secretaria da mulher não estava no âmbito
58 desse ministério, ela estava em outro lugar e ela veio para o nosso ministério e depois a novidade
59 a secretaria da família (+) seguindo, a gente tem a secretaria nacional da pessoa idosa, a
60 secretaria nacional/volta por favor/a secretaria nacional/segundo slide, terceiro, isso/ secretaria
61 nacional dos direitos da pessoa com deficiência, uma secretaria antiga, grande, muito atuante e

62 nós temos depois da secretaria nacional da igualdade racial, é uma secretaria também
63 extraordinária, liderada por uma mulher também, liderada por uma índia, a Sandra Terena, com
64 excelentes trabalhos voltados para as mulheres dos povos tradicionais, aí a gente tem a
65 secretaria nacional da proteção global, que é a antiga secretaria da cidadania, no âmbito do
66 ministério, ela recebe esse nome para não ficar/ para não haver a confusão com o ministério da
67 cidadania, então recebe o nome de final da proteção global e ali nós temos comunidade LGBT
68 e a comissão de mortos e desaparecidos, mecanismo de tortura e ali a gente tem a comunidade
69 LGBTI, a comissão de mortos e desaparecidos, a do mecanismo de tortura e ali a gente tem, ah,
70 o programa de proteção à testemunha, nós estamos com mais de 800 protegidos no Brasil, está
71 lá no nosso ministério e também o programa de proteção aos defensores de direitos humanos,
72 trabalho escravo/essa é uma secretaria muito ampla, ela era praticamente o antigo ministério,
73 muito ampla, eh, eu tenho a honra de ter comigo aqui também, agora que eu vi, a secretaria
74 nacional da família, a doutora Ângela, que tá aqui com a gente, ela tá ali, inclusive recomendo
75 também trazer a secretária doutora Ângela para conversar com as deputadas sobre as propostas
76 voltadas para família. Das oito secretarias, seis são lideradas por mulheres e mulheres incríveis
77 que aceitaram o desafio de fazer parte do nosso time. Mais especificamente/pode passar/ ah,
78 ainda temos, lá na secretaria, diversos conselhos e comitês e nós ainda temos no ministério, a
79 Funai, a Funai veio junto com a comissão de anistia para esse ministério, então o ministério
80 ficou muito grande, muito eclético, um ministério extraordinário/pode passar/mas
81 especificamente a secretaria nacional de políticas públicas para as mulheres/pode passar/ ficou
82 dessa forma formatada a secretaria: ela vem com coordenações muito importantes, éh, as
83 coordenações estão trabalhando muito, vem com algumas novidades eh a gente vai tentar passar
84 algumas para as deputadas e para os presidentes agora, mas vamos ficar à disposição para
85 responder requerimentos, para falar pessoalmente, mas gostaríamos muito de convidar as
86 parlamentares para estarem na secretaria com a gente, acho que seria um momento importante
87 as parlamentares irem, conhecerem as nossas coordenadoras, conhecerem o trabalho que cada
88 um está fazendo, então ficou desta forma formatada a atual secretaria/ tenho, eu acho, umas
89 duas ou três diretoras aqui nos acompanhando também/ e algumas coordenadoras/pode passar/
90 E aí vamos/ tá? algumas ações, alguns resultados já dessa nova gestão/ lembrando que o
91 ministério da mulher, da família e dos direitos humanos, o decreto que o institui tem validade a
92 partir de 30 de janeiro e o nosso time começa a ser formado mesmo a partir de 30 de janeiro
93 então nós estamos aí em relação aos outros ministérios, 30 dias depois, então é um ministério
94 novo, é um ministério que nasce, então nós estamos aí 30 dias, então todo mundo tá fazendo
95 100 dias, nós estamos fazendo setenta dias/pode passar/ e nós vamos começar pelo disque 180

96 (+) dentro do ministério nós temos dois canais de recebimento de denúncia do disque 100, que
97 todos conhecem, amplamente divulgado, e o ligue 180, o ligue 180 ele é específico para
98 atendimento de denúncias e de pedidos de socorro, de violações de direitos contra mulher, esse
99 canal, inclusive, recebe ligações internacionais, nós temos condições de atender pessoas de
100 vários países, é um canal muito procurado, mas nós, quando chegamos, o ministério
101 percebemos que ele estava precisando de uma grande reformulação. O ligue 180 e o disque 100,
102 eles fazem parte da ouvidoria nacional de direitos humanos, então eu quero que entenda que
103 nós temos um departamento lá no ministério que a ouvidoria nacional, o nosso ouvidor nacional
104 está aqui porque eu tenho certeza que nós vamos ter algumas perguntas sobre o ligue 180 e nós
105 estamos há dois meses trabalhando na reestruturação do ligue 180 e do disque 100, e aqui eu
106 preciso falar para os senhores o trabalho que isto está nos dando: o disque 100, por exemplo,
107 tão divulgado e todo mundo tem que divulgar sim, vamos continuar divulgando, nós
108 percebemos, tão igual ao 180, que em torno de 40% das ligações não eram atendidas e isso nos
109 deixou muito preocupados, éh, inclusive o nosso ouvidor esteve na central, inclusive acho que
110 ninguém sabia que ele era ouvidor nacional, ligou e para nossa tristeza ele ficou 51 minutos no
111 disque 100 e não foi atendido, isso, no início, nos incomodou muito, dois canais que a gente
112 divulga tanto e o retorno tem sido muito pequeno, o atendimento é pequeno, retorno menor
113 ainda, em torno de 11% apenas dos nossos encaminhamentos eram respondidos, mas as
114 respostas que chegavam para nós, não eram assim. Conseguimos resolver desta forma, as
115 respostas eram: ok, recebemos o e-mail de vocês, ok, recebemos o ofício, ok, vamos tentar fazer
116 alguma coisa, nós entendemos que isso precisa mudar, nós precisamos modernizar o ligue 180,
117 nós precisamos melhorar esse canal que é com certeza o mais importante canal de denúncia de
118 violação de direitos contra mulher no Brasil e no mundo e nós estamos gastando esses dois
119 meses na reestruturação deste canal, por exemplo, há muitas denúncias que chegam no disque
120 100 que diz respeito a mulheres, mas os dois instrumentos não estavam integrados, não se
121 falavam, por exemplo, no ligue 180 não havia classificação de mulheres brancas e héteros e aí
122 a gente não tinha como estar fazendo relatórios precisos, nós precisamos buscar a denúncia de
123 uma forma quase que manual para fazer a tabulação de dados e, entendo que o ligue 180 ele é
124 mais que necessário inclusive para o parlamento para a gente tá fazendo uma mudança
125 orçamentária no Brasil, estar indicando políticas públicas e para nós lá na execução de políticas
126 públicas, se não temos números precisos, nós podemos estar errando com as políticas públicas,
127 executar políticas, nós não podemos executar públicas apenas no "achismo", apenas na
128 perspectiva, apenas na estimativa, precisamos ter dados e nós estamos nos empenhando em
129 melhorar o ligue 180, de que forma, ele ainda é um ligue 180, como o disque 100 ainda é o

130 disque 100, nós estamos tentando trabalhar agora com a tecnologia mais avançada, porque não
131 no WhatsApp? Por que não um telefone diferente? Por que não usarmos as redes sociais? Por
132 que não Instagram, o Facebook? e nesse sentido a ouvidoria está trabalhando para modernizar
133 o ligue 180/pode passar/eu não vou falar sobre dados/pode passar/pode passar/ e aqui estão/
134 volta/ aqui estão algumas das mudanças que nós vamos estar fazendo no ligue 180, inclusive
135 mudança já, já estão acontecendo, éh, já está dando mais certo ligue 180, o fluxo já melhorou
136 muito, mas nós ainda vamos avançar/ pode passar/ um outro programa que está na secretaria
137 que é do governo anterior, e aqui vem a graça e o extraordinário desse governo, do governo
138 Bolsonaro, programas de governos anteriores que estão dando certo vão continuar ((risos e
139 palmas)) olha só, olha que coisa linda, obrigada deputada, obrigada, obrigada/vejam só: esse
140 programa que todos conhecem, que é a Casa da Mulher Brasileira, um programa extraordinário
141 de atendimento à mulher de uma forma integrada, nós temos construídas hoje no Brasil sete
142 casas, cinco estão em funcionamento, éh, e mais apenas duas em pleno funcionamento,
143 inclusive para quem não sabe a nossa Casa da Mulher Brasileira de Brasília, ela está paralisada,
144 ela está desativada e isso nos entristece por demais, foi uma das primeiras coisas que nós
145 tivemos que fazer no ministério: entender o que aconteceu, a casa ela está interditada porque
146 houve graves problemas na execução da obra, inclusive com perigo de desabamento, a casa está
147 interditada e isso nos entristece muito porque foram milhões aplicados nessa casa (+) mas nós
148 já estamos trabalhando junto com o governo local da gente fazer uma permuta dessa casa, desse
149 terreno da casa, na verdade vai ter que ser só o terreno por dois outros espaços, especialmente
150 porque essa casa ficou no lugar de difícil acesso, ela é extraordinária, ela é linda, mas a mulher
151 lá da periferia com duas crianças correndo no meio da rua com um homem com facão na mão,
152 ela nunca vai conseguir chegar porque é de difícil acesso, então nós estamos trabalhando a
153 possibilidade de descentralizar a casa da mulher de Brasília para dois polos diferentes do
154 Distrito Federal, e nós temos apenas duas funcionando na integridade/ pode passar/ quando eu
155 falo integridade é a casa da mulher da forma como ela foi concebida, ter todos esses serviços,
156 são vários serviços dentro da casa da mulher e aqui eu quero fazer um destaque especial e
157 convido, deputada, me permita fazer o convite à comissão para conhecer a casa da mulher de
158 Campo Grande, de Mato Grosso do Sul, essa casa funciona de uma forma extraordinária e eu
159 acredito que o segredo dessa casa foi o prefeito ter abraçado, inclusive, um concurso público
160 para casa. A casa funciona vinte e quatro horas e já atendeu mais de cinquenta mil mulheres e
161 nós vamos continuar esse programa, dependendo do nosso orçamento, estamos trabalhando o
162 orçamento e aqui eu já começo a olhar nos olhinhos das minhas deputadas queridas e de meus
163 deputados e dizendo: vamos precisar de orçamento para construir mais Casa da Mulher

164 Brasileira em todo país/ pode passar/ existe três formatos, tem a sua casa grande, igual a de
165 Brasília de Campo Grande, mas existe os formatos menores, o modelo dois e o modelo três,
166 para alcançar as cidades menores no Brasil. Bom, nós tivemos agora alegria de estar em Manaus
167 e lá em Manaus nós novamente fizemos a repactuação do programa A Casa da Mulher com o
168 governador e já ganhamos um terreno em Manaus pra construção da casa e esse terreno ele é
169 tão extraordinário, tem dezoito mil metros quadrados e o governador não quer fazer só a casa
170 da mulher, ele quer trazer para próximo outros, outros instrumentos, outro organismo, como até
171 mesmo a, ah, questão, parte do tribunal vai vir para mais perto, então vai ser um complexo e
172 nesse complexo vai estar na casa da mulher. Esse é o nosso governador, fazendo conosco a
173 doação do terreno/ pode passar, por favor/ Bem, seguindo esses dois programas que já existiu,
174 agora nós já temos algumas, algumas outras novidades no ministério e a gente vem aí, que é o
175 objeto do requerimento, esse acordo de cooperação técnica com Ministério da Justiça, nós
176 temos um extraordinário Ministro da Justiça, muito sensível à violência contra a mulher, os
177 números deste ano assustaram o Brasil e nós estamos trabalhando com o Ministério da Justiça
178 e nós temos, nós assinamos uma parceria técnica, uma cooperação técnica com o ministério que
179 constitui no estabelecimento de políticas públicas de combate à violência doméstica
180 familiar/deixa eu dizer uma coisa, deputados, que muitas pessoas não entendem/ o ministério da
181 mulher, da família e dos direitos humanos, ele é o ministério de articulação, ele é o ministério
182 de direitos, ele não é um ministério de execuções, nós executamos alguns programas, mas a
183 diretriz, mas o que nos conduz é ser o ministério de articulação, e aí isso nós estamos fazendo.
184 O combate à violência contra mulher no Brasil o nosso ministério está fazendo em parceria com
185 o Ministério da Justiça e com a Secretaria de Justiça dos Estados, eh, dessa forma nós estamos
186 fortalecendo o que já existe e eu digo sempre que nós não precisamos inventar nada no Brasil
187 para proteger mulheres não, nós temos que fortalecer o que já existe que já está dando certo, e
188 nós já temos muitas essas experiências exitosas no Brasil, vamos fortalecer essas experiências
189 que já existem e o Ministério da Justiça vem com essa parceria com o nosso ministério, éh, a
190 educação e reabilitação dos homens agressores, especialmente do sistema prisional, e aqui,
191 deputados, tem um grande desafio para nós: nós temos sido desafiadas, desafiados/ homens,
192 muitos homens no ministério/ desafiados a fazer um grande trabalho no Brasil de reabilitação
193 do agressor. Isso pode estar suando muito ruim no ouvido de algumas pessoas, mas está previsto
194 na Lei Maria da Penha. Nós entendemos que se a gente não trabalhar o agressor nós talvez não
195 tenhamos êxito no combate à violência contra mulher. Nós temos números que indicam que
196 mais de 50% da mulher que denuncia acaba voltando para o agressor, e ele vai continuar
197 agressor, ele vai continuar agredindo (+) e aqueles que não voltam pra vítima, pra primeira

198 vítima, eles vão constituir outras famílias, mas eles continuam agressores, então nós vamos ter
199 que pensar o que fazer como homem agressor. Nós já temos algumas experiências no Brasil,
200 especialmente desenvolvida por tribunais, estamos acompanhando, eh, nesse pacto, nesse, nesse
201 termo de cooperação técnica com o ministério da justiça, nós vamos estar trabalhando o agressor
202 que está no sistema prisional, juntamente como o ministério da justiça, mas com outros, outros
203 organismos, o agressor de uma forma geral, e aí, outras medidas, tem outras previsões, tem
204 nesse termo de cooperação, uma delas que encerra agora dia 18 de abril, tá encerrando amanhã,
205 18, amanhã, um grande levantamento de todos os aplicativos que existem no Brasil sobre o
206 famoso botão do ponto, ele tem vindo em todo o Brasil de formas diferenciadas, então nós
207 estamos falando um levantamento, encontramos excelentes aplicativos, já nos foram
208 apresentados excelentes aplicativos o nosso pessoal de/ da tecnologia/ está estudando todos eles
209 pra gente tentar unificar ou fazer a recomendação daquele que melhor atende na proteção da
210 mulher e também estamos fazendo um levantamento que se encerra amanhã do número de
211 homens que estão monitorados já, eletronicamente, cujo delito, cujo crime tenha sido violência
212 contra a mulher. Então amanhã a gente vai ter, assim, um encerramento desses dados e a gente
213 logo anunciando para o Brasil/ pode passar/ continuando: nós fizemos também, em, durante o
214 carnaval uma campanha muito criativa que veio lá de iniciativa da, de uma vereadora da Bahia
215 e aí nós fazemos as parcerias e as articulações, que foi essa campanha do carnaval: meu corpo
216 não é fantasia. Foi muito divulgada também a campanha, especialmente nos lugares que tem a
217 ronda Maria da Penha. Isso foi feito em 17 estados, né, onde tem o trabalho da ronda Maria da
218 Penha e nós recebemos resultados, éh, relatórios da ronda Maria da Penha. Subiu nesse período
219 do carnaval 150% o número de denúncias e a campanha foi muito bem aceita/ pode continuar/
220 a próxima/ nós também lançamos agora em março uma campanha que é objeto do requerimento,
221 éh, "salve uma mulher". Não queremos salvar só uma mulher, nós não queremos salvar só uma,
222 tá, gente? salve todas as mulheres e essa campanha consiste do que e no que? nós vamos
223 trabalhar com e nós vamos estar articulando com pessoas que trabalham diretamente com as
224 mulheres. Nessa primeira etapa nós vamos estar trabalhando com os profissionais da área da
225 beleza: cabelereiros, maquiadores, massagistas, depiladores, éh, manicures. Essa experiência
226 existe no estado do Mato Grosso do Sul, desenvolvida pelo Tribunal de Justiça do Estado com
227 resultados extraordinários. Como vai acontecer? A manicure, na hora de ela fazer a unha, a
228 gente vai estar trabalhando essa manicure pra que ela comece a observar se não tem alguma
229 marca no braço da mulher, ela pode identificar sinais de agressão, ela pode identificar, inclusive
230 se a mulher está agitada ou ela está triste, ou ela está em pânico, ela pode, a manicure consegue
231 e nós vamos estar capacitando essa manicure, cabelereiro, a maquiadora, pra abordar, pra fazer

232 a abordagem desta mulher, mas mais que abordar, orientar essa mulher a procurar socorro, mais
233 que orientar, se prontificar a ir com ela buscar socorro. Isso tem dado muito certo, tenho o
234 resultado que nós temos lá em Mato Grosso do Sul, que o profissional que mais identifica
235 agressão tem sido as depiladoras e elas tem identificado no corpo das mulheres, éh, agressão e
236 elas estão conversando com as mulheres. Então, nós queremos fazer isso no Brasil inteiro,
237 inclusive, estamos instituindo um selo "salão de beleza amigo da mulher", nós vamos aos
238 municípios capacitar os profissionais. Ontem nós fechamos uma parceria com o estado de
239 Rondônia, já fechamos parceira com o estado do Acre, nós vamos aos municípios e nós vamos
240 reproduzir, nós vamos multiplicar palestrantes para trabalhar com os profissionais da beleza, éh
241 (+) e a campanha foi lançada num primeiro momento focada neles. No segundo, segunda etapa,
242 a campanha vai trabalhar com os líderes religiosos, padres, pastores, pais de santo, todos os
243 líderes religiosos, na igreja com os diáconos, diaconisas, ministros de eucaristia, pessoas que
244 estão diretamente trabalhando com mulheres. Na terceira etapa nós vamos trabalhar com os
245 profissionais de academias, orientar os profissionais de academia de também acompanhar e
246 identificar se as mulheres estão sendo vítimas de agressão, éh, esse é o foco da campanha, ela
247 não tem um prazo para terminar, ela vai continuar por um grande tempo e eu gostaria de
248 apresentar pra vocês o vídeo da campanha/ por favor/ dá pra postar/ eh/ ((vídeo)) 1.600.000
249 mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil (+) isso nos
250 últimos dozes meses (++) 22.000.000 de mulheres brasileiras passaram por algum tipo de
251 assédio (++) quarenta e dois por cento dessas agressões aconteceram dentro de casa (++) mais
252 da metade (++) não buscou ajuda (++) ((fala da delegada)) a expectativa é que a sociedade
253 ajude e passe a não tolerar nenhuma, qualquer tipo de agressão que seja, não é por que xingou,
254 não é porque, éh, ameaçou, ah, isso não é nada, deixa que eles resolvam, não, é sempre bom
255 conversar, se possível com dois, dizer que aquilo ali pode levá-los a violência outras que
256 certamente vai ser prejudicial para todo mundo, para toda a família. Hoje, essa violência contra
257 a mulher, ela não decorre do desemprego, ela não decorre do, das condições dos envolvidos,
258 ela é universal, ela atinge mulheres e homens de todas as camadas sociais, de todas as idades
259 de todos os graus de escolaridade, de todas as raças esses números a secretaria nacional de
260 políticas para as escolaridades, de todas as raças, as vezes algumas mais, outras menos, mas
261 atingem a, atingem a população. O PIB brasileiro, ele é impactado por conta da violência contra
262 3%. ((fala da narradora do vídeo)) na tentativa de diminuir esses números, a secretaria nacional
263 de políticas da secretaria da mulher, da família e dos direitos humanos faz campanha voltada
264 para pessoas que lidam com mulheres diariamente, a exemplo dos profissionais da beleza, que
265 podem identificar os sinais de violência e ajudar a combater-los. ((fala do maquiador Augustinho

266 Fernandes)) O tutorial de hoje é um pouco diferente do normal, você não vai aprender a
267 maquiagem, você vai aprender a reconhecer qualquer indício de violência durante o atendimento.
268 No nosso ramo nós conversamos muito com as clientes e a gente acaba sendo para elas uma
269 espécie de psicólogo. Você que é profissional da beleza pode aprender a reconhecer não só a
270 violência física, como a violência psicológica, sua cliente, ela está sempre mostrando para você
271 qualquer tipo de sinal, elas sofrem na sua autoestima, no seu bem-estar. Então você precisa estar
272 preparado para conduzir ela para o caminho certo ((fala da psicóloga Juliana Nunes)) então é
273 um espaço de ajudar essa mulher assim fortalecer enquanto a pessoa que está agilizada, que está
274 com autoestima baixa, que muitas vezes se sente impotente para resolver essa demanda. O
275 profissional da beleza, maquiadores, depiladores, pessoas que estão ali no trabalho de ponta, o
276 tempo todo ligado com mulheres, trabalha essa autoestima, que não é só uma questão física da
277 vaidade, mas uma questão de empoderamento e de um olhar voltado para as belezas interiores,
278 que essa mulher sim tem valor, sim merece ser valorizada. ((Augustinho Fernandes)) Teve uma
279 vez que tinha realizado um atendimento mesmo conhecer qualquer tipo de índice de violência
280 durante o atendimento e a cliente ligou pro marido para pegar ela no salão, ele pediu para ela
281 mandar uma foto no *WhatsApp* e no momento ela tinha amado, ela se sentindo linda, ela, eu
282 não sei o que aconteceu, sei que ela voltou desesperada, tirou tudo e refez uma coisa muito
283 diferente e no final do atendimento ela deu a entender que o marido não gostava que ela tivesse
284 muito vaidosa, um pouco mais arrumada. Você precisa estar preparado para reconhecer que
285 esse pode ser um tipo de violência psicológica. Apesar de esse tipo de chantagem ser comum,
286 ele não deve ser considerado como uma coisa normal e você precisa de uma maneira muito sutil
287 e delicada, ah, mostrar para a pessoa que talvez ela esteja sofrendo o início de um ciclo de violência
288 contra ela. ((Narradora)) A violência atinge todas as camadas sociais e o ciclo das agressões
289 normalmente é gradual. ((Delegada)) As fases da tensão elas são permeadas por condutas muitas
290 das vezes não perceptíveis tanto para a mulher quanto para o homem e vem em forma de
291 ofensas, de desqualificações, xingamentos morais, né? éh, uma tentativa de se diminuir,
292 diminuir o outro para se empoderar em relação à pessoa, então ela vem manifestada por ameaças,
293 por controles por ciúmes excessivos, como se prova de amor fosse, em seguida a gente começa
294 a ter a explosão, que é aquela fase que os agressores já viram que só xingar, só empurrar, só
295 desqualificar não é o suficiente, porque o tempo todo esse agressor ele tá tentando impor o seu
296 domínio sobre a mulher. Então no que não consegue, ele vai progredindo nas condutas, éh, de
297 agressão à essa mulher. Então na fase da explosão, começam a aparecer, ah, os empurrões, os
298 puxões de cabelo, os tapas na cara, os chutes, que diferente dos crimes comuns, que a vítima
299 tem muita certeza que quer que a polícia alcance o agressor, quer que investigue, que

300 entregue pra polícia, nessa violência contra a mulher existe um componente que eu digo que
301 ele é lá, vem manifestada por ameaças por controles, que o empurrou, a esses puxões de cabelo,
302 os tapas na cara, os chutes que é explosivo, que é o sentimento, então o sentimento cega, ele
303 faz com que aqueles envolvidos, éh, estejam sempre decidindo a começar de novo, só que cada
304 vez que eles começam de novo e não cuidam, éh, éh, do que tá por trás dessas violências, a
305 tendência é que isso vá progredindo e nas próximas agressões as violências acabem sendo muito
306 maiores, podendo chegar até o feminicídio. ((Augustinho Fernandes)) Se a sua cliente já se
307 encontra nessa situação, meu amor, é hora de você ter uma abordagem mais direta e encorajá-
308 la a procurar ajuda e fazer a denúncia. Pra isso, o ministério tem alguns canais específicos para
309 receber denúncias. O ligue 180 é um canal que funciona 24 horas por dia, próprio para receber
310 qualquer tipo de denúncia que envolva a violação de direitos da mulher. Para denunciar via
311 internet você tem duas opções: o portal humanista redes e o aplicativo proteja Brasil.
312 ((Narradora)) A cada hora quinhentas e trinta e seis mulheres são vítimas de agressão física no
313 Brasil (++) Não se cale (++) ((fala da psicóloga)) É um convite pra que você de fato tenha
314 compromisso consigo, mesmo quando o outro muitas vezes não está assumindo esse
315 compromisso com sua vida. Repense as suas relações e repense, principalmente, o valor que
316 você tem, porque na medida que você entende que você é importante, ninguém tem o poder de
317 te roubar. Então se devolva todos os dias e entenda que você é um ser que merece todo o amor
318 do mundo.

319 MINISTRA DAMARES:

320 Nós convidamos o maquiador Augustinho para fazer a primeira, o primeiro vídeo, outros
321 profissionais de beleza também já estão disponíveis e alguns vídeos vão começar a sair na
322 próxima semana, mas tivemos, deputada, semana passada uma parceria muito bacana com a
323 Avon. A Avon nos procurou, o próximo catálogo da Avon já vai vir com o ligue 180, eles já
324 fizeram isso uma vez e a Avon vai estar junto com o ministério capacitando as suas
325 revendedoras. Essas revendedoras vão às casas conversar com as mulheres, então vamos
326 capacitar as revendedoras da Avon e de outras linhas também que ao mesmo tempo que estiver
327 vendendo observar essa mulher e acompanhar essa mulher se perceber que ela está sendo vítima
328 de violência/pode passar/ próxima campanha vai ser agora no período junino, éh, a campanha
329 "respeito não sai de moda" e já vamos estar veiculando as próximas imagens/ pode passar/
330 primeiras imagens/ pode passar/ pode passar/ consiste/ pode passar/ sete dias no São João/ volta
331 por favor/ sete dias no São João de Caruaru, depois a gente vai três dias no festival folclórico
332 de Parintins, inclusive aqui uma novidade extraordinária: Parintins, esse ano, vai ser um festival
333 inclusivo, nós estivemos em Manaus no lançamento dessa proposta, Parintins todo, inclusive o

334 Festival de Parintins esse ano e nós vamos estar lá também com a campanha e depois a gente
335 segue sete dias **no maior São João do mundo em Campina Grande**, essa é o que já está previsto,
336 mas outros, outros lugares estamos procurando, a exemplo de Aracajú e outras localidades,
337 inclusive aqui em Brasília para gente continuar e fazer também a campanha durante o período
338 junino, sem contar que nós vamos ter vídeos e mensagens para todo o Brasil/ pode passar/ éh,
339 nos festivais vai ter um estande onde as mulheres poderão ser atendidas e as pessoas poderão
340 buscar as informações do ministério e instrumentalizar as pessoas que estão ali na festa que
341 queiram aprender e que queiram falar sobre violência contra mulher. Estivemos no Acre
342 também para o lançamento do aplicativo "botão da vida", estivemos participando da articulação
343 e do lançamento do botão da vida lá no Acre e muito interessante que lá também a gente
344 participou da inauguração da Ronda Maria da Penha e a entrega da viatura foi um momento
345 extraordinário para aquela secretaria e outros aplicativos estão sendo analisados como eu falei/
346 pode passar/ continua/ éh, estudos técnicos sobre os aplicativos que aparecem, esse estudo está
347 sendo feito com o nosso ministério, nós vamos ter agora também o acompanhamento do
348 ministério Ciência Tecnologia, Ministério da Justiça vai analisar os aplicativos junto conosco/
349 pode passar/ tem sido um trabalho intenso da nossa/ do nosso pessoal, pessoal do TI./pode
350 passar/ e nós temos também um aplicativo que está sendo desenvolvido com o Ministério da
351 Saúde mas com foco voltado mais para saúde da mulher. O nosso ministério tá participando da
352 elaboração também deste instrumento/ pode passar/ continua/ tivemos (+) a nossa (+) reunião
353 ordinária do Conselho Nacional das mulheres, **essa reunião, ela foi muito boa**, onde a gente
354 pode conhecer todas conselheiras, **tivemos a alegria** e aqui o Governo Federal indicou todos os
355 representantes para este conselho, éh, e nessa reunião, uma pauta muito extensa, éh, com
356 algumas decisões, a secretaria está acompanhando, lembrando: muita gente não sabe como é
357 que funciona a parceria da secretaria com o conselho (++) a secretaria tem um servidor, esse
358 servidor é o secretário executivo do conselho, é quem cuida do conselho, então a secretaria, o
359 ministério remunera alguém para gerenciar, administrar, secretariar o conselho e nós temos na
360 secretaria uma pessoa que tá fazendo isso como muita maestria/ pode passar/ lembrando,
361 senhores, que **o conselho da mulher, ele foi instituído por lei, é um conselho instituído por lei**,
362 ok? nós tivemos também aí um acompanhamento ao mapeamento do espaço da mulher
363 brasileira lá em Boston, além da gente ter as sete casas construídas no Brasil, nós temos o espaço
364 também fora do país, estamos trabalhando no melhoramento desse espaço lá em Boston/ pode
365 passar/estamos encerrando/ participamos da, da CSW esse ano e algumas deputadas que estão
366 aqui participaram da comitiva. **Foi um momento muito bom para todas nós**, éh, como algumas
367 propostas que foram apresentadas pelo governo brasileiro, **foi um momento importante**, duas

368 semanas de muito trabalho na ONU/ pode passar/ continua/ e agora a gente tá lançando também
369 nos próximos dias o programa "Qualifica mulher", esse programa vai trabalhar especificamente
370 com a mulher em região ribeirinha, da mulher de povos tradicionais, ah, diretoria desse
371 departamento ((inaudível)), a diretora deste departamento já esteve em Tocantins, já estivemos
372 também na Amazônia buscando as mulheres artesãs, buscando as mulheres que já tenham, que
373 já estejam com alguma coisa, que precisam apenas do implemento, apenas do incentivo. O
374 "Qualifica mulher" nos próximos dias já vem com resultado, vai ser lançado, mas já começamos
375 a trabalhar com algumas comunidades/ pode passar/ e aqui a gente fala sobre a conferência e
376 estou encerrando. (+) Nós vamos realizar esse ano a quinta conferência da mulher, tá prevista
377 pra esse ano, esse ano, éh, mas nós tivemos a quarta conferência da mulher e poucas pessoas
378 estão acompanhando o que aconteceu na quarta conferência e nós precisamos fazer a quinta
379 conferência com base nos resultados da quarta e aqui eu trago para os senhores, éh, o custo que
380 foi a quarta conferência para o ministério, para a secretaria e o custo previsto para a quinta
381 conferência (+) nossa secretaria tem um orçamento pequeno, quase metade do nosso orçamento
382 é destinado ao ligue 180 e nós temos muito pouco dinheiro pra executar projetos, mas nós temos
383 aqui o ano, a quarta conferência foi gasto num total de R\$ 10.000.000,00 e para quinta
384 conferência/pode passar/está usado para quinta conferência em torno de R\$ 7.000.000,00 pra
385 ser gasto agora na próxima quinta conferência. Ainda estamos com problema orçamentário,
386 estamos buscando uma solução pra, para a organização da quinta conferência das mulheres/
387 pode passar/ Lembrando que a quinta conferência ela é chamada por decreto e a gente tem que
388 obedecer ao decreto. Bem, no geral é isso: temos grandes desafios? Temos. Temos pouco
389 dinheiro? Temos. Pouquíssimo. Deixa eu repetir aqui para as deputadas ouvirem: temos
390 pouquíssimo dinheiro e nós temos um orçamento logo logo chegando na casa e nós contamos
391 com a parceria das parlamentares (+) éh, a violência contra a mulher nos assusta muito e uma
392 das coisas que o ministério tem feito, gente, é entender (+) aonde está (+) a falha dos
393 mecanismos de defesa da mulher. Nós temos no Brasil uma lei extraordinária, nós temos uma
394 rede (+) aonde está o problema? e esse tem sido um trabalho que nós estamos fazendo (+) com
395 muita, com muita ênfase. Descobrir qual é o elo dessa corrente que não está dando certo e aí a
396 gente tem descoberto o seguinte: em um lugar é um elo, num outro lugar é outro e descobrimos
397 o que nós vamos ter que fazer: fortalecer a rede de proteção da mulher. Não dá pra gente ter
398 uma excelente delegacia da mulher no município se a vara de enfrentamento da mulher não tá
399 atuando (+) não dá pra gente ter uma excelente delegacia, uma vara, se nós não temos uma
400 defensoria pública disponível e atuante na comunidade. Então a gente precisa ter essa rede de
401 proteção de todo, de toda forma fortalecida e esse é o nosso desafio: a violência contra mulher

402 é uma realidade no Brasil, não é brincadeira, é uma realidade e a gente vem aí, inclusive, com
403 um outro desafio, que é buscar as invisíveis, que foram inviabilizadas no Brasil, quem são elas?
404 mulheres que as estatísticas não estão trazendo, a violência contra elas. Nós não temos
405 estatística de violência contra mulher indígena no Brasil, nós não temos número de violência
406 contra a mulher cigana no Brasil e elas são muitas, deixa eu repetir aqui: elas são muitas e
407 passam por nós como se invisíveis fossem. Nós estamos conversando com mulheres ciganas e
408 nós temos inclusive nos emocionado, mulheres ciganas no Brasil ainda são chamadas de
409 mentirosas, enganadoras e trapaceiras, mas quem chama ministra? os nossos dicionários, o
410 dicionário de português em alguns deles ainda, quando você abre para ler o sinônimo de cigano
411 tá escrito lá, cigano significa: velhaco, mentiroso, trapaceiro, em pleno 2019, mulheres ciganas
412 são chamadas de mentirosas e algumas delas mulheres ciganas quando são agredidas na rua,
413 inclusive estupradas, quando vão fazer boletim de ocorrência elas ouvem o seguinte: a mulher
414 cigana tá mentindo. Nós precisamos alcançar as mulheres ciganas. Os números apontam,
415 deputada, que nós temos um milhão e duzentas mil ciganas no Brasil, essas mulheres existem,
416 essa mulheres quando entram num shopping no Brasil os seguranças vão tudo atrás, a menina
417 cigana quando entra num shopping no Brasil os seguranças vão atrás só porque tem a saia mais
418 colorida que a da minha filha (+) é assim que essas mulheres vivem na nossa nação, mas nós
419 temos outras mulheres também que a gente não tá alcançando ainda, nós temos as escarpeladas
420 lá no Norte, mulheres sem cabelo, mulheres, inclusive, sem rosto, nós temos que buscar essas
421 mulheres. Nós temos essas mulheres, ribeirinhas, nós temos as mulheres indígenas, então o
422 desafio desse ministério tem sido buscar aquelas que as políticas públicas não alcançaram. O
423 nosso presidente tem dito o seguinte para nós, especialmente para o nosso ministério: nenhuma
424 mulher ficará pra trás (+) vamos buscar todas elas. São grandes os nossos desafios, mas estamos
425 aqui, a equipe muito motivada de fazer o melhor por todas, não deixando ninguém pra trás (+)
426 era isso que eu tinha informalmente pra falar e fico à disposição de todos os senhores.

427 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

428 Antes de passar a palavra às inscritas, eu gostaria de passar a palavra às autoras do
429 requerimento, quais sejam: a deputada Sâmia, deputada Alice Portugal e também deputado
430 Emanuelzinho, a começar então pela deputada Sâmia por três minutos, a senhora tem a palavra.

431 DEPUTADA SÂMIA:

432 Boa tarde, presidente, também a senhora ministra e as demais deputadas aqui presentes.
433 Primeiro eu queria fazer um comentário sobre o vídeo da campanha “Salve uma mulher”: em
434 determinado momento, quando a delegada está explicando o ciclo da violência contra as
435 mulheres, ela apresenta como uma fase final, infelizmente o feminicídio a partir de arma de

436 fogo. Achei bem importante isso constar no vídeo tendo em vista que quase metade dos casos
437 de feminicídio no Brasil são feitos através do uso da arma de fogo dentro das residências. Os
438 agressores, os maridos, companheiros dessas mulheres as assassinam com arma de fogo. Tendo
439 isso em vista, eu gostaria de perguntar para ministra e para secretárias qual que é a posição de
440 vocês com relação ao decreto, aliás, a medida expedida pelo Jair Bolsonaro, no início do ano
441 que flexibiliza a posse de arma de fogo dentro de casa e que, inclusive a época, foi apontado
442 por muitos especialistas como um fator muito perigoso que poderia aumentar o índice de
443 feminicídio contra as mulheres. A minha segunda pergunta é ainda a respeito do programa
444 “Salve uma mulher”: eu acredito que toda a campanha de fortalecimento da rede de
445 enfrentamento a violência contra as mulheres é absolutamente válida ou seja, todo e qualquer
446 cidadão brasileiro pode estar apto a ajudar uma mulher a salvar a vida dessa mulher e por isso
447 a minha dúvida com relação a esse programa porque eu vi um comunicado que a senhora fez,
448 não foi no dia de hoje, mas através de redes sociais e veículos oficiais, de que o senhor
449 Augustinho Fernandes, que é esse que aparece também no vídeo institucional, ensinaria as
450 profissionais os salões de beleza a identificar o problema da violência contra mulher. Então
451 minha pergunta é: qual é a capacitação que esse senhor Augustinho Fernandes tem pra fazer
452 algo com tanta seriedade e com tanta seriedade? Eu vi no currículo dele que ele é youtuber, que
453 ele é maquiador famoso e que, por uma vez, como ele relatou, ele identificou um caso num
454 salão de beleza, mas a minha pergunta é: vão ter profissionais capacitados, defensores públicos,
455 pessoas que trabalham nos serviços públicos de atendimento à violência contra as mulheres ou
456 esse programa, que é nacional e é prioridade, tanto que anunciou no dia oito de março, vai estar
457 nas mãos desse senhor Augustinho Fernandes? A minha outra pergunta diz respeito também a
458 esse programa, porque mais que garantir essas campanhas pra que profissionais de diversas
459 áreas possam ter alguma instrução, é fundamental garantir que os serviços públicos sejam de
460 qualidade e que, aí sim, os profissionais sejam capacitados pro atendimento contra a violência
461 contra as mulheres. Então minha pergunta é: é prioridade do ministério que as delegacias das
462 mulheres tenham profissionais capacitados, que as casas de acolhida, os centros de atendimento,
463 assistentes sociais, psicólogas, as trabalhadoras da saúde da família que aí podem entrar dentro
464 do lares e conseguir identificar se existe algum tipo de violência contra a mulher, porque daí/
465 só pra somar mais uma pergunta/eu sei que meu tempo tá acabando/ só pra, pra encerrar/ porque
466 não são todas as mulheres brasileiras que podem frequentar um salão de beleza, tendo em vista
467 que, principalmente aquelas mulheres que são desempregadas, estão com condições financeiras
468 ruins, a primeira coisa que elas sortam, inclusive é aquilo que é considerado supérfluo, como ir
469 à um salão de beleza. Então minha pergunta é: a senhora tem alguma estimativa de quantas

470 mulheres serão atingidas e, por que, tendo em vista essa estimativa, isso é prioridade, tendo em
471 vista que a maioria das mulheres brasileiras utilizam serviços públicos e aí sim, independente
472 da sua classe social, da sua condição financeira, elas devem ser atendidas e imediatamente
473 indicadas com profissionais preparados para serem encaminhadas para os serviços de acolhida
474 e para concluir de fato minha última pergunta: éh, tem uma deputada aqui dessa casa que ela
475 procurou a mídia para dizer que ela está sendo ameaçada por um ministro do governo
476 Bolsonaro, um ministro como a senhora, sendo ameaçada, inclusive de morte, por que? Porque
477 ela denunciou o escândalo terrível que é o de laranja, de utilização da cota do fundo partidário
478 em vez de ser para financiar campanhas femininas para utilizar para financiar campanhas
479 masculinas ou coisa pior que a gente não sabe qual é. A minha pergunta para a senhora é se a
480 senhora concorda com essa atitude do ministro se a senhora vai se posicionar, porque nós aqui,
481 as deputadas pela Secretaria da Mulher estamos dando todo o apoio possível pra essa deputada
482 para que ela não correr nenhum risco de vida, para ela não seja mais ameaçada. Eu, inclusive,
483 defendo eu esse ministro saia imediatamente ((fala interrompida pela presidente)) que tem
484 relacionamento e eu queria saber qual é a posição da senhora, tendo em vista que possivelmente
485 é o ministro que ameaça uma deputada como qualquer uma de nós de morte, obrigada.

486 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

487 Passamos então agora a palavra a deputada Alice Portugal que fará jus ao tempo de liderança
488 também, deputada Alice.

489 DEPUTADA ALICE:

490 Boa tarde a todos e todas, presidenta da Luísa Canziani, vice-presidente deputado Emanuel, éh,
491 senhora ministra, éh, senhoras secretárias, demais servidores e ocupantes de cargos desse
492 ministério. Primeiro dizer que a comissão da mulher é um espaço específico, éh, que
493 compõem o mosaico de espaços nessa casa, éh, até de certa forma atomizados, mas muito
494 unificados em defesa dos direitos da mulher, eh, eu gostaria, eu gostaria de iniciar falando da
495 flor, não é? para nós foi muito bonito que o delegado Waldir, nosso colega Deputado, nos assim
496 concedesse uma flor e eu aceitei de bom grado, mas há poucos dias, não é, ele estava com um
497 coldre, éh, supostamente vazio, na reunião da comissão de constituição e justiça e eu gostaria
498 de dizer que ele coloque flores no coldre ao invés de armas e que nós precisamos ((interrupção
499 da presidente)) eu gostaria de pedir para os assessores, enfim, a comitiva, a imprensa, que
500 depois eu irei se restabelecer seu tempo, deputada, mas que não haja manifestação por parte
501 desses, desses integrantes aqui dessa, dessa reunião, muito obrigada. ((retorno da fala da
502 deputada Alice)) eu peço que restitua meu tempo porque é pouco e eu tenho muita coisa falar e
503 é a primeira vez que eu estou com a ministra, éh, eu gostaria, portanto, de perguntar logo em

504 primeiro lugar que essa política relacionada à flexibilização do uso de armas no Brasil muito
505 me preocupa. Me preocupa, éh, pelo gigantismo da estatística relação ao feminicídio. Apesar
506 da lei Maria da Penha, da mulher ter aprendido a dizer não, hoje, (+) quando uma mulher diz
507 não, o agressor mata, não mais agride, essa é a primeira observação. Segunda: é o acesso da
508 criança à arma do pai. Nós temos visto diversos acidentes nas melhores famílias, em que a
509 criança se acidenta, pega, brinca, porque, infelizmente, não se conseguiu, éh, substituir os
510 brinquedos do Brasil e a arma continua sendo um brinquedo e a criança se mata. O terceiro
511 episódio como a escola de Suzano, que é uma tragédia brasileira, que imita os americanos no
512 que há de pior (+) então a senhora, como ministra da família, da mulher, da juventude, dos
513 direitos humanos, dentre outras multifunções (+) que eu acho até que injustamente colocaram
514 sobre seus ombros, não é? como a senhora se posicionará sobre essa flexibilização? porque
515 somos nós as principais vítimas, quando a mulher não morre, tanto o filho se acidenta, mata ou
516 morre, inclusive a família aponta para a educação que a mulher deu a sua criança. Essa é a
517 primeira coisa, me dirigindo a circunstância contraditória da flor. Segundo, como já se tem um
518 ministério de múltiplas funções (+) a dispersão poderá superficializar as diversas temáticas?
519 como estamos na comissão da mulher, ministra, eu quero saber quais os valores aplicados por
520 vossa excelência e disponíveis, doravante, para as campanhas de enfrentamento à violência
521 contra mulher. A senhora apresentou algumas: a do São João, agora a do, a do maquiador, não
522 é? “Salve uma mulher” (+) e quantos projetos de fato estão em andamento? Porque a senhora
523 disse que o 180, do período Temer, anteriormente, o 180 tinha uma larga utilização, inclusive,
524 era consensual entre as forças políticas que ajudaram a construir (+) como a ex deputada Tieron,
525 que é sem dúvida, também uma partícipe desse processo original. Então dava certo, dava muito
526 certo, mas de dois mil e dezesseis pra cá, elas caíram, então qual o movimento de reconstrução
527 desse orçamento no ministério que ainda tem o menor orçamento da esplanada? A campanha
528 “salve uma mulher”, então a minha colega Sâmia, já abordou e eu perguntaria também a
529 formação do senhor Augustinho do ponto de vista dessa construção, porque hoje há uma ciência
530 disponível para se discutir violência contra mulher, contra crianças e adolescentes, indígenas,
531 comunidade LGBTI, não é? acho válido que em qualquer área, mas eu lhe pergunto: nós
532 sabemos que uma merendeira na escola, a senhora que trata da merenda, às vezes terceirizada,
533 ela sabe quando a criança entra em anorexia ou quando a criança come demais, ou quando a
534 criança não aceita o toque do adulto e aquilo pode significar um abuso sexual intrafamiliar, a
535 cuidadora de uma escola procurada por um porteiro pode identificar se o adolescente está saindo
536 antes do horário, se está se vestindo fora do seu padrão social e aquilo pode ser um indício de
537 uma ligação com tráfico de drogas ou mesmo com alienação para o processo de exploração

538 sexual de meninos e meninas . Não seria o caso, ministra, de ter começado pela escola? (++)
539 terceira pergunta: em relação à própria educação sexual como direito, (+) porque quando nós
540 discutimos o chamado “projeto escola sem partido” que agora me parece escola com partido
541 devido a toda a movimentação no MEC (+) eu pergunto à senhora, não seria o caso de
542 continuarmos e orientarmos os professores para uma educação sexual consciente para os nossos
543 jovens e crianças (+) ou seria a distribuição de preservativo um estímulo ao sexo precoce? (++)
544 Na verdade, o que nós temos é que combater a AIDS na juventude, a AIDS entre mulheres,
545 doenças sexualmente transmissíveis. Eu sou defensora da educação sexual como direito (+)
546 como direito da educação. Eu quero saber a sua opinião sobre isso, que me parece que nós
547 estamos levados de preconceitos e nós vamos acabar abandonando a evolução que tivemos, um
548 objeto da proteção à saúde coletiva. (++) Em relação à difusão, Funai, a Funai está sob a sua
549 responsabilidade. Vossa excelência tem uma adoção já muito comentada no Brasil e eu
550 particularmente, éh, não mergulho em polêmicas, prefiro que próprias pessoas expliquem as
551 suas circunstâncias individuais mas é preciso trabalhar a homologação de terras já demarcadas,
552 é preciso manter a demarcação, é preciso garantir a saúde indígena, a educação indígena, não
553 seria o caso da senhora defender que a Funai voltasse a existir como um órgão independente
554 dentro do Ministério da Justiça? (++) na minha opinião a Funai ela está sendo aí ((inaudível))
555 a uma circunstância que este ministério não terá como assistir (+) a comunidade inteira indígena
556 clama pela sua independência, pela sua natureza étnica própria (++) mortos e desaparecidos: é
557 outra questão que de fato deveria estar no ministério da justiça e eu quero lhe rogar, devolva!
558 Na verdade, ministra Damares, hoje nós temos uma recomendação, não é? de um órgão ligado
559 à procuradoria geral dos direitos do cidadãos, vinculado à PGL, não é? éh, e que recomendou
560 que vossa excelência refogue os nomes da comissão de anistia, eu tenho todo o relatório da
561 comissão de anistia (+) o Brasil sabe se houve um outro abuso, que se coíba, que se puna, mas
562 não se pode se punir uma política nacional diante do que nós vivemos e eu sou da geração da
563 porta das cadeias, eu conheço, torturados, sequelados (+) que as famílias tiveram dificuldades
564 (+) de retomar, inclusive seu nome legal (+) pela ditadura militar que o Brasil viveu por vinte
565 e um anos dirigidos por uma camarilha militar que cinco generais decidiam a vida do povo e
566 mandavam prende, bater, torturar e perseguir (++) então essa comissão de anistia (+) na sua
567 autonomia controlada pelo Ministério da Justiça, na medida que ela muda a composição (+) ela,
568 efetivamente gerará uma solução de continuidade para começar do zero de que não acompanhou
569 os processos. Falo em nome das entidades (+) que representam as famílias dos mortos e
570 desaparecidos da ditadura militar, pra que esse órgão não esteja submetido à esta comissão
571 multifacética, a este ministério multifacético, será banalizada uma temática como essa (+) e

572 para encerrar, ministra, (+) eu gostaria de comentar esta circunstância tão discutida do ponto de
573 vista religioso, que é o problema da interrupção da gravidez, do aborto, não é? nós que somos
574 da política há muito tempo, não é? As mulheres de opinião feministas são classificadas como
575 abortistas, eu nunca vi uma mulher aqui levantar a bandeira do aborto como algo bom, mas a
576 verdade é que existe na sociedade brasileira, no mundo e o Brasil tem uma regra, a regra é uma
577 regra que o supremo assume, reitera, não é? uma lei que vige há mais de quarenta anos e que,
578 efetivamente, desta casa não tem proposta para liberalizar, mas tem propostas para contrair a
579 legislação. Eu pergunto, ministra, ((fala interrompida pela presidente)) vou encerrar pela
580 tolerância ao tempo, eu queria perguntar, à vossa, à vossa excelência (+) eu sou profissional de
581 saúde, sou farmacêutica e bioquímica e já assisti uma menina de doze anos chegar no hospital
582 sangrando de maneira, não é ? éh, eu vou aguardar para que a ministra possa me ouvir, por
583 gentileza, só um minuto de finalização (++) pela introdução de uma agulha de tricô no útero
584 semi infantil (+) se uma criança dessa chega literalmente abortando, o seu conselho ao médico
585 é que lhe prenda ou atenda? (++) ((fala interrompida pela presidenta)) realmente, desde a
586 formação da família monogâmica, nós sabemos que a mulher passou a essa condição de matriz
587 dos herdeiros da riqueza dos homens, eu gostaria de saber como a senhora encara essa
588 circunstância cultura milenar do preconceito mais antigo que humanidade tem notícia que é o
589 preconceito contra a mulher . A senhora defende que a mulher seja submissa no casamento?
590 Muito obrigada, presidente.

591 **PPRESIDENTE DA COMISSÃO:**

592 Passamos agora a palavra ao também autor do requerimento, o deputado Emanuelzinho por
593 três minutos.

594 **DEPUTADO EMANUELZINHO:**

595 Obrigado senhora presidente e ministra Damares, secretária Tieron, secretária Rosinha,
596 agradeço a presença de vossa excelências aqui na comissão em defesa dos direitos da mulher
597 brasileira e antes de tudo, eu queria, ministra, ah, me solidarizar com vossa excelência,
598 utilizando até uma, um pensamento do Papa Bento XVI dizia que o destino do cristianismo no
599 ocidente não é mais um martírio através da tortura, um martírio, éh, da sua própria vida, mas
600 um martírio da ridicularização e muito do que a senhora tem sofrido no Brasil, o que representa
601 o que muitos de nós sentimos. A deputada Sâmia, minha querida deputada Alice, anteciparam
602 algumas de minha perguntas (+) quero ir direto ao ponto: a Casa da Mulher Brasileira, ministra,
603 haja vista que seja uma grande ideia, um grande modo de vencer a burocracia difusa existente
604 no Brasil no tocante ao atendimento, à prevenção e proteção e a repressão da violência contra
605 a mulher, haja vista a gente ter na Casa da Mulher Brasileira, como vossa excelência aqui nos

606 explanou, o juizado especial no atendimento da mulher, a promotoria, a defensoria pública, a
607 defensoria especializada, a casa abrigo de apoio psicossocial e todas as componentes que
608 atendem em diversas dimensões, ah, da, ah, do ser feminino. Em Campo Grande, como também
609 vossa excelência nos disse, é de sucesso, tivemos aí, nos quatro anos que estão funcionando
610 mais de cinquenta mil mulheres atendidas, o que mostra que não foram só atendimentos dentro
611 de Campo Grande, mas atendimentos que estenderem para todo interior do estado do Mato
612 Grosso do Sul. No meu estado, no Mato Grosso, quase se implantou uma Casa da Mulher
613 Brasileira, uma dúvida que se ficou é qual seria o impacto ambiental do custeio. Hoje os
614 municípios, devido à pactos federativos, estão com uma receita mínima. O meu estado do Mato
615 Grosso está em estado de calamidade financeira, como alguns outros estados do Brasil. Então
616 eu queria que vossa excelência nos orientasse, nos desse uma visão aí de programação do futuro,
617 como é que se pode ser feito o custeio disso? Vossa excelência já nos pediu pra que tivéssemos
618 uma atenção especial com o orçamento do ministério pra que possam ser efetuados os
619 programas, mas eu queria saber hoje, se tiver algum programa pra implementação de Casa da
620 Mulher Brasileira em alguns estados, qual seria a forma de custeio? Seria entre município,
621 estado e governo federal? Somente do governo federal? Gostaria de agradecer a vossa
622 excelência pela presença e que nos orientasse sobre essas questões. Muito obrigado, ministra.

623 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

624 Antes de passar a palavra à ministra, eu gostaria de pedir gentilmente silêncio aqui no plenário,
625 as deputadas e os deputados que estão atentos à ministra escutando os questionamentos, pedir
626 muito especialmente silêncio para que nós consigamos levar essa reunião, essa audiência, da
627 melhor forma possível. Muito obrigada, ministra com a palavra.

628 MINISTRA DAMARES:

629 Começar pela deputada Sâmia, essa jovem tão inteligente e tão extraordinária. Deputada, eu,
630 vou fazer um convite para estar com a nossa Secretária da Juventude, nós gostaríamos muito
631 que você e seu movimento nos ajudasse, nós temos que alcançar as mulheres jovens nesse país
632 e estamos precisando muito conversar contigo, sentar com a secretária, ir lá conhecer, eu trazer
633 ela para uma conversa. Um segmento que tá urgente, nós nunca tivemos tantos jovens no Brasil
634 como hoje, nós chegamos ao ápice e nós nunca na história do Brasil teremos tantos jovens, a
635 tendência é diminuir e nós precisamos ter uma atenção especial daqui a comissão de mulheres,
636 éh, o máximo de debates sobre a mulher jovem, a gente tá pedindo força no parlamento,
637 que aconteça com mais frequência no parlamento e nós estamos muito preocupadas com essa
638 geração do “nem nem”: a mulher que nem está na escola e nem está na faculdade. É uma geração
639 que nos preocupa e alí o índice de gravidez inesperada é muito grande. Então nós vamos precisar

640 focar na juventude, principalmente na mulher jovem, éh, deputada, a senhora perguntou se o
641 Augustinho vai dar curso, eu acho que houve uma interpretação errada de alguma coisa que eu
642 falei. O Augustinho ele se prontificou não só doar a sua imagem pra essa campanha porque o
643 Augustinho primeiro é um grande influenciador nas redes, nós usamos a imagem do Augustinho
644 ele veio com todo carinho se prontificou, veio lá do seu país, gravou esse vídeo gratuitamente,
645 nem a passagem dele a gente pagou, é porque ele está nas redes, ele é muito seguido nas redes.
646 O que o Augustinho quer fazer, deputada, éh (+) ele quer montar um grupo para ensinar
647 mulheres a serem maquiadoras, ele acha assim, como todos nós achamos que muitas mulheres
648 voltam para o agressor por causa do sustento, ele é o provedor, nós temos que atender essa
649 mulher vítima de violência, mas nós temos que dar algumas opções. Está voltando para o
650 agressor porque ele é o teu provedor? Nós precisamos encontrar alternativa para essa mulher,
651 ela tem autonomia econômica e o Augustinho está querendo fazer um grande trabalho no Brasil,
652 pediu pra pegar o número muito grande de maquiadores para estarem dando curso para
653 mulheres vítimas de violência, nesse sentido é que Augustinho vai estar ensinando. Agora não
654 resta dúvida, deputada, que nós vamos capacitar muita gente no Brasil, se o Augustinho fizer o
655 curso de capacitação ele poderá assim estar multiplicando as informações que ele vai aprender
656 no curso de capacitação. Éh, entendo que os profissionais todos, o psicólogo o advogado o
657 psiquiatra, o conselheiro, todos, estão mais, estão mais preparados para estar ministrando esse
658 curso e todos eles são muito bem-vindos a essa campanha, todos eles. Como eu gostaria
659 muito que o conselho de Psicologia agora ligasse, olha ministra, estamos aqui disponibilizando
660 um número enorme de psicólogos para ajudar nessa campanha, como eu gostaria que o
661 ginecologista ligasse, outros segmentos, outros profissionais ligassem se oferecendo para nos
662 ajudar na campanha. (+) é nesse sentido. Por que começamos com o profissional de beleza?
663 Porque eu vou dizer uma coisa, deputada, a senhora pode achar que o número muito pequeno
664 de mulheres que procuram o profissional de beleza, mas é um número bem significativo. No
665 Brasil tem mulheres que economizam, economizam pra no final do mês para ir lá na sua
666 manicure, para ir lá fazer seu alisamento, as mulheres estão sim procurando os profissionais de
667 beleza e a gente tem não só aí, deputada, o maquiador, nós temos a manicure, nós temos a
668 mulher que faz a chapinha. Nós queremos alcançar todos eles e aí por que começamos por ele?
669 Exatamente porque ele estava no primeiro momento disponível e essa parceria com as empresas
670 de cosméticos que querem nos ajudar muito, mas a gente vai focar nos outros segmentos, como
671 eu falei para a senhora, deputada, o segundo segmento que nós vamos trabalhar essa campanha
672 é a igreja e aqui, deputada, me permita falar, eu sou pastora, todo mundo sabe que eu também
673 sou pastora e eu cansei de ver dentro da minha igreja e eu vou falar do meu segmento, mulheres

674 chegarem na igreja com olho roxo e tão somente que o pastor fez foi orar por ela. Então está na
675 hora desses líderes religiosos também entenderem que nós vamos orar pelas mulheres, nós
676 vamos pegar pela mão e nós vamos lá para delegacia, nós vamos dar suporte a essa mulher. A
677 igreja vai ter que fazer o seu papel social também. Eu cobro muito do meu segmento, isso, dar
678 um apoio essa mulher e acolher essa mulher e ficar com essa mulher. Esse é o nosso desafio
679 para o segundo momento. Ah, a deputada e não só ela, como a deputada Alice falou sobre
680 armas, éh, eu gostaria de focar o máximo possível no objeto do requerimento, as minhas
681 impressões pessoais eu acho que elas não vão resolver muito problema da violência contra
682 mulher. Eu tenho sido o mais imparcial possível naquele ministério. Fui acusada muito tempo
683 que uma pastora assumiu o ministério ia fazer de lá uma grande igreja, não gente, quem está
684 ministra lá é ativista, advogada Damares, a pastora tá lá na igreja. Então as minhas impressões
685 pessoais sobre desarmamento eu gostaria de deixar elas para o segundo momento. O que nós
686 podemos fazer é um debate sobre o impacto disso, um debate bem técnico sobre o impacto disso
687 na violência contra a mulher, que não dá ainda pra gente dizer se impactou ou se, é tudo uma
688 expectativa de que isso pode aumentar, mas o homem mata com dentes, com a mão, com pau.
689 A violência contra a mulher ela se ela se configura de diversas formas. Éh, a violência contra a
690 mulher, ela se, ela se configura de diversas formas. Com relação a rede, foi o que eu disse
691 deputada Sâmia, a senhora vai focar na campanha pra fortalecer, não é isso, deixa eu explicar
692 de novo, deputada: eu falei bem claro que nosso ministério está debruçado em fortalecer a rede,
693 inclusive identificar o elo fraco dessa rede, nós só temos setenta dias de execução e em setenta
694 dias eu acredito que essa secretaria, que essas secretárias e sua equipe já fizeram muito, estão
695 avançando muito, muito e a gente vai continuar avançando, éh, (+) aí a deputada perguntou
696 sobre o caso de uma deputada que está aí na mídia, uma deputada que eu amo, uma deputada
697 querida, uma deputada que sabe o quanto quero ela bem (+) e a gente já está se falando, éh,
698 precisa sim ser cuidada por nós, protegida por nós (+) mas eu gostaria também de não falar
699 sobre este assunto, gostaria também de não falar, éh, porque, éh, nós vamos precisar entender
700 o que está acontecendo até o final desta investigação, e nesse momento o que a deputada precisa
701 de todas vocês, de todas nós é ser realmente protegida, acolhida eh eu lhe parabenizo, deputada
702 Sâmia por vocês já estarem fazendo isso, eh (+) nós temos um outro caso nessa casa, eh, acho
703 até que já foi pedida exoneração do servidor e o servidor que era liderança de um partido que
704 agrediu violentamente uma mulher aqui em Brasília, (+) ninguém pode agredir mulher (+)
705 ninguém lá em cima, ninguém aqui em baixo, a violência contra a mulher ela tem que ser
706 rejeitada (+) seja quem for o autor, e neste momento eu gostaria apenas de dizer isso, deputada
707 Sâmia, a deputada que está no auditório, que está aqui no plenário com a gente, ela sabe o

708 quanto tenho respeito, carinho e admiração por ela e eu sei que isso logo, logo vai ficar
709 esclarecido e eu sei que ela vai continuar sendo protegida e acolhida por todas as deputadas
710 dessa casa (+) a deputada Alice, não vou falar sobre armas. Quando a senhora fala não deveria
711 começar pela escola, deputada, isso que nós estamos defendendo desde o início, eu creio que
712 nós vamos ter que fazer uma revolução nessa nação na educação no quesito violência contra a
713 mulher e eu tenho falado sobre isso, inclusive não tenho sido compreendida por causa disso,
714 deputada Alice, mas antes deixa eu registrar deixa registrar o quanto eu te quero bem, essa
715 baiana querida, corajosa, como eu te admiro, você sabe disso. Veja só deputada, eu creio que
716 nós temos que é mesmo que fazer uma revolução na escola e creio que a gente vai ter que falar
717 de violência contra a mulher de os quatro anos de idade até o último ano da faculdade,
718 obedecendo a especificidade das idades, e obedecendo a, o ciclo que a criança está, mas a
719 violência contra a mulher vai ter que ser abordada de uma forma transversal na escola e o
720 ministro anterior que estava aí, nós estávamos conversando muito sobre isso, o atual ministro
721 não tive reuniões com ele ainda, mas a gente estava avançando muito com o ministro Ricardo
722 Félix nesse sentido da transversalidade do tema. Acredito sim, que o menino que tá na escola
723 vai ter que aprender a respeitar menina, o menino lá na escola vai ter que aprender, inclusive, a
724 proteger menina, eu até usei de uma forma simbólica, ensinar o menino a abrir porta do carro,
725 mas eu não quero que ele apenas abra a porta do carro, deputada, eu quero que ele abra a porta
726 da fábrica, do seu escritório, a porta da sua indústria, eu quero que ele abra a porta dos partidos,
727 quero que ele abra a porta desse parlamento para que mais mulheres estejam aqui também, é
728 isso que eu quis dizer lá naquela época. Éh, a senhora também falou sobre a questão da mulher
729 indígena, a Funai, gostaria de voltar aqui para a gente falar sobre Funai, pra gente não perder
730 muito foco, mas entendo assim deputada: o que mudou não foi a Funai, foi o Ministério da
731 Justiça. Esse ministério foi todo reformulado para o combate ao crime organizado e a corrupção.
732 A Funai e a comissão de anistia não cabiam mais nesse atual ministério. Anistiado não é
733 bandido, não é corrupto (+) cabe no Ministério dos Direitos Humanos, eu acho que cabe, ele
734 vem sob o aspecto, deputada, de Ministério dos Direitos Humanos, caberia em qual outro
735 ministério? não consigo ver a Funai no Ministério da Agricultura, não consigo ver no Ministério
736 do meio ambiente do que está aí, na formatação que tá esse governo, o único lugar que a Funai
737 caberia e foi recebida com muita alegria, foi o ministério dos direitos humanos, da mesma forma
738 foi a comissão de anistia. Ficou difícil para essa ministra? Ficou, deputada, porque mesmo que
739 a senhora disse, olha, é realmente um mistério muito grande, é um ministério eclético e os
740 desafios são muito grandes, deputada, a minha equipe tem trabalhado muito e o meu papel como
741 ministra hoje, deixa eu deixar bem claro; é construir um grande mistério e eu estou me

742 empenhando. Se continuarei ministra, não sei, mas eu fui chamada como técnica para ajudar na
743 construção deste novo ministério estamos trabalhando muito pra entregar para o Brasil um
744 grande e extraordinário ministério. Éh, a questão de mortos e desaparecidos, deputada, sempre
745 estiveram na comissão, no ministério dos direitos humanos, tem a comissão de mortos e
746 desaparecidos e a comissão de anistia. O que estava na justiça era a comissão de anistia (+) éh
747 (+) com relação à nomeação da comissão de anistia, gostaria também de voltar pra falar sobre
748 isso, porque é tão vasto esse assunto comissão de anistia, eh, mas, eu vou lhe garantir uma coisa,
749 deputada, a última palavra é da ministra e vou lhe garantir uma coisa: não tenho nenhuma
750 motivação de cometer injustiça nenhuma (+) todos os julgados vão vir para minha mesa e quem
751 conhece a história dessa ministra sabe, uma ministra que trabalhou a vida inteira no acolhimento
752 do carente, do necessitado, do excluído. Eu não cometerei injustiça naquela comissão, deputada
753 e se eu cometer injustiça, deputada, é bom lembrar que não se encerra naquela na comissão,
754 existe poder judiciário, aquele que se sente injustiçado com o meu julgamento poderá buscar
755 no poder judiciário e por último deputada, se mulher deve ser submissa (+) éh, essa é uma fala
756 (+) que eu fiz dentro da minha igreja (+) dentro da doutrina cristã, sim, lá, nós entendemos que
757 dentro do casamento homem e mulher, o homem é o líder do casamento (+) então essa é uma
758 percepção lá, dentro da minha igreja, da minha fé, eu quero dizer que todas as mulheres vão ter
759 que ser submissas, baixar a cabeça para o patrão, para o agressor, para os homens que estão aí?
760 Não, mas dentro da minha concepção cristã, a mulher sim, no casamento, ela é submissa ao
761 homem e isso é uma questão de fé, e isso não me faz menos capaz de dirigir esse ministério,
762 isso não me faz menos, isso não me faz mais incompetente, é uma questão de fé lá dentro do
763 meu segmento. Bom, deputado Emanuel (+) o senhor falou da ridicularização que eu tenho
764 vivido (+) não foi fácil, deputado, não foi nada fácil, não tem sido fácil e assim, deputado, e os
765 autores e agentes dessa ridicularização vem de todos os segmentos, inclusive do Parlamento,
766 né (+) inclusive parlamentares que me conheceram no passado, que estava aqui nos corredores
767 comigo, éh, não se pouparam em ridicularizar, em agredir, mas a minha única preocupação é
768 enquanto estão ridicularizando a mulher, a Damares, a pastora, isso não estava me preocupando,
769 começaram a passar para o Brasil a ideia que esse ministério tinha uma ministra maluca, quando
770 isso começou a alcançar as atividades do ministério e eu fiz uma conversa com a imprensa, eu
771 chamei os grandes órgãos de empresa para falar comigo pelo seguinte: eu tenho um ministério,
772 gente, mais de 800 pessoas protegidas pelo programa de proteção à testemunha, já pensou esse
773 protegido por mim ouvir lá na base que a ministra é louca, maluca? A instabilidade que a
774 imprensa estava causando naquele protegido? eu tenho lá no nosso ministério o disque 100, tá
775 comigo, já pensou a pessoa que está no desespero, que quer ligar para o disque 100 ou pro ligue

776 180 falar: não, não vou ligar porque essa ministra é maluca. Então a irresponsabilidade da
777 imprensa em querer mostrar para o Brasil e aqui não vou dizer toda a imprensa, que esta ministra
778 é maluca pode com certeza ter colocado vidas em risco e foi um desafio para mim conversar
779 com amigos e dizer: pare, por favor! vidas poderão ser alcançadas com essa campanha
780 desenfreada de dizer que eu sou louca e vou dizer pra você, eu sou louca pelas crianças do meu
781 país, (+) eu sou louca pelos povos tradicionais da minha nação (++) que isso fique claro, mas
782 eu acho que essa fase já passou e esse parlamento está ajudando nisso. Eu poderei errar,
783 deputado, enquanto ministra por limitação, mas não motivada por corrupção, motivada por
784 raiva, não motivada por ódio, poderei errar por limitação e peço, que se tem uma comissão, se
785 tem uma comissão que pode me ajudar muito, deputadas, é essa comissão, essa comissão pode
786 ajudar muito. Sou eu a ministra! Pronto! É eu! Então assim, vamos esquecer? Vamos nos juntar
787 a esta ministra e vamos tentar fazer um grande trabalho? Enquanto a gente briga ou gasta tempo
788 por querer desclassificar a imagem da ministra, tem mulheres morrendo, tem criança sendo
789 abusada, aproveita que essa equipe toda aqui, a gente tá muito motivada fazer alguma
790 coisa, eu chamo essa comissão para me ajudar, eu acho que o quesito mulher agredida e criança
791 tem que nos unir (+) eu vou dizer uma coisa, deputados, o que nos une é maior do que nos
792 separa e o que nos une aqui é que mulheres nessa nação sejam salvas, que crianças dessa nação
793 sejam protegidas e eu quero muito contar com essa comissão. Não precisa nem de requerimento
794 para me chamar, liga, eu venho correndo, a equipe vem correndo, é isso, deputado. Com relação
795 à casa da mulher, deputado, (+) a questão do orçamento, deputada, tenho um PPA, a senhora
796 conhece o PPA do meu ministério (+) é de chorar, deputada, é de chorar, a secretaria do idoso,
797 deputada, tem orçado um milhão e agora teve contingenciamento de vinte por cento (+)
798 então, da mesma forma a Secretaria da Mulher, nós estamos criando projetos e programas, o
799 que o presidente não quer, o presidente quer que a gente cria políticas públicas permanentes
800 estruturantes, mas nós estamos trabalhando nesse momento em busca de parceria para poder
801 fazer um ministério caminhar. Nosso orçamento é pequeno, muito pequeno e aqui a gente vai
802 agora começar a escrever o nosso PPA e nós vamos conversar com cada parlamentar
803 individualmente (+) não dá pra fazer uma política pública de proteção à mulher com esse
804 orçamento que a gente tem, deputada, impossível, é querer fazer milagre. Então assim, quero
805 contar muito com o apoio do parlamento para gente poder melhorar o orçamento do ministério
806 e aí, deputado, eu já respondo parte da sua pergunta, a resposta é o seguinte: manter a casa da
807 mulher pelo ministério é impossível, o senhor sabe como que é o formato. O ministério entra
808 com a construção e o governo no caso de Mato Grosso do Sul, foi o prefeito, o prefeito abraçou
809 e o governo ou a prefeitura vai entrar com custeio e eu vou dizer uma coisa: é uma iniciativa

810 extraordinária, a gente tem que parabenizar o idealizador da casa da mulher, mas tem
811 governador que já disse pra mim: eu não quero a casa, já teve prefeito de capital que já disse:
812 eu não quero, eu não tenho condições de fazer o custeio . Então nós vamos ter que
813 encontrar uma alternativa aí, mas o ministério não tem como custear, agora a gente quer
814 continuar esse programa, talvez num formato menor, essa casa aqui é muito grande mas um
815 formato menor, a gente quer encontrar alternativa, inclusive, deputados, são quatro formatos de
816 casa, né? de dez milhões de reais, que o caso daqui de Brasília, até duzentos e cinquenta mil
817 reais, inclusive, deputado, uma proposta que a gente tem apresentado por alguns estados: uma
818 emenda de bancada para construção da casa junto com a gente e ali está prevendo o custeio. Por
819 último, eu acho que eu respondi todos vocês e eu fico à disposição dos demais.

820 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

821 Pedir por gentileza que as manifestações (+) cesse para que nós consigamos ao melhor
822 andamento a esta reunião, essa audiência. Passo então a palavra à deputada Soraya Manato, que
823 terá três minutos para fazer os seus questionamentos, deputada. Boa tarde a todos, boa tarde,
824 ministra, boa tarde à mesa (+) Bom, o mais importante aqui, eu vou dar uma lida só para eu ser
825 bem sucinta, o mais importante aqui no Congresso Nacional é lutar juntas para combatermos a
826 violência contra as mulher e acredito que qualquer medida que nos beneficie, seja em casa,
827 trabalho, no consultório médico, no ambiente escolar ou mesmo nas ruas será bem-vinda, pois
828 é alarmante os dados que estão sendo divulgados sobre a violência contra nós mulheres, se as
829 leis e políticas públicas ainda não são suficientes para impedir que vida de mulheres sejam
830 tiradas, temos que agir com ações mais corpo a corpo, precisamos envolver toda a população e
831 aí entram as pessoas que trabalham com a beleza (+) eu acho isso importante porque essas
832 pessoas são os maiores ouvintes do nosso país (+) isso daí já é clássico, agora (+) é importante
833 porque elas são como eu disse, os maiores ouvintes, então é importante eles serem orientados
834 para poder não só captar que qualquer coisa errada esteja acontecendo com a sua cliente porque
835 eles já sabem disso, mas é orientar essas pessoas para quê (+) essas mulheres vítimas de
836 violência, vítimas de maus tratos, vítimas de violência psicológica, cheguem as vias de fato. Eu
837 sou médica, a gente também houve muitos casos, né? e essa violência não ocorre só com negros,
838 índios e pobres, tem médicas, muitas médica que sofrem violência de todos os tipos, até
839 violência física e elas não falam, elas não denunciam, não porque elas são dependentes desses
840 homens, elas são independentes e muitas mulheres ricas, mas tem aquela dependência
841 emocional. Então, ministra, eu acho importante, não que esses profissionais da beleza vão fazer
842 terapia, mas a capacitação deles é para encorajar essas clientes a chegarem às vias de fato, você
843 tá me entendendo? Agora a pergunta que eu deixo para senhora ministra: porque eu acho que o

844 mais importante nas mulheres é autoestima e a autoestima você, você massageia desde o
845 bebezinho, desde a sua filha bebê, tanto seu filho, entendeu? Você tem que fazer com que eles
846 se sintam importantes e o grande problema da população hoje em dia ((interrupção da
847 presidenta)) é a autoestima. Então o mais importante nessas mulheres é o acompanhamento
848 psicológico, como esses profissionais são caros e de difícil acesso, a minha pergunta que deixo:
849 como entra o profissional, esse profissional no programa de vocês? Muito obrigada.

850 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

851 Passamos agora a palavra ao deputado Felipe Barros que também fará jus ao tempo de liderança.
852 Deputado, tem a palavra.

853 DEPUTADO FELIPE BARROS:

854 Obrigado, presidente, minha amiga deputada Luísa Canziani, para nós do Paraná é um orgulho
855 termos vossa excelência como presidente de uma comissão tão importante como essa, nossa
856 ministra Damares Alves, em seu nome cumprimento todos os integrantes da mesa, sua equipe,
857 colegas deputados, deputadas aqui presentes. Senhora presidente, antes de entrar no tema, da
858 audiência pública, gostaria de utilizar desse espaço para parabenizar uma mulher, estamos a
859 comissão das mulheres e quero utilizar esse período para parabenizar a senhora procuradora
860 geral da república, Raquel Dodge, que mandou arquivar aquele inquérito ilegal e
861 inconstitucional aberto pelo STF que viabilizava a censura a quem pensa ou a quem critica o
862 STF. Então a nossa procuradora geral da república mandou arquivar imediatamente esse
863 inquérito, quero deixar registrado os meus parabéns pela iniciativa da doutora Raquel Dodge,
864 quero também, aproveitando que estou, inclusive, estou usando o tempo de liderança, fazer a
865 defesa do nosso líder do PSL, delegado Waldir, que não estava armado na reunião da comissão
866 de Justiça, até porque ele é um delegado, portanto responsável com seus atos e que jamais
867 entraria no Parlamento armado, estava assim com o seu coldre, agora como é de conhecimento
868 de todos, um coldre não pode fazer nada contra ninguém, estava apenas com seu coldre. (++)
869 Senhora presidente (++) é importante a gente deixar aqui registrado que as mulheres são as
870 maiores vítimas do desarmamento. O estatuto do desarmamento, nosso vice-presidente,
871 deputado Emanuel, o estatuto do desarmamento não, ministra, não deu certo, eu sei que a vossa
872 excelência já disse que não vai falar sobre esse assunto e faz de maneira correta, porque não é
873 esse o tema dessa audiência pública dessa reunião, mas eu não posso esquecer e, éh (+) não
874 falar sobre esse assunto. O estatuto do desarmamento não deu certo. O número de armas em
875 circulação, armas legais em circulação no país diminuiu, mas os homicídios só aumentam. O
876 feminicídio, inclusive só aumenta no nosso país, mesmo estando em vigência o estatuto do
877 desarmamento (+) então não deu certo, nós temos que de fato rever essa política como o

878 Bolsonaro, nosso presidente democraticamente eleito, tem feito e cabe a esse pagamento, então
879 aprovar as mudanças propostas, inclusive o Mao Tsé-tung, o ditador, ele dizia que todo poder
880 político emana do cabo de uma arma, ou seja, (+) frase do Mao Tsé-tung, deputada Alice
881 Portugal, Mao Tsé-tung é este que muitos colegas da senhora certamente idolatram dentro deste
882 parlamento. Agora falando sobre o aborto, senhora presidente, é importante a gente lembrar que
883 recentes pesquisas, recentes estudos, recentes estatísticas apontam que a prática do aborto,
884 ministra Damares Alves, a prática do aborto acarreta no aumento de chances da mulher ter
885 câncer de mama, no aumento de chance da mulher desenvolver qualquer tipo de distúrbio
886 psiquiátrico, depressão síndrome do pânico ou seja, aquelas mulheres que defendem o aborto,
887 que defendem a legalização do aborto, não estão defendendo as mulheres, não estão (+)
888 Primeiro porque 50% das mulheres dos abortos terão como vítima uma mulher, uma menina,
889 em segundo lugar por conta as estatísticas que eu disse. Ou seja, aquelas mulheres que defendem
890 o aborto não estão defendendo as mulheres, é importante deixar isso pontuado em que pese a
891 ministra também a ter deixado registrado ((interrupção da presidente)) por gentileza, eu peço
892 mais uma vez a compreensão e eu irei restaurar seu tempo, deputado Felipe, para que não haja
893 mais manifestação por parte dos integrantes dessa reunião sob pena de serem retirados deste
894 plenário (++) ((retorno da fala do deputado)) Obrigado presidente. Éh ((inaudível)) deputada
895 Alice Portugal, a senhora tá me atrapalhando aqui com a sua fala constante aqui do meu lado,
896 obrigado, éh, eu sei que esse também não é o tema da audiência e também sei que a ministra
897 Damares Alves disse que não cabe ao ministério nenhuma ação legislativa sobre este tema, mas
898 é importante que esse assunto seja discutido aqui, na comissão das mulheres e eu não posso
899 deixar de falar sobre esse assunto. Éh, sobre o senhor Augustinho, ministra, eu quero
900 parabenizar vossa excelência, parabenizar a vossa excelência por ter feito essa articulação, ter
901 conseguido trazer o senhor Augustin para o Brasil, para que pudesse gravar esse programa, para
902 que pudesse colaborar com o ministério e colaborar, acima de tudo, com todas as mulheres
903 desse país. Ele que é uma referência nas mídias sociais, inúmera, milhares, milhões de mulheres
904 assistem os vídeos dele seja no YouTube, no Facebook, enfim, então quero parabenizar, você
905 excelência por ter conseguido trazer não só ele como outras mulheres, éh, eh, abraçar todas as
906 mulheres dentro do ministério para que essas mulheres possam desenvolver políticas públicas
907 juntas com essa equipe excelente que vossa excelência montou e que tem que trabalhar todos
908 os dias para diminuir esses números catastróficos da violência contra mulher no nosso país.
909 Sobre a educação sexual, é importante a gente deixar e pontuar aqui também, presidente
910 deputada Luísa Canziani, que no meu ponto de vista, a educação sexual dentro da sala de aula,
911 colegas deputadas e deputados, tem que ser tão somente a biologia, explicar para as crianças o

912 aparelho reprodutor, obviamente que respeitada a idade de cada criança, agora é inadmissível,
913 que sob o pretexto de ensinamos educação sexual para criança, a gente ensine as crianças
914 pornografia, como a gente tem visto em inúmeros casos nosso país, é inadmissível que, sob o
915 pretexto de ensinar uma criança a educação sexual, a gente ensine para as crianças a ideologia
916 de gênero, aliás, é muito contraditório vemos aqui, nessa comissão, comissão de defesa da
917 mulher, mulher, vemos algumas pessoas que estão aqui que também são favoráveis a ideologia
918 de gênero, que afirma que não existe homem nem mulher, então que contradição é essa? senhora
919 presidente Luiza Canziani? Porque algumas pessoas que defendem a ideologia de gênero, que
920 defende que não existe homem nem mulher estão aqui falando da necessidade das políticas
921 públicas para as mulheres ou seja, o que nós queremos de fato é a construção de políticas
922 públicas focada e voltada para as mulheres, educação sexual respeitado os critérios de idade da
923 criança na escola, sem pornografia, é isso sim que nós queremos, é isso que, inclusive, o
924 presidente Bolsonaro tem falado em inúmeras vezes e que convém lembrar, foi eleito
925 democraticamente. Agora também queria aproveitar, senhora presidente, os meus últimos
926 minutos (+) pra lembrarmos que estamos na comissão da mulher (+) e, sentada nessa mesa,
927 presidente Luiza Canziani, está a ministra Damares Alves (++) uso a dizer: foi a mulher mais
928 desrespeitada dos últimos anos do nosso país, foi respeitada em sua fé, foi respeitada a sua
929 história, foi desrespeitada por inúmeras pessoas que juram defender o direito das mulheres, foi
930 desrespeitada inúmeras vezes dentro desse parlamento, inúmeras vezes, inclusive na semana
931 passada, foi desrespeitada por órgãos da imprensa, por senadoras, por deputadas, então, senhora
932 presidente deputada Luísa Canziani, minha amiga, eu convoco essa comissão de defesa da
933 mulher a emitir uma nota de desagrado à Damares Alves pela perseguição que tem sido vítima,
934 pela intolerância que tem sofrido, intolerância religiosa e intolerância da sua história. Essa é a
935 comissão que tem que dar o exemplo e que regimentalmente é a comissão que defende as
936 mulheres do nosso país, então, senhora presidente, conclame, já faço esse requerimento para
937 que esta comissão faça uma nota de desagrado e que seja espalhada essa nota para todo o país
938 para que a ministra seja defendida na sua honra. Muito obrigado, senhora presidente, ministra
939 Damares Alves.

940 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

941 Por gentileza, senhores e senhoras, passamos agora para a palavra para a deputada Jaqueline,
942 que também fará jus ao tempo de liderança.

943 DEPUTADA JAQUELINE:

944 Boa tarde a presidente, deputada Luísa Canziani que, embora muito jovem ainda, tem um
945 conhecimento muito grande e eu fico muito feliz de hoje poder estar aqui sob a sua presidência

946 e eu gostaria que no meu tempo de liderança eu pudesse dividir com a minha amiga e também
947 parlamentar dos progressistas, Margarete Coelho, então se a senhora me permite, éh, o artigo
948 oitenta e nove parágrafo único do nosso regimento, ele tem a previsão legal ((interrupção da
949 presidente)) deputada, é só nós seguirmos estritamente o regimento e o artigo 89, justamente
950 em seu parágrafo único diz que é facultado aos líderes a sessão entre si do tempo total ou
951 parcial que lhes foram atribuídos da forma deste artigo, então entre líderes nós abriremos esta
952 possibilidade e como não há liderança nesse sentido, então nós seguiremos muito especialmente
953 às nossas deputadas o regimento para que a gente tenha um andamento melhor dos trabalhos.
954 Peço a compreensão muito especialmente das nossas deputadas. ((retorna a fala da deputada))
955 presidente, ela também é vice-líder e eu entendo que o tempo de dez minutos para mim ou para
956 ela vai continuar da mesma forma, porque eu vou usar cinco minutos e ela usaria cinco minutos,
957 então não vai para ((interrupção da presidente)) a deputada Margarete ela trabalha, então
958 também, então como vice-líder, então tá me desculpe e obrigada ((retorna a fala da deputada))
959 muito obrigado a presidente, quero que nessa oportunidade cumprimentar a nossa ministra
960 Damares e dizer do prazer que eu tenho hoje de poder estar aqui como deputada federal
961 representando o estado de Rondônia, representando as nossas mulheres e dizer de que eu fui tão
962 bem recebida ontem, em seu nome cumprimento todas as demais mulheres e também os homens
963 presente aqui na no plenário, de como foi recebida tão bem no seu ministério, do quanto eu me
964 senti acolhida e o quanto eu saí feliz, embora nós saibamos da escassez de recursos, a sua
965 vontade e a sua intenção tem sido maravilhosa e aqui eu quero inclusive, parabenizar a senhora,
966 primeiramente pela sua humildade em dar continuidade à projeto que estão dando certo, embora
967 de governos anteriores, a nossa prioridade tem que ser salvar o Brasil, salvar as mulheres, salvar
968 as crianças, independentemente de partido ou de governo, eu penso que isso está acima de tudo
969 e parabéns ministra pela sua humildade, parabéns também por esses projetos salve uma mulher
970 que Rondônia já aderiu, vou falar alguns aqui o "qualifica mulher" o "melhor idade", "idade
971 digital", "programa escolha a vida" de combate ao suicídio e tantos outros. Como lhe falei
972 ontem, em Rondônia, infelizmente nós temos dados alarmantes com relação à violência
973 doméstica, é um dos seis estados com maior índice de violência doméstica, um dos estados com
974 maior índice proporcional de feminicídio, 2018 nós tivemos 1.024 estupros e infelizmente nós
975 cobramos muito do ministério e da ministra, mas não podemos esquecer que a responsabilidade
976 pelas casas da mulher brasileira é dos governos, nós temos no nosso estado da delegacia da
977 mulher que não funciona nos feriados, nos finais de semana e muito menos na quarta à noite e
978 nós precisamos que sejam realmente os governos estaduais tenham essa sensibilidade e aqui
979 vossa excelência mencionou que mais de 50% das vítimas elas voltam para o agressor e eu

980 acredito que esse alto índice se deve a dependência financeira da vítima e com base nesses
981 dados é que peço a vossa excelência que surgiram ao presidente da república para que defina
982 como norma legal que as empresas terceirizadas que prestam serviços para o poder público
983 sejam obrigadas a destinar dez por cento das vagas para mulheres vítimas de violência
984 doméstica e familiar, pois precisamos, além de cuidar das nossas mulheres, criar políticas que
985 oportunizem trabalho e renda, a fim de que ela saia dessa situação de violência, inclusive hoje,
986 estou protocolando esse projeto também na câmara dos deputados e aqui eu gostaria de deixar
987 o registro que, infelizmente Rondônia, nós tivemos recente a morte de uma professora à
988 pauladas pelo seu companheiro e nesse sábado uma jovem, Luísa Canziani, de 17 anos na cidade
989 de Buritis, a miss "expobu", foi morta estrangulada, ministra com fio de secador de cabelo ou
990 de celular e depois teve o quarto incendiado por um outro jovem. Nós precisamos que
991 ((inaudível)), aliás do que ficar criticando, devemos nos apoiar e nos tratarmos como irmãs,
992 pois no fundo, nós mulheres somos verdadeiras heroínas, mães, esposas profissionais e amigas
993 e todos os dias mostramos o quanto somos fortes e não tenho dúvida, ministra, que juntas nós
994 vamos mais longe e vamos mudar esse cenário. Oportunidade eu passo para minha amiga
995 Margareth e peço escusas aí pelo tempo que extrapolei um pouquinho.

996 DEPUTADA MARGARETH:

997 Muito boa tarde a todas, boa tarde a todos também, gostaria de cumprimentar a presidente desta
998 comissão e desta seção, dessa audiência pública, minha querida amiga Luísa Canziani, a pessoa
999 por quem eu tenho um carinho enorme, cumprimentar também Rosinha Estrela, cumprimentar
1000 mais muito especialmente, também me dirigir a senhora ministra Damares, dizer que é um
1001 prazer estar aqui com a senhora, éh, gostaria de ir direto ao tempo, agradecendo a minha colega
1002 Jaqueline, colega de partido, de amiga, é da vida pela oportunidade de falar aqui também, éh,
1003 senhora ministra, eu venho do estado do Piauí, nós lá desenvolvemos algumas políticas públicas
1004 em termos de segurança da mulher que se tornaram referência para o Brasil e que eu gostaria,
1005 não de citar o Piauí como exemplo, porque de fato nós temos um número de feminicídio muito
1006 elevado, mas também digo isso para dizer que o Estado do Piauí é o único estado do Brasil que
1007 tem o protocolo investigativo de feminicídio e que faz pesquisas qualificadas de feminicídio, é
1008 o único estado do Brasil que pode dizer quantas mulheres são mortas por feminicídio por que é
1009 o único estado que tem e que qualifica essa estatística e digo isso para partir desse primeiro
1010 ponto, vossa excelência falou a respeito do encontro nacional de mulheres, pra sugerir à vossa
1011 excelência que, nesse encontro, que esse encontro, muito mais do que aquela conferência de
1012 quanto andamos e de quanto precisamos andar ainda, que essa conferência ela se dedique à
1013 qualificação dos profissionais de segurança pública, não nego a senhora que também me

1014 preocupa muito que um programa da importância do "Salve uma mulher" seja, tenha a
1015 inspiração em uma pessoa que não é uma mulher e que não tem qualificação técnica para o
1016 cargo, nós sabemos que a mulher, a mulher vítima de violência, ela é muito revitimizada pelo
1017 atendimento inadequado e passo já para o segundo ponto, a respeito da notificação compulsória,
1018 éh, acho correto que toda a sociedade, é dever de toda a sociedade se envolver, éh, profissionais
1019 da beleza, profissionais vendedoras de lojas, enfim, mas especialmente aqueles que estão nos
1020 órgãos de segurança pública e aqueles que estão nos órgãos de saúde. Nós temos uma lei, a
1021 10000 10778/2003, que obriga a notificação compulsória, chegou no sistema de saúde, vítima
1022 de violência sexual, vítima de violência doméstica, o sistema de segurança tem que ser
1023 notificado e uniformizado a esses protocolos. Isso não tem acontecido no Brasil, senhora
1024 ministra, e isso promove um total de discrepância entre os índices da segurança pública e os
1025 índices na saúde. A mulher vítima de violência, ela procura o sistema de saúde, mas ela não
1026 procura o sistema de segurança, aqui tá o nosso grande desafio: primeiro, para que esse
1027 profissional de saúde seja treinado e convencido, porque ele também tem medo, éh, de notificar,
1028 mas também o profissional de segurança pública, ele esteja treinando em como receber essa
1029 mulher, para que ela tenha confiança de vir e tenho medo que uma campanha que diga que você
1030 se queixa, que você se queixe, éh, que uma campanha que diga que você leve esse seu problema,
1031 essa sua violência, essa agressão que você sofreu a um profissional que não esteja nessa área
1032 que isso termine por desestimular a procura da mulher pela secretária, pelas delegacias da
1033 mulher, pela segurança, pelo sistema de segurança pública ou mesmo pelo sistema de saúde. É
1034 como se nós tivéssemos incentivando essa mulher a voltar para o gueto a se esconder, porque
1035 ela não está no nosso radar, nós não podemos atendê-la. O estado do Piauí, quando eu digo que
1036 criou um protocolo de feminicídio, criou também um protocolo de atendimento às mulheres.
1037 Nós sabemos da impossibilidade, da dificuldade, não da impossibilidade, mas a dificuldade que
1038 nós temos em termo delegacias das mulheres em todos os municípios, em todas os distritos, em
1039 todos os municípios, em todas as capitais, o estado do Piauí, em Teresina tem
1040 proporcionalmente maior número de delegacias da mulher, mas eu digo isso muito, que isso
1041 traz um também um problema, traz um back ((inaudível)) porque onde não há delegacia das
1042 mulheres, parece que elas não podem ser atendidas, que elas estão desprotegidas e a proposta
1043 que eu trago ao ministério de vossa excelência, é de que nós adotemos este protocolo, tanto o
1044 protocolo investigativo de feminicídio, quanto o protocolo de atendimento de mulheres no
1045 Sistema de Segurança Pública, porque isso fará com que cada delegacia seja uma delegacia da
1046 mulher, porque uma delegacia da mulher o que a diferencia das demais é a forma como a mulher
1047 é recebida, a forma como ela é atendida. Então acho que se nós treinássemos esses profissionais

1048 da Segurança Pública neste protocolo, nós poderíamos avançar bastante nessa questão da
1049 segurança, porque é muito difícil você manter uma delegacia da mulher aberta, eu fui vice-
1050 governadora e eu sei da dificuldade, que nós não temos, por exemplo, delegadas mulheres em
1051 número suficiente para todas as delegacias, nós não temos profissionais, éh, militares mulheres
1052 o suficiente para adotarmos todas essas delegacias, por um motivo simples, senhora ministra, é
1053 que há uma cota negativa de mulheres na Polícia Militar, nas polícias apenas vinte por cento de
1054 mulheres podem ser aprovadas nos concursos, então nós temos esse déficit. Eu acho também
1055 que não é preciso ser mulher para entender outra mulher, mas nós vivemos num momento de
1056 inclusão, então acho que aquela frase nossa: nada para nós sem nós, ela realmente, ela tem o
1057 seu sentido de ser, de empoderar a mulher nisso, e avanço pra dizer: éh, também que é
1058 importante que o ministério de vossa excelência se preocupe com a participação da mulher na
1059 política como forma de enfrentar a violência, como forma de enfrentar a violência, é que foram
1060 tantos os desafios que as mulheres tiveram que assumir durante a sua vida, para estudar, para
1061 trabalhar fora, para escolher profissão, para escolher marido, para escolher número de filhos,
1062 que as questões políticas ficaram para depois e hoje, o grande déficit que nós sofremos é nessa
1063 área, maior violência que a mulher sofre hoje é na área, éh, na área da política, porque não está
1064 nos carros, então valorizo muito a oportunidade como essa de ter uma ministra no cargo de
1065 ministra para que possa então, a gente possa pensar as políticas públicas. Queria dizer à senhora
1066 também da importância de nós termos observatórios de violência, um observatório de violência,
1067 éh, é um verdadeiro celeiro de pesquisas. No estado do Piauí, antes de criar a lei do feminicídio,
1068 nós criamos no observatório de feminicídio e foi lá, senhora ministra, que nós percebemos, éh,
1069 que grandes centros sensos foram desmascarados, dizer que todas as mulheres que foram
1070 vítimas de feminicídio, que aquela morte foi anunciada, no caso do Piauí não é verdade,
1071 nenhuma das cento e sete mulheres que foram mortas no Piauí no ano passado tinham passagem
1072 pela polícia, nenhuma delas tinha procurado da polícia, segunda questão, as mulheres que
1073 morrem, elas morrem nos finais de semana, à noite, e aí a importância de nós termos a delegacia
1074 vinte e horas funcionando, mas se não pudemos, vamos implantar nos plantões dos plantões,
1075 éh, nas centrais de flagrante, esses plantões de atendimento às mulheres, tudo isso passa por
1076 treinamento, tudo isso passa por criação de protocolos, nós não podemos ver uma mulher chegar
1077 numa delegacia vítima de estupro, a primeira pergunta que ela tem que responder, seja, você
1078 era virgem? (+) o seu desvirginamento é recente? Isso, éh, são coisas simples mas que tem uma
1079 repercussão enorme, então eu gostaria de sugerir à vossa excelência que este encontro, éh, de
1080 mulheres que, que o ministério pretende promover que ele se preocupe com o treinamento de
1081 profissionais porque a estrutura que nós não podemos dispensar e daí, já que nós não podemos

1082 ter a estrutura necessária, é estrutura intelectual de profissionais treinados daí, porque eu reitero
1083 também a minha preocupação de pessoas que não são especialistas, de pessoas que não
1084 conhecem, porque como você mesma anotou, a linguagem ela é muito importante, a linguagem,
1085 éh, ela vitimiza. No estado do Piauí, antes de criar a lei do feminicídio, nós criamos no
1086 observatório de feminicídio e foi lá, senhora ministra, que nós percebemos, éh, que grandes
1087 centros sensos foram desmascarados, dizer que todas as mulheres que foram vítimas de
1088 feminicídio, que aquela morte foi anunciada, no caso do Piauí não é verdade, nenhuma das 107
1089 mulheres que foram mortas no Piauí no ano passado tinham passagem pela polícia, nenhuma
1090 delas tinha procurado da polícia, segunda questão, as mulheres que morrem, elas morrem nos
1091 finais de semana, à noite, e aí a importância de nós termos a delegacia vinte e horas
1092 funcionando, mas se não pudemos, vamos implantar nos plantões dos plantões, éh, nas centrais
1093 de flagrante, esses plantões de atendimento às mulheres, tudo isso passa por treinamento, tudo
1094 isso passa por criação de protocolos, nós não podemos ver uma mulher chegar numa delegacia
1095 vítima de estupro, a primeira pergunta que ela tem que responder, seja, você era virgem? (+) o
1096 seu desvirginamento é recente? Isso, éh, são coisas simples, mas que tem uma repercussão
1097 enorme, então eu gostaria de sugerir à vossa excelência que este encontro, éh, de mulheres que,
1098 que o ministério pretende promover que ele se preocupe com o treinamento de profissionais
1099 porque a estrutura que nós não podemos dispensar e daí já que nós não podemos ter a estrutura
1100 necessária, é a estrutura intelectual de profissionais treinados daí porque o reitero também a
1101 minha preocupação de pessoas que não são especialistas, de pessoas que não conhece, porque
1102 como vossa excelência mesmo anotou: a linguagem ela é muito importante, a linguagem
1103 revitimiza e tem uma pessoa e a gente ouve o discurso do senhor (+) do senhor Augustinho,
1104 como falta a técnica, como falta o (+) vocabulário correto, não digo em termos de vocabulário
1105 português ou não, eu digo na linguagem de se atender uma vítima, né? nós temos grandes
1106 estudiosos nessa área. Então são as sugestões e convidar vossa excelência para ir até o Piauí,
1107 terei muito prazer de apresentar todas essas políticas à vossa excelência.

1108 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1109 A ministra agora tem a palavra (++)

1110 MINISTRA DAMARES ALVES:

1111 Vamos começar pelo Felipe. Felipe esse deputado lindo, posso chamar de lindo? ai que medo!
1112 gente me desculpa, eu não ia, foi espontâneo ((interrupção do deputado Felipe)) eu não vou ser
1113 intolerante com vossa excelência igual a outros deputados ((retorna a fala da ministra)) é que
1114 eu conheço o Felipe há muitos anos. Deputado, éh, eu fico muito feliz com tudo que o senhor
1115 diz com relação à questão do aborto. O tema não é esse, a gente vai ter que se depositar sobre

1116 esse assunto, não fujo da discussão com relação ao aborto porque eu quero um Brasil sem
1117 aborto, eu quero, mas o Brasil sem aborto que eu quero que vocês entendam é que nenhuma
1118 mulher precise usar o aborto nessa nação, que nenhuma mulher/ eu quero um Brasil sem
1119 estupro, porque se nós não tivermos estupro, nós não vamos ter mulher lá no serviço de saúde
1120 pedindo pra ser/ pra fazer o aborto, eu quero uma nação sem aborto, éh, me preocupo com (+)
1121 com o que está acontecendo nessa nação, éh, com relação a questão aborto, mas olha, já deixei
1122 muito claro, tenho minha posição muita clara com relação a questão do aborto, sou contra o
1123 aborto, todo mundo sabe, mas isso não vai nortear a política do nosso ministério, eu tenho tanta
1124 coisa pra fazer, eu tenho tanta coisa pra fazer naquele ministério que o tema aborto, eu não vou
1125 fazer essa discussão, a discussão é do parlamento e agora no judiciário, o que já está aí, a política
1126 pública com relação ao aborto, ela já está aí pelo ministério da saúde, deixa o ministro manter
1127 ela lá, deixa o ministro cuidar disso, eu vou cuidar de mulheres, lutar pra a gente salve mulheres,
1128 mulheres no ventre materno, mulheres sofridas, mulheres machucadas, esse é meu papel. Agora
1129 é deputado, o senhor falou do Augustinho aqui, eu já aproveito para responder a deputada
1130 Margarete. Gente, a escolha dele não é porque ele tem uns lindos olhos azuis, fala bem, foi todo
1131 um trabalho técnico, nós precisamos de um profissional da área da beleza que estivesse em, em
1132 ascensão, muito conhecido, esse menino tem quase 3 milhões de seguidores, então houve uma
1133 escolha a técnica por ser ele e ele está chamando os demais para esse debate e ele tem nos
1134 ajudado muito, deputada e deputado, de ligar para outros profissionais e desafiar os
1135 profissionais a entrarem nessa, nessa campanha. Não vai ficar só nele, nós temos outros vídeos
1136 que estarão, estarão sendo exibidos depois, tá? éh, voltando ainda ao Felipe, obrigada Felipe
1137 por, pelo que você falou, éh, obrigada pelas palavras de elogio e você é uma parlamentar que
1138 chegou chegando nessa casa eu desejo sucesso o seu mandato, ok? a deputada Jaqueline, é uma
1139 honra passar um tempo contigo. Deputadas, eu tenho passado um tempo muito agradável com
1140 as parlamentares desta legislatura e tenho percebido como esta legislatura está linda, em todos
1141 os aspectos e como está a eclética. Mulheres incríveis foram eleitas, gente vocês têm um grande,
1142 uma grande bancada, acho que é o maior número da história, né? nós temos parlamentares
1143 jovens, lindas, espetaculares, inteligentes, mulheres de todas as cores, mulheres de todas as
1144 raças, temos uma indígena parlamentar, nós precisamos aproveitar esse momento no
1145 parlamento, nós precisamos muito aproveitar e aí eu já vou respondendo a deputada que, que
1146 fala sobre projetos de lei de iniciativa interessante como essa das empresas terceirizadas,
1147 contratarem, mas eu queria fazer um desafio ao parlamento: além das empresas terceirizadas,
1148 será que nós não podemos reservar 10% dos nossos assessores também para mulheres vítimas
1149 de violência, do nosso quadro? eu sei que o quadro, o quadro parlamentar ele requer uma

1150 capacitação mais técnica, mas é como uma deputada disse, tem mulheres de todas as classes,
1151 de todas as formações sendo vítima de violência, a gente podia também trazer isso para o
1152 parlamento. Sonho também que o parlamento logo, logo, Rosinha, também os gabinetes
1153 tenham, estejam cumprindo a cota de pessoas com deficiência nos seus gabinetes, o sonho,
1154 quem sabe não é a legislatura que a gente vai começar a estar vendo isso aqui no congresso,
1155 mais pessoas com suas cadeiras de rodas, com as suas limitações trabalhando nos gabinetes dos
1156 parlamentares. Parabéns, parlamentares, pelo o que vocês estão fazendo, tão pouco, tão início
1157 de mandato de legislatura e a gente já vi atuação dessa bancada, parabéns. Éh, deputada
1158 Margarete, grande Piauí, eu conheço seu estado, vou muito ao seu estado, amo seu estado, tenho
1159 uns amigos extraordinários, mulheres extraordinárias eu conheci naquele estado, entre elas a
1160 Rubenita Lessa, que faz um trabalho extraordinário com as mulheres advogadas e tenho a honra
1161 de conhecer a sua primeira dama, como é incrível a sua primeira dama, né? que a deputada
1162 Rejane que a lei diz que a primeira-dama também é minha irmã de fé, amo demais sua primeira
1163 dama e sei os avanços do Piauí e nós vamos estar lá acompanhando, foi o que nós falamos aqui,
1164 o que tá dando certo precisa ser reproduzido, precisa ser compartilhado, eu sei que as
1165 experiências que vocês têm naquele estado tem dado muito certo na proteção da mulher e a
1166 senhora trouxe uma questão que nos é muito cara: a questão da unificação do cadastro, isso é
1167 um problema no Brasil, deputados, é um problema muito sério, inclusive esse termo de parceria
1168 que nós assinamos como Ministério da Justiça tem esse foco também, nós não sabemos quantas
1169 mulheres do Brasil estão na medida protetiva, nós não sabemos quem são os agressores e esses
1170 agressores mudam de estado, esse agressor sai lá da Paraíba onde ele agrediu uma mulher e vai
1171 lá para São Paulo e ele vai (++) como, sem nenhuma, sem nenhuma indicação de que este
1172 homem é um agressor lá, a questão da unificação do cadastro (++) é tão sério isso, deputada,
1173 eu falei isso na outra sessão e eu vou dizer agora: nós temos no Brasil Cadastro Nacional das
1174 crianças desaparecidas, esse cadastro eu sonhei em ter acesso a esse cadastro, sou militante em
1175 defesa da infância e quando iniciou o cadastro veio pro meu ministério e quando esse cadastro
1176 chegou, deputada, eu reuni a equipe para a gente abrir o cadastro, confesso pra senhora que eu
1177 me preparei, inclusive emocionalmente, por que no Brasil, deputados, desaparecem 41 mil
1178 crianças por ano, em torno de 8,9 mil nunca são encontradas, então assim, são, a cada 10 anos
1179 80 mil crianças não são encontradas, onde estão nossas crianças? então eu achei que quando eu
1180 fosse abrir o cadastro que tem mais de 10 anos eu ia encontrar ali 400.000 rostinhos e 80 mil
1181 que nunca foram encontrados, quando eu abri o cadastro, deputados, para minha tristeza, tinha
1182 69 crianças, o que mostra que nós não temos uma unificação de cadastro no Brasil, e agora,
1183 com o avanço tecnológico isso é muito possível, deputada, o ministério da justiça está

1184 caminhando nesse sentido, eu acho que a gente vai avançar nessa, nessa área e com apoio desse
1185 ministério e com a participação desse ministério. Quando a senhora fala da adoção de um
1186 protocolo, isso é extraordinário, nós temos que estar compartilhando a questão da adoção de
1187 protocolo e aqui eu queria fazer, se me permite, presidente, um outro desafio à comissão: nós
1188 participamos, inclusive a secretária estava, inclusive a deputada Flávia Arruda estava lá. O
1189 Distrito Federal, o governo local, conseguiu fazer de fato um mapa do feminicídio aqui, porque
1190 tem gente falando que não tem feminicídio, que mulheres não morrem por serem mulheres, a
1191 gente tem esse discurso hipócrita nessa nação. Então o que que nós precisamos: que o protocolo
1192 seja revisto. O governo daqui conseguiu chegar ao número exato de feminicídio, éh, diferenciar
1193 o homicídio, a mulher que morre por outras causas e a mulher que morre em razão de ser mulher.
1194 E eu acho que seria interessante, deputada, a gente trazer a Secretaria de Segurança Pública
1195 aqui do DF para mostrar como eles chegaram, de que forma, e a secretaria do Piauí. (++) Então,
1196 a gente quer fazer esse debate aqui para mostrar para o Parlamento que existe sim o feminicídio,
1197 para mostrar para o Brasil que existe e é possível a gente separar que é o homicídio, o acidente
1198 trânsito, a bala perdida do feminicídio, eu acho que esse debate podia ser feito na comissão, eu
1199 gostaria de participar, mas como ouvinte, estar ali sentada, porque eu acredito que nós vamos
1200 ter que mudar no Brasil o protocolo, a forma do registro e inclusive, deputada, treinar os
1201 delegados e delegadas no Brasil a fora. Agora, para que isso seja de fato computado, sem
1202 números, deputados e a importância disso, sem números não podemos justificar políticas
1203 públicas, nós precisamos chegar a esses números exatos e precisos. Deputada, uma iniciativa
1204 que tem no Brasil que a gente quer reforçar muito é a ronda Maria da Penha, nós temos estados
1205 que não aderiram ainda, nós temos muitos municípios que não tem e o que nós temos fez como
1206 ministra, eu estou ligando pros governadores, estou conversando com o secretário de segurança,
1207 a secretária tá indo aos estados, da gente fortalecer a ronda Maria da Penha, é um trabalho que
1208 tem dado certo. Eu vou dizer uma coisa: eu já ouvi homem dizer no carnaval, a gente chegou a
1209 ouvir homem dizer: eu tenho mais medo dessa viatura do que da outra, porque a Ronda Maria
1210 da Penha, ela tá funcionando e de uma forma extraordinária em alguns estados. A questão do
1211 observatório: nós acreditamos que ele precisa existir, nós estamos trabalhando a questão do
1212 observatório na Secretaria da Família e lá tem a aba violência contra mulher, esse observatório
1213 está sendo lançado em breve, mas a gente precisa ter números exatos, deputada, e vou dizer
1214 uma coisa: gente, presta atenção (+) quando a gente tiver os números exatos, eu acho que nós
1215 vamos ficar mais apavorados, quando nós tivermos de fato dados disso, do estupro coletivo que
1216 acontece em aldeias no Brasil, quando tivermos de fato o registro de que acontece com as
1217 mulheres indígenas, as mulheres ribeirinhas, as mulheres que estão muito longe dos nossos

1218 olhos, eu acho que nós vamos ficar mais apavorados e nós vamos ter que entender, que é hora
1219 de colocar um basta nessa nação: ou a gente avança ou a gente avança na proteção da mulher,
1220 não tem outra opção e por último: mulher na política e eu quero anunciar, eu só não sei essa
1221 campanha do primeiro semestre, no segundo semestre, o ministério tem um desafio muito
1222 grande que é mulher na política, nós estamos já falando com, já conversei com a deputada,
1223 presidente da Comissão, nós vamos fazer uma grande caravana gente, uma grande caravana no
1224 Brasil, é incentivando mulheres a serem políticas, a participar da política e hoje nós temos
1225 exemplos que a gente pode usar, exemplos muito concretos, por exemplo, nós temos jovens que
1226 foram eleitas deputadas aqui que no passado jamais conseguiriam ser eleita, nós temos mulheres
1227 sentadas aqui que foram eleitas nessa nesse legislatura que jamais poderiam ser no passado
1228 serem eleitas, a gente pode mostrar que dá certo, a gente pode desenvolver, nós temos uma
1229 ministra, que é uma mulher empoderada, quem poderia imaginar no passado que uma simples
1230 assessora do corretor estaria hoje falando aqui, conduzindo as políticas públicas para mulheres,
1231 dá certo, é possível qualquer uma de nós podemos chegar lá, isso é empoderamento da mulher
1232 e nós vamos estar trabalhando nessa grande caravana e o nosso desafio, gente, nós estamos
1233 conversando já com câmara de vereadores, o nosso desafio é: todas as câmaras de deputados
1234 no Brasil, um desafio ousado, mas a gente tá acreditando nele, todas as câmaras de vereadores
1235 terem pelo menos uma, pelo menos uma representante, temos muitas câmaras que não tem, são
1236 inúmeras cidades que não tem uma mulher no Legislativo, mas a gente não vai ficar só no
1237 legislativo não, nós vamos focar também em prefeitos, e vice-prefeito e aí essa, essa, essa ação
1238 o ministério quer fazer parceria com essa comissão, ok? Ele falou alguma coisa sobre esse tema?
1239 ((interrupção da presidente)) ministra, nós podemos passar ao próximo bloco e depois, se as
1240 nossas secretárias quiserem fazer alguma intervenção, elas poderão fazer, então passamos ao
1241 segundo bloco, deputada Tereza, estamos no segundo, o próximo a senhora, éh, terá o tempo
1242 só para esclarecer. Então passamos a palavra nesse momento à deputada Aline por 3 minutos
1243 (++)
1244 DEPUTADA ALINE:
1245 Só restabelece meu tempo, por gentileza, minha linda presidente Luiza, deputada Paranaense,
1246 grande amiga, prazer estar aqui novamente junto com a senhora para ouvir um pouco dos seus
1247 trabalhos dentro desse gigante ministério. Fiz aqui alguns apontamentos levando em
1248 consideração também o que o nosso amigo e deputado Felipe já posicionaram, mas acho
1249 importante reiterar e reforçar (++) a questão da arma de fogo, quero registrar: meu pai e avós,
1250 pessoas que eu tenho contato que fizeram parte da minha vida da minha infância, sempre
1251 tiveram armas até ser retirada as armas das pessoas de bem, nunca mataram ninguém, nunca

1252 cometeram nenhuma violência. O problema não é a arma, o problema é a mão de quem atira.
1253 Serviços públicos: parece que a gente ouve em todas as comissões que eu estou, ministra, aqui
1254 os problemas que aconteceram só nos últimos três meses, parece que o Brasil era perfeito, eu
1255 não sei se eu vivo num outro país ou se eu estou no país errado, mas me parece que de dezembro
1256 para trás, o país funcionava em todas as demandas, temos que dar tempo ao tempo, temos que
1257 acreditar neste governo e temos que apoiar esse governo, porque esse governo não é do
1258 Bolsonaro, esse governo do povo brasileiro e nós estamos aqui para agregar (+) ministra
1259 Damares, questão, éh, dos seus bons projetos e programas colocados aqui: quero dizer a
1260 senhora que eu me coloco inteiramente à disposição em relação a mulher na política como a
1261 única deputada do PSL eleita lá no Paraná e tenho certeza, a Luiza e as outras eleitas, poderemos
1262 ajudá-la muito na divulgação, nos trabalhos em relação à demanda de buscar novas mulheres
1263 que queiram participar da vida pública. É muito difícil, eu deixo meus filhos lá em Castro,
1264 cidade pequena no estado do Paraná, fico as vezes uma, duas, três semanas sem vê-los, mas
1265 porque eu acredito nesse país e nós temos que mostrar para as mulheres que elas podem agregar
1266 e fazer a diferença dentro desse cenário também, no cenário político (+) em relação à orientação
1267 sexual dentro das escolas: eu como professora quero dizer, entregar preservativo, ensinar sexo,
1268 ficar confundindo meninos e meninas, dizendo que uma hora pode ser menino outra hora pode
1269 ser menina, para mim isso não é educação. Educação para mim é ensinar português, matemática,
1270 educação física, história, geografia, civismo, patriotismo e construir um país melhor, com
1271 cidadãos melhores, estou com o ministério educação e estou conversando muito porque eu
1272 quero que a nossas escolas voltem a ser como eram (+) em relação ao aborto: como uma boa
1273 cristã, descartar vidas inocentes? para mim isso não é resultado de nenhuma política pública,
1274 precisamos sim resgatar valores que formam os conceitos e que produzem aí grandes frutos,
1275 por que abortar é matar (+) em questão à mulher submissa que a senhora foi questionada,
1276 ministra, quero acrescentar aqui: todos nós cristãos somos chamados para ser submissos uns
1277 aos outros, submissão significa respeitar autoridade e os desejos dos outros, submissão não
1278 significa obediência, por que na Bíblia, submissão é uma regra para todo Cristão, todos
1279 devemos nos submeter a autoridade suprema de Deus. Então, nesse sentido não estamos falando
1280 que tem que obedecer e tem que ser respeitada (+) então, ministra, para finalizar aqui, eu tinha
1281 muita coisa para falar para senhora, mas eu quero fazer uma pergunta enquanto a pequenez do
1282 primeiro mandato aqui em Brasília: o que eu posso fazer para ajudá-la? Porque eu vim para
1283 ajudar (+) e outra situação: eu espero, minha querida Presidente Luiza, que nós não fiquemos a
1284 todo momento a ministra Damares, ou qualquer outro ministro da comissão, simplesmente pra
1285 fazer interrogatório ((interrupção da presidente)) encerrando, deputada ((retorno da fala da

1286 deputada Aline)) Só encerra, porque a fala é muito grande e se eles ficarem a todo momento
1287 nas comissões eles vão deixar de fazer políticas públicas importantes pro nosso país. Parabéns,
1288 ministra Damares.

1289 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1290 Passamos agora a palavra à deputada (+) Tábata Amaral que utilizará o tempo de liderança,
1291 então a deputada tem a palavra por 8 minutos.

1292 DEPUTADA TÁBATA AMARAL: Boa tarde à todas e à todos, cumprimento à todos na
1293 presença da nossa presidente, deputada Luíza Canziani, da ministra Damares Alves e queria
1294 começar dizendo que a senhora tem uma história muito honrosa e traz projetos que visão a, o
1295 cuidado, a proteção da mulher, mas fica comigo uma preocupação e um questionamento de qual
1296 mulher brasileira que a gente tá falando, quais mulheres a gente tem mente quando gente
1297 desenha as políticas públicas. Será que a gente tá mesmo olhando pro o todo olhando para as
1298 exceções. E aí falando um pouco do porque eu tenho essa preocupação, quando eu penso na
1299 mulher mediana que representa o Brasil e são muitas, mas tem algumas que são mais
1300 representadas, a gente tá falando de uma mulher que ela é preta ou parda, que ela mora nas
1301 periferias dos grandes centros ou nas regiões mais afastadas, que ela não sabe ler nem escrever,
1302 ela é analfabeta funcional e que há grande chance de que ela ficou grávida na adolescência. Eu
1303 sei que muitas pessoas aqui tem histórias pessoais relacionadas a isso, minha mãe engravidou
1304 de mim no ensino médio, não foi acolhida pela família, pela escola ou por ninguém,
1305 basicamente e teve que se virar das mais diversas formas e eu acho que vale dizer também que
1306 essa mulher típica brasileira, essa mulher mediana, ela trabalha no mercado informal, ela tem
1307 duas três ocupações, ela recebe muito menos ainda que ela trabalhe mais, a estimativa que ela
1308 trabalha 3 horas a mais por semana e recebe um terço a menos do que os homens, ela sofre
1309 assédio diariamente no trabalho, ela tem muito medo no ponto de ônibus, ela tem medo no
1310 trabalho, ela tem medo também dentro de casa, o que é o pior de tudo, ela infelizmente não tem
1311 tempo para prover a educação de seus filhos com ensino domiciliar e pelo contrário, ela tá
1312 desesperada por uma creche porque a gente sabe que não há creche nas periferias e que isso
1313 impede que as mulheres tem uma liberdade ainda maior e eu acho que é muito importante que
1314 a gente tenha em mente, quando a gente desenha uma política nacional a gente tem que falar
1315 para essa mulher, principalmente, e não porque ela é mais especial ou qualquer outra coisa, mas
1316 porque ela que mais representa o Brasil, ela é a que mais sofre, a que fica mais tem nenhum
1317 acesso, sem nenhuma condição e eu queria saber, ministra, com muito respeito e querendo
1318 entender mesmo você tem mapeado tudo isso, se a senhora tem algum tipo de política planejada
1319 para gente prevenir acabar com gravidez na adolescência. O Brasil ainda faz um papel ridículo

1320 ainda comparado com países da América Latina, se a senhora vai lutar para que mulheres
1321 tenham os mesmos salários, quando exer100 a mesma função, por mais impopular que isso
1322 possa ser é o mais justo, se a senhora de fato está disposta a vir com a gente e lutar por mais
1323 mulheres na política. Eu fico muito feliz com a sua fala de que os homens deveriam abrir as
1324 portas dos partidos ou na prática a gente deveria abrir essas portas e acho que cada um sabe a
1325 história de luta, de barreiras, de preconceito que enfrentou para chegar aqui até o Congresso,
1326 mas eu queria também o seu comprometimento de forma mais pontual. A senhora tá
1327 comprometida com os 30% do fundo para as mulheres? a senhora tá comprometida a que a
1328 gente encontre cada vez maneiras mais efetivas de trazer mulheres para política? Tem muitos
1329 estudos que mostram que não é só corrupção que diminui, não é só a educação e a saúde que
1330 melhoram, são as meninas tendo dos sonhos mais próximos aos meninos, são as meninas
1331 poderão estudar mais, trabalhando menos em afazeres domésticos, quando há mais mulheres na
1332 política. A senhora acha que faz sentido a gente falar em cotas no parlamento, que eu sei que é
1333 uma bandeira de muitas das mulheres aqui, que a gente tem as costas não na lista partidária,
1334 mas nas cadeiras do Parlamento para essas mulheres e acho que foi uma fala muito infeliz do
1335 presidente Bolsonaro, mas ele falou que uma ministra varia por 10 (+) e eu acredito que
1336 representatividade importa muito, a gente precisa de mais mulheres em todos os espaços, não
1337 que pensem igualzinho a mim, pode pensar diferente, mas precisamos de mais mulheres e não
1338 acho que uma da conta, precisamos de 50% de mais que nem na população brasileira. E aí,
1339 ministra, para finalizar, eu respeito muito seu trabalho e de novo, respeito a trajetória de quem
1340 lutou para chegar até aqui porque eu sei a importância disso, mas eu queria demonstrar uma
1341 preocupação com a sua resposta quando questionada sobre a deputada Alê Silva e por que que
1342 eu falo sobre isso: respeito o seu trabalho, mas eu acho que é uma incoerência. Quando a
1343 senhora fala que vai trabalhar junto com a gente por mais mulheres na política, por mais
1344 liberdade, por mais espaço, por menos violência aqui na comissão da mulher depois de
1345 apresentar vários projetos belíssimos e que tem, talvez não alcancem todo mundo, mas tem seu
1346 mérito no combate à violência, para mim é muito preocupante ver a senhora se calando sobre
1347 essa ameaça de morte. Ameaças como essa matam e a gente já viu mulheres sendo mortas
1348 simplesmente porque mulheres na política. Então eu gostaria de pedir que a senhora defenda
1349 publicamente a deputada, que a senhora se posicione e que a senhora entenda que se a gente se
1350 cala a gente é responsável pelo crime que vem depois. Então acho que (+) de novo, trago com
1351 muito respeito especialmente pela sua trajetória, mas eu acho que é importante que a gente tenha
1352 compromissos um pouco mais, mais claros, numéricos, profundos porque a situação da mulher
1353 sempre foi muito difícil, mas ela tá piorando e acho que um dado que mostra isso é que o

1354 feminicídio, o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres só por serem mulheres (+) e é essa
1355 a diferença do feminicídio, elas morrem porque são mulheres, não é um homicídio comum. O
1356 número de feminicídios aumentou nos últimos anos, 20% entre 2016 e 2017. Então eu queria
1357 ouvir a senhora comprometimento no sentido de eu vou comprar essas brigas, por mais
1358 impopulares que sejam, e aí eu tenho certeza que a senhora pode contar com essa comissão,
1359 muito obrigada.

1360 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1361 Passamos agora a palavra ao deputado Vilson, o nosso membro da comissão. Nós temos vários
1362 homens, éh, que atuam muito fortemente aqui na comissão, viu, nossa ministra e o deputado
1363 Vilson é um deles, então tem a palavra, deputado.

1364 DEPUTADO VILSON:

1365 Senhora presidente, deputada Luísa Canziani, éh, na qual eu comprimento todos os deputados
1366 aqui desse plenário, dessa comissão (++) ministra Damares, secretária Tieron, secretária
1367 Rosinha, enfim, cada um e cada uma de nós. Confesso que quando eu coloquei meu nome para
1368 participar dessa comissão eu percebi que eu podia ser tão certo sorriso, porque que o homem,
1369 né, já nos colocar. Eu tenho dito por aí que homem que é homem respeita mulher, não violenta
1370 as mulheres e nós vivemos num país democrático, que lutamos por essa democracia, que não
1371 foi fácil, então o direito tem que ser eminentemente igual, tanto para homem quanto para
1372 mulher. Quando a gente vê uma notícia de violência contra a mulher, isso deixa a gente
1373 aborrecido e triste, então é por isso que nós estamos aí, é para ajudar a construir para esse país
1374 ser melhor, né? (+) Agora, ministra, eu teria várias perguntas, mas eu quero resumi-la porque
1375 tem outros demais inscritos. Eu, que sou agricultor familiar, camponês, meu primeiro mandato
1376 de deputado federal, homem da labuta na vida rural, difícil (+) e por tudo que está sendo falado
1377 aqui, lembrava muito da minha saudosa e querida mãe, que já se foi há muitos anos, né? vi
1378 aquela pessoa humilde, toda rasgada na roça, trabalhando diuturnamente, tendo dupla e tripla
1379 jornada de trabalho que na época não existia aposentadoria rural, não tinha benefício, não tinha
1380 nenhum benefício previdenciário, seque o salário maternidade. (++) Eu vejo na, prestei muita
1381 atenção na expansão da senhora sobre a violência, programas e, e a senhora coloca aí, falou da
1382 índia, éh, da cigana, da mulher urbana, mas nós temos também, eu não vejo nos meios de
1383 comunicação falar, falar nenhum comentário das trabalhadoras camponesas que são milhares
1384 ou milhões e existe e há muita violência. Eu gostaria (++) ministra, (++) duas questões: uma,
1385 éh, eu sei que a senhora vai, como faz parte do governo Bolsonaro, a senhora não acha que
1386 igualar a idade da trabalhadora rural aos 60 anos ao homem, 60 anos, isso também não uma
1387 violência? Por que a mulher do campo, ela não começa a trabalhar depois de 19, 20 anos ou

1388 mais, ela, a gente começa pelo menos, eu lembro das minhas irmãs na roça com 7, 8 anos de
1389 idade, já tinha a vida laboral, né? e a violência do sacrifício do tempo, do sol, da chuva, e é por
1390 isso que nós defendemos aqui, não aceitamos a mudança na regra da previdência e queremos
1391 que a trabalhadora rural continue aposentando aos 55 anos, né? Isso é uma questão, não
1392 aceitamos ((inaudível)) éh, a outra, senhora ministra, acontecerá, que eu acho muito importante
1393 o empenho da do seu ministério, já conversei com a nossa, a nossa presidenta, já foi aprovado
1394 requerimento aqui nessa comissão especial para uma audiência para nós recebemos aqui a
1395 comissão especial que coordenará a marcha das Margaridas aqui em Brasília, que são centenas
1396 de milhares de mulheres, mais de 80, 100 mil mulheres. Então eu quero deixar aqui, ministra,
1397 que o seu ministério se envolva, não fique de braços cruzados, porque as camponesas merecem
1398 um tratamento tão quanto especial como as demais mulheres que vivem no perímetro urbano,
1399 muito obrigado.

1400 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1401 Ministra, tem a palavra.

1402 MINISTRA DAMARES ALVES:

1403 Começamos pela deputada Aline, né? deputada, uma alegria te chamar de amiga também, uma
1404 parlamentar que eu conheci a pouco tempo e que eu posso chamar ela de amiga. Éh, o que você
1405 pode fazer, deputada? podemos fazer muito juntas, muito, né? o fato de estar me trazendo nessa
1406 comissão, éh, já é um grande passo, para estar aqui e sendo recebida de tal forma tão respeitosa
1407 pelos parlamentares e membros dessa comissão, éh, pode ajudar também deputada, muito,
1408 apontando se a gente cometer algum erro, algum equívoco. Nós vamos cometer erros, nós
1409 vamos cometer equívoco, acompanhe o nosso trabalho. Pode ajudar também trazendo
1410 excelentes sugestões, excelentes sugestões. Eu anunciei que eu tinha um sonho que todos os
1411 IMLs do Brasil, a gente estava conversando com os governadores Secretário de Segurança que
1412 todos os IMLs no Brasil tivesse uma sala para mulher e criança. Mostrei, inclusive, que há
1413 crianças que a denúncia de abuso encerra na delegacia por que a criança tem medo de entrar no
1414 IML, medo de defunto, de caveira, medo de ver alguém com sangue e a gente sabe que às vezes
1415 a criança entra junto com uma pessoa baleada no elevador e as crianças têm medo de entrar,
1416 então eu sonhava com uma sala lá e alguns governadores já estão fazendo isso, aí uma
1417 parlamentar, depois da reunião semana passada me chamou e disse não, ministra, não é esse
1418 nosso sonho, o sonho seria que lá, na hora que ela chegar no hospital lá, como ocorrência, já
1419 seja feita a perícia lá, porque que ela tem que sair do hospital e ir para delegacia, para delegacia
1420 depois ir pro IML? por que não pode ser feito tudo junto? e tem mulheres, ministra, que não
1421 conseguem fazer a perícia porque não tem dinheiro do ônibus para ir ao IML (++) então essa

1422 fala dessa deputada está fazendo a gente repensar muita coisa. Então vocês podem nos ajudar
1423 muito, deputada Aline, muito com as experiências dos seus estados, trazendo experiências
1424 fazendo indicação de política pública. Todas as indicações que vocês mandaram para o
1425 ministério serão lidas e serão e receberam atenção especial que merece. A deputada Tábata, que
1426 deputada linda, só o fato de você estar no Parlamento, deputada, não precisava nem abrir a boca,
1427 só o fato de você estar aqui. Já disse para jovens lá fora: elas também podem chegar aqui e
1428 quero te fazer o convite que eu fiz a deputada Sâmia, éh, de uma interação maior com a nossa
1429 Secretaria da Juventude. Nós estamos muito preocupados com a mulher jovem hoje no Brasil.
1430 Quando a senhora pergunta, a senhora, quantas vezes posso chamar de você? quando você
1431 perguntou, deputada, sobre se estamos olhando para todas, estamos. (+) A gente vem com esse
1432 desafio. O governo Bolsonaro vem com uma inovação que me agrada muito e que era um grande
1433 sonho meu quando estava aqui nos bastidores: a transversalidade dos temas. O tema mulher ser
1434 abordado de uma forma transversal, dentro do nosso ministério, mas também em todos os outros
1435 ministérios. Pra quê? pra alcançar todas, éh, e não fiz a escolha das minhas secretárias, éh,
1436 apenas para exibir para o Brasil, nós temos a primeira secretária de mulheres negra e uma
1437 secretária adjunta com deficiência, por quê? Por que lá na secretaria da pessoa com deficiência
1438 eles vão falar com mulheres com deficiência, lá na secretaria da infância nós vamos falar com
1439 as meninas, lá na secretaria da igualdade racial as mulheres, ciganas, as mulheres, éh,
1440 ribeirinhas, as mulheres as quebradeiras de coco, as catadoras de siri, povos tradicionais. Nós
1441 queremos trabalhar lá na secretaria do idoso a mulher idosa, da juventude a mulher jovem,
1442 trabalhar dessa forma transversal e nós estamos com olhar para todas sim, deputada, e quando
1443 eu falei de algumas que não foram vistas, são muitas que não foram vistas, programas excelentes
1444 no Brasil, deixa citar um programa que eu, sem nenhuma hipocrisia, éh, programas que deram
1445 certo no passado, a rede cegonha, os deputados mais antigos vão lembrar. Um programa
1446 extraordinário, como eu gostaria que esse programa tivesse se multiplicado, mas ele não chegou
1447 em alguns lugares, as índias não foram alcançadas pela rede cegonha, as ciganas não foram
1448 alcançadas porque elas não têm endereço fixo. Então assim, que todos os programas, todos os
1449 projetos, políticas públicas alcancem todos. Nós estamos com esse olhar sim, e a gente vem
1450 mostrando isso, é que a gente vai trabalhar com atenção a todas, inclusive as camponesas, já
1451 chego lá no deputado, nossa preocupação com a gravidez precoce. Ela existe, não dá para
1452 tampar sol com a peneira, é uma realidade e a menina quando está grávida, ela, é óbvio, a
1453 maioria sai da escola, não ingressam no mercado de trabalho, a nossa preocupação não é só com
1454 essa menina, é com o bebê gerado, uma mãe muito jovem, não maioria das vezes, filha de uma
1455 mãe muito jovem, esse bebê vem pra esse contexto. Nós estamos preocupadas sim. A primeira

1456 lei que o Presidente da República sancionou, deputada Tábata, foi a maior campanha de
1457 prevenção à gravidez precoce no Brasil e em 20 dias de sanção da lei nós fizemos parceria com
1458 o ministério da saúde, uma parceria *ad eternam* e nós estamos trabalhando esse tema. Mas
1459 agora, deputada, éh, algumas pessoas falaram da educação sexual, eu acredito na força da
1460 educação sexual nas escolas e em momento algum, tem gente que acha que eu sou contra e o
1461 presidente Bolsonaro também é, não, nós somos contra o que aconteceu em alguns momentos,
1462 o uso indevido de alguns materiais, deputada, a gente encontrou pessoas não preparadas falando
1463 de educação sexual para nossas crianças, éh, inclusive, deputada, a educação usada como meio
1464 de proteção da criança, éh, eu falei sobre isso, no início algumas deputadas falaram sobre
1465 educação sexual por estou tocando no assunto, éh, eu falei, todos sabem a história de minha
1466 vida, não tem como esconder isso, vem à tona em cada lugar que eu estou e digo pra vocês e
1467 disse na outra comissão: se eu tivesse recebido educação sexual, eu acredito que eu teria me
1468 defendido daquele abuso (+) eu não sabia o que era aquilo. De repente estava lá uma menina de
1469 seis anos que nunca tinha visto um órgão genital, que nunca tinha, não sabia nem de homens
1470 pelados, e eu estou lá sendo machucada e eu não entendia o que era aquilo, será se eu tivesse
1471 sendo orientada com seis anos: aqui é íntimo, ninguém toca, aqui é íntimo ninguém toca, grita
1472 se alguém tocar, eu teria gritado, eu não sabia o que fazer, então, inclusive a educação sexual
1473 pra proteger meninas do abuso e pra prevenção da gravidez. Esse governo não é contra, mas vai
1474 ser feito da maneira certa, com o material certo, obedecendo as especificidades da idade e
1475 melhor, deputada, o professor sendo preparado pra isso. Nós chegamos a ver no passado, éh,
1476 grupos, grupos indo pra escola, a escola chamando grupos pra falar sobre educação sexual com
1477 pessoas sem nenhum propósito e aí a senhora perguntou se eu tenho o compromisso com os
1478 30% da cota, de jeito nenhum, eu quero 50 (++) 30 é pouco, mulheres, é 50 e eu sei que eu
1479 estou incomodando muitos homens, éh, eu acho que o fundo partidário tinha que ser 50 pra nós
1480 e se eles forem generosos podem dar 60, 70, que nós vamos saber como uma campanha, a
1481 mulher sabe muito bem com economia e dinheiro na mão de mulher rende que é uma beleza/
1482 defendo sim, deputada/ defendo 30, 40, 50 e vou, vou brigar por isso e trabalhei muito aqui nos
1483 bastidores pra que isso fosse direito (+) também trabalhei nos bastidores buscando esse direito
1484 como assessora, assessorando bancadas inteiras (+) defendo também a cota no parlamento,
1485 defendo que essa bancada tem que multiplicar muito e eu estou apostando, deputada, que na
1486 próxima legislatura, com essa campanha que nós vamos fazer no Brasil, é possível que a gente
1487 dobre essa bancada, eu acredito e estou junto nessa luta, vou sim assumir algumas bandeiras e
1488 não acho essas bandeiras impopulares não, deputada, não acho, não acho essas bandeiras
1489 também bandeiras difíceis de serem hasteadas, dá pra gente fazer isso juntos sim e vou dizer

1490 mais: a sociedade recebe muito bem essas bandeiras. Com relação ao salário, a gente precisa
1491 entender que nós temos um Ministério Público do Trabalho forte, mas nós temos que estar
1492 provocando mais esse ministério, éh, lá no ligue 180, o nosso ouvidor tem uma orientação
1493 minha de denúncias de mulheres que ganham pouco/ não temos, né diretor? não temos/ porque
1494 eu queria tanto pegar uma denúncia dessas pra eu ir pra porta da fábrica, eu ir pra porta da
1495 empresa, eu, pessoalmente fazer essa luta, mas a gente não tem registro, éh, na nossa ouvidoria
1496 e, inclusive, nós estamos melhorando a ouvidoria pra que isso também seja lá um dos fatores
1497 de denúncia, ok? éh, deputado Wilson, a mulher rural, eu sei da atenção que nós temos que dar
1498 pra ela, as mulheres camponesas, mulheres, deputado, que a gente chega lá no interior, as pernas
1499 cheias de varizes (+) eu já vi mulheres lá plantando e levantando um pezinho para trás pra
1500 descansar um pouco, levantando o outro, tamanha varizes, mulheres que políticas públicas não
1501 estão chegando a elas, nesse governo elas serão vistas, serão acolhidas, esse é o compromisso
1502 dessa (+) ministra. A Marcha da Margarida, um dos eventos mais lindos de mulheres no Brasil
1503 (+) éh, inclusive, eu queria adiantar, deputado, que no nosso, nós estivemos agora na OEA e
1504 ainda hoje não foi reparado, não foi dada a indenização pra família de Margarida (+) e nós
1505 estivemos na OEA e pela primeira vez no governo brasileiro.

1506 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1507 ((fala entrecortada com a do deputado, som inaudível))Nesse momento eu pediria a
1508 compreensão porque temos vários inscritos, vários parlamentares que estão aguardando desde
1509 o início para se manifestarem, então pedir gentilmente, deputado, para que a gente consiga então
1510 seguir ao terceiro bloco e nesse terceiro bloco falará, primeiramente, a deputada Teresa Nelman,
1511 que também fará jus ao tempo de liderança, deputada, a senhora tem a palavra.

1512 DEPUTADA TERESA NELMAN:

1513 Senhora presidente desta comissão a qual eu faço parte, deputada Luiza Canziani, senhora
1514 ministra Damares, senhora Tieron (++) secretária nacional da mulher e Rosinha, que é minha
1515 conterrânea lá das Alagoas, uma grande lutadora pela pessoa com deficiência e também na luta
1516 em defesa da mulher, hoje, secretária adjunta. Senhora ministra, eu tenho ouvido atentamente
1517 as falas, ah, que a senhora tem realizado nos eventos, hoje especialmente, eu coloquei na minha
1518 rede social falando da sua vinda hoje aqui e alguns colocaram algumas perguntas, perguntas
1519 pertinentes, principalmente a campanha salve uma mulher, que se propõe a ajudar a identificar
1520 mulheres que sofrem de agressões físicas, violência, ou seja, atua nas consequências da
1521 violência, no pós agressão. O que o governo propõe para prevenir essa violência? como atuar
1522 antes para enfrentar o comportamento machista e violento contra a mulher? e outra pergunta
1523 também: existe algum projeto que vise garantir a independência financeira dessas mulheres?

1524 considerando que os números de violência contra a mulher demonstram ligação clara com o
1525 machismo, que ainda prospera no país, preocupa-me qualquer movimento que reforce
1526 estereótipos machistas que podem, de alguma forma, reforçar também comportamentos
1527 violentos contra a mulher. Para isso, eu tenho observado o movimento do governo no sentido
1528 de resgatar valores que são caros à família, assim sendo, qual o papel e o lugar da mulher neste
1529 resgate dos valores que são tão caro para a família? Estas são as perguntas, mas eu estava aqui
1530 procura, torcendo, que o deputado Felipe não saísse, mas ele saiu, mas eu vou deixar aqui, que
1531 ele tocou num assunto que não é pauta da nossa, éh, do nosso momento aqui (+) fazendo uma
1532 relação direta do estatuto do desarmamento com a violência. Eu não concordo com essa tese,
1533 tá? (+) o estatuto do desarmamento, ele tem ajudado muito o país, eu tenho trabalhado muito
1534 nas escolas públicas com campanhas contra as armas. Quem tem a nossa vivência sabe o quanto
1535 mal faz uma arma, não é só fazer mal a quem leva a arma, mas nesse momento que a gente vive,
1536 onde tem muita violência e sua fala traz muito uma ação negativa, então eu não concordo, ele
1537 vai saber, claro, que essa afirmativa dele não tem nada pra mim, né, e pelos estudos que eu
1538 tenho feito e que tenho vivenciado, que estatuto do desarmamento não está ligado ao
1539 crescimento da violência, o que cresce a violência é a falta de emprego, o que cresce a violência
1540 é a desestruturação, escola sem qualidade onde as crianças e jovens não tem pra onde ir, mas
1541 dizer que as crianças e jovens, que o estatuto vem pra aumentar a violência, eu não aceito essa
1542 tese, tá? e quero que ele saiba, que pena que ele saiu daqui e como ele tratou de assuntos que
1543 não eram pauta desse momento. E senhora ministra, quando a senhora fala e eu também defendo
1544 muito a rede de proteção à mulher, essa é uma luta muito grande, eu venho lá da ponta dos
1545 Alagoas, que a Rosinha conhece tão bem, é uma desestruturação muito grande, senhora
1546 ministra, como nós vamos trabalhar, fortalecer, se não há recursos novos para essas
1547 implementações? Porque as parcerias cansam, porque se a gente vai ao juizado da mulher, lá é
1548 um juiz pra atender ao estado todo e não tem a estrutura para dar atenção à essa mulher que foi,
1549 que sofreu violência. Se você vai observar, aí precisa do oficial de justiça, só tem um oficial pra
1550 levar mais de 3 mil, éh, informações, comunicações para a vítima ou para seu agressor. Eu
1551 defendo muito a escola do, que venha a trabalhar o agressor, eu defendo muito que nós
1552 tenhamos um trabalho mais efetivo, mas eu faço um apelo, senhora ministra, da questão do
1553 orçamento: o orçamento do ministério (+) da família, de direitos humanos, da mulher, ele
1554 precisa de recursos, não só as nossas emendas vão resolver, eu torço e quero ajudar, quero
1555 contribuir nessa construção, senhora ministra. Tenho sentido que a senhora tem se colocado de
1556 corpo e alma nessa grande luta, tá? mas nós precisamos fazer um apelo muito grande, uma força
1557 muito grande da senhora perante ao governo em questão de orçamento perante oa governo,

1558 porque sem orçamento, os nosso estados, os nossos municípios hoje já não tem recursos, já não
1559 cria os nossos instrumentos de defesa da mulher, casas de apoio, abrigo, éh, todos esses
1560 equipamentos tão necessários para fortalecimento da rede, porque não há recursos, a senhora
1561 sabe da grande da crise financeira que nós vivemos, então eu faço esse grande apelo, tá? eu
1562 como deputada nessa casa vou sempre defender a questão de recursos para o ministério o qual
1563 a senhora está a frente, porque sem recursos financeiros, por mais projetos que a senhora tenha,
1564 por mais dedicação que a senhora tenha, é uma pasta imensa, são oito secretarias, são oito
1565 políticas que nós precisamos melhorar. É a criança, é a mulher, é o indígena, enfim, todos
1566 aqueles que mais precisam, então ministra, com o recurso que a senhora tem é difícil, mesmo
1567 contando com as parcerias que nós pudemos ajudar, agora precisa sim, pra se tratar da questão
1568 da mulher, da rede, do seu fortalecimento, nós precisamos de recursos, recursos financeiros que
1569 venham contemplar toda essa expansão desses projetos, porque os municípios, eles não tem
1570 como prioridade, né? hoje, a prioridade dos estados e municípios é pagar folha de pagamento,
1571 não tem outra, política nova não existe ou só repassam aos políticos os recursos que vão daqui
1572 pra lá. Então, senhora ministra, éh, esse apelo que eu faço à senhora, essas perguntas que eu fiz,
1573 dizer que nós precisamos sim estar mais juntas, nós precisamos fazer uma política pública de
1574 defesa dessa mulher, quer seja mulher daqui ou de acolá, mas que ela seja uma mulher vista e
1575 que essa políticas todas cheguem na ponta, porque tem milhares, inúmeras, mulheres e crianças
1576 que não tem nenhum benefício de nenhuma política pública. Muito obrigada.

1577 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1578 Passamos a palavra agora, a palavra à deputada Áurea Carolina, que terá 3 minutos para suas
1579 explanações. Deputada.

1580 DEPUTADA ÁUREA CAROLINA:

1581 Ah, que bom, veio mais rápido do que o que eu esperava. Muito boa tarde, presidenta Luiza,
1582 ministra Damares, secretária Tieron, secretária adjunta Rosinha, a todas as participantes, os
1583 colegas parlamentares, éh, são várias questões aqui. Quero me ater primeiramente ao debate
1584 sobre a educação e responsabilização dos agressores que é prevista na lei Maria da Pena e nós
1585 concordamos inteiramente, ministra Damares, que é preciso promover políticas neste sentido,
1586 mas como avançar se o debate nas escolas ficar circunscrito ao respeito entre meninas e meninos
1587 sem aprofundar nas questões de gênero e sexualidade, porque não é superficial a mudança de
1588 comportamento, nós sabemos que as masculinidades tóxicas, um padrão de ser homem violento,
1589 um homem que tem que bancar à força as suas posições e isso tem a ver com uma construção
1590 social de gênero. Então como que a gente trata de uma educação sexual e uma educação para
1591 relações de gênero que seja de fato emancipatória, para que as meninas e os meninos possam

1592 se respeitar e ter maneiras mais saudáveis de assumir ideias de masculinidade de feminilidade
1593 que sejam de submissão e de violência (+) um outro ponto em relação à própria noção de
1594 submissão e nós não vamos entrar aqui no tema da liberdade religiosa, que é consagrada para
1595 todas as pessoas em um estado laico, mas nós temos no Brasil, ministra, cerca de 30 milhões,
1596 mas de 30 milhões de lares liderados e esse dado cresce a cada ano, é um dado do PNAD, do
1597 IBGE, que acaba de ser desacreditado pelo presidente Bolsonaro em uma pesquisa sobre o
1598 desemprego. Nós sabemos que é uma realidade: a maioria dos lares que são chefiados
1599 crescentemente por mulheres podem ter também de diferenças religiosas, mulheres evangélicas,
1600 inclusive, muitas delas foram abandonadas pelos homens em algum momento da sua vida.
1601 Como dizer então, como sustentar a ideia de uma submissão sendo que na prática essas
1602 mulheres não contam com o amparo desses homens que precisam ser educados,
1603 responsabilizados numa cultura não violenta, uma cultura em que o machismo não seja
1604 celebrado, que não haja apologia à cultura do estupro (+) um outro ponto que eu gostaria de
1605 ouvir da senhora é o compromisso em relação às mulheres trans, às mulheres lésbicas, às
1606 mulheres bissexuais, já que esse ministério é para todas e nenhuma mulher pode ficar pra trás
1607 e por fim, nós recebemos aqui o portfólio de emendas para as políticas para as mulheres, muito
1608 importante que nós todos tenhamos conhecimento e eu quero afirmar, ministra, eu estou
1609 inteiramente de acordo que a estruturação das políticas para as mulheres deve ser um
1610 compromisso suprapartidário, pra além de qualquer governo, isso é uma conquista nação
1611 brasileira, do estado brasileiro e a continuidade da Casa da Mulher Brasileira nos alegra, com a
1612 metodologia de integração dos vários serviços de acolhimento especializado das mulheres em
1613 situação de violência. Nós temos que lutar aqui no parlamento para ter mais recursos para a
1614 Casa da Mulher Brasileira, pra que o custeio nos municípios, nas capitais aconteça, mas nós
1615 precisamos que esse governo Bolsonaro, que diz que a senhora vale por 10, faça esse ministério
1616 valer 10 vezes mais em recurso também, nós queremos 10 vezes mais recursos para
1617 implementação de casas da mulher brasileira em todos os estados, nós queremos autonomia
1618 econômica e financeira também para as mulheres. A senhora não comentou sobre essa linha
1619 que já é histórica nas políticas para as mulheres, eu gostaria de ouvi-la em relação à esse tema
1620 e enfim, nós estamos para cooperar, embora tenhamos posições distintas e eu, como uma
1621 parlamentar da oposição, estou aqui me solidarizando para que a estruturação das políticas para
1622 as mulheres seja fortalecida no nosso país e nesse aspecto vamos dar as mãos porque temos
1623 muito mais o que avançar, muito obrigada.

1624 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1625 Passamos a palavra agora, a palavra à deputada Flor de Lis, deputada Flor de Lis que não se
1626 encontra e que teria o tempo de liderança, então, nesse sentido, passamos a palavra à deputada
1627 Érika Kokai que terá 3 minutos, deputada:

1628 DEPUTADA ÉRIKA KOKAI:

1629 Presidenta, eu queria saudar a mesa, saudar a deputada Tieron que foi minha colega aqui no
1630 parlamento, deputada Rosinha, deputada Defau, uma grande defensora das pessoas com
1631 deficiência, saudar a ministra, saudar a esta discussão. Eu venho aqui (+) e falo de um dado que
1632 é um dado da diminuição vertiginosa do orçamento para as mulheres, das políticas para as
1633 mulheres, da promoção da igualdade e do enfrentamento à violência, ele saís de 116 milhões,
1634 por volta disso em 2016 para por volta de sete, então penso que nós devemos ter aqui, deputada
1635 Rosinha, uma deliberação, uma emenda para a lei de diretrizes orçamentárias para impedir o
1636 contingenciamento dos recursos para enfrentar a violência contra a mulher que é uma
1637 despersonalização e que não fica apenas dentro dos lares porque isso se espalha pra sociedade,
1638 essa não é uma discussão menor, nós estamos em um país que é um país que não fez o luto do
1639 colonialismo, quando os donos da terra também se sentiam donos das mulheres, nós somos uma
1640 sociedade sexista, machista, nós tivemos, tivemos um assessor da liderança do partido dos
1641 trabalhadores que foi imediatamente exonerado, imediatamente desfilado ao PP porque
1642 cometeu um ato, que é um ato de violência contra as mulheres e nós vamos ver que isso está
1643 impregnado, muitas vezes internalizados pelas próprias mulheres, nessa estrutura que Foucault
1644 chama de microfísica do poder. Mas digo que é importante que nós possamos trabalhar em três
1645 aspectos: na questão da intersetorialidade, todas as políticas pública para valorizar as mulheres,
1646 é preciso, ministra, que nós pudéssemos ter um instrumento de estarmos fazendo o orçamento
1647 mulher, porque o orçamento mulher, como é que ele se expressa na educação, como é que se
1648 expressa na saúde, pra que nós pudéssemos assegurar que todas as políticas públicas pudessem
1649 considerar um discussão que não é uma discussão menor, é uma discussão estruturante, a
1650 discussão da igualdade de direitos entre homens e mulheres, igualdade de direitos para que as
1651 mulheres possam, pelo conjunto de políticas públicas com recorte de gênero, mas que possam
1652 ser lideradas, nós não queremos ser salvas, nós queremos traçar os nossos próprios destinos,
1653 nós não queremos a repetição dos contos fadas que as mulheres esperavam o príncipe pra
1654 poderem ser salvas da sua angústia ou do seu sofrimento. Nós queremos construir, no conjunto
1655 da sociedade, a relevância e a centralidade da agenda de direitos das mulheres para todos os
1656 poderes, poder legislativo, poder executivo, ministério público, poder judiciário, para que nós
1657 possamos empoderar e fortalecer os equipamentos públicos, ampliar a rede, ministra, acho que
1658 é muito importante, incorporar as pessoas que lidam com o público feminino é importante, mas

1659 isso não pode vir substituindo o empoderamento e o fortalecimento dos equipamentos públicos
1660 e das políticas pública, dos CREAS, das estruturas de atenção e de atendimento às mulheres
1661 vítimas de violência, dos espaços de fala, dos espaços de fala, porque muitas vezes as mulheres
1662 não tem espaços de fala e conluo, e conluo esta minha primeira intervenção apenas pontuando
1663 (+) pontuando quando, o que me parece que é absolutamente fundamental: nós temos, éh, na
1664 rua, ninguém sabe quem nós somos, na rua nós somos seres anônimos, nós não temos nome,
1665 em casa que a gente é a gente, é pra casa que a gente quer voltar todos os dias, quer que nossas
1666 meninas voltem todos os dias, nossos meninos voltem todos os dias, aliás, deputada Rosinha,
1667 nós temos aqui o percentual de 85% da mulheres que tem medo, medo de sofrerem violência
1668 sexual e se são mães de mulheres, tem o medo redobrado e agudizado. Portanto, quando as
1669 mulheres, quando milhões de mulheres tem medo de voltar pra casa, tem medo de voltar pra
1670 casa, está se tirando dela o espaço onde ela é ela mesma, onde ela tem história, onde estão as
1671 pessoas que são mais caras na suas relações, por isso a violência doméstica ela tem que ser
1672 apagada e enfrentada cotidianamente, pra isso, é fundamental que essa discussão adentre as
1673 escolas, pra que nós possamos desconstruir uma masculinidade tóxica, pra que nós possamos
1674 dizer que as masculinidades, que as condições femininas, elas devem se interagir no exercício
1675 de uma humanidade que pressupõe a condição de sujeito, mas se as mulheres são vítimas de
1676 violência sexual, porque aqui nós temos/ se estima por volta de 500 mil estupros/ e por que se
1677 estima? porque há dados que indicam que apenas 10% dos estupros são notificados e e vejam
1678 como é uma cadeia de dominação tão intensa que muitas vezes as mulheres se sentem culpadas
1679 porque são vítimas de violência, são culpadas ou são culpabilizadas pela sociedade, porque essa
1680 sociedade que interferir na forma como elas se vestem ou na forma ou nos lugares que ela tem
1681 que está e vivenciar esta humanidade que pressupõe liberdade e condição de sujeito. Tem um
1682 país que na década de 90, nós, as mulheres não podiam praticar o esporte que quisessem praticar
1683 ou em um país em que as mulheres tinham o estatuto da mulher casada, onde elas perdiam parte
1684 do seu exercício da condição civil, da condição cidadã, é muito e é fundamental que nós
1685 possamos considerar esta realidade e que possamos dar centralidade à discussão de
1686 enfrentamento às diversas formas de violência. Eu falo diversas formas de violência porque a
1687 lei Maria da Penha, dentre outras condições, é um instrumento, é um instrumento de
1688 enfrentamento às violências, mas a lei Maria da Penha, quando ela tipifica, deputada Rosinha,
1689 que nós temos algumas violência que não deixam marca na pele, ela mostra o nível de violência
1690 que o silenciamento provoca, o nível de violência que a subalternização provoca, então o nível
1691 de violência que foi tão naturalizado, que muitas vezes é incorporado e é reproduzido e é
1692 reproduzido como se fosse normal e natural e ali você vai retirando pedaços da cidadania e da

1693 condição humana das próprias mulheres, porque a violência doméstica, dentre outras formas de
1694 violência, ela vai arrancando a mulher de dentro dela mesma nós estamos falando de um país
1695 que é o quinto lugar e feminicídio no mundo, em um país que tem discriminações que a gente
1696 consegue medir, uma delas está nessa proposta de reforma da previdência, que eu acho que a
1697 gente deveria fazer um movimento unitário, suprapartidário para impedir que nós tivéssemos a
1698 retirada dos direitos ou das ações que reconhece 100 a desigualdade entre as mulheres e os homens
1699 e busca superá-las. Nós temo, por exemplo, na Bolívia, que reviu o regime de privatização da
1700 previdência e que a mulher, por cada filho que ela tem, no limite de três filhos, ela tem uma
1701 redução do tempo necessário pra que ela venha a se aposentar, assim como os mineiros, a cada,
1702 a cada um ano trabalhado, tem uma redução de dois anos, porque é preciso fazer os recortes e
1703 particularmente, um recorte da discriminação de gênero, que ele se espalhando pra sociedade,
1704 ele te desumaniza. O que acontece é si, em grande medida, com as mulheres desse país, é dessa
1705 herança históricas, nesses espaços de um colonialismo que não conseguimos fazer o luto
1706 completo dele, o que acontece é um processo de desumanização. Se você não pode ser dona do
1707 seu corpo, da sua fala, se você é silenciada, se os espaços de poder eles são espaços reservados
1708 aos homens e ali não cabe às mulheres, é não ocupar esses espaços, para ocupar um espaço
1709 essencialmente doméstico que deve ser repartido com os homens, inclusive, porque nós, como
1710 seres humanos, temos que ter o direito de viver como seres humanos, com liberdade, com
1711 condição de sujeito, e sendo detentoras das nossa próprias vidas. Eu diria, deputada Rosinha,
1712 que cabe a esta comissão fazer uma discussão e que tenho certeza que será suprapartidária, de
1713 assegurar recursos para que nós possamos, inclusive, ressignificar a vida das mulheres vítimas
1714 de violência, porque a pessoa que você escolhe pra viver com você e ela é autora ou agente da
1715 violência contra você, isso é destruidor de autoestima, tem discriminações que a gente mede,
1716 tem discriminações que as mulheres só sentem. Dentre elas, a ditadura da perfeição, se sentindo
1717 que a mulher seja perfeita em todos os aspectos da sua vida e a ausência de espaços de fala, por
1718 isso penso que a política de saúde, de atenção básica à saúde, a estratégia básica de assistência
1719 à família, tem que ter espaços de escuta do sofrimento da mulher, espaços de escuta pra que
1720 possam se escutar um sofrimento e muitas vezes a mulher não tem pra quem falar, não apenas
1721 nas violências que nós já conseguimos identificá-las enquanto tal, mas também nas violências
1722 que foram naturalizadas, que subalternizam a mulher e que desumanizam. Portanto, são os
1723 desafios que estão postos nesse momento e penso que nós temos que fazer uma grande aliança
1724 com todas as mulheres desta casa pra que nós possamos assegurar recursos, assegurar
1725 visibilidade à luta das mulheres e dizer/ e eu concluo com isso, deputada/ que isso não é cereja
1726 de bolo ou chantili de café, isso é estruturante, numa sociedade que assassina mais de 500 mil

1727 pessoas é uma sociedade que desumaniza simbolicamente pra desumanizar literalmente. Então,
1728 portanto, romper a desumanização simbólica que atinge as mulheres vai assegurar uma
1729 sociedade mergulhada numa cultura de paz. Obrigada pela generosidade.

1730 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1731 Deputada, só pra esclarecer, a deputada Érika Kokai, contou também com o tempo de liderança
1732 na medida em que fez um requerimento assinado pelo seu líder, então como líder de seu partido.
1733 Passo então agora a palavra à nossa ministra Damares.

1734 DAMARES ALVES:

1735 Deputada, vamos começar pela deputada Teresa Nelman. Éh, mais uma parlamentar que tá
1736 chegando na casa e que eu já tive a alegria de estar junto, viajamos juntas e quero aproveitar e
1737 pedir que leve um abraço pra sua filha, Teca, ela foi parte da nossa comitiva. Não sei como ela
1738 suportou tantos dias de trabalho, mas ela foi extraordinária. Éh, deputada, a senhora falou da
1739 valorização da família, éh, a gente vem com essa proposta, esse ministério vem, éh, a
1740 valorização da família nas políticas públicas, não dá mais pra gente construir políticas públicas
1741 no Brasil sem a perspectiva da família sem a perspectiva da família, então a gente precisa pensar
1742 nisso. Éh, eu até citei alguns exemplos, fui mal entendida, não vou citar exemplos pra não ser
1743 de novo mal entendida, mas nós temos políticas públicas que foram construídas sem pensar na
1744 família e a gente precisa pensar na família e quando eu falo família, deputada, eu não estou
1745 falando da família papai e mamãe não, eu mesmo sou um exemplo de uma família diferente, eu
1746 sou mulher (+) sem marido/ ele foi embora, me abandonou, tadinha de mim, foi embora/ e sou
1747 mãe de uma menina indígena, sou mãe sócio afetiva de uma menina indígena, mas nós somos
1748 família e ninguém vai tirar isso de mim e de minha filha, nós somos família e esta família, éh,
1749 precisa ser fortalecida e todas as configurações familiares precisam ser fortalecidas e a gente tá
1750 trabalhando e a secretaria da família vem com uma novidade, deputada, e aqui, mais uma
1751 sugestão, pra gente fazer esse debate, o equilíbrio mulher e trabalho, família e trabalho,
1752 precisamos pensar nisso, nós precisamos pensar nas novas famílias que estão de constituindo,
1753 deputada, nós temos jovens sendo pais muito cedo, nós precisamos pensar com esses pais, éh,
1754 que já ouviu o deputado Osmar Terra, hoje ministro, falar sobre a primeira infância e aqui a
1755 gente tem um ponto defensor da primeira infância, que é o deputado Medeiros, que está aqui,
1756 entende muito de primeira infância, tem cursos nessa área e eles estão sempre nos alertando: a
1757 primeira infância é tudo. Só que nós temos pais jovens que não sabem disso, nós temos pais
1758 jovens que não sabem que afeto (+) é olhar no olho da criança enquanto bebê, a importância de
1759 olhar no olho da criança enquanto bebê. Porque não temos políticas públicas pra esses pais
1760 jovens, pra essas mães jovens, então essa secretaria vem nessa direção. Eh (+) quando a senhora

1761 falou da falta de recurso (+) nós até temos recursos em alguns estados, em algumas secretarias
1762 de segurança, mas nós temos pessoas que não estão sabendo (+) que não estão fazendo uma boa
1763 gestão e isso me preocupa muito. Essa é uma nação que a corrupção existe, deputada, a
1764 corrupção existe, essa é uma nação também que as vezes, os gestores públicos não são
1765 escolhidos por capacidade técnica, mas por indicação, então nós temos um grande problema no
1766 país também de gestão e nós vamos precisar entender isso e vamos precisar vencer esse
1767 problema. A gestão precisa ser levada à sério no Brasil. Bom, a deputada Áurea, (+) deputada,
1768 que bom que a senhora pensa igual a gente com relação à educação dos agressores, porque
1769 quando nós começamos a tocar nesse assunto, nós fomos muito criticadas, ah, a secretaria agora
1770 vai pensar no agressor. Precisamos reabilitar o agressor. Muitos desses agressores são filhos de
1771 pais que batiam nas mãe, assistiram muitas cenas de violência doméstica e eles foram
1772 construindo nesse ambiente, nós vamos precisar, éh, quando a senhora fala sobre a educação lá
1773 na escola, esse tema abordado na escola, de que forma a gente fazer isso, éh, valorizando a
1774 masculinidade, a feminilidade, éh, a senhora falou também da questão emancipatória, sem
1775 colocar a mulher numa posição fragilizada, vamos construir isso juntas, vamos aprender a fazer
1776 isso, vamos interagir nessas propostas, éh, eu tenho, eu sou educadora também, antes de
1777 advogada, sou também educadora, estive muito tempo em sala de aula e eu sei é possível, a
1778 escola é um ambiente incrível, eu aposto na escola, apesar de estar defendendo a modalidade
1779 do ensino domiciliar que é uma outra situação, um apelo de algumas famílias, eu quero muito
1780 o fortalecimento da escola no Brasil e da escola pública e quero muito que a escola seja, éh,
1781 esse agente de transformação no combate à violência contra a mulher, vamos fazer isso juntos.
1782 A senhora perguntou sobre as mulheres trans, lésbicas, bissexuais, é um desafio, deputada, elas
1783 estão aí, elas existem, elas sofrem, elas sofrem preconceito, elas sofrem violência, éh, o nosso
1784 ministério está se debruçando sobre esse tema, o nosso departamento está lá trabalhando, temos
1785 uma grande gestora nessa área, temos interagido com os movimentos, temos uma preocupação,
1786 que isso fique muito claro. Eu, em especial, éh, algumas pessoas/ ah, mas a senhora deu umas
1787 palestras no passado/é bem diferente, eu estava falando lá do passado, inclusive falo sobre uma
1788 ideologia e é uma posição minha, pessoal, ideológica, mas a violência contra lésbica, travestis,
1789 as trans, ela é inadmissível e quem me conhece sabe o quanto eu já fiz na luta pela proteção às
1790 travestis, quando estou lá na rua com elas e isso vai ser, também, prioridade no nosso ministério.
1791 Aí a senhora falou de orçamento e aí eu já começo falando de orçamento respondendo à
1792 deputada Érica. Deputada Érica, que bom que a senhora falou isso (+) que bom que a senhora
1793 trouxe essa história do orçamento da forma que a senhora colocou (+) nós estamos com uma
1794 bancada, éh, feminina aqui, composta por muitas mulheres novas, iniciando o mandato, nós

1795 temos aqui no auditório com mais mandato a deputada Alice, a senhora e a senhora sabe que
1796 nós, mulheres, participamos pouco da elaboração do orçamento nessa casa, éh, por exemplo, eu
1797 acabei de pegar aqui a composição da comissão de orçamento, a comissão de orçamento tem
1798 84 membros e apenas sete mulheres fazem parte dessa comissão, mas **isso não é só agora,**
1799 **sempre foi assim, as deputadas novas,** sempre foi assim, **eu sempre senti a falta da mulher na**
1800 **comissão de orçamento** e a gente precisa, essa nova bancada que está chegando, essas meninas
1801 **que estão chegando, elas comecem a lutar também por esse espaço na comissão de orçamento,**
1802 porque senão, daqui a um ano a gente vai voltar na audiência novamente reclamando que não
1803 temos dinheiro pra fazer o enfrentamento (+) e mais que isso, deputada, o orçamento, este ano
1804 a gente vai escrever o PPA e **nós precisamos estar atentas ao PPA.** Eu estou trabalhando com o
1805 PPA antigo, eu ainda estou trabalhando com as metas antigas nós vamos ter que estabelecer o
1806 PPA daqui pra frente e daqui pra frente, deputada, **isso vai ter que ser levado muito à sério,** do
1807 jeito que está, não pode ficar, **nos últimos quatro anos o feminicídio cresceu muito** a violência
1808 **cresceu muito,** **nós vamos ter que considerar isso,** **nós vamos ter que ir pra comissão de**
1809 **orçamento e brigar pelo nosso PPA.** Estamos escrevendo já a nossa proposta de orçamento do
1810 ministério e nós estamos caprichando na nossa proposta do ministério, mas eu conto com essa
1811 comissão pra gente melhorar o nosso PPA e aqui deixa eu fazer, éh, **eu não vou fazer uma**
1812 **crítica, mas eu vou fazer uma avaliação,** entendam assim. Como assessora nessa casa, quantas
1813 vezes eu corri atrás de parlamentares pra apresentar emenda de texto (+) a gente ainda tem um
1814 grupo de parlamentares nessa casa que pensam que o orçamento é só a apresentação das
1815 emendas individuais, esquece das emendas de texto, se nós não trabalharmos nas emendas de
1816 texto, prevendo ações no PPA, melhorando as noção ações, não adianta vocês terem os 20
1817 milhões pra emenda individual, porque a emenda individual é nada dentro dessa universo, então
1818 assim, é essa atenção especial ao nosso PPA e aqui um apelo às nossas parlamentares: vamos
1819 participar mais da comissão de orçamento, sempre foi assim, nós sempre fomos um número
1820 muito pequeno lá, inclusive, deputada, se a gente pudesse fazer aqui/ **eu estou pedindo tanta**
1821 **coisa à presidente/** uma discussão sobre o nosso PPA, quando PPA chegar na casa, agente fazer
1822 uma discussão sobre, exatamente as políticas públicas que estão ali, as indicações que estão ali
1823 para o enfrentamento com relação à violência contra à mulher, **fica aqui este apelo.** E aí, a
1824 deputada Érika Kokai traz aí o orçamento mulher (+) **que desafio, deputada, que desafio. E**
1825 **quando a senhora fala também da obrigatoriedade de não, da proibição do contingenciamento**
1826 **de recursos para as políticas públicas para as mulheres,** **é um sonho, deputada, Érica, mas não**
1827 **vejo um sonho impossível, não, dá pra a gente, com essa nova formatação que está abancada,**
1828 **ajudar muito nisso, mas fica aqui meu apelo, especialmente às novas parlamentares:** vamos nos

1829 debruçar sobre o nosso PPA, vamos estar chegando aí num congresso nos próximo meses,
1830 próximas semanas.

1831 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1832 Bem ministra, passamos então (+) ao (+) deputada Alice.

1833 DEPUTADA ALICE:

1834 Muito rapidamente apenas para apresentar o coletivo da comissão à vossa excelência e à
1835 ministra Damares, o presidente da união brasileira de estudantes secundaristas, que está
1836 visitando a câmara dos deputados, Pedro Gorqui, aluno, éh, do estado do Rio Grande, éh, da
1837 Paraíba, do Rio Grande no Norte, do Rio Grande do Norte e que (+) sem dúvida, é alguém
1838 importante (+)/ ele é de Caicó/ alguém importante para essa discussão da educação sexual na
1839 escola, efetivamente incorporado ao processo etário, não é? não há dúvida disso, mas para dar
1840 esse direito à juventude que floresce da escola brasileira, muitas vezes sem qualquer informação
1841 na direção da sua proteção contra a violência. Pedro Gorqui, apresentando à ministra Damares,
1842 oportunamente escute a juventude que faz acontecer a luta pela escola pública no país.

1843 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1844 Muito bem-vindo, Pedro, a casa é toda sua e a comissão também, não tenho a menor dúvida
1845 que você irá contribuir muito para que todos nós juntos criemos uma agenda parlamentar em
1846 prol das mulheres, da juventude, em prol do futuro do nosso país. Nesse momento, passaremos
1847 então a palavra à deputada Flor de Lís que fará jus ao tempo de liderança também.

1848 DEPUTADA FLOR DE LÍS:

1849 Parabéns presidente, deputada Luíza Canziani e obrigada por me deixar falar. Ministra
1850 Damares, cumprimento a senhora pela iniciativa. Eu fui criada em um ambiente onde a
1851 violência contra a mulher é realidade há muito tempo e há muitos anos, cheguei nesta casa pelo
1852 meu trabalho social, pelo meu trabalho missionário e por esses trabalhos foi que ganhei o
1853 respeito dentro das comunidades do meu estado, Rio de Janeiro, aonde eu tenho entrado nas
1854 favelas, onde me encontro com meninas, crianças e adolescentes, trabalhando na indolação que
1855 é e sacando drogas para serem vendidas e quando essas meninas cometem algum tipo de erro,
1856 são espancadas com crueldade (+) estou lutando por uma cirurgia plástica para uma jovem que
1857 foi castigada pelo tráfico, foi jogada em um terreno baldio, desacordada, onde bichos comeram
1858 seu rosto e hoje essa menina usa uma máscara (+) ontem recebi a deputada Benedita da Silva,
1859 a quem respeito, o telefonema de uma mulher que passou a noite inteira sendo espancada pelo
1860 seu marido e só conseguiu fugir depois que ele se cansou e foi dormir (+) sou mãe de 55 filhos,
1861 tenho filhas que foram agredidas na escola só pelo fato de serem negras. Ministra, hoje vejo
1862 que o crime (+) a violência contra a mulher, já não tem mais fronteiras (+) sociais, ainda atinge

1863 bem mais as mulheres pobres (++) todos nós temos que estar envolvidos na luta contra esse
1864 mal. Áurea, a cada hora 536 mulheres sofrem algum tipo de violência física nesse país (+) o
1865 governo federal está dando um passo muito importante nesse momento em que a violência
1866 cresce. Existe a importância do apoio do ministro Mourão, a ministra Damarens nesse assunto. O
1867 ministro Mourão tem a pauta da justiça e segurança pública e vem para dizer que a violência
1868 contra a mulher é crime e vai ser enfrentado com rigor e com a justiça, mas também, que esses
1869 homens, esses agressores sejam tratados, porque muitos/ e aí eu até anotei o nome da deputada
1870 Áurea porque quando cheguei aqui vi que ela já tinha tratado desse assunto/ muitos cresceram
1871 vendo suas mães sendo agredidas e também foram agredidos precisam de tratamento (++) eu
1872 quero dizer à ministra Damarens (+) que tem muitas mulheres que sofrem violência (+) mas que
1873 não denunciam porque tem medo (+) e que não denunciam porque não tem para onde ir (+)
1874 que sejam abertas casas para onde essas mulheres possam ir junto com seus filhos e lá elas
1875 tenham segurança, por isso peço o olhar desse ministério, ministra, para esse caso (++) na favela
1876 ou comunidade, como queiram chamar, o governo, o estado demora demais para chegar (+)
1877 mas através desses profissionais da beleza (+) que a senhora mencionou aqui (+) se eles forem
1878 treinados, eu tenho certeza que eles vão ajudar muito na orientação dessas mulheres, eles vão
1879 não só orientar, mas eles serão orientados a denunciarem ainda que seja anonimamente (+) esses
1880 agressores. Eu quero pedir e dar mais uma vez os parabéns, o seu olhar, ministra, para milhares
1881 e milhares que estão sendo agredidas e que esta casa possa dar as mãos para que nós possamos
1882 diminuir (+) esse índice de mulheres agredidas no meio dessa mulheres eu estou falando mais
1883 uma vez, eu quero ressaltar essas meninas que trabalham na indolação, no tráfico de drogas e
1884 são agredidas sem que ninguém possa fazer nada por elas, mas eu tenho certeza que essa reunião
1885 aqui nessa comissão vai mudar muito o histórico dessas meninas da comunidade (+) já quero
1886 encerrar agradecendo/ eu sei que eu tenho um pouquinho a mais de tempo/ mas eu já quero
1887 agradecer à ministra Damarens também por estar numa pauta muito importante que é a pauta da
1888 adoção, porque (+) muitas dessas meninas que estão trabalhando na indolação, muitas dessas
1889 meninas que estão na favela hoje, elas foram moradoras de abrigos e quando completam 18
1890 anos (+) elas tem que sair do abrigo e aí, sem recurso nenhum, elas vão pra rua ou vão pra
1891 comunidade, vão trabalhar para o tráfico de drogas. Que isso possa, realmente, ser visto pela
1892 ministra Damarens e possa ser visto por todas nós parlamentares, mulheres e homens também.
1893 Quero dar os parabéns aos homens que estão aqui conosco nessa pauta, dizendo que os homens
1894 estão de mãos dadas contra a violência, que não aceitam a violência e que estão junto conosco
1895 para defender todas as nossas mulheres.

1896 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1897 Obrigada, deputada. Agora eu gostaria de (+) saber se o deputado Heitor Félix se encontra (+)
 1898 não, o deputado Heitor não se encontra. O deputado Juilian Lemos? (+) também não. Deputado
 1899 Diego Garcia? (+) também não (+) Talíria, deputada Talíria (+) deputada Talíria tem a palavra
 1900 por 3 minutos.

1901 DEPUTADA TALÍRIA:

1902 Bem, boa tarde a todas, a todos, senhora ministra. Programa salvar uma mulher: (+) queria
 1903 trazer aqui alguns questionamentos: (+) o quinto país com maior índice de feminicídio, 16
 1904 milhões de mulheres violentadas só no último ano, como salvar essas mulheres num país com
 1905 um governo que defende não discutir gênero nas escolas (+) num governo que propõe a
 1906 flexibilização de armas que atingem essas mulheres vítimas feminicídio e também num governo
 1907 que propõe, senhora Damares, ensino domiciliar e nessas famílias, nesses lares, muitas dessas
 1908 mulheres são violentadas. Como salvar as mulheres no país do quartinho de empregada?
 1909 mulheres que não vão se aposentar, trabalhadoras domésticas essas que (+) num país marcado
 1910 pela informalidade vão ser jogadas pro BBC pra ganhar 400 reais. Como salvar num governo
 1911 que tem essa defesa, senhora Damares? as trabalhadoras domésticas (+) como salvar as
 1912 professoras, senhora Damares? (+) que vão trabalhar mais dez anos? mulheres, na sua maioria,
 1913 porque na educação somos (+) majoritariamente mulheres (+) Como salvar, senhora Damares,
 1914 as mães dos 30 mil jovens assassinados por ano no Brasil? (+) na sua maioria, negros. Boa parte
 1915 desses jovens, assassinados pelo Estado. Essas mulheres morrem junto com seus filhos e são
 1916 condenadas, ah, pela vida inteira, a tomar remédio, por exemplo. Como salvar essas mulheres?
 1917 Como salvar aquelas vítimas de violência sexual, senhora Damares, que muitas vezes
 1918 engravidam e são obrigadas a levar em frente uma gestação fruto de violência? (+) se não há no
 1919 país política pública para garantir que os locais hoje habilitados para aborto garantido por lei, o
 1920 façam! Por que a maioria não faz o que a lei diz (+) como salvar aquela mulher que morre pelo
 1921 aborto clandestino? que morre sangrando ou que é algemada nos hospitais públicos quando vai
 1922 procurar atendimento. Como salvar, senhora Damares, num país que cresceu mais de 700% o
 1923 encarceramento de mulheres? as mulheres encarceradas, se muitas vezes nem absorvente tem
 1924 pra essas mulheres. Como salvar as transexuais que não tem no, na saúde pública atendimento
 1925 às suas especificidades? Como o governo pode salvar as tantas mulheres violentadas no Brasil
 1926 hoje?

1927 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1928 Passamos agora a palavra para a deputada Fernanda.

1929 DEPUTADA FERNANDA:

1930 Boa tarde a todas e todos. Cumprimentar a presidente Luíza, a ministra Damares, as secretarias
1931 que compõe a mesa. Eu de fato estou muito preocupada, ministra Damares, com a situação
1932 lamentável da realidade das mulheres brasileiras. O quinto maior (+) taxa de feminicídio no
1933 mundo e em número absolutos, o Brasil, infelizmente, tem casos disparados de assassinatos de
1934 mulheres. Em 2017 foram mais de mil feminicídios, assassinatos de mulheres por serem
1935 mulheres e ao mesmo tempo que esse número só aumenta, nós no ano de 2019, nós já vimos
1936 essa estatística aumentar toda vez que nós vemos uma de nós ser assassinada, nos jornais, nos
1937 veículos (+) e ao mesmo tempo que esse número só aumenta de feminicídio, a gente vê os
1938 recursos para a proteção de vida das mulheres só diminuírem. De 116 milhões para 17 milhões,
1939 isso no ano de 2019, mostra não só a ausência de recursos, mas os recursos que permitem
1940 organizar um conjunto de políticas necessárias para que a gente tenha casa das mulheres
1941 brasileiras, pra que a gente tenha abrigo nos municípios, pra que a gente possa ter delegacias
1942 especializadas para o atendimento das mulheres, pra que a gente possa não ter somente
1943 campanhas. A senhora apresentou uma campanha, salve uma mulher, e eu acho que (+) a
1944 deputada Sâmia Bonfim trouxe uma reflexão muito importante na (+) com relação às políticas
1945 públicas, como está se pensando em tratar também com os profissionais do SUS, com os
1946 profissionais de saúde nos serviços públicos habilitados, uma política pública permanente para
1947 além das campanhas e para além das campanhas que precisam sim ouvir as vozes, serem
1948 construídas por mulheres, as protagonistas precisam ser mulheres no encaminhamento dessa
1949 luta que nós precisamos fazer, diminuir os feminicídios, pra diminuir a (+) violência sexual.
1950 Infelizmente, mais 60 mil casos de estupro no último ano, mais de 80% perpetrado contra
1951 mulheres, infelizmente, em crianças, em pessoas com deficiência. São índices muito, muito
1952 altos e que mostram a reprodução de uma lógica machista (+) de uma lógica patriarcal, de uma
1953 lógica que precisa ser enfrentada, evidentemente, estruturando as políticas públicas, mas
1954 também enfrentando um tipo de discurso que alimenta esse, essa violência contra nós, a ideia
1955 de que as mulheres são propriedade privada, que são objetos, que podem ser agredidas pelos
1956 homens. Porque pra nós, o feminicídio, não, o feminismo não é contrário do machismo, é a
1957 negação do machismo, é a ideia de lutar por igualdade, por igualdade de direitos por igualdade
1958 de participação na política, por igualdade salarial, pelo fim da violência contra nós, pelo fim da
1959 cultura do estupro e nesse sentido, eu acho que é muito importante trazer o tema da igualdade
1960 salarial. O Bolsonaro, quando era deputado, foi perguntado em um veículo de televisão, que as
1961 mulheres, ah, sobretudo a questão da diferença salarial entre as mulheres e justificou os 30%
1962 em média que nós ganhamos a menos pelo fato de nós sermos mães. Uma lógica extremamente
1963 machista que alimenta, sim, essa desigualdade que nós vemos no mundo do trabalho. As

1964 mulheres, em média, ganham 30% do salário dos homens, as mulheres negras chegam a ganhar
1965 43% do salário dos homens para a mesma função, exatamente para a mesma função e a gente
1966 sabe que tem instrumentos na CLT, mas que nunca foram regulamentados. Eu, inclusive, tenho
1967 um projeto, selo empresa machista, ministra, que propõe multas pesadas pra empresas, que ah,
1968 façam essa desigualdade salarial entre homens e mulheres e a criação de um selo empresa
1969 machista que essas empresas fiquem proibidas de serem contratadas pela administração pública
1970 direta e indireta e, inclusive, a acessar empréstimos nos bancos oficiais, como uma forma, sim,
1971 de penalizar as empresas que alimentam essa desigualdade salarias entre homens e mulheres.
1972 Tem muitas políticas públicas que podem ser feitas, o que não pode ser feito é a reprodução do
1973 discurso machista que tenta subalternizar o papel da mulher na sociedade, o papel da mulher
1974 que é a maioria da classe trabalhadora brasileira, que é maioria das chefias na família, que são,
1975 infelizmente, ainda, ah, responsabilizadas como as responsáveis pelo trabalho doméstico. Eu
1976 estava lendo uma matéria sobre a reforma da previdência, as mulheres trabalham 66 dias a mais
1977 que os homens contabilizando a questão do trabalho doméstico e da carga de trabalho maior.
1978 As mulheres sofrem mais com a informalidade e com os trabalhos precários, por isso que,
1979 quando o governo coloca uma idade mínima de 62 anos para mulheres, quando o governo
1980 aumenta em 10 anos a aposentadoria das professoras, quando o governo tenta colocar as
1981 mulheres camponesas com uma impossibilidade na prática, ou uma dificuldade maior para
1982 poder se aposentar com um tempo de contribuição de 20 anos, reforça o machismo. A reforma
1983 da previdência é machista e ataca as mulheres, porque ataca o mínimo do mínimo de
1984 reconhecimento dessa divisão sexual do trabalho com uma idade mínima cinco anos menor que
1985 os homens na legislação atual e nós precisamos enfrentá-la de conjunto porque ela vai piorar a
1986 vida das mulheres e vai piorar a vida dos homens e por fim, ministra, eu também queria, ah (+),
1987 queria lhe perguntar, acho que é muito grave o seu silêncio em relação à ameaça à deputada
1988 Alê, a senhora sabe, ela não é do meu partido, é de um partido que eu tenho muitas diferenças
1989 ideológicas, mas nada, nada justifica as ameaças à uma deputada por denunciar uma
1990 investigação muito grave do uso do fundo partidário de 30% destinado às mulheres, que foi
1991 uma conquista das mulheres brasileiras, por candidaturas masculinas. Nós não podemos aceitar,
1992 não somente solidariedade, nós precisamos ser solidários, nós precisamos exigir proteção à vida
1993 dela, mas nós precisamos exigir a demissão imediata do ministro, que não é possível, que um
1994 ministro saia, ah, não só sendo investigado por corrupção, ainda falando das ameaças à uma
1995 deputada federal eleita, independentemente de partido ou de ideologia, merece sim a nossa
1996 solidariedade.

1997 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

1998 Passamos então a palavra agora à deputada, a nossa ministra Damares.

1999 MINISTRA DAMARES:

2000 A presidente já disse pra mim ser breve, vou ser rapidinha, com certeza. Deputada (+) deputada

2001 Flor de Lis, essa deputada que nos inspira e eu não canso de dizer isso, do carinho, amor e

2002 respeito que tenho por tua história, de como você tem inspirado essa nação, chega agora como

2003 parlamentar e inspira na tua história. Você trouxe uma coisa muito séria, deputada. A questão

2004 da mulher que vai buscar abrigo e ela é separada do filho, nós já fizemos essa discussão

2005 no ministério, eu e a senhora e é uma discussão que eu tenho feito com outros agentes e isso

2006 me preocupa. A gente já recebeu mulheres no ministério que foram francas em dizer, eu não

2007 procuro, eu não procuro, éh, socorro, eu não denuncio porque eu vou chegar na delegacia com

2008 meus cinco filhos, eu vou pra um abrigo e meus cinco filhos vão para outro, eu não quero me

2009 separar dos meus filhos, então nós vamos precisar rever isso, vamos precisar sentar e revisar

2010 isso. A casa da mulher, que aqui eu falo dessa brilhante política pública, ela fornece essa

2011 possibilidade da mulher ficar com o filho e a gente precisa, mesmo nos municípios e nos lugares

2012 que não tem a casa da mulher, a gente está buscando que seja assim, a mulher quando for

2013 acolhida fique com os filhos por perto, tá? Porque eu realmente me preocupo para onde as essas

2014 crianças estão indo, se estão cuidando dessas crianças. (+) Éh, tudo mais o que você já falou,

2015 Flor, a gente já respondeu em outras intervenções, outra coisa aqui, mas repito, Flor, nós

2016 podemos construir tudo isso juntas, tá? Só temos 80 dias, eu acho que dá menos de 80 dias, eu

2017 tenho 30 dias a menos que os outros ministros, né? E eu ganhei essa nação desse jeito (+) esses

2018 números todos estão nas minhas mãos, não foi o nosso governo que criou e que provocou esses

2019 números todos e os desafios estão aí e a gente pode encontrar solução pra todos eles juntas,

2020 Flor, e eu conto muito com essa comissão, com seu trabalho, com seu mandato nesse sentido.

2021 Ah, a deputada, eu nunca sei se é Tália ou Talia/ Talíria/ linda/ éh, deixa eu esclarecer uma

2022 coisa, deputada: a campanha salve uma mulher não é um programa, é uma campanha, deixa eu

2023 explicar uma coisa: eu ainda tenho que desenvolver o PPA que eu herdei, até o final do ano eu

2024 estou limitada a esse PPA e eu tenho sobre mim, deputada, o ministério público, o serviço, as

2025 fiscalizações de governança, então eu preciso atender ao PPA que eu herdei e mesmo herdando

2026 esse PPA, e preciso ser muito criativa, eu e a secretaria, pra poder encontrar normas, a gente tá

2027 apresentando projetos, programas, então assim, a campanha não é um programa, a campanha é

2028 uma campanha e tá todo mundo falando muito da figura do Augustinho, vamos lembrar que no

2029 vídeo a gente tá contando com o apoio de uma delegada e de uma psicóloga, não é só o

2030 Augustinho que está nessa campanha, são muitas pessoas, inclusive profissionais muito

2031 preparados. A deputada falou sobre o como salvar. Deputada (+) como salvar eu pergunto

2032 também, éh, veja só: como salvar (++) uma das, uma das atribuições do parlamento também é
 2033 a indicação de políticas públicas, é a indicação, é a indicação e a gente tá querendo ouvir as
 2034 propostas, nós estamos querendo ouvir também as suas propostas, mas eu repito falando,
 2035 deputada, existe o compromisso deste governo, existe o compromisso dessa ministra e de toda
 2036 a sua equipe de se empenhar o máximo e de fazer o máximo e o melhor. Algumas coisas não
 2037 estavam dando certo no passado, vamos abandonar alguns projetos, talvez alguns programas,
 2038 mas absorver aquilo que estava dando certo, fortalecer aquilo que estava dando certo e trazer
 2039 novas propostas para a proteção da mulher e nós vamos lutar para salvar a vida de todas,
 2040 deputada, isso se garante, não é um discurso vazio, não é, é um discurso de comprometimento
 2041 com o parlamento, com essa comissão e com essa nação. Eh, a senhora de uma, como salvar a
 2042 mulher encarcerada, a mulher que está no cárcere, essa também é uma prioridade do nosso
 2043 ministério, estar buscando alcançar essas mulheres, mulheres que quem trabalha com elas,
 2044 como a Flor de Lis, sabe como são esquecidas nessa nação. Nenhuma ficará para trás, esse é o
 2045 lema do ministério e nós estamos nos empenhando, com 70 dias nós estamos mostrando isso,
 2046 nenhuma ficará para trás. Eh, por fim, a deputada Fernanda. Deputada, a senhora diz que
 2047 lamenta (+) talvez o pouco que eu mostrei em 70 dias (++) né? lamenta o valor também. Não é
 2048 culpa desta ministra e nem deste governo. Esse decréscimo já vem, esses 88% já vem dos
 2049 governos anteriores e isso me preocupa muito e é por isso que eu quero ter uma boa relação
 2050 com o parlamento pra me ajudar a não deixar isso acontecer de novo e agora no PPA a gente
 2051 fortalecer isso. Eu me preocupo com recurso, me preocupo mesmo com o pouco recurso que
 2052 nós temos e com relação à deputada Alê, eu já manifestei solidariedade à ela, eu já, inclusive
 2053 eu tenho conversado com ela, eu só quero me privar de fazer uma manifestação pública com
 2054 relação ao ministro (+) e eu preciso fazer isso e não queiram me colocar em uma saia justa, eu
 2055 só preciso, quero pedir, vocês permitam eu não me manifestar com relação à ele, mas com
 2056 relação à deputada: tenho ouvido, tenho conversado, somos, inclusive, parceiras em algumas
 2057 lutas, amo muito a deputada Alê e deixei claro desde o início a minha solidariedade à deputada,
 2058 ok? e a gente pode conversar depois sobre isso, eh, acho que no mais é isso que eu tinha.

2059 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2060 Passamos ao outro bloco, ao outro bloco de questionamentos, éh, a ministra terá mais tempo
 2061 para responder e ela falará então no próximo bloco, deputada Fernanda. Éh, eu só peço a
 2062 gentileza dos parlamentares pra que nós sejamos breves porque ainda temos um número grande
 2063 inscritos, pra que a gente consiga então, éh, que todos os nossos inscritos utilizem da palavra.
 2064 Deputada Silvia Cristina se encontra? (+) deputada Silvia, não. Deputado Hélio? (+) deputado
 2065 Hélio também não. Deputada Greice? a deputada Greice terá a palavra por três minutos.

2066 DEPUTADA GREICE:

2067 Boa tarde a todas e a todos presentes. Gostaria, de forma muito carinhosa, abraçar a ministra,
2068 secretária Tieron, secretária Rosinha, a presidente dessa comissão tão importante, que é a
2069 comissão da mulher. Éh, depois de tantas falas, e eu acho que é até difícil pontuar tantas coisas
2070 importantes que foram mencionadas nessa tarde aqui de trabalho, eu quero apenas fazer
2071 algumas pontuações e ao final, duas perguntas para que eu possa ganhar mais conhecimento no
2072 tocante à pasta, pra que eu possa me colocar à disposição, pra que eu possa ajudar. Éh, eu acho
2073 que é inegável nós falarmos que não existe violência contra a mulher no Brasil depois de tantos
2074 dados apresentados, nós temos sentado e conversado muito, não é ministra? nós tivemos a
2075 oportunidade de estarmos na ONU juntas e a senhora tem falado que nesses primeiros dias de
2076 trabalho a senhora tem se atentado a buscar dados, que é impossível falar de políticas públicas
2077 sem que nós tenhamos dados para que nós possamos mensurar tudo que se passa pelo Brasil e
2078 eu quero aqui dizer que, éh, você está no caminho certo e toda a sua equipe está no caminho
2079 certo. Eu acho que os desafios são imensos e o que, o que é mais importante eu acho que a
2080 senhora tem, que é uma boa vontade, capacidade, humildade. Nós estamos aqui numa comissão
2081 que a gente vê uma diversidade imensa, eu quero também deixar o meu abraço carinhoso à
2082 todas as parlamentares que compartilharam das suas indignações e das suas lutas, das suas
2083 bandeiras, que s vezes até de forma diversa ao que nós temos pautado e defendido aqui, mas eu
2084 acho que é essa diversidade que é política. A política se faz da diversidade de ideias, do respeito
2085 mútuo, de ouvir e eu tenho certeza que nessa tarde de hoje nós com certeza aprendemos muito
2086 com todas as que puderam ter oportunidade de fala. Então o ministério está no caminho certo,
2087 o desafio é imenso e eu tenho certeza que durante esses quatro anos nós teremos a oportunidade
2088 de deixar um legado lindo para o Brasil, éh, todas as parlamentares unidas, juntas, tanto as, as
2089 deputadas que tem defendido de forma mais incisiva e de forma mais veemente que as vezes
2090 nós ainda não estamos no caminho certo ainda, mas éh, a sua fala foi muito oportuna, que a
2091 senhora está aberta, que a senhora está sensível, que a senhora está a todo momento disposta a
2092 conversar, a ouvir e isso, na verdade, me enche de orgulho porque essa é a política que eu
2093 acredito, essa é a política que, é, me inspirou a estar aqui hoje, defendendo não só os mineiros,
2094 mas os brasileiros, essa política que agrega, essa política que constrói, essa política apartidária,
2095 que as eleições se passaram e a partir de 1º de janeiro nós temos, na verdade, um mandato, uma
2096 responsabilidade de construir uma país melhor. Então, eu quero deixar aqui essa minha fala de
2097 forma muito carinhosa à senhora e às deputadas e demais servidoras do ministério, né, às
2098 deputadas que muito contribuíram, porque eu acho que é nesse embate de ideias mesmo que
2099 nós vamos construir esse Brasil melhor, com muito respeito a cada uma e é pelas diferenças,

2100 pela diversidade, é o que faz essa pasta ficar ainda mais valorosa. E eu quero deixar
2101 ((interrupção da presidente)) encerrando, deputada ((retorna a fala da deputada)) duas perguntas
2102 para encerrar, na verdade eu só queria entender um pouco: depois que as pessoas ligam para o
2103 disque 100 e o ligue 180, o que que acontece? assim, éh, um, é que as pessoas que trabalham
2104 atrás das linhas, elas, éh, tem, tem uma rede que é atingida, que é acionada, essa pessoa é
2105 visitada? eu ainda tenho um pouco de, eu ainda não tenho essa informação. E eu queria deixar
2106 também para a presidente da nossa comissão, eu acho que tanto nessa comissão, quanto na
2107 comissão externa, eu acho que nós temos que ter uma cadeira permanente do ministério, não
2108 para falar, mas até para ouvir, não precisaria nem ser a ministra, nem as secretárias, mas uma
2109 servidora que pudesse estar aqui para ouvir as discussões, porque eu tenho certeza que vai
2110 agregar muito na construção de políticas para o ministério, então uma cadeira, éh, uma cadeira
2111 permanente de alguém do ministério, tanto na nossa comissão, quanto na outra comissão
2112 externa de enfrentamento à violência que eu creio que vai colaborar muito. Muito obrigada à
2113 todas.

2114 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2115 Ok, deputada. Nesse momento passamos a palavra a palavra à deputada Liziane que fará jus ao
2116 tempo de liderança, deputada tem a palavra.

2117 DEPUTADA LIZIANE:

2118 Muito obrigada à presidente Luíza, essa paranaense que tem honrado o seu estado com toda a
2119 sua energia, toda a sua juventude dentro dessa casa, honrado o Paraná que também foi minha
2120 casa por um tempo, né? já que morei nesse estado tão querido e conheci lá também a realidade
2121 de muitas mulheres que enfrentam grandes dificuldades quando trabalhei, éh, nesse estado
2122 também com mulheres. Demais componentes da mesa, secretárias, é um prazer recebê-las e
2123 poder dialogar com vocês aqui, ah, Damares Alves, seja bem-vinda a essa casa, acho que te
2124 receberemos aqui tantas vezes quantas tu puder vir, porque é nessa troca de experiência, não só
2125 quando concordamos com tudo, mas nas divergências que nós cres100os, que nós construímos
2126 (++) Damares, eu pensava hoje com tantas mulheres deputadas falando aqui das suas lutas, das
2127 suas diversidades, das suas ideologias, das suas defesas, como é bonito o parlamento e como é
2128 necessário que nós fortale100os esse discussão, esse diálogo, essa força da mulher participar da
2129 política. Como é importante que a mulher ocupe um, um posto aonde é permitido à ele um
2130 microfone para que expresse os seus sentimentos, para que expresse os seus pensamentos e que
2131 expresse como ela percebe a política pública sendo desenvolvida lá na sua cidade, lá na sua
2132 comunidade, lá no seu estado (+) aqui, nós delegadas pelo voto do povo temos essa
2133 representatividade e com muita honra, muita alegria e satisfação, posso dizer que represento as

2134 mulheres do Rio Grande do Sul nesta audiência pública, nesta comissão (++) como uma mulher
2135 política e que compõe hoje um partido político, eu gosto de fazer sempre a observação que
2136 embora o partido que eu estou não seja parte deste governo, não seja a situação, isso não me
2137 faz no direito de dizer que eu não vou apoiar as políticas públicas que a senhora está
2138 desenvolvendo, muito bem pelo contrário, faço com que eu, mulher, esteja hoje nessa comissão
2139 para dizer que eu quero lhe escutar, que quero lhe ouvir, que eu quero compreender as tuas
2140 defesas e tudo o que for semelhante à minha defesa, Tieron, Damares, Rosinha, todas aqui
2141 presentes, nós estaremos juntas para fortalecer, para apoiar, para divulgar e propagar a boa
2142 política para as mulheres. Quero dizer (+) Damares, que tem uma citação bíblica que fala que
2143 Deus escolhe coisas loucas para confundir as sábias, as vezes a gente não sabe porque que
2144 chegou aqui, mas que a gente está confundindo muita gente que se achava sábia e dono da
2145 verdade, a gente está confundindo (+) quero dizer sim que lutamos, éh, para que esses números
2146 tão dramáticos e no meus estado tão dramáticos de aumento no feminicídio (+) Nós, no ano de
2147 2018, dados da secretaria de segurança pública do meu estado, tivemos um aumento nos dados,
2148 éh, de feminicídio, estupro, e 117 mulheres foram mortas enquadradas dentro do crime de
2149 feminicídio e isso nos preocupa muito, mas nós temos que pensar da seguinte forma: nós temos
2150 uma lei, a lei Maria da Penha que está aí para proteger essas mulheres só que o que nós temos
2151 que compreender é que essa lei ela vem com três eixos: (+) ela trata, é um instrumento de
2152 punição, mas também de proteção e prevenção e nós precisamos sair dessa ideia de pensar só
2153 no penal e começar a pensar a proteção e a prevenção desta violência. Precisamos combater e
2154 não só reagir (++) aqui vale lembrar que como mulher e como mãe de um menino de 16 anos
2155 eu tenho o poder nas minhas mãos e nós mulheres temos este poder nas nossas mãos, de educar
2156 os nossos filhos e filhas (++) pra que ensinemos primeiro pelo bom exemplo e ensinemos os
2157 nossos filhos, homens e mulheres, respeitar o próximo (+) respeitar a mulher na sua dificuldade,
2158 respeitar a mulher na plenitude da sua profissão, no seu desenvolvimento, nos seus altos e
2159 baixos, que haja respeito e isso passa por nós. A prevenção da violência passar pelas nossas
2160 casas, começa em casa e nós não podemos esquecer disso. Quero falar aqui e saudar todos os
2161 homens presentes nessa comissão (+) nós precisamos pensar e reforçar no homem como um ser
2162 social, quando nós estamos falando da violência praticada por eles, porque? nós temos que
2163 buscar compreender em como ajudar a esses homens a compreender o que é ser homem, o que
2164 é ser mulher, porque as vezes, essas questões não estão bem claras para essa pessoa que as vezes
2165 veio de um lar de violência, de uma falta de estrutura familiar, de uma falta de estrutura social,
2166 enfim, nós mulheres precisamos pensar também em como ajudar estes homens. Quero falar
2167 aqui, ministra, de uma preocupação minha em relação à violência contra as mulheres do campo.

2168 São dados que hoje, eu, como deputada estadual e deputada federal agora, não consegui
2169 mensurar, não consegui ter acesso a esses números. Quantas mulheres do campo, lá da roça de
2170 onde eu vim, da minha São Pedro o Sul, lá do interior do estado, aonde nem vizinho perto se
2171 tem, nós temos os dados, quantas mulheres devem estar sofrendo caladas violência, seja ela
2172 sexual, seja ela moral, enfim, quantas estão sofrendo? são dados que nós precisamos nesta
2173 comissão, neste parlamento, no seu ministério, buscar esses dados, buscar compreender quem
2174 são essas mulheres. A violência se dá também, e aqui eu quero fazer um registro, numa fala da
2175 minha avó que caminhava comigo no meio de uma lavoura de mandioca, de milho, de tudo que
2176 ela, que ela planta lá com a família, e ela disse pra mim: minha filha, tá cansada de caminhar?
2177 (+) e eu falei: sim, vó, estou ofegante, né? e ela disse: pois é, imagina eu, a vida inteira subindo
2178 e descendo cerro, subindo e descendo ceral para plantar feijão, para quebrar pedra, para lavrar
2179 terra junto com teu avô com todas essas dificuldades que eu vivi, imagine como que ficaria eu,
2180 nesse tempo da minha vida com a perna quebrada porque caiu, éh, plantando lá, semeando,
2181 enfim, éh, se não tivesse uma aposentadoria e que nós pensemos nas mulheres do campo, éh,
2182 principalmente. Quero, encerrando, falar sobre a questão do orçamento tão falado aqui, éh, da
2183 necessidade de orçamento. Nós temos aqui a oportunidade de trabalhar. Eu fiz parte, no estado
2184 do Rio Grande do Sul, éh, por três anos do meu mandato, da comissão de orçamentos e finanças,
2185 fui relatora do orçamento do meu estado (+) e com muito orgulho, éh, eles não lembravam
2186 quando tinha sido a última vez que uma mulher tinha sido relatora do orçamento do meu estado,
2187 mas lá estava eu, para resgatar que mulher também pensa em economia, também sabe fazer
2188 conta, né? sabe empenhar o seu dinheiro muito bem, administra o seu lar muito muito bem e
2189 que nós aqui possamos fazer esse pensamento, essa construção, o que o outro governo deixou
2190 a desejar, ministra Damares, que a senhora não tem formas para trabalhar as políticas públicas
2191 nesse momento, que nós possamos pensar para o futuro e fazer com que este ministério tenha
2192 ferramentas e que possa trabalhar as ferramentas públicas nessa discussão do plano público
2193 anual. Todos somos agentes de transformação. Muito obrigada.

2194 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2195 Passamos agora então a palavra à deputada Rejane, éh, tem a palavra, deputada.

2196 DEPUTADA REJANE:

2197 Bem, boa tarde aqui à todos e à todas. Queria cumprimentar a nossa presidente, deputada Luiza,
2198 parabenizar pela condução dos trabalhos, quero aqui cumprimentar a nossa querida ministra
2199 Damares, cumprimento aqui a Rosinha, minha querida Rosinha, grande baluarte da causa da
2200 pessoa com deficiência, já nos conhece aí de longas datas, não é? também cumprimentar
2201 aqui a Tieron, dizer do prazer que é estar aqui com você também. Dizer, primeiro eu quero

2202 parabenizar a ministra parabenizando pela iniciativa da criação da campanha salve, salve uma
2203 mulher, achei muito importante, extremamente louvável as iniciativas que enfrentam tão
2204 prontamente o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil que a gente que está aqui
2205 já estamos careca de saber que é uma infração muito grave, que é um dos países que mais mata
2206 mulheres, éh, no mundo, então é uma situação realmente muito preocupante, então há
2207 necessidade de se pensar a todo tempo políticas públicas para que a gente possa de fato enfrentar
2208 essa questão de envolver, né? os profissionais da beleza, achei isso muito interessante,
2209 realmente que, éh, essas pessoas tem contato com várias mulheres, tem como identificar, éh, e
2210 a partir disso aconselhar, éh, orientando para que elas possam buscar ajuda. Então parabéns por
2211 essa iniciativa. Também quero aqui agradecer pela acolhida, pela acolhida que tive no
2212 ministério, nós conversamos sobre diversos assuntos, ministra, éh, entre eles, o da pessoa com
2213 deficiência. Eu sou mãe de uma criança com deficiência, eu tenho me dedicado muito a esta
2214 causa, a ajudar muitas mães no Brasil que precisam, éh, de uma assistência para os seus filhos,
2215 então nós discutimos vários temas, éh, relacionados a essa pauta. Também nós falamos do
2216 enfrentamento à questão da violência contra as mulheres, falamos sobre a questão da pedofilia
2217 porque vou apresentar um projeto de lei também nesse sentido, achei importante ouvi-la, ouvir
2218 os técnicos constitucionais ali do próprio ministério. Eh, quero aqui, por fim, fazer a pergunta,
2219 né? porque só temos três minutos, né, presidenta? tentando aqui ser bem breve, bem, bem, aí
2220 surge uma dúvida com relação a esse, a essa campanha, que eu gostaria de fazer essa pergunta
2221 à ministra: como o programa vai treinar esses profissionais na abordagem menos invasiva
2222 possível, porque muitas vezes, na tentativa de aproximar, de tocar no assunto, a vítima pode se
2223 sentir invadida, o que acarreta no efeito contrário da iniciativa, então de que forma vocês irão
2224 fazer esse tipo de abordagem, supondo essa dúvida que eu gostaria que vossa excelência me
2225 respondesse. Também, aí eu já deixo aqui como sugestão, é tão importante que essa casa, além
2226 de ouvir, mas também sugerir (+) e queria saber a sua opinião, que u posso até, dentro, dentro
2227 do âmbito aqui da competência da câmara, fazer alguma coisa nesse sentido, mas talvez parte
2228 mesmo do executivo e qual a sua opinião em incluir na base curricular do ensino técnico
2229 profissionalizante essa disciplina, para que o profissional já entre no mercado com essa
2230 abordagem, ou seja, ah, o profissional, ah, que no caso aí, tem a ver com uma campanha, éh, do
2231 profissional que trabalha em salão e tudo mais. Porque a gente pode pegar o sistema S, né?
2232 então poderíamos colocar aí, portanto, nessa base curricular, deixo aí essa sugestão. Dizer
2233 também que no estado do Piauí a gente tem várias experiências, com o, ah, o botão do pânico
2234 lá também, sei que há outras iniciativas no Brasil, ah, no caso lá, o salve maria, como também
2235 falei da experiência da lei Maria da Penha nas escolas, fui secretária de educação, foi uma

2236 experiência extremamente exitosa com os alunos e eu acho que a gente poderia também, éh, se
2237 for o caso, tocar mais algumas ideias com a experiência do estado do Piauí, com a lei Maria da
2238 Penha nas escolas que foi até premiado nacionalmente e deixo aqui também, que é o foco da
2239 ocupação também das minhas colegas parlamentares, com relação à Casa da Mulher Brasileira,
2240 éh, por exemplo, eu gostaria muito de poder dizer para o governador, éh, de, da necessidade de
2241 levar um programa desse, aí vem a questão do custeio, como custear a Casa da Mulher
2242 Brasileira? vamos ver a questão do orçamento, do PPA? de que forma a gente pode estar
2243 defendendo aqui na comissão de orçamento, ver também as emendas orçamentares, enfim, a
2244 gente precisa sentar e eu me coloco também à disposição para estar ajudando porque eu sei que
2245 muitos estados também querem, éh, esse importante programa que traz aqui, éh, a Casa da
2246 Mulher Brasileira. Era isso, parabéns pelo trabalho, que Deus nos abençoe.

2247 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2248 Obrigada, deputada. éh, eu gostaria nesse momento de passar a presidência à deputada Flor de
2249 Lis, tendo em vista que nós iremos fazer presença no plenário, mas em breve retornaremos. A
2250 ministra tem a palavra.

2251 DEPUTADA DAMARES:

2252 Éh, começar pela deputada Gleice, éh, tá saindo correndo, mas eu queria dizer que ela é incrível,
2253 incrível. Nós estávamos/ deixar eu contar um episódio/ nós estávamos trabalhando muito, daqui
2254 a pouco o telefone toca (+) a graça de ser uma parlamentar mulher, o telefone dela toca, ela
2255 estava sentada do meu lado e teve uma intervenção, ela estava ali, a gente estava ali torcendo
2256 pelo o que a gente ia falar, o telefone dela toca e era a notícia de que ela estava grávida (+) foi
2257 assim, uma experiência incrível para todos nós ali, tinha, ela celebrou conosco e nós celebramos
2258 com ela, foi uma celebração para toda a comitiva e aí eu só via gente saindo correndo para
2259 comprar presente, a Rosinha, o marido de Rosinha, Tieron e foi um momento especial, éh, esse
2260 momento, só que ela, ela tinha que estar lá com o marido, e ela estava lá na ONU defendendo
2261 sua nação, defendendo políticas públicas para as mulheres e o seu filho vai ouvir ou a sua filha,
2262 muita gente falar disso, eu estava lá, eu estava lá na hora que você soube que ele estava aí, que
2263 Deus te abençoe e a sua gravidez. E aí, deputada, o que você tem nos trazido aí na sua fala, éh,
2264 eu conto muito com essa comissão, eu conto muito com essa bancada e desejo a vocês mulheres
2265 que estão chegando agora, que vocês venham pra fazer a diferença, são quatro anos, eu voltando
2266 a ser ministra ou ser assessora, quero esse plenário cheio de mulheres representando seu estados,
2267 suas cidades e eu sou muito feliz em te chamar de amiga. É Liziane, né? a outra deputada lá do
2268 sul também, com esse sotaque lindo, inclusive, eu queria muito convidar você, a Greice, para a
2269 gente fazer juntas a campanha que nós vamos fazer, mulheres na política, porque você é um

2270 exemplo disso, eu não sei se você sabe, se todo mundo sabe, ela era deputada estadual e aí ela
2271 sai deputada federal e apoia a irmã à deputada estadual, chamaram as duas de loucas, malucas
2272 e ela conseguiu, ela é a deputada federal e a irmã está lá como deputada estadual, eleições quase
2273 que impossíveis e improváveis, mas assim, é um exemplo que eu quero usar muito para o Brasil,
2274 mulheres que tem medo de entrar na política e tem medo, a Gleice chegou, sem recursos, sem
2275 dinheiro, lutou tanto, a Liziane chegou, quantas de vocês chegaram aqui ajudando nesse projeto.
2276 E aí você, Liziane, que eu acompanhei, ela veio como estadual, gente, ficava sentadinha aqui
2277 nos plenários com todo mundo, quietinha, mas com um compromisso muito grande com seu
2278 mandato, lá, eu sei os números da morte lá no seu estado e você traz aqui de novo a mesma
2279 preocupação do deputado Wilson, a mulher camponesa, a mulher do campo e eu quero trazer
2280 também nesse pacote, deputada, as mulheres dos assentamentos, eu tenho uma preocupação
2281 muito grande com as mulheres dos assentamentos, as mulheres de ocupações, você passa em
2282 uma rodovia elas estão ali, daqui a pouco quando a gente passa, elas continuam ali, elas
2283 continuam ali, a vida vai passando e essas mulheres continuam à beira das estradas seus
2284 assentamentos sem regulamentação, eu me preocupo muito com essas mulheres e há violência
2285 lá nos assentamentos contra ela e recebo sua preocupação como eu recebo de todos, a
2286 preocupação em relação à nova previdência e a mulher do campo e eu acredito, deputada, que
2287 vocês não deixarão injustiças serem cometidas, a nova previdência que veio não veio de uma
2288 forma injusta, pelo contrário, pensou em todo mundo, mas esse congresso pode melhorar muito
2289 a proposta, eu acredito nisso. A minha linda primeira dama, a deputada Rejane, né? éh (+) e ela
2290 vem já assim do Piauí com tanta alegria, com tanta, com tanto louvor, éh, a gente conhece o
2291 trabalho da senhora como deputada aqui, depois no estado como secretária e agora voltando
2292 como parlamentar, é uma honra ter a senhora também como parceira. Se tem um estado,
2293 deputada, que eu acredito que o governador vai fazer a Casa da Mulher Brasileira, éh, vai ser o
2294 Piauí, porque a senhora vai ficar ali, conversando no ouvido dele, vamos construir essa casa.
2295 Éh, meus cumprimentos ao nosso governador, a quem eu tenho muita admiração, mas entendo
2296 aí, deputada, éh, toda sua luta, das mulheres com deficiência, vocês tem um trabalho incrível lá
2297 no estado para as pessoas com deficiência, a gente tem essa preocupação, éh, a preocupação
2298 com o abuso sexual: a senhora está apresentando uma proposta super interessante, nós
2299 participamos dessa conversa, a menina, e aí deputada, eu estou sempre lembrando do seu
2300 discurso, nós já fomos considerados o pior país da América do Sul para ser menina e nós temos
2301 que mudar essa realidade, temos que ser o melhor país do mundo para ser menina. Eh, quando
2302 você traz a questão da base curricular, eu acredito que é possível sim a gente trabalhar a base
2303 curricular e a gente trabalhar muito com o Ministério da Educação, que esse tema da violência

2304 contra a mulher, ele seja abordado de fato e com muita propriedade e com efetividade na escola,
2305 desde os quatro anos idade, na educação infantil, até o último ano, eu creio que é possível sim
2306 e a gente já estava conversando com o ministro e agora a gente vai conversar com o atual
2307 ministro, com o conselho de educação e com o apoio de todas vocês. Deixa eu fazer um registro
2308 aqui/ acho que ela deu uma saidinha, ficou o tempo todo aqui/ Fernanda (+) ((inaudível)), deixa
2309 eu só fazer um registro, ficou o tempo todo com a gente a ex deputada Keko (+) ah/ está lá/ essa
2310 ex deputada que fez um trabalho lindo nos seus mandatos, tá aqui, quietinha lá atrás
2311 acompanhando tudo, nós ainda queremos um país com a cultura de paz que a senhora pregou
2312 todos os anos que esteve aqui. A questão da igualdade, eu não vou responder a tua pergunta
2313 não, deputada, eu vou deixar a Tieron responder.

2314 SECRETÁRIA TIERON:

2315 Éh, deputada Fernanda, é um prazer e a pertinência também da sua indagação que perpassa pelo
2316 mercado de trabalho. Essa é uma indagação que a ministra Damares Alves traz, mas não é só
2317 no Norte. No Norte e eu que venho do Nordeste, eu venho pensando, porque não ao ((inaudível))
2318 porque não fazermos em paralelo tanto no Nordeste quanto no Norte? mas certamente vai ser o
2319 segundo lugar onde vamos estar bebendo de fonte, mas quando chegamos lá no norte, nos
2320 deparamos com uma situação aonde a mulher não trabalha (+) não existe empregabilidade (+)
2321 e dentro da hierarquia de prioridade, vem primeiro a condição de autonomia para essas mulheres
2322 (+) nós temos a importância, sabemos da importância de criar a equidade para dentro do
2323 mercado de trabalho (+) nós não queremos mais a igualdade, falamos muitos anos da igualdade,
2324 mas estamos tratando agora da equidade, porque esse conceito é um conceito que consolida
2325 todas as nossas lutas de trajetória durante anos, mas dentro dessa escala eu gostaria muito de
2326 poder ver essa nação implantar aquilo que está no coração da ministra Damares, que é de fato
2327 a mulher sem emprego, a mulher sem dinheiro na bolsa, porque uma mulher que tem dinheiro
2328 na bolsa, seguramente, ela não vai admitir sofrer quaisquer tipos de violência. Presidente.

2329 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2330 Muito obrigada a nossa grande secretária e deputada, deputada, nossa externa deputada Tieron.
2331 Éh, nesse momento passamos ao próximo bloco, passo a palavra por três minutos, ao deputado
2332 Medeiros. Deputado Medeiros.

2333 DEPUTADO MEDEIROS:

2334 Muito obrigado, senhora presidente (+) três minutos (+) Nós temos falado aqui e não é de hoje,
2335 sobre a questão da igualdade e eu creio que temos avançado e tem espaço, obviamente, para
2336 avançar muito mais e eu cito aqui, por exemplo, o caso da atuação da polícia militar, da polícia
2337 federal que hoje já, não tem essa diferença, não tem essa história de ah, tem um tanto de vagas

2338 reservada para as mulheres, as mulheres concorrem em "pé" de igualdade, se passar 100% das
2339 mulheres, vai ser 100% policiais mulheres que estão ali, lógico que nós ainda temos reservas
2340 de vagas em outras polícias, como a polícia militar, se eu não me engano, são só 10%, me
2341 corrijam se eu estiver errado, mas enfim, éh, a gente tem que (+) ser otimista que isso aos poucos
2342 a gente vai conseguindo consolidar. Eu não gosto de me consolidar muito no que não foi, não
2343 foi exequível, até porque as barbáries que a humanidade já cometeu contra as mulheres, se eu
2344 for tecer o rosário aqui vai passar todo o tempo falando, mas eu também gosto de fazer um
2345 debate intelectual ((inaudível)) porque eu vejo que aqui no parlamento, éh, ministra Damares,
2346 tem uma, para parafrasear o Pondé, tem uma malta de lobos travestidos de ovelhas, mas na
2347 verdade loucos para beber o sangue dessas. Eu digo isso o que aconteceu com vossa excelência
2348 (+) na última reunião que vossa excelência teve aqui, a sua história/ não é porque estou aqui na
2349 sua frente/ a sua história é uma tragédia, é triste, é emocionante, vossa excelência é mulher,
2350 mulher pobre, mulher ativista, mas porque vossa excelência não participa de um determinado
2351 grupo de pensamento político, vossa excelência foi humilhada aqui (++) pelo deputado Túlio
2352 Gadelho e pela deputada Érika Kokai eles vão poder em corrigir depois. Então assim, aqui no
2353 parlamento se escolhe as mulheres que nós vamos ((inaudível)) aqui se escolhe, aqui no
2354 parlamento se escolhe os cadáveres a quem vamos chorar, a quem vamos cobrar, cobram muito
2355 da senhora o silêncio e eu pergunto: o silêncio é ensurdecador a respeito da morte de Celso
2356 Daniel. Muito obrigado.

2357 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2358 Passamos a palavra agora à nossa deputada Carla por três minutos.

2359 DEPUTADA CARLA:

2360 Obrigada presidente, parabênzo pela condução dessa reunião (+) eu gostaria primeiro de, de
2361 tocar no assunto da mulher empreendedora, da mulher que trabalha, da mulher gestora. Eu
2362 comecei a trabalhar com 14 anos na área comercial de uma loja e (+) com 21 anos eu já era
2363 coordenadora de marketing da fundação Getúlio Vargas, com 28, gerente de projeto de uma das
2364 maiores de consultoria e auditoria do mundo (+) não fui de uma família rica, não fiz faculdades,
2365 éh, muito conhecidas, mas eu sempre me portei de uma forma, como podem chamar de
2366 empoderada. Eu nunca acreditei nessas palavras, mas eu sempre me portei não como vítima e
2367 sim como uma pessoa que queria mudar a história de verdade, que queria ver uma diferença.
2368 Eu acho que as mulheres, quando se tratam como vítimas, se auto vitimizam, elas acabam se
2369 colocando automaticamente num local onde nenhuma delas quer estar. Então elas falam de
2370 vitimismo, mas no final da contas, o que acontece é que elas próprias se colocam à mercê de
2371 uma vitimização e deu uma diminuição dela mesma e a sua atuação, ministra, vem mostrando

2372 o seguinte: que com a sua humildade, com a sua tolerância, principalmente, com a sua
2373 resiliência, resistência, força, honra, a senhora tá mudando a história do país (+) porque pela
2374 primeira vez a gente vê como a Liziane aqui falou, ela que não é da situação, ah, apoiando,
2375 querendo ouvir, entender, querendo participar e isso se deve única e exclusivamente, claro, por
2376 conta de uma pessoa ter a ética, ter essa visão ética da política, mas também pela senhora estar
2377 se posicionando dessa forma, então, que orgulho que eu sinto da senhora! e quando foi dito aqui
2378 que nosso presidente falou que mulheres recebem menos que homens porque são mães, bom ,
2379 eu quando tive filho, antes de ter filho eu trabalhava de manhã até de madrugada, se fosse
2380 preciso virava o dia e a noite, foi gerente de 70 homens numa boa, mas depois que tive filho, a
2381 minha prioridade passou a ser o filho e quando meu filho estava doente eu saía sim do trabalho,
2382 quando meu filho precisava de mim na escola, eu saía sim do trabalho e isso é normal (+) a
2383 gente querer culpar a empresa, demonizar a empresa por causa disso, só vai fazer uma coisa:
2384 fazer com que tenhamos cada vez menos empregos para a mulher porque agora quer se falar
2385 até de intensificar a cobrança do empresário, ora, se o empresário tem que olhar para o lucro
2386 (+) não adianta nada o empresário contratar mulheres e quebrar. sobre a reforma da previdência,
2387 eu gostaria de dizer e como eu disse, eu trabalho desde os 14 anos, eu vou passar dos 62
2388 trabalhando, eu abri mão da minha previdência especial como deputada, ah, não fiz essa
2389 previdência da câmara e eu quero pagar essa conta, eu como mãe e como mulher, isso sim é
2390 uma verdadeira mãe, é uma verdadeira mulher. Eu estou me auto elogiando, porque eu digo,
2391 desde os 14 anos e eu vou trabalhar até quando for necessário para que eu pague esse conta e
2392 não o João, meu filho, e não os meus netos, os meus sobrinhos. Éh, obrigada Luíza e obrigada.
2393 Outra coisa, só um minutinho rapidinho, presidente, foi dito aqui do Augustinho, só queria fazer
2394 uma ponderação, que o Augustinho é uma pessoa fantástica, ele é homossexual, ele sofreu a
2395 vida inteira por isso, ele deu a volta por cima, ele é um empresário de sucesso, ele quer ajudar
2396 o governo, ele não cobrou nada pra vir, éh, essa parte do Augustinho, que a parte de recepção,
2397 para tentar acolher a pessoa, o acolhimento, antes do acolhimento, aliás, é orientação é viabilizar
2398 para que seja feito o contato com o ligue 180 e depois é que a gente precisa de alguém técnico.
2399 Então é sensacional a ideia de vocês, queria parabenizar a ministra, as secretárias, pela ideia,
2400 parabéns ao Augustinho também e fantástico, senhora Damares, obrigada.

2401 **PRESIDENTE DA COMISSÃO:**

2402 Passamos agora a palavra à deputada Paula (+) deputada Paula tem a palavra e também fará jus
2403 ao tempo de liderança. Queria pedir gentilmente, deputada, para que, éh, a senhora consiga
2404 fazer as considerações o mais breve possível para que a gente consiga liberar a ministra que tão
2405 gentilmente esteve conosco durante toda a tarde, éh, aqui. Muito obrigada.

2406 DEPUTADA PAULA:

2407 Pode deixar que eu vou fazer isso. Éh, primeiramente eu quero agradecer essa oportunidade de
2408 estar aqui, éh, cumprimentar à todos, cumprimentar à nossa querida deputada, mais nova
2409 deputada aqui da Câmara Federal, a Luiza, com 22 anos ser eleita, que dizer, você mostra que
2410 é possível sim o jovem estar aqui e cumprimentar a todos e cumprimentar em especial à ministra
2411 Damares, porque eu acho que eu acho que dos ministros que nós temos hoje nos estados, eu
2412 acho que a senhora é que esteve mais aqui nas comissões. Isso mostra a boa vontade da senhora
2413 de estarmos juntos, de estarmos pensando juntos e todo o momento que estive com a senhora
2414 eu vejo a senhora com muita humildade, isso faz com que a gente pare para ouvir e mostrar que
2415 é possível sim, independente de cor, de partido político, independente de ideologia, estarmos
2416 juntos, então eu quero, primeiramente parabenizar. Éh, eu me sinto contemplada com várias
2417 falas que tivemos aqui à respeito de violência doméstica, violência contra a mulher, mas eu
2418 trago aqui algumas coisas que eu acho que é importante também nós fazermos uma reflexão. O
2419 que que é violência contra a mulher? Porque muitas de nós, e eu acredito que tem um número
2420 grande de pessoas fazendo essa defesa contra a violência física contra a mulher, ou violência
2421 contra, lutando para que essa mulher com violência sexual seja atendida, com moral ela seja
2422 atendida, mas eu acho também, eu penso também que nós temos que olhar para aquela dona de
2423 casa, que muitas as vezes por também uma coisa muito enfática de nós mulheres colocarmos
2424 que ela tem que sair para trabalhar, que ela tem que fazer isso, que ela tem que fazer aquilo, nós
2425 temos que reconhecer que essa mulher ela tem a sua opção também de querer ficar em casa, ela
2426 tem a sua opção também de ter uma vida familiar, eu vejo isso, eu acho que nós temos que ter
2427 abertura para todas essas mulheres e uma outra mulher, mulher que eu vejo que, para mim, é
2428 também uma mulher que tem um sentimento de violência e isso é um ato de violência, é uma
2429 mãe de crianças deficientes (+) essa mulher, ela é o tempo todo muito violentada, porque essa
2430 mulher ela não pode ter outros filhos, ela não pode trabalhar, ela muitas das vezes para de
2431 trabalhar, muitas das vezes ela é abandonada pelo seu marido e essa mulher, eu acho que ela
2432 precisa sim ser reconhecida, essa família que tem essa criança especial ela precisa sim ser
2433 reconhecida e a gente colocar essa mulher, dar possibilidade para essa mulher sorrir (+) e nada
2434 mais, eu como uma mãe de seis filhos e acredito e estou aqui, dentro do congresso nacional,
2435 voltada para a política da primeira infância, eu vejo que nada mais natural é o que a gente pode
2436 melhorar na autoestima dessa mulher (+) é ver o seu filho com oportunidade. Então eu peço,
2437 ministra, eu sei que a senhora tem essa causa, que a gente possa, juntos, todas nós, juntas, lutar
2438 (+) pela dignidade dos nossos filhos, pela oportunidade dessa mãe poder escolher o que ela
2439 quiser fazer, o que a gente fala, mulher, ela pode estar aonde ela quiser, estar, e se ela quiser

2440 estar lavando roupa dentro de casa, ela, é o que ela quer (+) nós não podemos colocar isso como
2441 um peso, nós não podemos estar colocando isso como um peso. Então eu coloco essa mulher
2442 também que fez opção de não trabalhar, que a gente olhe para ela com carinho, com respeito,
2443 eu falo isso porque minha mãe é dona de casa, minha mãe não formou e muitas das vezes ela
2444 se sente coagida por isso, com essa voz enfática que a mulher só tem luz quando ela sai de casa
2445 e não é isso (+) e uma outra questão que eu estou querendo colocar, é que nós abrimos uma sub
2446 comissão da pedofilia lá na seguridade, então eu coloco assim, eu sou colaboradora dessa sub
2447 comissão, principalmente nessa pasta da pedofilia e eu estou querendo me colocar à disposição,
2448 ministra, para que a gente possa juntos pensar é, em uma questão tão séria que está acontecendo
2449 no nosso país e no mundo. Então eu conto muito com a senhora muito com a senhora em relação
2450 a isso e dizer à todos que vamos junto, é, nos abraçar, porque pensamentos diferentes, eles
2451 podem ser diferentes mas eles podem ser contrários e caminhar ao mesmo lado, é só um
2452 complementando o outros e é esse o meu registro. Grata.

2453 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2454 Obrigada deputada Paula, passo então à nossa ministra a palavra para a ministra para que ela
2455 possa, depois, o nosso deputado Marcos.

2456 MINISTRA DAMARES:

2457 Para a gente ganhar tempo, o deputado Medeiros saiu, então não vou falar sobre os comentários
2458 dele. Deputada Carla, obrigada por tudo que você tem sido, você tem sido parceira no
2459 ministério, mesmo antes de eu tomar posse, já estava lá na transição ajudando. Éh, você trouxe
2460 aí a questão de, da minha resiliência (+), éh, tem que ter muita paciência, gostaria que vocês
2461 sentissem, senhores, como que tem que ter muita paciência. Nós estamos há quatro horas aqui
2462 debatendo, éh, quanta coisa interessante foi dita, não por mim, mas pelas parlamentares que
2463 fizeram a intervenção, falas extraordinárias aqui, mas a manchete do jornal que acabou de
2464 publicar a matéria sobre, sobre nós aqui é: Damares fala que na fé cristã, mulher tem de
2465 obedecer marido. Eu fico preocupada. Esse jornalista ficou quatro horas sentado aqui para pegar
2466 uma frase da ministra, aí eu pergunto: é preconceito por eu ser mulher? eu fico me perguntando,
2467 será que não está aí também no Brasil uma imprensa preconceituosa? (++) é preconceito por eu
2468 ser cristã? Tanta coisa linda, olha gente, se a gente pudesse pegar a ata dessa seção aqui, teve
2469 propostas interessantíssimas, teve parlamentares que me deu, assim, luz, a gente ficou anotando
2470 aqui, luz para a gente atuar muito, coisa interessantes, deputada, um debate de alto nível, aí o
2471 resultado dessa reunião vai ser: Damares falou que na fé cristã, mulher é submissa ao homem,
2472 e é, é a fé cristã! eu vou mudar a fé cristã? eu vou rasgar a bíblia? não vou! eu só disse o que
2473 me perguntaram. Então assim, gente, é muito complicado, tem que ter muita resiliência. Eu

2474 valho 20, como o presidente Bolsonaro fala, é porque eu acho que tem que ter a paciência de
2475 20 homens para aguentar tudo isso e eu também estou valendo por 20 porque eu dou um trabalho
2476 para aquele presidente. De manhã, de tarde, de noite conversando, perguntando, falando, então
2477 eu realmente acho que eu estou trabalhando por 20. Carla, obrigada pela tua paciência.
2478 Deputada Paula, éh, obrigada pelas palavras, né? éh, muito interessante uma parlamentar que
2479 me acompanha, que eu conheço pouco, que me acompanha, que faz essa leitura, éh, e essa
2480 questão da forma da violência contra a mulher como a senhora falou lá atrás, essa abordagem,
2481 que abordagem muito inteligente, muito interessante. Nós vamos ter que nos unir, deputada. A
2482 gente vai ter que esquecer palanque. Acabou comissão, acabou as diferenças partidárias, tem
2483 que ficar de lado, religiosa e vamos ter que nos unir, porque ou a gente se uni, ou a gente se uni,
2484 ou a gente faz ou a gente faz. A violência contra a mulher tá aí e o que foi feito até agora não
2485 deu muito certo, deu certo em algumas áreas, mas a gente vai ter que mudar. Então assim, daqui
2486 a quatro anos eu acho que posso ser avaliada, em 70 dias é impossível esse ministério ser
2487 avaliado e vou repetir, essa equipe aqui, ó, está muito motivada a fazer muita coisa e a gente
2488 vai fazer (++)

2489 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2490 Nos encaminhamos então ao último bloco, éh, deputada Bia, deputado Carlos, deputada
2491 Benedita, deputada Serene e depois então encerraremos. Só consultas se o deputado Davi
2492 Soares de encontra (++) então, inicialmente a deputada Bia e depois o deputado Carlos. Bia,
2493 tem a palavra.

2494 DEPUTADA BIA:

2495 Boa noite (++) eu queria cumprimentar primeiramente a ministra Damares, pessoa que eu
2496 admiro, tenho acompanhado a sua luta, cumprimentar a Luiza, presidente dessa seção, tão
2497 jovem e já tão competente e firme. Cumprimentar a Rosinha, cumprimentar a Tieron,
2498 cumprimentar a todas as pessoas da mesa e dizer que, Damares, a essa altura, ministra, eu já
2499 não tenho, assim, muito o que falar, acho que muito já foi perguntado, muito já foi dito no
2500 adiantar da hora e vossa excelência já deve estar cansada e, mas eu quero deixar aqui esse
2501 registro do meu apoio ao seu trabalho. Eu a conheço faz tempo antes de eu ser uma deputada
2502 estadual, muito antes da vossa excelência ser ministra de estado. Eu era ativista, procuradora
2503 da justiça federal e ao mesmo tempo uma cidadã ativa, como ativista política, vossa excelência
2504 era assessora do deputado Magno Malta e tantas e tantas vezes estivemos juntas em causas
2505 comuns, causas pró mulher, pró criança, pró vida, pró família (+) e por isso é bom tê-la a frente
2506 desse ministério que cuida de todas essas causa porque eu conheço a pessoa, a sua índole,
2507 conheço a sua integridade e confio no seu trabalho. Dificuldades é claro que existem, não são

2508 poucas. Tem a questão dos recursos, o orçamento é apertado para tantas políticas, para tanta
2509 carência, para tanta necessidade, mas a vontade é muito grande e a dedicação é hercúlea. Eu
2510 estive recentemente na cidade do por do sol, Ceilândia, e pude participar, tive a alegria de
2511 participar, no céu aberto, eu tive a alegria de participar da inauguração de um programa para a
2512 terceira idade com o seu secretário da terceira idade, Antonio, e ver quanta coisa essa pasta,
2513 esse ministério já tem feito e que muitas vezes não sai na mídia, não sai na imprensa, mas é um
2514 programa de inclusão digital da terceira idade e eu fiquei muito feliz. Eu sou filha de um pai de
2515 88 anos e que tem uma professora particular para mexer no WhatsApp e eu vejo como isso o
2516 deixa feliz, como o faz se comunicar melhor (+) e isso levado aos demais idosos, que como
2517 parte de um programa que vai se espalhar pelo Brasil é realmente digno de louvor. Então eu
2518 quero fazer esse registro de que conheço o seu trabalho, admiro, estou aqui para apoiá-la. Então
2519 ficam também essas palavras para a Rosinha, parabéns Rosinha pelo seu trabalho, todos os seus
2520 secretários, todas as suas secretárias que tem se dedicado tanto e tem feito a diferença. Não é à
2521 toa que o seu ministério é um dos mais comentados (+) seja para falar bem, para falar mal, para
2522 jogar pedra, para ir no Fantástico, em todo canto, porque você está fazendo acontecer e agora
2523 tem a Damarinha (+) eu vi, né? a ilustração, vai ser uma história para criança. Então parabéns!
2524 você veio para fazer acontecer e está acontecendo. Parabéns, ministra Damares.

2525 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2526 Passamos agora a palavra o deputado Carlos. Três minutos, deputado.

2527 DEPUTADO CARLOS:

2528 Boa tarde à todos, primeiro dar as boas-vindas à deputada Luiza, dizer que sou muito amigo do
2529 seu pai e o admiro muito, uma pessoa equilibrada, me recebeu muito bem quando eu cheguei
2530 aqui em 2015 e seja bem vinda também à essa casa. Quero cumprimentar a minha colega
2531 Rosinha, lá da comissão dos direitos das pessoas com deficiência, você faz falta, mas eu sei que
2532 está desempenhando uma função importante também lá na secretaria. Cumprimentar a minha
2533 colega Tieron, que essa sala é testemunha da sua fibra, da sua bravura quando teve, quando foi
2534 chamada para isso, esteve para mostrar para o Brasil a sua fibra da mulher brasileira, quem
2535 disse que iriam manda nessa negra? que essa negra tinha opinião? (++) muito bom te ver.
2536 Ministra Damares, (+) eu, quando eu cheguei aqui em 2015 a senhora aqui já estava. Quero
2537 dizer que és a mesma pessoa (+) o título de ministra não quebrou em nada, isso mostra a sua
2538 lucidez, a sua importância do espaço que ocupa e do que tem que fazer. Rapidamente, eu quero
2539 dizer que por onde eu passo, se eu tenho a oportunidade, eu tenho falado do artigo 227 da
2540 constituição federal (+) que ali divide as responsabilidades da família, família, o que não dá pra
2541 família, o estado, a sociedade e o que não para a sociedade é responsabilidade do estado (+) eu

2542 as vezes, ministra, fico questionando como estão, qual o diagnóstico que está sendo feito das
2543 família, como estão as diferentes famílias hoje que nós temos, como que está essa família (+)
2544 porque o primeiro contato social que as crianças tem é dentro de casa, é na família, ali eles vão
2545 criar conceitos que depois que cruzar a porta da sua casa, ele vai contribuir para um tecido
2546 social. Será que esse tecido social, ele vai sair de casa cheio de uma carga emocional que foi
2547 gerada dentro de casa, é o primeiro ambiente depois do útero, é levado para ser formado dentro
2548 de casa e essa educação ela poderá contribuir com, contribui muito para um tecido maior social
2549 (+) nós temos que investir na família (+) porque hoje essa sociedade está sendo vítima muitas
2550 vezes daquilo que não está dando ai entra aquilo que a Liziane disse, do exemplos, quer de
2551 verbas, quer de comportamento, eu digo que hoje nós estamos precisando muito de bons
2552 exemplos (+) porque quando nós cruzamos a porta de casa para ir para rua, que indivíduo sou
2553 eu? (+) eu estarei aumentando a sensação de segurança lá fora porque sou respeitoso, porque
2554 recebi isso, ou não respeito o professor, agrido a minha professora, eu não respeito mais agente
2555 de segurança pública, eu não respeito mais nada, com isso gera um problema para o estado, o
2556 estado hoje já não consegue mais atender, fazer presídio para essa massa carcerária (++) como
2557 fazer um diagnóstico da família brasileira, respeitando, repito, as mais diferentes matrizes. Eu
2558 gostaria, para concluir, só para concluir, é, dentro dessa violência da mulher, que a discussão é
2559 dela, do adolescente, da criança, do idoso e sobretudo da mulher, ela acontece mais da porta de
2560 casa para dentro ou da porta de casa para fora? (+) em cima disso, eu acho que tem como traçar
2561 alguns estados e diagnósticos e criar uma solução para esse problema, trabalhar a causa e menos
2562 efeito.

2563 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2564 Deputada Benedita nesse momento tem a palavra por três minutos.

2565 DEPUTADA BENEDITA:

2566 Quero cumprimentar a senhora deputada Luiza, a presidente, cumprimentar a querida Rosinha,
2567 desculpe chamá-la assim, cumprimentar a Tieron e a nossa excelência, a ministra Damares.
2568 Dizer que eu cheguei depois porque eu estou presidindo a comissão, agora de cultura, então tive
2569 hoje as audiências, as ordens do dia e isso me impediu de estar aqui mais cedo. Provavelmente
2570 eu não vou chover no molhado já que cheguei e as outras pessoas já tinha se manifestado, mas
2571 eu quero dizer à ministra que nós convivemos hoje com uma situação bem difícil, a ministra já
2572 disse, o feminicídio e como é que nós vamos resolver essa questão, éh, outros já colocaram que
2573 é um problema de família, de criação, mas nós vivemos num mundo de aflição, a gente tem que
2574 ter bom ânimo e eu queria, éh, mesmo num mundo de aflição temos que ter bom ânimo, éh, eu
2575 queria falar sobre a lei Maria da Penha. A lei Maria da Penha, ministra, ela foi feita não só para

2576 punir, mas foi feita para dar proteção e para isso, precisou-se criar os instrumentos de proteção,
2577 que uma mulher que apanha em casa, ela não vai voltar para casa (+) ela não pode voltar para
2578 casa, ela deve voltar para casa. A comissão aqui das mulheres, ((inaudível)) nós temos casos
2579 aqui horríveis, mulheres chegarem aqui com os olhos vazados que o marido vazou os olhos
2580 dela, coisas terríveis que nós temos visto aqui, fora o que nós estamos enfrentando lá fora então
2581 é muito importante que as Casa da Mulher Brasileira, ela dê continuidade à Casa da Mulher
2582 Brasileira porque ela, além da questão da proteção, tem também com a proteção, porque nós
2583 precisamos entender o que se passa nessa família para que a gente também possa dar uma
2584 cobertura, sem a casa das mulheres, é impossível dar continuidade a esse projeto que começou
2585 com a presidenta Dilma, tínhamos a projeção de ter 27 casa das mulheres até 2018, nós já
2586 estamos em 2019, não deram continuidade a isso e faz parte também, principalmente do
2587 instrumento de atendimento à mulher, ah, da justiça, a delegacia de mulheres, são com esses
2588 instrumentos que vão ajudar a mulher a ter e estar estimulada a fazer uma queixa, porque ela
2589 não tendo para onde ir, não tendo com quem deixar os filhos, como ela vai, éh, ir para a
2590 delegacia e dizer, oh, meu marido fez isso, isso não acontece, isso eu tenho visto, não só nas
2591 comunidades, tenho visto éh, em classe A, que mulheres que ficam com o olho roxo, botam um
2592 óculos escuro e a coisa vai acontecendo sempre até que chega ao feminicídio. A outra questão,
2593 éh, relacionada a isso do acolhimento, é a questão do estupro (+) nós estamos com uma
2594 educação domiciliar, eu perguntaria, ministra ((interrupção da presidente da comissão)) para
2595 encerrar ((retorna a fala da deputada) mais só um minutinho, é deputada, mas sem perguntar a
2596 ela não valeu estar aqui, é, ministra, eu gostaria de perguntar o seguinte, o que a ministra acha
2597 da educação domiciliar para quem sabe que a maioria dos estupros que aconte100 com a
2598 crianças é por (+) pessoas da família, pode ser pai, cadastro, irmão, primo e uma educação
2599 familiar, como seria em uma família como essa? eu fui estuprada aos sete anos de idade,
2600 ministra e a minha mãe tinha todo o cuidado do mundo comigo apesar de ser uma mulher pobre,
2601 mas ainda aquela cultura do medo de não falar, de não dizer, né? fez com que eu me calasse e
2602 fui abusada várias e várias vezes, então é por isso que eu digo que educação familiar sem dar
2603 uma atenção à família, sem saber o que passa no interior da família é extremamente difícil. Eu
2604 gostaria de saber da ministra, o que a ministra pensa dessa educação domiciliar.

2605 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2606 Nesse momento eu passo a palavra a nossa deputada Serena.

2607 DEPUTADA SERENA:

2608 Senhora presidente, inicialmente eu quero cumprimentar a mesa em nome da sua figura, essa
2609 jovem deputada Luiza, só não idade, mas tem experiência suficiente para conduzir essa

2610 comissão com muito carinho e dedicação, parabéns Luiza. Quero aqui cumprimentar as nossas
2611 duas ex parlamentares que para sempre parlamentares serão, a Tieron, que fez parte dessa
2612 bancada de mulheres e aqui também, né? a Rosinha, que fez também parte da bancada feminina,
2613 então vocês serão sempre muito bem vindas nessa câmara que é a casa de vocês. Quero
2614 cumprimentar com muito carinho a nossa ministra e aí é uma saudação muito pessoal, ministra,
2615 porque eu lhe conheço há muitos anos, eu lhe conheço com profundidade e sei o coração
2616 generoso e a grande mulher que a senhora é, a gente tem a certeza de que a senhora tem a boa
2617 intenção, a gente te conhece de verdade, eu te conheço há muitos anos, então eu quero deixar
2618 esse registro aqui (+) mas ministra, é muito importante a gente trazer alguns temas que essa
2619 casa tem discutido e aí, nós vivemos um momento muito, muito importante, a nossa bancada
2620 aumentou, nós temos agora 77 mulheres, temos a frente parlamentar a qual sou coordenadora,
2621 nós temos a procuradoria, nós temos a secretaria e tivemos uma disputa enorme por esses
2622 cargos, então é uma bancada enorme de mulheres, independente das nossas diferenças, e aqui
2623 nós temos mulheres, avós como a Benedita, bisavós, fazer uma correção aqui, bisavó, né? e
2624 deputadas como a Luiza e aí a gente tem acompanhado, ministra, essa questão do relatório da
2625 quarta conferência e nos preocupou porque demorosidade desse processo que só foi publicado
2626 agora, eu acho que seria uma oportunidade interessante de trazer essa explicação para nós,
2627 porque teria que fazer isso através de ofício, mas como vossa excelência está aqui presente,
2628 como bem disse a deputada Bia, a deputada Paula Belmonte, que é uma das pessoas que mais
2629 tem visitado essa casa, a deputada Paula e bancada do DF aqui proporcionalmente acho que é
2630 a maior bancada de mulheres no Brasil, nós temos cinco de oito mulheres. Então acho que a
2631 gente tem que unir nos temas que são convergentes à todas as mulheres. No lançamento da
2632 frente, ah, a nossa secretária esteve presente conosco, mas são muitos os itens ((inaudível)) acho
2633 que nós poderíamos depois, ministra, com a sugestão de pegar a secretaria e a procuradoria à
2634 frente que são desses institutos da comissão, algumas sugestões pontuais de melhoria, éh, na
2635 condição das mulheres. Trago uma sugestão também, principalmente na parte de fiscalização,
2636 porque essa casa é uma produtora de leis e isso nós estamos tentando cada vez mais, criar leis
2637 mais rígidas, mas não adianta a gente criar leis mais rígidas se a gente não trabalhar a
2638 fiscalização, a fiscalização é um trabalho que tem que ser feito não só em parceria, né? com as
2639 deputadas federais, com as deputadas estaduais. Hoje eu recebi toda uma bancada do Amazonas
2640 que veio aqui falar conosco, querem discutir, então eu acho que essa é também uma grande
2641 oportunidade do ministério chamar esse debate com a nossas outras parlamentares. Nós estamos
2642 aqui, ministra, com uma mulher para representar o estado, então nós ainda temos muito o que
2643 avançar.

2644 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2645 Nossa ministra tem a palavra.

2646 MINISTRA DAMARES:

2647 Eu vou procurar ser breve, está todo mundo cansado também. Éh, vamos para o deputado Carlos
2648 Soares, quando o senhor/ Carlos Gomes/ quando traz a questão da família. Éh, é uma reflexão
2649 profunda, é uma reflexão que a gente precisa fazer e é por isso que o governo Bolsonaro, esse
2650 extraordinário homem, o presidente traz a ideia do ministério da família. Muitos países já tem
2651 o ministério da família ou uma secretaria nacional da família e alguns estados brasileiros já
2652 tinha a secretaria da família, nós vamos ter que trabalhar a família, éhh, o nosso ministério tem
2653 a pasta da criança e do adolescente e a gente faz o combate à exploração e ao abuso sexual, éh,
2654 gente, em torno de 90% dos abusos que ocorre no Brasil, a criança conhece, é alguém próximo
2655 da criança, a criança conhece o agressor e 65% é um parente então se a gente for pensar no
2656 quesito abuso sexual o lar virou um lugar perigoso, deputado, e infelizmente isso me incomoda
2657 muito (+) o lar que deveria ser um lugar de abrigo é um lugar de perigo, mas a gente precisa
2658 mudar isso, a deputada Benedita trouxe uma coisa, uma frase que tem que ser a nossa a nossa
2659 frase daqui/ vamos ter bom ânimo/ não é porque a realidade tá aí posta que a gente não vai
2660 acreditar no resgate e restauração de família, ainda acreditamos que a família é a célula da
2661 sociedade, ainda acreditamos no potencial da família, precisamos deputado, investir em
2662 famílias, investir em quem, inclusive, está constituindo família, faltou nesse país muito
2663 investimento aos jovens casais, as novas família que estão sendo organizadas, mas como a
2664 senhora vai isso, por exemplo (+) nós estamos discutindo no ministério, todo casal que vai casar
2665 no civil tem um edital de proclama e porquê não falar com esse casal que tá lá, a gente vai
2666 acompanhar esse casal, você vai ter seu casamento garantido se você passar por uma palestra,
2667 um cursinho, por que não? por que não investir/ o estado está impondo/ mas o Estado vai ter
2668 que assumir seu papel e entender que precisa fazer alguma coisa (+) as vezes de forma
2669 impositiva, nós precisamos estar voltando para as famílias que estão sendo constituídas,
2670 especialmente de casais muito jovens, éh, nesse sentido eu quero completar só uma resposta da
2671 deputada Paula, deputada, o nosso ministério vai organizar agora, nos próximos dias vai realizar
2672 um seminário para família com crianças com microcefalia, nós estamos preocupados com essa
2673 mãe, nós criamos no ministério também, senhores, uma coordenação nacional dos raros, para
2674 doenças raras, mas nós não queremos acolher só a criança que está com doenças raras, essa mãe
2675 precisa ser acolhida. Uma mãe deu um depoimento para nós em uma conversa lá no ministério,
2676 num simpósio que nós fizemos, a filhinha dela tem uma doença rara ela tem convulsões, ela
2677 chega a ter de 80 a 120 convulsões por dia. Essa mãe já chegou a ficar três dias sem tomar

2678 banho, ela tinha medo de ir para debaixo do chuveiro e sua filhinha ter uma convulsão. Nós
2679 precisamos criar uma política pública pra essa mãe (+) essa mãe precisa ter um dia de folga (+)
2680 precisamos pensar (+) um cuidador pra ficar com essa criança e dizer pra mãe, mãe vai ter seu
2681 dia, vai fazer sua unha, vai passear, vai no shopping, vai pro cinema, nós precisamos pensar
2682 nessa mãe, pensar nessa família e a gente não vê esse pensar, a gente vê muita gente lutando
2683 pelo remédio para a criança com doenças raras, a gente não pensa nessa mãe e na maioria das
2684 vezes, abandonadas pelo marido, deputada, quando uma criança rara chega no contexto familiar
2685 a estatística mostra que muitas dessas mulheres são abandonadas. É nesse sentido que vem o
2686 ministério da família. Éh, deputada Benedita, éh, toda honra e toda a gratidão por tudo que a
2687 senhora já foi nessa nação e como a senhora nos inspira e expira essa geração jovem que está
2688 chegando aí, não estou lhe chamando de velha, mas como a senhora nos inspira e como a
2689 senhora fala da, da questão do fortalecimento dessa rede de proteção da mulher e a senhora cita
2690 aí um instrumento poderoso que é a Casa da Mulher e a gente vai continuar essa política pública,
2691 a gente tá querendo continuar e se precisar formatar diferente, por exemplo, deputada, éh, nós
2692 somos procuradas pelo Estado do Amazonas, eles estão doando um terreno, mas já vieram a
2693 secretária da família, da mulher, falar conosco da gente fazer um formato da Casa da Mulher
2694 em forma de barco para a gente ir à região Ribeirinha, então nós achamos a ideia assim,
2695 extraordinária, então já tem outros municípios, A Ilha do Marajó da central de Belém a distância
2696 é muito grande, a gente ter um, um novo modelo ali na Ilha do Marajó que atende os municípios
2697 da Ilha e então tem vindo aí muitas ideias, aproveitando o mesmo formato, a proposta, talvez
2698 mudando um pouco a forma que ela vai ser oferecida, mas nós vamos trabalhar assim. Deputada
2699 Selena, a senhora perguntou sobre educação domiciliar e eu vou falar rapidamente: a educação
2700 domiciliar, a proposta que nós estamos trazendo, deputada, não é que tão-somente o pai vai
2701 ficar dentro de casa para este filho, a proposta está dando a oportunidade dos pais gerenciarem
2702 a educação do filho, de que forma? Nós temos muitos exemplos já no Brasil famílias de cinco,
2703 cinco famílias se juntam e além do condomínio, eles pagam os professores para dar aula para
2704 os filhos, então já existe formatos diferentes, o que nós estamos querendo dar para os pais é
2705 uma, uma liberdade de gerenciar a educação dos filhos, mas não serão todas as famílias que
2706 terão autorização, deputada, para fazer no ensino domiciliar. Nós teremos um cadastro e nós
2707 faremos, inclusive, um acompanhamento anterior, essa família vai ter que provar que não tem
2708 nenhuma agressão contra criança, nenhuma ocorrência contra a mulher e haverá um
2709 acompanhamento desta família, mas o brilho dessa proposta é oferecer à família a forma de
2710 administrar o conteúdo para os seus filhos e não vai ser dessa forma, sem responsabilidade, não,
2711 nós vamos ficar comparando essas famílias. Deputada Selena, éh, obrigada pelo carinho,

2712 estamos juntos há muitos anos muito antes de você ser deputada distrital, a gente já estava na
2713 rua brigando por direitos, essas ativistas estão todas chegando ao poder. A senhora perguntou
2714 sobre a quarta conferência e eu estava torcendo para ninguém perguntar sobre a quarta
2715 conferência, mas já que perguntou, eu não posso me omitir. Deputada, a quarta conferência, ela
2716 tem nos trazido para essa atual administração um problema muito sério, porque (+) a quarta
2717 conferência aconteceu e eu mostrei para vocês o valor, foram gastos 10 milhões de reais na
2718 quarta conferência e o relatório da quarta conferência nunca foi publicado e aí quando eu
2719 assumo eu tenho lá uma, uma determinação do TCU e a determinação já vem para cima de
2720 mim, eu já venho com esse problema, no início do mandato, nós três aqui, o que fazer? o TCU
2721 em cima de nós, queremos usar o relatório e queremos que prove que essa conferência valeu a
2722 pena, porque o que nós estamos lendo e aí a gente foi atrás do relatório e aí a gente lamenta
2723 realmente, deputada, que nós tivemos que publicar o relatório do jeito que ele estava e o
2724 relatório não é bom e aí eu fico muito preocupada se eu posso ser interpelada, faz ou não a
2725 quinta conferência, se a quarta conferência não teve o resultado que estava se propondo e não
2726 teve. As deliberações, éh, quando eu peguei o relatório eu tive que publicar do jeito que ele foi
2727 feito. Para os senhores terem uma ideia, moções que foram apoiadas, aprovadas e deliberações,
2728 moção número um: nós, delegadas viemos repudiar a atitude de vários governos estaduais que
2729 não dispuseram transporte para suas delegações, o que isso muda a vida da mulher no Brasil?
2730 éh, outra moção: dificuldades encontradas para a realização da conferência estadual, a não
2731 garantia de transporte, o que isso muda a vida de uma mulher?. Essa, essa, essa moção aqui:
2732 nosso repúdio à organização do evento pelo falta de acessibilidade física, aí vem lá a outra,
2733 moção aprovada 30 horas para os enfermeiros e técnicos, ok, é um assunto importante, aí vem
2734 lá, nós, delegadas, apresentamos a moção que foi aprovada como parte final do relatório,
2735 repudiamos a agência e o hotel Bem Park e exigimos que o mesmo não seja mais contratado.
2736 Foi esse relatório, foi esse resultado da 4ª conferência, do eixo apresentado, se vocês leram
2737 relatório, o início são as propostas que serão discutidas na quarta conferência, mas o discurso
2738 da presidente Dilma, que ela esteve presente e o final termina, praticamente, com o repúdio ao
2739 golpe, ao impeachment, então um relatório da 4ª conferência, com todo respeito quem esteve
2740 à frente, quem organizou, ele é muito pobre, ele é muito pobre, agora o TCU está dizendo:
2741 gastamos dez milhões nessa conferência e o que isso trouxe de política pública? o que se trouxe
2742 de medidas efetivas para as mulheres no Brasil? e eu estou com esse dilema, nós vamos realizar
2743 quinta conferência, mas sobre o alerta e a preocupação do TCU, e aí não é só essa conferência
2744 outras também tem sido questionadas o gasto e aí que a gente aprenda, nós como mulheres,
2745 quando eu chamei atenção sobre a gente ser gestora com responsabilidade. Eu, com 10 milhões

2746 de reais em um formato daquela casa de mulher de 500.000, eu construiria 20 Casa das mulheres
2747 no Brasil, então é só ir lá, a conferência, eu não estou, gente, por favor, criticando a participação
2748 popular, a participação popular ela é importante no processo democrático de direito e nós
2749 precisamos ter a participação popular, mas precisamos ser muito responsável com verba
2750 pública, o meu papel é cuidar da verba pública e eu vou cuidar da verba pública, então eu acho,
2751 não sei se eu te respondi, eu estou preocupada, inclusive, eu disse que a quinta conferência seria
2752 esse ano, mas o pessoal me alertou, está no município de nos estados nesse ano, mas o nosso,
2753 mas o Nacional vai ser isso, e eu espero que espero que até lá eu consiga convencer o TCU que
2754 vale a pena conferência.

2755 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2756 A deputada Paula só gostaria de mais um minuto para completar a fala.

2757 DEPUTADA PAULA:

2758 eu não tive, mas é assim, é complementando que a senhora acabou de falar que eu vejo que os
2759 nossos recursos são poucos e precisamos utilizar da melhor forma possível, então vou dar um
2760 exemplo do que aconteceu na Casa da Mulher Brasileira aqui no Distrito Federal: foi feito uma
2761 Casa da Mulher Brasileira num lugar extremamente distante de, da onde a mulher normalmente
2762 é, é sofre essa violência e muitas vezes não tem dinheiro nem para pagar passagem, um lugar
2763 que custa hoje 20 milhões de reais só o terreno, foi gasto 8 milhões de reais para construção
2764 dessa casa e essa casa foi interditada com quase dois anos de uso por conta de que também não
2765 foi feita a fiscalização nessa obra. Então eu peço para que quando a gente for fazer, porque de
2766 extrema importância essa casa, que essa mulher seja acolhida com a família, mas que esse lugar
2767 ele seja pensado, não é só fazer a Casa da Mulher Brasileira para mostrar para a sociedade, é
2768 aonde fazer, como fazer, porque não adianta nós colocarmos uma casa de mulher brasileira aqui
2769 no Plano Piloto para todo mundo que vem aqui no distrito federal ver que tem, só que a pessoa
2770 que está sofrendo violência não consegue chegar aqui (+) e muito mesmo nós utilizarmos um
2771 terreno que hoje custa 20 milhões de reais para um fim que não está sendo utilizado, então eu
2772 peço, sim, eu vi que a senhora tem esse mesmo posicionamento, eu, eu acho que nós temos que
2773 ter, dar valor às coisas boas que foram feitas independente de governo, mas principalmente dar
2774 valor a esses trabalhadores que muitos levantam para defender, mas na hora de gastar o recurso
2775 público não tem essa mesma consciência. Então essa aqui que é minha colocação.

2776 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2777 Inclusive, deputada, que nós, enquanto comissão, promoveremos uma audiência pública para
2778 justamente falar a respeito da Casa da Mulher Brasileira, já foi aprovado, inclusive o
2779 requerimento, contamos com a participação da nossa secretária Tieron, porque que a Casa da

2780 Mulher Brasileira é um programa que muitas deputadas, muitos parlamentares tem um grande
2781 entusiasmo, então é muito importante que a gente discuta, traga essas questões, então
2782 haveremos de promover essa audiência. Deputada Benedita, ministra Damares.

2783 DEPUTADA BENEDITA:

2784 Só para explicar, éh, ministra Damares, sem polarização aqui na questão, mas a casa, a casa das
2785 mulheres, todas elas, foram feitas em parceria com os governos dos Estados e eles é que
2786 identificavam para o governo aonde poderia fazer, só para acrescentar isso aí, porque quando a
2787 senhora for fazer as casas, a senhora tem que conversar um pouco com o governador, né? do
2788 estado e ele então é que vai sugerir o local aonde vai fazer a casa da mulher

2789 MINISTRA DAMARES:

2790 eu só quero dizer que não sabia, que eu não falei da Bia, **essa mulher extraordinária** e a gente
2791 estava lá atrás, no passado como ativista em cima de trio elétrico, na rua gritando e **hoje estamos**
2792 **aqui cuidando de políticas públicas, cuidando da nação. Bia você nos inspira, você é inteligente,**
2793 **estamos apostando muito no seu mandato** e que **Deus abençoe** você nessa sua jornada.

2794 PRESIDENTE DA COMISSÃO:

2795 Ministra, muito obrigada pela gentileza, a senhora que mais uma vez venha esta casa, dando
2796 uma clara demonstração de espírito público e mais do que isso, de compromisso com as
2797 deputadas, os deputados e como cidadão brasileiro. Então me sinto muito honrada de contar
2798 com a sua presença, esta comissão e essa casa estarão sempre de portas abertas para recebê-la.
2799 Então nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convido a todos para o
2800 lançamento do projeto glória a realizar-se no próximo dia 23 de abril, terça-feira às 17:30 no
2801 salão nobre. Está encerrada a presente reunião, obrigada.